



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Leonardo Nóbrega da Silva

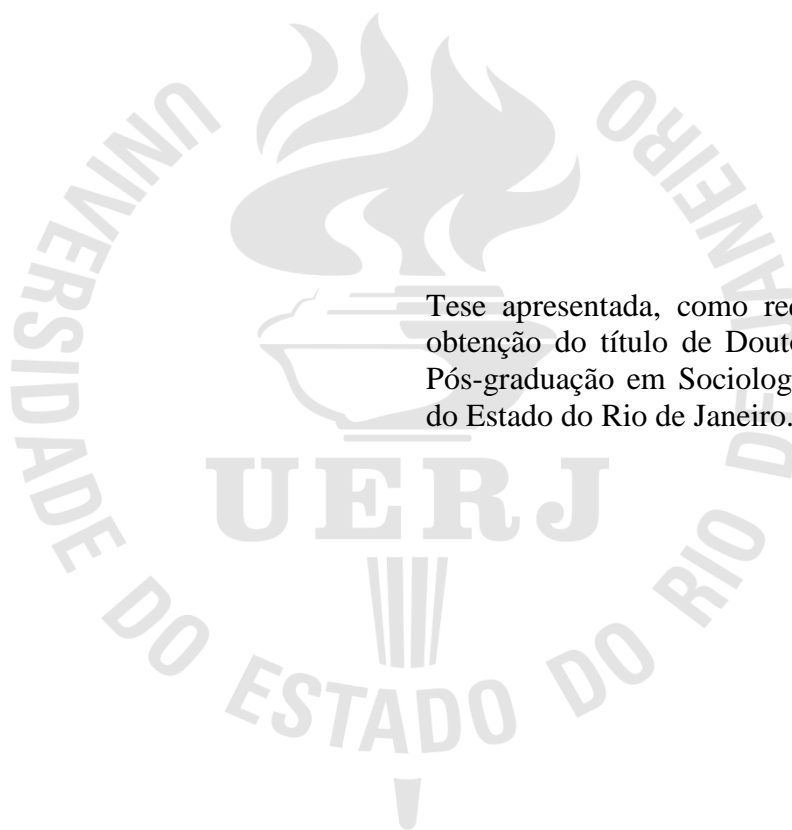
**Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das
ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)**

Rio de Janeiro

2019

Leonardo Nóbrega da Silva

**Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais
como gênero editorial (1957-1984)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. José Maurício Domingues

Coorientador: Prof. Dr. Gustavo Alejandro Sorá

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

S586 Silva, Leonardo Nóbrega da.
Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984) / Leonardo Nóbrega da Silva. – 2019.
288f.

Orientador: José Maurício Domingues.
Coorientador: Gustavo Alejandro Sorá.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos

1. Livros – Edição – Brasil - Teses 2. Ciências sociais – Editores e edição – Teses. 3. Zahar (Editora) – Brasil – 1957-1984 - Teses. I. Domingues, José Maurício. II. Sorá, Gustavo Alejandro. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. IV. Título.

CDU 655:30(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Leonardo Nóbrega da Silva

**Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências
sociais como gênero editorial (1957-1984)**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 08 de abril de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Maurício Domingues (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Gustavo Alejandro Sorá (Coorientador)
Universidad Nacional de Córdoba

Prof. Dr. Breno Marques Bringel
Instituto de Estudos Sociais e Políticos -UERJ

Prof. Dr. Afrânio Raul Garcia Junior
Instituto de Estudos Sociais e Políticos –UERJ

Prof. Dr. Ítalo Moriconi Junior
Instituto de Letras - UERJ

Prof.^a Dra. Glaucia Kruse Villas Bôas
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antônio da Silveira Brasil Junior
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi realizada no Departamento de Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticas (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com auxílio de uma bolsa de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A estas instituições sou grato pela acolhida e pela estabilidade que me permitiram iniciar e concluir com a tranquilidade e a dedicação necessárias esta etapa fundamental na minha formação como sociólogo. A todos os amigos, colegas e professores do IESP, em especial do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), meu muito obrigado pelos diálogos estimulantes. Trata-se, sem dúvida, de uma comunidade pujante, que resiste apesar de tantas adversidades.

Ao meu orientador, José Maurício Domingues, agradeço a confiança e as conversas estimulantes e desafiadoras. A meu co-orientador, Gustavo Sorá, agradeço as leituras e direcionamentos. Também sou grato a Alejandro Blanco, que me recebeu para o doutorado sanduíche na Universidad Nacional de Quilmes, na Argentina, em intercâmbio possibilitado por uma bolsa concedida pela FAPERJ.

A Glauca Villas Bôas, por quem tive o prazer de ser orientado no mestrado, sou grato pelo interesse com que continuou a acompanhar as etapas seguintes da minha trajetória. Suas conversas, a participação na banca de qualificação e na defesa da tese e o convite para que apresentasse parte deste trabalho aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura (NUSC) da UFRJ foram muito importantes. Também agradeço a Ítalo Morriconi, que participou da qualificação e da defesa da tese, e a Antonio Brasil Jr., Breno Bringel, Afrânio Garcia Jr., Lidiane Soares Rodrigues e Luís Augusto Campos por terem aceitado fazer parte da banca.

A realização dessa pesquisa não teria sido possível sem a interlocução de diversos editores e pesquisadores com os quais conversei ao longo do caminho, todos citados ao final do documento. Agradeço em especial a Ana Cristina Zahar e Mariana Zahar, respectivamente filha e neta de Jorge Zahar, que me receberam na sede da editora e me proporcionaram conversas que foram inspiradoras e esclarecedoras. O trabalho que elas realizam atualmente à frente da empresa é digno da história dessa empreitada iniciada há décadas.

Nos últimos anos de realização da pesquisa e escrita da tese estive vinculado como professor ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sou grato a todo o corpo docente e demais funcionários da universidade. Agradeço, em especial, a Marcela Beraldo de Oliveira e Felipe Maia, chefes de departamento durante o período em que eu estive vinculado ao quadro docente. Aos alunos e alunas que cruzaram meu caminho nesse período, agradeço bem mais do que as aulas prazerosas. O convívio constante e os diálogos foram inspiradores e me deram a certeza de estar no caminho certo.

As bibliotecas do CCBB-RJ e do IFCS/UFRJ foram parceiras fundamentais nesta empreitada, necessárias tanto nas minhas pesquisas bibliográficas quanto como espaço de leitura, reflexão e escrita. Agradeço aos atenciosos funcionários e aos investimentos que possibilitam a manutenção de espaços tão acolhedores. Há de se chegar o dia em que nosso país contará com as bibliotecas que precisa, espalhadas por toda parte, diminuindo as dificuldades enfrentadas por tantos leitores que teimam em estudar, mesmo quando tudo ao seu redor parece lhes estimular a seguir caminho contrário.

Diversas outras pessoas tiveram importância fundamental, seja contribuindo com a realização da pesquisa, seja apoiando, demonstrando afeto e atenção. A Juan Pedro Blois e Marcella Araújo sou especialmente grato pelas conversas e indicações de caminhos de pesquisa. Amigos e familiares foram sempre preciosos, pessoas com quem eu tenho tido a sorte de contar. A Rafaela, por todo carinho, meu muito obrigado sempre. Aos meus pais, agradeço o apoio ao longo de toda minha vida. Em especial a minha mãe sou grato pelas tantas horas que dedicou a ler comigo livros que alimentaram minha imaginação de criança. A leitura tornou-se gosto e se fez profissão, eis o que possibilitou a escrita desta tese e a escolha por uma vida dedicada ao conhecimento e aos livros.

RESUMO

SILVA, Leonardo Nóbrega da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. 2019. 288f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta tese trata da dinâmica de edição de ciências sociais no Brasil tomando como objeto de análise a trajetória da Zahar Editores entre os anos de 1957 e 1984. A Zahar Editores foi uma das mais importantes editoras brasileiras da segunda metade do século XX e teve uma atuação destacada na área de ciências sociais e humanas, contribuindo para a consolidação desse gênero editorial no país. Ganham destaque, dessa forma, as estratégias elaboradas pela editora na disputa com suas concorrentes, as redes de interação estabelecidas com intelectuais que participaram dos processos de seleção e formatação das obras, as linhas editoriais lançadas ao longo dos anos e os principais debates públicos nos quais ela teve atuação fundamental. Argumenta-se, assim, que a edição de livros e todos os saberes envolvidos nessa prática, são fundamentais para se compreender os elementos constitutivos de áreas específicas de conhecimento, como as ciências sociais e humanas, e seu engajamento em debates públicos mais amplos.

Palavras-chave: Edição. Ciências sociais. Zahar Editores.

ABSTRACT

SILVA, Leonardo Nóbrega da. *Publishing and Social Sciences in Brazil: Zahar Editores and the emergence of social sciences as a publishing genre (1957-1984)*. 2019. 288f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This thesis deals with the dynamics of social science publishing in Brazil, analyzing Zahar Editores's trajectory between 1957 and 1984. Zahar Editores was one of the most important Brazilian publishers of the second half of the twentieth century and had a performance highlighted in the area of social and human sciences, contributing to the consolidation of this publishing genre. In this way, the strategies developed by the publisher in the competition dynamics, the networks of interaction established with intellectuals that participated in the processes of selection and formatting of the books, the editorial lines launched over the years and the main public debates in which it played a fundamental role. It is argued, therefore, that the publishing, and all the knowledge involved in this practice, are fundamental to understand the constitutive elements of specific areas of knowledge like social and human sciences and their engagement in broader public debates.

Keywords: Publishing. Social sciences. Zahar Editores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|------------|--|-----|
| Figura 1- | Capa do Manual de Sociologia criada por Érico Monterosa..... | 90 |
| Figura 2- | Carta de Irving Louis Horowitz a Stanley Moore em 14 de dezembro de 1962..... | 93 |
| Figura 3- | Carta de Jorge Zahar a Irving Louis Horowitz..... | 122 |
| Figura 4- | Anúncio da coleção Textos Básicos de Ciências Sociais..... | 148 |
| Figura 5- | Considerações sobre editoras brasileiras - Arquivo confidencial da Divisão de Segurança e Informações..... | 175 |
| Figura 6- | Carta de Neuma Aguiar para Horowitz escrita no dia 18 de julho de 1969..... | 186 |
| Figura 7- | Carta de Neuma Aguiar para Horowitz escrita no dia 15 de agosto de 1969..... | 187 |
| Gráfico 1- | Principais origens nacionais dos autores da Zahar Editores (1957-1984)..... | 121 |
| Tabela 1- | Principais coleções criadas pela Zahar Editores (1957-1984)..... | 96 |
| Tabela 2- | Coleções de editoras estrangeiras publicadas pela Zahar Editores (1957-1984)..... | 100 |
| Tabela 3- | Expansão do número de matrículas nas universidades (1960-1984)..... | 109 |
| Tabela 4- | Países de origem dos livros da Zahar Editores (1957-1984)..... | 120 |
| Tabela 5- | Obras de Erich Fromm publicadas pela Zahar Editores..... | 127 |
| Tabela 6- | Livros e capítulos de C. Wright Mills publicados pela Zahar Editores..... | 140 |
| Tabela 7- | Livros da coleção Textos Básicos de Ciências Sociais..... | 153 |
| Tabela 8- | Cursos de pós-graduação (1961-1974)..... | 162 |
| Tabela 9- | Livros da Zahar Editores apreendidos pelo DOPS/RJ..... | 171 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| BNDE | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBL | Câmara Brasileira do Livro |
| CBPE | Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais |
| CEBRAP | Centro Brasileiro de Análise e Planejamento |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina |
| CESIT | Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho |
| CLAPCS | Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais |
| CNPq | Conselho Nacional de Pesquisa |
| COLTED | Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático |
| CONTAG | Confederação dos Trabalhadores da Agricultura |
| CPC | Centro Popular de Cultura |
| DOPS | Departamento de Ordem Política e Social |
| ELSP | Escola Livre de Sociologia e Política |
| FETAG-RJ | Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro |
| FINEP | Financiadora de Estudos e Projetos |
| FJN | Fundação Joaquim Nabuco |
| FLACSO | Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais |
| FNDCT | Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| FNFi | Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil |
| FUNTEC | Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico |
| GEIL | Grupo Executivo da Indústria do Livro |
| GEIPAG | Grupo Executivo da Indústria do Papel e das Artes Gráficas |
| IBESP | Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política |
| ICS | Instituto de Ciências Sociais |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos |
| INL | Instituto Nacional do Livro |
| ISEB | Instituto Superior de Estudos Brasileiros |

| | |
|--------|--|
| IUPERJ | Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro |
| PPGAS | Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social |
| SBPC | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência |
| SNEL | Sindicato Nacional dos Editores de Livros |
| SPHAN | Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| SUDENE | Superintendência Regional do Nordeste |
| UDF | Universidade do Distrito Federal |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UNAM | Universidad Nacional Autónoma de México |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| USAID | United States Agency for International Development |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| | INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1 | AS PRIMEIRAS COLEÇÕES DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA EMERGÊNCIA DE UM GÊNERO EDITORIAL..... | 29 |
| 1.1 | A geração de 1870 e a alteração do panorama intelectual brasileiro..... | 30 |
| 1.2 | A Era Vargas e a configuração da identidade nacional como projeto político..... | 35 |
| 1.3 | O início da institucionalização escolar e universitária das ciências sociais no Brasil..... | 41 |
| 1.4 | As coleções brasileiras: trajetórias editoriais..... | 43 |
| 1.5 | Considerações finais..... | 52 |
| 2 | JORGE ZAHAR E A SOCIALIZAÇÃO DE UM EDITOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS..... | 54 |
| 2.1 | Percurso biográfico de Jorge Zahar: socialização de um editor de ciências sociais..... | 55 |
| 2.1.1. | <u>A configuração de um espaço editorial latino-americano.....</u> | <u>59</u> |
| 2.1.2 | <u>A livraria LER e a aproximação com o universo das ciências sociais no Rio de Janeiro.....</u> | <u>62</u> |
| 2.2 | A modernização da sociedade brasileira no período democrático (1945-1964)..... | 65 |
| 2.3 | Panorama das ciências sociais no Rio de Janeiro..... | 69 |
| 2.4 | A publicação do pensamento comunista no Brasil e a configuração de projetos editoriais de esquerda..... | 77 |
| 2.5 | Considerações finais..... | 84 |
| 3 | A ZAHAR EDITORES E A FORMAÇÃO DO CATÁLOGO (1957-1965)..... | 85 |
| 3.1 | O Manual de Sociologia e o início das atividades da Zahar Editores..... | 86 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 3.2 | A continuidade das coleções brasileiras: uma análise das coleções Retratos do Brasil e Corpo e Alma do Brasil..... | 103 |
| 3.3 | A Biblioteca de Ciências Sociais: formação de coleções universitárias e as mudanças no cenário intelectual..... | 107 |
| 3.3.1 | <u>As bibliotecas universitárias como paradigma editorial.....</u> | 110 |
| 3.3.2 | <u>As traduções como política editorial.....</u> | 114 |
| 3.4 | A recepção do pensamento crítico norte-americano..... | 122 |
| 3.4.1 | <u>Erich Fromm: o pensamento da Escola de Frankfurt no Brasil dos anos 1960.....</u> | 123 |
| 3.4.2 | <u>A revista socialista Monthly Review e a centralidade dos vínculos estrangeiros na Zahar Editores.....</u> | 128 |
| 3.4.3 | <u>C. Wright Mills, o ressurgimento do intelectual público nos Estados Unidos e o contexto da Nova Esquerda.....</u> | 136 |
| 3.5 | Considerações finais..... | 143 |
| 4 | A COLEÇÃO TEXTOS BÁSICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS, A REFORMA UNIVERSITÁRIA E O RECRUDESCIMENTO DO SISTEMA REPRESSIVO (1966-1973)..... | 144 |
| 4.1 | A coleção Textos Básicos de Ciências Sociais..... | 145 |
| 4.2 | A Reforma Educacional de 1968 e a expansão da pós-graduação no Brasil..... | 158 |
| 4.3 | A relação entre política e intelectualidade: hegemonia cultural da esquerda e a construção de uma nova subjetividade coletiva..... | 163 |
| 4.4 | Repressão e censura no mercado editorial brasileiro..... | 169 |
| 4.5 | As críticas às teorias da modernização: o debate sobre desenvolvimento e dependência no catálogo da Zahar Editores..... | 178 |
| 4.6 | Crise no mercado editorial e fim da parceria entre os irmãos..... | 183 |
| 4.7 | Considerações finais..... | 188 |
| 5 | ABERTURA DEMOCRÁTICA E A FRAGMENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (1974-1984)..... | 189 |
| 5.1 | A consolidação da pós-graduação no Brasil e a Coleção Antropologia Social..... | 190 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 5.2 | Questões agrárias e agência política na coleção Agricultura e Sociedade..... | 198 |
| 5.3 | Os estudos urbanos no Rio de Janeiro..... | 203 |
| 5.4 | A institucionalização universitária dos debates sobre gênero e a interação com o mercado editorial..... | 208 |
| 5.5 | O fim da editora e o estabelecimento de um novo tempo no mercado editorial..... | 211 |
| 5.6 | Considerações finais..... | 218 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 220 |
| | REFERÊNCIAS..... | 222 |
| | APÊNDICE A - Lista de entrevistados..... | 237 |
| | APÊNDICE B - Catálogo..... | 238 |

INTRODUÇÃO

A Zahar Editores foi uma das mais importantes editoras brasileiras da segunda metade do século XX. Fundada em dezembro de 1956 por Jorge Zahar e seus irmãos Ernesto e Lucien, a editora construiu um catálogo com foco principal em ciências sociais e humanas. Inicialmente investiu na tradução de autores estrangeiros, privilegiando textos clássicos, livros de introdução e divulgação, compilações e trabalhos monográficos. Posteriormente, e de forma paralela às traduções, passou a investir na publicação de autores brasileiros, a maioria deles institucionalmente ligada às universidades e aos programas de pós-graduação que passaram a se expandir nos anos 1970.

Cada vez mais presentes em coleções editoriais diversas - principalmente a partir dos anos 1940, como se deu no caso das coleções brasileiras -, as ciências sociais passaram a ocupar um lugar de destaque no mercado editorial brasileiro e nos debates públicos da segunda metade do século XX. Tal configuração está diretamente relacionada à emergência de um conjunto de produtores especializados formados nos cursos de ciências sociais, ao surgimento de editores com condições materiais, o que possibilitou os investimentos necessários na produção de livros, e ao aparecimento de um público leitor suficientemente grande e com capacidade de compra, o que viabilizou tais publicações. Tais modificações foram possibilitadas tanto pela expansão do sistema educacional nacional quanto pelo desenvolvimento de um mercado consumidor interno.

Esta tese tem como objetivo apresentar uma análise da dinâmica de edição de ciências sociais no Brasil entre 1957 e 1984, tomando a trajetória da Zahar Editores como um caso privilegiado para se realizar uma avaliação abrangente do universo em questão. Tomando como questão central o papel da edição na configuração das ciências sociais no Brasil, buscou-se identificar, na relação entre a produção de conhecimento especializado e sua publicação em livro, elementos explicativos para a emergência de agendas de pesquisa, temas, autores e a configuração de debates públicos. Ganham destaque, na análise da atuação da Zahar Editores no universo das ciências sociais e humanas no Brasil, as estratégias elaboradas pela editora para se inserir no campo editorial diante de outras editoras concorrentes, as redes de interação forjadas com intelectuais brasileiros e estrangeiros, as linhas editoriais lançadas ao longo dos anos e os debates públicos nos quais ela teve atuação fundamental. Argumenta-se que a Zahar Editores foi um agente central na configuração das ciências sociais brasileiras na segunda metade do século XX e contribuiu tanto para a recepção de ideias oriundas de países estrangeiros centrais, por meio de uma política editorial voltada primordialmente para a

tradução, quanto com a conformação de uma comunidade intelectual nacional, por meio da publicação de autores brasileiros.

Material de pesquisa

Grande parte do material analisado nesta pesquisa teve como ponto de partida o caderno de anotações deixado por Jorge Zahar e disponibilizado para consulta por sua filha Ana Cristina Zahar. O “livrão”, como era chamado pelo editor, é um documento raro no meio editorial, pois as empresas não costumam guardar seus documentos antigos ou investir na organização de suas memórias. Em amareladas folhas pautadas, Jorge Zahar anotou linha a linha as informações sobre os livros publicados até os últimos dias de funcionamento da empresa que criou com os irmãos em 1956. As informações serviram para a reconstituição do catálogo da Zahar Editores, junto à consulta aos sistemas de busca das bibliotecas da UFRJ, USP, UERJ, PUC-RJ, CCBB, UFPE e UNICAP. Nessas bibliotecas foi possível acessar dados das obras publicadas e vários dos exemplares físicos, permitindo confirmar informações disponibilizadas no caderno de anotações, complementar dados faltantes e mesmo corrigir algumas poucas imprecisões. O resultado foi a elaboração de uma lista a mais fidedigna possível dos quase 1200 títulos publicados pela Zahar Editores em 27 anos de atuação (Apêndice B). Somaram-se a esses esforços a realização de diversas entrevistas com editores e cientistas sociais (Apêndice A), a pesquisa em jornais de grande circulação na segunda metade do século XX - acessados por meio do portal online da Hemeroteca Nacional -, além do acesso a documentos relacionados à atuação da editora, dentre eles o acervo de cartas do sociólogo norte-americano Irving Louis Horowitz disponibilizadas no acervo da Pennsylvania State University Libraries¹.

Além do acesso às fontes primárias, a pesquisa realizada nesta tese se beneficiou de estudos recentes realizados sobre a Zahar Editores. A comemoração dos 50 anos de fundação da editora, em 2017, foi o pontapé inicial dado pelos próprios familiares de Jorge Zahar para a encomenda do livro *A Marca do Z: a vida e os tempos do editor Jorge Zahar*, biografia escrita por Paulo Roberto Pires (2017). Este lançamento se deu pouco tempo depois da realização da dissertação de mestrado de Danielle Rosa Paul (2015) intitulada *História em catálogos: um estudo da política editorial da Zahar de 2001 a 2014* e ao mesmo tempo em que se realizavam

¹ Agradeço a Juan Pedro Blois por me informar da existência deste material.

a pesquisa dessa tese e a tese de Fabiano Cataldo Azevedo (2018) *Editar livros, sonho de livreiros: os Zahar e o livro no Brasil (1940-1970)*, demarcando não só uma efeméride, mas um processo histórico de consagração editorial. Se, por um lado, esse processo de consagração permite maior acesso a informações sobre a trajetória da editora, por outro pode levar à construção de um universo de crenças compartilhadas baseadas numa perspectiva anacrônica. Os elementos que constituem aquilo que Bourdieu (2008a, cap. 3) chamou de *ilusão biográfica* costumam estar presentes na reconstrução de eventos dessa natureza, em que os esforços para se construir uma narrativa coerente e linear acaba por fazer subsumir alguns nuances explicativos que interessam aos propósitos da explicação sociológica.

É de se notar, dessa forma, a relevância das análises interpretativas que passaram a ser realizadas sobre a Zahar Editores, abrindo-se agendas de pesquisa sobre as mais diversas frentes de atuação da editora. Se a compreensão de um contexto como o da resistência à ditadura militar no Brasil, por exemplo, passou a levar em consideração a editora Civilização Brasileira como agente fundamental – tendo em vista a grande quantidade de trabalhos que se dedicaram a compreender a atuação de Ênio Silveira no período-, fazem falta análises que levem em consideração a atuação da Zahar Editores na configuração das ciências sociais brasileiras. Tendo sido uma das primeiras editoras a se identificar primordialmente com a publicação de ciências sociais, com um catálogo bastante amplo e significativo, a Zahar Editores é, como defende essa tese, um caso privilegiado para se analisar a configuração das ciências sociais no Brasil na segunda metade do século XX.

As ciências sociais como gênero editorial

Entre as décadas de 1950 e 1970 as ciências sociais brasileiras passaram por um período de expansão e consolidação, vindo a se estabelecer como referência fundamental nos debates políticos e intelectuais. Diversas pesquisas examinaram as condições institucionais desse processo, com ênfase na criação de cursos universitários, institutos de pesquisa e programas de pós-graduação (CARVALHO, 2015; MICELI, 1989, 1995a; TRINDADE, 2007), na trajetória dos intelectuais ou grupos de maior destaque (ARRUDA, 1995; BASTOS, 2002; BRASIL JR, 2013; RODRIGUES, 2011), nos mecanismos de financiamento (MICELI, 1995b), no engajamento nos debates públicos e na interpretação do país (BOM JARDIM, 2013; VILLAS

BÔAS, 2007), nas revistas especializados (JACKSON, 2004), dentre outros². Poucas pesquisas, entretanto, ocuparam-se das condições materiais de inscrição e circulação das ideias produzidas pelos cientistas sociais em livros, seja tratando da trajetória de editoras fundamentais para a consolidação desse processo, seja nas interações estabelecidas entre intelectuais e empresas editoriais. A pesquisa realizada por Heloísa Pontes (1989) sobre as coleções brasileiras entre as décadas de 1930 a 1950 figura como uma das raras e inspiradoras iniciativas neste sentido.

Os livros são centrais na prática das ciências sociais e humanas e fundamentam grande parte das discussões no âmbito das suas disciplinas: seja na formação de novos profissionais, na discussão acadêmica, na alimentação de novas pesquisas ou no engajamento de seus intelectuais nos debates públicos. Distinguem-se das revistas especializadas por estabelecerem princípios distintos de seleção, interação com o público leitor, financiamento, distribuição e venda. De forma a qualificar satisfatoriamente este universo e sua relação com as disciplinas acadêmicas, é necessário compreender o papel da edição na configuração das ciências sociais.

O número de pesquisas sobre trajetórias editoriais têm crescido nos últimos anos, revelando-se um efervescente campo de estudos. São tratados sobretudo temas como a literatura (KORACAKIS, 2006; MICELI, 2001a, cap. 2; SORÁ, 2010), a circulação de ideias políticas (DEAECTO, 2013; LOVATTO, 2013; MOTTA, 1994; SECCO, 2013, 2017), o contexto de resistência a regimes autoritários (CZAJKA, 2005, 2009; LEMOS, 2016; REIMÃO, 2004, 2011; VIEIRA, 1998), a configuração de debates disciplinares (FRANZINI, 2006; MARCHETTI, 2016), dentre outros. Faltam, entretanto, análises que deem conta de compreender as relações estabelecidas entre o mercado editorial e o processo de consolidação de disciplinas universitárias como as ciências sociais, com atenção especial para seus desdobramentos temáticos e a emergência de intelectuais que passaram a estabelecer vínculos de colaboração com as empresas editoriais de forma a dotar de maior amplitude e novas configurações os debates que se iniciaram no âmbito das universidades.

Neste contexto, e de forma distinta ao que se enfatiza nos estudos focados no desenvolvimento institucional, mais que como uma disciplina universitária, as ciências sociais devem ser compreendidas como um gênero editorial (SORÁ, 2004), o que implica pensar que o universo das ciências sociais em livro não é um simples reflexo do seu universo acadêmico, mas uma condição de possibilidade deste. Busca-se, dessa forma, observar o conjunto de

² Os estudos citados não são exaustivos. Servem apenas para demarcar a diversidade de pesquisas que contribuíram para compreender a trajetória das ciências sociais no Brasil e chamar a atenção para universos ainda pouco explorados, como é o caso das pesquisas sobre edição.

práticas culturais e saberes especializados que estão além da atividade universitária, mas cuja contribuição é essencial para o estabelecimento de esferas significativas de debate e ressonância pública.

Edição como atividade intermediária e objeto de conhecimento sociológico

No cerne das pesquisas sobre o livro e a edição está a concepção de que as formas de materialização e circulação de ideias, diferente do que pretende a crença romântica do trabalho intelectual como atividade individual e transcendental, desempenha papel fundamental na configuração do universo intelectual e no estabelecimento de uma esfera pública. A publicação em 1957 de *L'Apparition du livre*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, pode ser tomada como o marco moderno das pesquisas sobre o livro e a edição, mas é somente na década de 1980, entretanto, que passam a ser realizados estudos com maior regularidade, podendo-se falar na constituição de um campo de pesquisas propriamente dito, agregando não somente os diagnósticos e prognósticos do setor livreiro e as análises sobre cultura nacional, trajetórias intelectuais e pensamento social que tomam o livro como aspecto mais ou menos relevante – como costumava ser realizado –, mas estudos especificamente centrados na edição e nos editores (SORÁ, 2010).

A publicação em 1985 de *O Livro no Brasil (sua história)*, tese de doutoramento do bibliotecário inglês Laurence Hallewell, é vista como um marco na inauguração desse debate em âmbito nacional. Tem-se, desde então, um crescimento no número de teses e dissertações dedicadas ao tema, o surgimento de congressos, publicações especializadas, linhas editoriais e a formação de uma rede de pesquisadores nacionais e de outros países que se encontram periodicamente para tratar de suas pesquisas tendo os livros e a edição como eixo agregador. Embora não seja objetivo desse tópico tratar do processo de institucionalização dos estudos sobre o livro e a edição no Brasil, é importante mencionar alguns elementos que demarcam os desdobramentos que as investigações nessa área tiveram nas últimas três décadas e os limites encontrados em alguns campos disciplinares, marcadamente o das ciências sociais. Além de uma série de teses, dissertações, livros e artigos - vários dos quais estão citadas ao longo desse trabalho -, é possível destacar, como eventos fundantes, a criação em 1994 do Grupo de

Pesquisa de Produção Editorial vinculado à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), o Congresso de História do Livro e da Leitura no Brasil (com edições em Campinas nos anos de 1998 e 2003) e o Seminário sobre o Livro e a História da Leitura no Brasil (com edições no Rio de Janeiro em 2004 e 2009). São desdobramentos desses encontros a criação de grupos como o Núcleo de Pesquisas sobre Livro e História Editorial no Brasil, vinculado à UFF, e o Núcleo de Estudos do Livro e da Edição, da USP, que publica a revista *Livro*. Editoras como a Com-Arte (editora-laboratório vinculada ao curso de Editoração da USP e que atua em parceria com a Edusp), a Ateliê Editorial e a Editora da Unesp também vêm contribuindo com o lançamento de linhas editoriais específicas sobre a história do livro e da edição, seja pulicando a produção nacional sobre o tema, seja traduzindo obras de autores estrangeiros.

Nota-se, desta forma, que, apesar de uma significativa contribuição de teses e dissertações oriundas de programas de pós-graduação nas áreas de ciências sociais, principalmente de sociologia e antropologia, além de contribuições oriundas da história, os esforços de institucionalização dos estudos sobre o tema têm sido vinculados majoritariamente à área de comunicação. Esse traço parece estar de acordo com uma certa resistência da sociologia aos estudos sobre mídia e demais intermediários culturais, configurando-se como um “ponto cego” na sociologia da cultura no Brasil (ROCHA, 2011).

A atividade de edição faz parte de um sistema amplo de produção e circulação de conhecimento que conta também com livrarias, gráficas, universidades, bibliotecas, jornais, revistas, eventos literários, escritores e leitores (DARNTON, 2010; THOMPSON, 2005, 2013). Analisar as ciências sociais como gênero editorial significa, portanto, compreender o universo da edição, a interação entre seus atores, a construção de redes, relações institucionais e a capacidade dos livros, seus autores e leitores, se envolverem em um debate público (DARNTON, 1993; HABERMAS, 2014; THOMPSON, 2014). Nesse universo, a atividade editorial ocupa espaço fundamental de atividade intermediária entre o texto escrito e o leitor (MEDEIROS, 2010), propondo obras, linhas editoriais e estabelecendo vínculos com o leitor, gerando ressonâncias e possibilitando novas configurações.

As observações de Bourdieu (2007, cap. 3, 2008a, cap. 6) sobre os mercados de bens simbólicos são de grande importância para se compreender as especificidades inerentes à produção, comercialização e circulação do livro. Atua neste universo um discurso de “recusa do econômico” cuja intenção é a de relegar a segundo plano os lucros pecuniários auferidos na atividade editorial, costumando-se destacar como incentivo à realização da atividade a

contribuição cultural e intelectual que dela decorre, embora estejam em disputa outros ganhos simbólicos nem sempre explicitados, tal como o prestígio. É como parte deste universo que se pode compreender a lógica de funcionamento do campo editorial (BOURDIEU, 1999a) como um espaço social relativamente autônomo capaz de retraduzir nos termos da sua própria lógica elementos oriundos de outros campos – como o político e o econômico –, com diversos agentes ocupando posições de maior ou menor centralidade, em subespaços específicos de concorrência, a depender do acesso a bens e recursos internamente valorizados.

A noção de trajetória (BOURDIEU, 2008a, cap. 3) dá conta de estabelecer as diferentes posições ocupadas pelos agentes em épocas e condições distintas de configuração dos campos nos quais atuam e que estão em constante processo de modificação, chamando a atenção para o sistema de disposições duráveis e transponíveis – identificado no conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1983, cap. 2, 1989, cap. 3, 2013; WACQUANT, 2017) – que dota os agentes de crenças compartilhadas e distintas condições de disputa. Este universo teórico, como se pode ver ao longo da tese, estabelece questionamentos fundamentais para se compreender os recursos e estratégias mobilizadas pela Zahar Editores, embora sejam necessários outros aportes teóricos que ajudem a trazer questionamentos que não são diretamente abordados pelo autor, como vai ser desenvolvido no tópico seguinte.

A atividade editorial pressupõe, portanto, um saber especializado e práticas culturais relacionadas ao seu funcionamento interno. Dentre esses saberes especializados está o trato com o *ciclo editorial* pelo qual um livro passa no decorrer de sua vida, que envolve a escolha do texto a ser editado, a tiragem e o preço de capa, a decisão por realizar reimpressão ou a retirada de circulação, etc. As decisões editoriais relativas ao ciclo editorial de um livro estão intimamente relacionadas à *cadeia editorial* como um todo, o que envolve a rede de organizações e atividades relacionadas à publicação, distribuição e venda do livro (THOMPSON, 2005). A disposição destas diversas formas de conhecimento e a relação entre elas é fundamental para o posicionamento de uma editora no seu universo de atuação.

Como um espaço de interações, o campo editorial está em constante modificação, alterando-se as regras internas de seu funcionamento e as lógicas de valorização à medida que novos atores surgem ou novas condições são impostas. Algumas vezes o surgimento de editoras tem a capacidade de estabelecer novos esquemas de produção, percepção e valorização do que se considera um “bom livro”, agindo como vanguardas no sentido de produzir um novo tempo e estabelecer novos parâmetros a partir dos quais os subespaços de concorrência vão se redefinir (SORÁ, 1997, p. 151). Desta forma, as oposições no campo editorial se estabelecem em

direções distintas e com lógicas de atuação bastante diferenciadas. A oposição entre os polos comercial e cultural funciona como um dos princípios de diferenciação mais efetivos na medida em que cria espaços de concorrência distintos, com lógicas próprias de seleção de obras, circulação, divulgação, comercialização e interação com o público. Pode-se dizer, de forma aproximada e com fins analíticos, que as editoras culturais se opõem às editoras comerciais pela pretensão de intervir nos debates públicos, contribuir intelectualmente e produzir obras de venda mais lenta e de longo prazo, distintas, portanto, das editoras de perfil mais comercial que privilegiam a publicação de livros de venda rápida cuja aceitação do público já é esperada e cujo ciclo tem um tempo mais curto, saindo do catálogo pouco depois de lançado.

As editoras de perfil literário ou acadêmico, como no caso da Zahar Editores, são mais comumente associadas ao polo cultural, em que a autoria dos livros assume uma função importante (CHARTIER, 1994, cap. 2; FOUCAULT, 1984; SANTORO; SAPIRO, 2017), servindo como princípio de seleção, tomada de posicionamento nos debates públicos e elemento de prestígio para a editora. É de se notar também que a editora, na medida em que se estabelece como agente central no subespaço de concorrência do campo editorial, passa a exercer papel análogo ao da autoria, na medida em que é capaz de transferir aos autores e livros publicados o prestígio acumulado pela sua atuação editorial. A confiança (LUHMANN, 2006, cap. 2) é, portanto, elemento fundamental, transferindo aos leitores a expectativa de que as obras selecionadas sigam um princípio de classificação condizente com as seleções pretéritas. Esta lógica de atuação tem a capacidade de institucionalizar a atuação de uma editora que no início se pretendia de vanguarda, estabilizando os princípios de seleção até então inovadores, alçando a editora a uma posição de consagração e levando-a, inevitavelmente, a um processo de envelhecimento social.

Pensar a edição de ciências sociais no Brasil significa, portanto, pensar a interação entre as ciências sociais como disciplina institucionalizada, incluindo aí seus intelectuais e público leitor, e o mercado editorial, campo social dotado de dinâmica própria relativamente autônoma. A edição, assim, é entendida como um universo social capaz de articular diferentes estratégias e estabelecer um processo de legitimação mútua com o universo intelectual. É fundamental pensar como os cientistas sociais e editores interagem entre si para disseminar conhecimento, de que forma condicionantes sociais influenciam esse processo, qual a relação que estabelece com o público e como as dinâmicas de produção e distribuição de conhecimento afetam categorias de análise social.

Intelectuais e o debate público

A publicação de um livro tem, muitas vezes, a capacidade de fazer com que debates restritos ao universo de especialistas alcance uma audiência mais ampla. Para isso contribuem diversos fatores relacionados ao universo editorial como as escolhas vinculadas à produção do livro (projeto gráfico, paratextos, revisão, tradução), os mecanismos de divulgação e o alcance e os caminhos da distribuição. Um mesmo texto editado e publicado por editoras distintas tende a ter destinos os mais diversos, sendo esta, portanto, uma dimensão da atividade intelectual que não pode ser desprezada. A análise satisfatória desse universo exige a elaboração de estratégias teóricas que permitam investigar os mecanismos que operam na consolidação dos debates disciplinares e possibilitam seu engajamento com um público mais amplo de não-especialistas. Trata-se, em grande medida, de evitar a ênfase excessiva na agência individual como elemento explicativo e observar as interações estabelecidas entre atores distintos que são fundamentais para sua configuração.

A abordagem da edição como objeto de conhecimento sociológico permite que se vá além da atividade individual e se observe os processos competitivos e de transação de capitais que possibilitam a formação de trajetórias distintas. Trata-se, portanto, de avançar na discussão sobre o processo de interação que faz parte da atividade intelectual, possibilitando tanto fugir das explicações simplificadoras que recorrem à agência individual como elemento analítico quanto determinar formas coletivas, mais ou menos conscientes e centradas, de atuação intelectual e política. A teoria dos campos de Bourdieu, embora tenha os méritos apontados no tópico anterior, é bastante insensível à relação entre os agentes de produção e o público ao qual eles se dirigem, além de estabelecer mecanismos bastante rígidos de condicionamento dos agentes – como na noção de habitus -, e dar pouca atenção às dinâmicas de atuação coletiva. O público leitor, como se poderá ver ao longo desta tese, teve, durante o período aqui analisado, um papel fundamental, participando, junto aos intelectuais, artistas, editores e demais membros das classes médias intelectualizadas de meados do século XX no Brasil, de uma estrutura de sentimentos (WILLIAMS, 1977, cap. 9) que era ao mesmo tempo romântica e revolucionária (RIDENTI, 2005, 2010, 2014). O slogan “A cultura a serviço do progresso social”, que passou a estampar as capas dos livros da Zahar Editores a partir de 1960, sintetizava não apenas uma carta de princípios – posição em relação à qual a editora pretendeu se vincular -, mas a experiência compartilhada de parte significativa de uma geração que, embalada pelo

pensamento progressista em voga, iria encontrar nas publicações da editora um suporte nas disputas sociais que se instalaram nos anos 1950 e, de forma mais intensa, na luta contra o governo autoritário instaurado pelo golpe de 1964.

A teoria da subjetividade coletiva desenvolvida por José Maurício Domingues (1995, 1999, 2004, cap. 1) apresenta contribuição fundamental para a compreensão da atuação dos intelectuais como um sistema social mais amplo do qual fazem parte não só os produtores de ideias, mas aqueles que as debatem, criticam, divulgam, estabelecem apropriações e as aplicam em diversas formas de atuação política e social. Esta perspectiva permite tanto trazer um maior grau de complexidade à teoria dos campos de Bourdieu, ao dotar de agência criativa atores que não necessariamente se vinculam ao campo restrito da produção, quanto dotar de intencionalidade e esforços organizativos a dimensão dispersa que se encontra em uma noção como a de estrutura de sentimentos.

Os grupos intelectualizados, apesar de formarem uma subjetividade coletiva em geral bastante heterogênea e dispersa, são capazes de elaborar mecanismos de atuação coletiva. A concepção identitária e o nível de organização do grupo são mecanismos determinantes para o estabelecimento de um maior ou menor centramento dos comandos decisórios e algum grau de intencionalidade envolvido na sua atuação. Nota-se, desta forma, que a concepção coletiva de agência inerente ao conceito de subjetividade coletiva tem o mérito tanto de descentrar o ator individual como elemento explicativo para a elaboração de ideias e de debates públicos quanto de apontar mecanismos fundamentais de ação de grupos amplos e dispersos que, por parecerem amorfos, tendem a ser alvo de elaborações teóricas apenas contextuais. Esses grupos devem, portanto, ser entendidos como formando uma teia de interações da qual fazem parte intelectuais, estudantes, militantes políticos, editores, livreiros e jornalistas que, configurando-se como um sistema social, participam da elaboração de representações da realidade e formulam suas propostas de identidade, difundidas em linhas gerais de pensamento e atuação (DOMINGUES, 2003).

Patrick Baert (2011, 2015), ao analisar o súbito crescimento da popularidade do existencialismo francês, especialmente centrado na figura de Jean Paul Sartre, em meados de 1940, leva em consideração o papel exercido pela editora Gallimard como aglutinadora de tais intelectuais, fato que já havia sido destacado por Randall Collins (1998, cap. 14). Baert explica que, por circunstâncias sócio-políticas decorrentes da Segunda Guerra Mundial, como o debate em torno do antissemitismo, alguns intelectuais estabelecidos à época na França começaram a perder legitimidade, abrindo espaço para novas linhas editoriais e debates públicos. Atenção

especial é dada às diversas formas de intervenção e posicionamento intelectual (*positioning theory*)³, tais como artigos de jornal, discursos no rádio, palestras e principalmente a publicação de livros. Tais publicações e intervenções fizeram com que os debates intelectuais extrapolassem aquilo que denomina de arena intra-intelectual (*intra-intellectual arena*), concernente a atuação estritamente entre pares – ou seja, entre aqueles que produzem produtos intelectuais relativamente inovadores -, e alcançassem a arena intelectual pública (*public intellectual arena*), que diz respeito a um público mais amplo e diverso, cujo funcionamento, pela própria configuração, é mais dependente do relacionamento com os meios de comunicação e as editoras, que tratam de parafrasear e reverberar aqueles produtos intelectuais gerados na esfera de atuação mais restrita. A efetividade e capacidade de ressonância de um conjunto de ideias que deixa a arena intra-intelectual e passa a figurar na arena intelectual pública depende em grande medida, além do apelo público e da pertinência de tais ideias com relação ao clima cultural estabelecido, das conexões que os intelectuais conseguem estabelecer com os agentes intermediários como os jornalistas, críticos e agentes do mercado editorial.

É nesse mesmo sentido que o historiador Robert Darnton (1993) considera como “efeito livro” a capacidade que os materiais escritos têm, em contraposição à comunicação oral, de promover enunciados com maior capacidade de conservação, difusão, cristalização, amplificação e autoridade, além do fato de se poder estabelecer um relato mais coerente ao se construir, por meio da escrita, processos narrativos de maior fôlego. Os livros são, portanto, entendidos como um artefato fundamental no estabelecimento de discussões políticas mais amplas, possibilitadas, em grande medida, pela capacidade de se extrapolar universos bastante restritos de discussão e alcançar esferas mais amplas.

É necessário atentar para as formas como se estabelecem a agência da rede de interações intelectuais, como se constitui a receptividade do público para as ideias geradas e como elas

³ A proposta de Patrick Baert (2012, 2015, cap. 7) de uma teoria do posicionamento dos intelectuais (*positioning theory*) considera discursos, livros ou quaisquer outros produtos intelectuais levando em consideração os aspectos performáticos (estratégias retóricas, formação de redes) e aspectos relacionais (o que significa dizer que a intervenção intelectual não tem valor em si, mas este depende do status, posição, trajetória do autor e dos outros intelectuais relacionados, bem como do contexto político-social em que está inserido). Partindo do princípio de que qualquer intervenção intelectual, seja escrevendo ou falando, envolve posicionamento, esta perspectiva demarca a capacidade do intelectual de atribuir características a si e alterá-las no decorrer de interações, atentando, entretanto, para os riscos envolvidos nesta manobra. Apesar de reconhecer uma espécie de intenção na ação dos atores, distancia-se deste universo por considerar empiricamente intangível e pouco proeminente em termos de explicação sociológica, sendo mais efetiva, argumenta, a análise dos efeitos do posicionamento dos intelectuais. Como deixa claro ao tratar de Sartre: “Os efeitos falam mais alto que as palavras: independentemente das intenções de Sartre, suas intervenções intelectuais deram a ele reconhecimento simbólico e ajudaram na difusão de suas ideias” (Baert, 2012: 319, tradução minha).

são adaptadas e aclimatadas às diferentes audiências. Baert chama atenção para este ponto ao indicar as dificuldades que várias das teorias que versam sobre o papel social dos intelectuais têm ao tratar este universo como um sistema relativamente fechado e autônomo, não tratando de forma satisfatória das interações estabelecidas com o contexto sócio-político. É fundamental neste sentido atentar à dimensão das “experiências compartilhadas” (*shared experiences*) (BAERT, 2015, p. 13), que ajudam, em grande medida, a explicar o apelo público que certos temas alcançam. As ideias, como afirma, tenderão a se disseminar de forma mais eficiente se tiverem ressonância entre as classes escolarizadas (2015, p. 17).

A formação de redes é, desta forma, elemento fundamental na atividade intelectual. A interação entre intelectuais é o que possibilita a criação de mecanismos de estímulo e constrangimento, disputa e colaboração, propiciando a formação e a disseminação destas ideias. A concepção de cadeias rituais de interação (*interaction ritual chains*) de Randall Collins (2004) vai no caminho das propostas aqui aventadas no sentido de superar a agência individual dos intelectuais como portadores das ideias, tomando as redes de interação como locais privilegiados de criação. Desta forma, não se trata de avaliar a atuação de um intelectual específico que por um suposto brilhantismo ou capacidade inovadora tenha sido capaz de gerar novas ideias, mas sim a rede de interações em que se insere, trançada por diversos intelectuais que, em atuação conjunta e por diversos mecanismos, foi capaz de dar vazão à esforços criativos. O contato com mecanismos de difusão, como os meios de comunicação de grande alcance, as revistas especializadas e as editoras fazem tais ideias reverberarem entre um público mais amplo. A perspectiva do ator-rede de Bruno Latour (2012), embora não seja assumida aqui em sua totalidade, pode ser entendida de forma complementar a este pensamento na medida em que agrega nestas redes a importância de atores não-humanos – os chamados actantes – possibilitando considerar os livros como elementos fundamentais na formação das redes de interação.

As reflexões realizadas por Niklas Luhmann sobre a importância do que ele chama de meios de difusão ajudam a compreender a importância da circulação de conhecimento para a constituição dos diversos sistemas que compõem a sociedade⁴. A ciência moderna (1989, 2006,

⁴ Os sistemas luhmannianos são fechados, definidos justamente pelo que os diferencia de tudo aquilo que não faz parte do sistema – chamado de ambiente - e têm a capacidade de se reproduzirem a si mesmos – por isso são chamados de autopoieticos – através de processos comunicativos responsáveis por diminuir a complexidade do sistema social. Apesar de o ambiente não participar ativamente na comunicação do sistema, ele promove irritações de forma que o sistema possa processar tais irritações e operar através de processos internos, por um mecanismo chamado de acoplamento estrutural. É importante se notar, portanto, que na sua concepção o sistema é operacionalmente fechado, mas cognitivamente aberto, possibilitando tais intercâmbios a partir de irritações

cap. 1, 2010) emerge como sistema social ao se diferenciar do conhecimento gerado pelo restante da sociedade. Essa diferenciação se dá a partir de operações teóricas e metodológicas específicas que passam a fazer parte do processo comunicativo promotor de generalizações simbólicas, responsáveis pela autopoiesis do sistema. Luhmann (2006, cap. 2) chama atenção, entretanto, para o fato de que o desenvolvimento de técnicas de impressão e difusão de obras – chamadas por ele de meios de difusão - foram fundamentais para que a ciência se constituísse historicamente como sistema, ganhasse fôlego e maior alcance, impulsionando, portanto, seu próprio processo de diferenciação. Os meios de difusão são responsáveis pela “redundância social” da comunicação dos sistemas, ampliando seu círculo de receptores, mas não podendo ser considerados como uma forma própria de comunicação, já que não geram simbolizações generalizáveis nos termos próprios do sistema. Tendo em vista que a comunicação é formada pela síntese de três diferentes etapas - quais sejam, a informação, a mensagem e a compreensão - é fundamental observar a interferência que a escritura e a disseminação de materiais impressos impõe. Os materiais impressos promovem uma ruptura tempo-espacial na comunicação, que passa a não mais depender da interação face-a-face⁵, separando a veiculação da informação, a constituição da mensagem e a compreensão por parte do interlocutor. Tendo em vista o maior número de pessoas a serem alcançadas pelos meios de difusão, a comunicação torna-se mais ampla, embora também mais insegura, na medida em que diminui o controle entre a mensagem e as diversas possibilidades de compreensão. Tanto pela ruptura espaço-temporal quanto pelo aumento das incertezas - e a conseqüente necessidade de instâncias de filtragem e legitimação -, os materiais impressos e os agentes envolvidos na sua configuração devem ser considerados fundamentais ao se tratar de um sistema social como o científico.

A formação de redes de interação entre os intelectuais e os laços estabelecidos entre estes e os editores são, portanto, fundamentais para a disseminação do conhecimento gerado e para o estabelecimento de debates mais amplos. O foco na formação de redes de interação tem o mérito de tirar do centro das atenções o intelectual de forma individual, considerando as ideias e o alcance público como resultado dos mecanismos de cooperação, competição, divulgação etc. É, dessa forma, fundamental se observar a formação de circuitos intelectuais relativamente autônomos que dependem, inevitavelmente, da existência de mecanismos de difusão de ideias, tendo as editoras um papel histórico nesse processo, como se deu, por exemplo, com a criação

entre o sistema e o ambiente. A noção de interação, existente na comunicação como código específico do sistema social, é que estabelece a dinâmica das relações sociais.

⁵ Também observado por autores como Anthony Giddens (1991), Elizabeth Eisenstein (2005), Benedict Anderson (2008).

de editoras de alcance regional na América Latina em meados do século XX (SORÁ, 2017). O contexto global de fluxos de troca editorial (BOURDIEU, 1999b; HEILBRON, 2014; SAPIRO, 2008), em que se estabelecem estruturas mais ou menos fixas de interação diferencialmente hierarquizadas, concebidas em polos opostos como centro e periferia, exigem, entretanto, que se tenha atenção à constituição de circuitos de trocas intelectuais, observando-se a maior ou menor dependência que os debates locais estabelecem com relação às dinâmicas globais de produção teórica e recepção de obras e debates (BEIGEL, 2013; BRINGEL; MAURÍCIO DOMINGUES, 2015).

Seguindo o caminho até aqui percorrido, é importante compreender as condições em que o conhecimento é materializado em livro e chega a seus interlocutores, já que a materialidade por meio da qual o pensamento das ciências sociais e humanas circula exerce grande influência sobre a sua capacidade de difusão e recepção. Este é o universo com o qual esta tese pretende lidar.

Estrutura da tese

A tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo analisar algumas das primeiras coleções editoriais que publicaram livros de ciências sociais no mercado brasileiro. Dentre elas ganham destaque as coleções brasileiras lançadas a partir dos anos 1930, especialmente a *Brasiliana* (1931) da Companhia Editora Nacional, a *Documentos Brasileiros* (1936) da Livraria José Olympio Editora e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940), da Livraria Martins Fontes. Trata-se do início de um processo de diferenciação em que as modernas ciências sociais emergem como um gênero editorial específico, distanciando-se de outros gêneros de produção intelectual até então predominantes no Brasil como a literatura, os estudos historiográficos, os relatos de viagem e o ensaio. A consolidação desse processo vai se dar na segunda metade do século XX, num período em que as ciências sociais passam por um processo de consolidação, tornando-se referência fundamental nos debates políticos e intelectuais.

O segundo capítulo tem como objetivo compreender o processo de socialização de Jorge Zahar no universo intelectual brasileiro. Os vínculos familiares, o percurso formativo e a

inserção no mercado de livros serão analisados à luz das mudanças pelas quais o país passava nos anos 1940 e 1950, tendo destaque o fortalecimento da indústria editorial brasileira, o crescimento do sistema de educação nacional e o avanço no processo de institucionalização das ciências sociais, além da configuração de uma subjetividade coletiva que se pautava em grande medida pelo pensamento de esquerda com vistas a superação da condição de país subdesenvolvido.

Os três capítulos seguintes realizam uma análise mais detida do catálogo da editora. O recorte temporal que delimita cada capítulo funciona como estratégia narrativa e de organização do material de pesquisa, extrapolando, sempre que necessário, o período histórico delimitado para que se possa fazer as considerações pertinentes. Estiveram sob o foco de análise em cada um dos períodos recortados as principais coleções lançadas pela editora, títulos, autores, temas de maior destaque e fluxos de importação de livros, levando-se em conta a atuação de outras editoras no período analisado e o contexto sócio-político mais amplo.

O terceiro capítulo tem como foco a criação da editora e os seus primeiros anos de atuação entre 1957 a 1965. Destaca-se nesse momento as dificuldades enfrentadas pela Zahar Editores para se inserir no campo editorial, a fragilidade das primeiras redes de contato com intelectuais e as estratégias lançadas pela empresa para se consolidar como portadora de uma política editorial de tradução de obras universitárias organizadas principalmente na coleção Biblioteca de Ciências Sociais.

O quarto capítulo trata da atuação da editora entre 1966 e 1973, momento em que se dá a criação da coleção Textos Básicos de Ciências Sociais, sob a direção de Otávio Guilherme Velho, Moacir Palmeira e Antônio Bertelli, marcando o crescimento da presença de intelectuais nacionais no círculo de convivência da Zahar. É nesse momento que ganham destaque os textos críticos às teorias da modernização e surge o debate sobre dependência e desenvolvimento, um dos destaques no catálogo da editora no período. Dificuldades enfrentadas pelos principais agentes do mercado editorial – em termos econômicos e de repressão do regime militar no período - levaram a uma queda no número de novos títulos publicados e ao fim da parceria entre os irmãos.

O quinto capítulo se concentra nos anos entre 1974 e 1984, momento em que a editora deixou de ser um negócio familiar e passou a estar associada à editora Guanabara. A publicação de novos títulos teve seu ápice, com destaque para a publicação de coleções e obras oriundas dos programas de pós-graduação em ciências sociais iniciados nos anos dos anos 1960. Gilberto Velho passou a coordenar a coleção Antropologia Social, uma das mais destacadas nos últimos

anos da editora, e que teve continuidade na nova empresa criada por Jorge Zahar junto a seus filhos em 1985, a Jorge Zahar Editor. O lugar que Gilberto Velho passou a ocupar tanto na universidade quanto nos debates públicos aponta para a função da edição como um mecanismo de consagração acadêmica e intelectual, embora sofra concorrência de outras formas de valorização da atividade intelectual.

Essa tese analisa, portanto, tomando como elemento central a trajetória da Zahar Editores, a relação entre as ciências sociais e a sua vinculação ao mercado editorial ou, dito de outra forma, as ciências sociais como disciplina universitária e campo de conhecimento e as ciências sociais como gênero editorial. Argumenta-se, assim, que a edição de livros, e todos os saberes envolvidos nesta prática, são fundamentais para se compreender os elementos constitutivos de disciplinas universitárias como as que formam as ciências sociais, com consequências tanto para a configuração interna das disciplinas quanto para seu engajamento em debates públicos.

1 AS PRIMEIRAS COLEÇÕES DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA EMERGÊNCIA DE UM GÊNERO EDITORIAL

O presente capítulo tem como objetivo analisar algumas das primeiras coleções editoriais que abrigaram livros de ciências sociais no mercado editorial brasileiro no início do século XX. Dentre elas ganham destaque as coleções brasileiras lançadas a partir dos anos 1930. Partindo da noção de que “um gênero editorial não é uma disciplina” (SORÁ, 2004), este capítulo trata de um momento inicial do processo de diferenciação das ciências sociais como um gênero editorial que se desenvolveu no seio dos ensaios de interpretação sobre o Brasil e se consolidou na segunda metade do século XX com a criação da *Biblioteca de Ciências Sociais* da Zahar Editores e outras coleções especializadas. Argumenta-se, dessa forma, que a emergência das ciências sociais como um gênero editorial foi fundamental na configuração do próprio universo disciplinar e contribuiu não só para a consolidação de sua institucionalização universitária, mas para a inserção das ciências sociais nos debates públicos de relevância nacional.

De modo a se compreender de forma satisfatória esse processo, será necessário analisar o contexto de surgimento das coleções brasileiras. As coleções brasileiras são uma formulação genérica para designar coleções editoriais que surgiram na década de 1930 com o propósito de publicar livros que tivessem como temática a identidade brasileira. Coleções como a *Brasiliana* (1931) da Companhia Editora Nacional, a *Documentos Brasileiros* (1936) da Livraria José Olympio Editora, e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940) da Livraria Martins Editora, dentre outras, foram determinantes para a disseminação de um novo conjunto de ideias sobre o Brasil. Para Heloísa Pontes (1989), três são os contextos que possibilitaram o surgimento dessas coleções. Trata-se, em primeiro lugar, da preocupação em compreender a realidade e os traços históricos da identidade nacional, cuja configuração particular é obtida inicialmente pela geração modernizadora de 1870 que articulou à tradição literária brasileira o novo pensamento científico de influência positivista. Em segundo lugar, destaca a expansão do mercado editorial brasileiro nos anos 1930, aliado a um novo impulso dado às interpretações sobre o Brasil a partir da política de unificação nacional promovida pelo governo de Getúlio Vargas. Em terceiro lugar, localiza tais coleções como produto de uma concepção editorial específica, decorrente do papel social ocupado pelos editores, análogo ao de intelectuais engajados, que se auto identificavam como “heróis culturais” responsáveis por ocupar um espaço deixado vago pelo poder público e em decorrência de um suposto déficit civilizatório.

Nota-se, dessa forma, a importância que os editores passam a ter entre os setores letrados do país. Os grupos intelectualizados têm reclamado para si – e os editores entre eles, pelos menos desde os anos 1930 -, uma certa centralidade na elaboração dos discursos e na orquestração dos destinos do poder: “Nos momentos de crise e mudanças históricas profundas - instauração do Império, Proclamação da República, Revolução de 30 e Estado Novo – as elites intelectuais marcaram sua presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional” (VELLOSO, 1987, p. 1–2). Faz-se necessário, portanto, uma discussão prévia sobre a centralidade dos intelectuais nos debates públicos no país remetendo a um panorama das interpretações sobre Brasil no final do século XIX e início do XX. Espera-se, dessa forma, possibilitar uma compreensão mais matizada da emergência das coleções brasileiras nas quais, a partir de um aprofundamento no processo de diferenciação intelectual, surgiram os primeiros livros de ciências sociais.

1.1 A geração de 1870 e a alteração do panorama intelectual brasileiro

A segunda metade do século XX foi fundamental para o estabelecimento de novos rumos intelectuais no Brasil. Movimentos políticos, como os da abolição da escravatura e da defesa pela instauração da República, apropriaram-se de ideias oriundas de correntes intelectuais europeias e pautaram o processo de modernização que viria a ser definitivo em termos de mudanças estruturais na sociedade. A entrada em cena de elementos intelectuais de cunho cientificista se coadunaram com um questionamento inédito em termos de interpretação da identidade nacional, passando a fazer parte de um processo de formação que viria a se desdobrar nas décadas posteriores. O cerne desse desenvolvimento pode ser localizado no que ficou conhecido como a geração de 1870: um conjunto de intelectuais ligados, em sua maioria, às jovens faculdades de direito, que deram o tom dos questionamentos políticos e das mudanças intelectuais e estéticas que passaram a se impor em termos de vocabulários, comportamentos e crenças compartilhadas, tomando procedimentos de rotinização na criação de instituições políticas, educacionais e de investigação científica.

Como todo processo de diferenciação, a “identidade nacional, (...) tem uma dimensão interna na qual se acentuam os traços de similaridade e, ao mesmo tempo, uma dimensão

externa, que define uma diferença em relação ao outro” (OLIVEIRA, 1990, p. 12). As similaridades internas e as diferenças em relação ao que está fora estabelecem contornos distintos nos diferentes momentos históricos em que esse processo de autoconsciência nacional esteve em pauta no Brasil. Essa foi uma das marcas, na segunda metade do século XX, do pensamento nacional, com destaque para a construção de um sentido de modernização no qual o cientificismo seria a resposta aos problemas que assolavam a população. A partir de um apelo ao universal, no diálogo com as correntes europeias de pensamento, e em contraposição ao romantismo, que teve como uma de suas marcas a busca pela singularidade, a geração de 1870 buscou refletir sobre as questões nacionais à luz das correntes intelectuais hegemônicas à época.

É possível supor, atendo-se à questão específica de inauguração de um processo amplo de interpretação do país – que teve como uma das marcas fundamentais, nos anos 1930, as coleções brasileiras -, a impossibilidade de uma empresa com esses propósitos em momento histórico anterior, como se poderia supor em relação ao período que se seguiu ao da independência política. Tem-se, dessa forma, que:

(...) a preocupação predominante, nos anos que se seguem à independência, não foi, nem pode ter sido, em interpretar o Brasil, mas sim de criar referências nacionais para o país recém-independente. Como no resto da América, tratava-se mesmo de fazer com que a independência política fosse seguida pelo que alguns chamam de emancipação mental (RICUPERO, 2007, p. 21).

Os autores ligados ao romantismo no Brasil, no período que se seguiu ao processo de independência da antiga metrópole portuguesa – marcadamente entre 1830 e 1870 – tiveram como um de seus projetos fundamentais a investigação sobre as características particulares do novo país (CANDIDO, 2002; RICUPERO, 2005). Esta característica da busca por questões de identidade nacional - que tem suas bases relacionadas ao romantismo francês e fundamenta todas as discussões contemporâneas aos processos de independência nos países da América Latina -, embasou a escrita de textos que exaltavam os aspectos relacionados à nação em construção. Assim, “a tarefa que impunha aos homens da época era praticamente a de completar a obra de emancipação política, dotando a nação em constituição de maior autonomia cultural” (RICUPERO, 2005, p. 85).

A discussão sobre a apropriação de ideias oriundas de correntes intelectuais hegemônicas no cenário internacional por pensadores brasileiros remonta ao debate em torno da suposta inadequação dessas ideias ao contexto local, como na apropriação do liberalismo no Brasil escravista do século XIX analisada por Roberto Schwarz (2000). Embora críticas tenham sido dirigidas à tese do autor – baseadas sobretudo na interpretação de que ideias oriundas de

contextos distintos, ao reverberarem nas sociedades que as recebem, passam a se adequar ao contexto local, invalidando, portanto, o argumento de que estariam deslocadas – é possível afirmar, como o faz Bernardo Ricupero (2008, p. 64), que “‘as ideias fora do lugar’ mais do que expressarem um fato – a inadequação de certas referências intelectuais a um dado contexto social – indicam um processo, de formação, que se completaria na forma (...)”. A forma do romance - que no Brasil assume uma síntese original com um autor como Machado de Assis, como argumenta Schwarz - assim como o pensamento liberal, as normas jurídicas, o cientificismo etc., resultam de um processo de reflexão que se dá dialeticamente. A recepção de ideias se dá em um contexto social e político específico, e é na tensão entre esses dois universos que se formam sínteses originais e decisivas. Como afirma Antônio Candido (2002, p. 101), “foi, portanto, por meio de empréstimos ininterruptos que nos formamos, definimos a nossa diferença relativa e conquistamos consciência própria. Os mecanismos de adaptação, as maneiras pelas quais as influências foram definidas e incorporadas é que constituem a “originalidade”, que no caso é a maneira de incluir em contexto novo os elementos que vêm de outro”.

É a partir dessa discussão que se pode compreender a recepção do positivismo no Brasil e a importância que esta corrente de pensamento teve para a compreensão do desenvolvimento de um pensamento cientificista voltado para a análise de elementos sociais, o que se mostraria de suma importância para se pensar a emergência posterior das ciências sociais não só como disciplina institucionalizada nas universidades, mas como gênero editorial com capacidade ampla de circulação e que teria o poder de deslocar a literatura como gênero hegemônico de reflexão sobre os destinos do país (CANDIDO, 2006). Mais do que uma corrente filosófica de cunho cientificista, o positivismo pode ser entendido, portanto, como um *ethos* (FERREIRA, 2007) que se impôs aos intelectuais brasileiros no final do século XIX e início do XX, sendo fundamental no processo de criação de diversas instituições educacionais e de pesquisa, como foi o caso, por exemplo, dos museus etnográficos (SCHWARCZ, 1989).

A emergência do pensamento cientificista remete ao contexto de surgimento da sociologia, que havia estabelecido seus primeiros contornos na Europa no início do século XIX, passando a disputar espaço com o ensaio, a literatura e a crítica literária (LEPENIES, 1996). No Brasil, a influência do pensamento sociológico viria a se disseminar durante o século XIX chegando, a partir de 1870, a impor - com um movimento intelectual de forte viés político - um novo vocabulário cientificista às análises sociais e históricas. O positivismo, como corrente de pensamento fundamental no Brasil de finais do século XIX, carregava consigo uma “crença na

capacidade da ciência em descobrir leis que regem os fenômenos sociais e de fornecer instrumentos de explicação e de intervenção na realidade” (ALONSO, 2002, p. 124). Os positivistas brasileiros carregavam um agudo senso de missão social, o que reverberou na militância de seus seguidores e no jargão utilizado em seus textos. Isso significou, dentre outras coisas, “trazer o discurso legitimador da nacionalidade do campo da literatura romântica para o da ciência, postando-se do lado dos cientistas contra os bacharéis e literatos” (ALONSO, 2002, p. 124).

Os intelectuais da “geração 1870”, como caracterizados por Angela Alonso (2002), estabeleceram um movimento intelectual de caráter eminentemente político que convocou para o debate nacional elementos advindos das correntes de pensamento europeias de meados do século XIX, inaugurando uma nova forma de articulação de ideias e argumentação pública. Tais elementos não foram transplantados ao solo brasileiro de forma meramente imitativa, mas como um “repertório político-intelectual europeu [que] auxiliou o movimento da geração 1870 a exprimir de maneira sistemática e organizada suas críticas aos modos de pensar e de agir da elite imperial” (ALONSO, 2002, p. 40). Articula-se, dessa forma, as ideias e as redes de interação que lhes dão sustentação, materializando-se, como movimento, tanto em forma de discurso quanto em ação política concreta. A geração de 1870, representada por figuras como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiuva, Silvio Romero, Tobias Barreto, dentre outros, ao se apropriar politicamente do positivismo e outras correntes de pensamento forjadas na Europa de meados do século XIX, inaugurou no Brasil uma nova forma de encarar os problemas da identidade nacional.

O interesse da intelectualidade brasileira pelo positivismo de Auguste Comte, cuja proposta sociológica se materializava como expressão do cientificismo em que as análises da sociedade se equiparariam às da natureza, resultou em ímpeto modernizador, embora tenha sido em sua origem uma ideologia conservadora (ALONSO, 1996). As discussões então iniciadas dariam margem para desdobramentos futuros que se mostrariam fundantes em termos de propostas interpretativas do país. Os temas e as abordagens da geração de 1870 guardam uma série de semelhanças com a produção intelectual dos anos de 1930, que teria, por sua vez, expressão máxima nas coleções brasileiras.

Em boa parte, a interpretação da formação social brasileira pelo ensaísmo pós-1930 bebeu em seus temas e abordagens. A reflexão sobre o peso da herança colonial e sobre a “formação” do Brasil não é uma invenção dos anos 1930. A geração 1870 discutiu essas questões, gerou várias das categorias e explicações posteriormente reelaboradas: a teoria da nacionalidade em termos de mestiçagem das três “raças” formadoras, que reaparecerá em Gilberto Freire; a herança colonial como fator

negativo, entrave ao desenvolvimento da nação, que está em Sérgio Buarque; a centralidade da escravidão na formação econômica brasileira, reformulada por Caio Prado Jr.; a inépcia das elites justificando as reformas pelo alto, que ressurgiu em Oliveira Vianna (ALONSO, 2002, p. 340–341).

As diferenças entre as duas gerações no que diz respeito às condições materiais de produção e circulação de conhecimento, entretanto, são significativas. Os autores da geração de 1870 experimentaram pouca diferenciação em suas atuações intelectuais, estando atrelados quase sempre a cargos políticos ou a relações diretas com membros da oligarquia, tendo a insipiente imprensa como local privilegiado de circulação dos textos. Foi na fase entre o desaparecimento da geração de 1870⁶ e a eclosão do movimento modernista de 1922 que se “desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em sua forma literária, e à constituição de um campo intelectual relativamente autônomo” (MICELI, 2001b, p. 16). O desenvolvimento de novos postos intelectuais, como os abertos pela imprensa em expansão - que teriam as revistas ilustradas como novidade -, além das instituições estatais e organizações partidárias republicanas, abriram espaço para uma crescente autonomização da atividade intelectual, que viria a se desdobrar nos anos seguintes.

Os anos de 1930 viriam a flagrar mudanças significativas em diversas esferas da sociedade. A matriz econômica agroexportadora hegemônica até a Primeira República passou a dar espaço a um acelerado processo de industrialização, acarretando também mudanças sociais como um crescente processo de urbanização e a consequente modificação na estrutura profissional e de qualificação educacional. O estado passou a intervir de forma mais centralizada nos rumos políticos do país, enquanto se desdobrava um relativo enfraquecimento das oligarquias regionais. A criação de universidades e cursos em nível superior, além de instituições culturais, deu o tom desse processo de modificações que encontrou nas coleções brasileiras um local privilegiado de divulgação intelectual.

⁶ Sérgio Miceli (2001b) localiza como marcadores do desaparecimento da geração de 1870 os anos de 1908 e 1910, que registraram, respectivamente, as mortes de Machado de Assis e Joaquim Nabuco.

1.2 A Era Vargas e a configuração da identidade nacional como projeto político

Diferente do final do século XIX, em que a indústria editorial brasileira era ainda bastante incipiente, os anos de 1930 flagraram um amplo crescimento no número de editoras e livros publicados em território nacional. Este é um dos fatores fundamentais que, junto com a retomada do interesse pelas questões de identidade nacional na esteira da Revolução de 1930, deu impulso às coleções brasileiras. Antes, entretanto, de uma avaliação das condições de materialização e circulação das obras, é necessário analisar algumas das características fundamentais do governo Vargas de modo a se compreender como as características relacionadas à identidade nacional foram alçadas à categoria de projeto político.

O período que vai de 1930 a 1945, em que Getúlio Vargas esteve no poder executivo nacional, ficou marcado pela retomada das questões relacionadas à identidade nacional brasileira. Se a geração de 1870 havia encampado com força essa discussão, e os modernistas ligados à Semana de Arte de 1922 haviam dado nova forma a alguns desses questionamentos, foi no governo Vargas – principalmente no período autoritário do Estado Novo, que vai de 1937 a 1945 - que essa questão se converteu em política nacional.

(...) no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma intelligentsia e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico (MICELI, 2001a, p. 197–198).

Os intelectuais foram convocados a participar da vida pública, com grande centralidade administrativa no governo federal, que tinha como objeto de atenção a construção da nacionalidade. Nessa nova postura, em que estado e intelectuais passam a interagir de forma colaborativa – embora houvessem também perspectivas críticas -, não há espaço para a reflexão desinteressada: “O ideal esteticista da literatura, o intelectual erudito e o academicismo são objeto de crítica violenta por parte do regime, que passa a defender a função social do intelectual, chamando-o a participar dos destinos da nacionalidade” (VELLOSO, 1987, p. 9). Os intelectuais, que desde o Romantismo foram dotados de uma importância social que estava intimamente relacionada à ideia de construção da nação (CANDIDO, 1989, cap. 10), deveriam participar, portanto dos projetos governamentais.

A formulação de estratégias de atuação se deu com a criação de instituições específicas voltadas para a instauração dos interesses do governo central com vistas a públicos variados. O Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em novembro de 1930, cujo diretor mais longínquo foi Gustavo Capanema, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), chefiado por Lourival Fontes, serviram como órgãos executores das políticas governamentais, voltados, respectivamente, para a elite intelectual e as classes populares.

O DIP seria responsável por coordenar todos os setores relacionados à propaganda governamental, o que incluía não só a elaboração de projetos de exaltação nacional, mas a repressão e censura a posições dissidentes. A função pública da imprensa, assim como se pensava sobre os intelectuais, serviria como argumento fundamental para a centralização pelo estado dos debates públicos. Em âmbito nacional, o estado viria a tomar conta e expandir a *Rádio Nacional* e instituir como programação oficial e obrigatória a *Voz do Brasil*. Jornais como *A Manhã* – cuja direção ficou à cargo de Cassiano Ricardo⁷ – e *A Noite* passaram a ter controle varguista, além da revista *Cultura Política*, dirigida por Almir de Andrade e vinculada diretamente ao DIP, tendo contado com a colaboração de diversos intelectuais de expressão nacional, dentre eles alguns que não estavam diretamente ligados ao regime, como Gilberto Freyre, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré.

As cooperações internacionais expandiram o alcance da ideologia estadonovista, firmando parcerias com produtores culturais de renome internacional, como se deu com a vinda do diretor de cinema Orson Welles ao Brasil. É também o caso da produção do filme *Alô Amigos* (1942), no qual o personagem Zé Carioca, criado por Walt Disney, exalta as belezas nacionais, carregado em estereótipos. A parceria editorial com a Argentina é exemplar desses esforços, embora menos grandiloquente. Surgem, no mercado editorial portenho, em 1937, duas coleções exclusivamente dedicadas a autores brasileiros: a *Biblioteca de Novelistas Brasileños*, da editora Claridad, voltado para os autores mais ligados ao romance social, e a *Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano*, editada pelo Ministerio de Justicia e Instrucción Publica, que publicou ensaios (SORÁ, 2003). O apoio oficial do governo brasileiro foi um dos fatores que possibilitaram a publicação de autores nacionais no país vizinho. Também com Portugal foi estabelecida uma parceria, que se concretizaria poucos anos depois da experiência portenha: “Uma seção portuguesa, então recém-criada no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), promoveu a edição portuguesa de cerca de vinte e cinco dos principais

⁷ O mesmo Cassiano Ricardo dirigiu, além do jornal *A Manhã*, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo e o Departamento Cultural da Rádio Nacional (VELLOSO, 1987).

autores brasileiros, entre os quais Gilberto Freyre, Cecília Meireles, Graciliano Ramos e José Lins do Rego” (HALLEWELL, 2005, p. 402).

A nomeação de Gustavo Capanema como ministro da educação, em 1934, se deu em substituição a Washington Pires, que por sua vez substituiu Francisco Campos no cargo. O rodízio de mandatários oriundos do estado de Minas Gerais serviu como uma espécie de compensação pela participação dos políticos do estado na Revolução de 1930. Capanema, que teve como seu chefe de gabinete Carlos Drummond de Andrade, manteve-se no cargo até 1945, tendo atuação fundamental no desenvolvimento de instituições educacionais e culturais no país e dando continuidade a projetos que já haviam sido iniciados por seus antecessores.

A reforma do ensino secundário, promulgada em 1942, também foi um dos fatores fundamentais na atuação de Capanema. A discussão sobre a educação, naquele momento, alcançava grande relevância política, sendo vista como parte de um processo de mudança social de modernização do país. Os rumos desse processo, entretanto, foram motivo de disputa de grupos como o Movimento da Escola Nova e a Igreja Católica. A reforma do ensino secundário, proposta inicialmente pelo governo por meio de um Plano Nacional de Educação enviado ao Congresso em 1937, foi finalmente outorgada, sem a necessidade de aprovação parlamentar, em 1942. Os elementos relacionados à formação humanística predominaram, restando o ensino tecnicista, principalmente o de cunho industrializante, aos alunos que não viriam a ingressar em uma universidade (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 218).

O Movimento Escola Nova, liderado por figuras como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho, teve como centro de suas reivindicações o estabelecimento de uma educação pública, universal e gratuita. A escola deveria estar afastada de questões religiosas e ter como função “formar o cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se, sem tutela de corporações de ofícios ou organizações sectárias de qualquer tipo, ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se formando” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 70). As questões da industrialização se colocavam como pressão para mudanças pedagógicas fundamentais e os escolanovistas responderam a estes questionamentos com propostas de uma educação mais voltada para o desenvolvimento de habilidades práticas.

A elite intelectual católica, por outro lado, já vinha se organizando desde o início da década de 1920 para retomar o papel de protagonismo de outrora. A organização do Centro D. Vital e a publicação da revista *A Ordem* são elementos que sinalizam esta movimentação. A ascensão de Vargas ao poder foi vista com desconfiança pelos católicos, que tentaram uma mediação com o governo a partir da figura de Francisco Campos e da atuação de Alceu Amoroso Lima. Vendo as propostas dos Pioneiros da Educação Nova avançarem nos projetos

do governo, a Igreja passou a se organizar para reivindicar espaço. Nos debates que se estabeleceram na Assembleia Constituinte de 1934, conseguiram, por exemplo, aprovar a invocação do nome de Deus no preâmbulo do anteprojeto constitucional, além de terem três propostas da Liga Eleitoral Católica (LEC) acrescentadas à versão final da Constituição: “a indissolubilidade do matrimônio, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência religiosa facultativa às classes armadas” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 78). No desdobramento dos embates, a nomeação de Capanema ajudou a acalmar os ânimos dos católicos, que acabaram por ter também espaço na direção de instituições de ensino superior – como foi no caso da Universidade do Brasil - e na fundação de faculdades católicas – que viria a se formalizar posteriormente como Pontifícia Universidade Católica (PUC).

O viés antiliberal dos católicos, que marcavam oposição aos escolanovistas, encontraria ainda reverberação em posições autoritárias alinhadas ao fascismo - que, naquele momento, enchia de esperança a população de diversos países europeus - como a de Francisco Campos, e mesmo no exército, cujo ideal de educação tinha como um dos seus objetivos fundamentais a doutrina da segurança nacional. O fundamental é perceber como discussões relacionadas à definição de uma identidade nacional, que tomava forma desde pelo menos a década de 1870, encontraram no governo Vargas, e mais precisamente no período ditatorial do Estado Novo, condições de execução mais nítidas e controladas: “De um lado, havia a disposição do governo de enfrentar resistências à imposição de procedimentos coercitivos; de outro, uma conjuntura onde toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade, de construção e consolidação do Estado Novo” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 91).

O projeto de reforma universitária foi o mais ambicionado pelo ministro da Educação. A Universidade do Brasil foi idealizada para servir como modelo desse processo de mudança com vistas a formar uma elite nacional com capacidade de guiar o país rumo à modernização e inserção internacional. São Paulo, entretanto, tomou a dianteira do processo, criando em 1934 a Universidade de São Paulo. Vista como um projeto de longo prazo para a recuperação das elites paulistas deslocadas do poder do governo central, principalmente a partir da derrota no Movimento Constitucionalista de 1932, a nova universidade visava formar uma elite regional com capacidade de liderança nacional (LIMONGI, 1989).

Somente em 1939 a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, passaria a funcionar, pondo em prática as ambições centralizadoras do regime autoritário. Se a grandiloquência das pretensões não se fez cumprir, não deixou, entretanto, de minar outras propostas que estavam em processo de institucionalização. É o caso do fechamento da Universidade do Distrito Federal

(UDF). A disputa entre os pensadores liberais alinhados aos escolanovistas - como no caso de Carlos Drummond de Andrade, que chegou a tentar a nomeação de Fernando de Azevedo como diretor-geral de Educação do governo federal -, e a oposição de Alceu Amoroso Lima, que rivalizava com ele em termos de projetos políticos para a educação do país, interferiu de forma decisiva no destino da UDF.

A UDF foi criada em 1935 sob a liderança de Anísio Teixeira, à época diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal sob a gestão do então prefeito Pedro Ernesto. As atividades da nova universidade tiveram início em 1936, com a participação de vários professores vinculados a missão francesa e nomes de peso do cenário intelectual nacional como Sérgio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Prudente de Moraes Neto, Álvaro Vieira Pinto, Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Cândido Portinari, dentre outros. A formação de uma frente ampla de esquerda, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – entidade a qual Pedro Ernesto pertencia e que pretendia fazer frente aos movimentos alinhados ao pensamento autoritário, como a Ação Integralista Brasileira -, acelerou o fim do novo projeto universitário. Com a radicalização das ações e a proximidade com o líder comunista Luís Carlos Prestes, a ANL teve seu fechamento ordenado. Na ilegalidade, passou a apostar na revolta armada, sendo facilmente reprimida e dando espaço para a consolidação do projeto autoritário do governo central, que viria a se consolidar em 1937. No expurgo dos líderes ligados à ANL, Pedro Ernesto foi destituído do governo municipal do Distrito Federal, Francisco Campos assumiu o posto de Anísio Teixeira e vários professores foram afastados. Em 1937 Alceu Amoroso Lima assumiu a reitoria da UDF e iniciou a preparação do seu fechamento. A criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) em 1939 viria a minar de vez a já combalida UDF.

As tentativas de controle doutrinário da Igreja Católica sobre a FNFfi, por outro lado, esbarravam nas injunções políticas executadas pelo governo. O ministro da educação tentava atender às mais diversas correntes que buscavam exercer alguma influência no processo. Alceu Amoroso Lima acabou por negar o convite para a direção da nova faculdade e passou a dar prosseguimento a um projeto próprio, que viria a se instituir como a Pontifícia Universidade Católica. A direção da FNFfi ficaria até 1945 sob responsabilidade de San Tiago Dantas, intelectual proeminente ligado à Faculdade de Direito e ex-integrante da Ação Integralista Brasileira.

Além da preocupação com o sistema escolar, o ministro Capanema, à frente do Ministério da Educação, cuidou das questões relacionadas ao desenvolvimento da cultura artística no país. O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi um desses órgãos que surgiu a partir da interação entre Ministério da Educação e os artistas

modernistas. Ao assumir a pasta em 1934 Capanema solicitou a Mário de Andrade a elaboração de um projeto de lei de proteção às artes, que viria a ser aprovado em 1937 e teria como diretor Rodrigo Melo Franco. O mesmo Mário de Andrade viria a trabalhar posteriormente no Instituto Nacional do Livro (INL), que teve como diretor o poeta modernista e crítico literário Augusto Meyer, tendo sido responsável pela edição de obras literárias e pela expansão do sistema de bibliotecas principalmente em cidades do interior do país.

Se os modernistas, por um lado, desenvolveram um projeto estético que assumiu caráter revolucionário na medida em que propuseram a alteração de formas canonizadas, que tinham como base de sustentação, em grande medida, as oligarquias rurais (LAFETÁ, 2000), por outro, viram a se destacar, na interação com o governo, os aspectos do nacionalismo “relacionados com o ufanismo verde e amarelo, a história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 157).

Se o Ministério da Educação, ao encontrar apoio dos modernistas, se aproximava da elite intelectual e artística, equipando-se assim do capital simbólico necessário para a legitimação do novo governo, os próprios artistas encontravam no diálogo com o governo a possibilidade para o desenvolvimento de seus trabalhos. O nacionalismo foi o discurso que possibilitou unir modernistas e varguistas num projeto único de país, em que a centralização da administração burocrática do estado permitia a execução e implementação de suas propostas (MICELI, 2001a).

Fundamental, entretanto, é notar não só a centralidade da temática nacional e o seu contexto de emergência, mas os gêneros textuais que lhes deram forma e compuseram as coleções brasileiras: estudos historiográficos, relatos de viagem e ensaios de interpretação. A literatura, ausente nessas coleções, tinha tido, até então, um papel de protagonismo na formação da consciência nacional, participando, como nenhum outro gênero de produção intelectual, da elaboração de questões sobre a identidade brasileira. Não que houvesse perdido um lugar de importância - como a emergência do romance social ligado ao Regionalismo pode atestar -, mas nota-se, de fato, um deslocamento no que diz respeito ao local que ocupava nas interpretações nacionais.

O sucesso de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902, pode ser reconhecido como um dos marcos no processo pelo qual o pensamento cientificista passa a ganhar maior reverberação no cenário intelectual nacional, deslocando – mas não suprimindo – a centralidade ocupada até então pela literatura. Como afirma Antônio Candido, “a partir daí os estudiosos seriam levados irresistivelmente a intensificar o estudo da nossa sociedade de um ponto de vista sistemático, superando tanto as preocupações de ordem estritamente jurídica

como as especulações demasiado acadêmicas” (CANDIDO, 2006, p. 278). Essa passagem, entretanto, não se deu de forma abrupta, mas percorrendo um caminho que é bastante revelador dos critérios de diferenciação dos gêneros textuais. Não se pode deixar de notar “o quão ansioso o público leitor estava por interpretações a respeito do país além-rua do Ouvidor, revelado assim o profundo contraste entre os frágeis suportes materiais do trabalho intelectual e a existência de sólida base social para reflexões dedicadas à realidade brasileira” (FRANZINI, 2006, p. 61).

1.3 O início da institucionalização escolar e universitária das ciências sociais no Brasil

Sabendo-se da posição de centralidade que as ciências sociais assumiram na segunda metade do século XX, é necessário retomar alguns elementos vinculados ao surgimento dos primeiros traços dessas disciplinas nas escolas e universidades de forma a se compreender como se deu a sua articulação com o mercado editorial, especialmente no que diz respeito às coleções brasileiras.

A disseminação inicial das ideias sociológicas no Brasil se deu, sobretudo, nas primeiras faculdades de Direito, fundadas por decreto do imperador Pedro II em 11 de agosto de 1827 em Olinda - que posteriormente seria transferida para Recife - e em São Paulo, com o objetivo de formar quadros para a crescente, embora ainda incipiente, burocracia estatal. Buscando uma maior racionalização da vida social, o discurso em defesa do pensamento sociológico se voltou sobretudo contra a “erudição bacharelesca”, acusada de ser generalista, basear-se em impressões vagas e descomprometida com o destino da nação (MEUCCI, 2011: 45-59). Esse discurso sociológico emergente, entretanto, impunha-se muito mais como um léxico textual e uma forma de se reportar às questões fundamentais e nem tanto como práticas de pesquisas empíricas sistematicamente organizadas, como a geração dos primeiros sociólogos formados nas faculdades brasileiras viriam a reclamar, reportando-se aos seus antecessores como “ensaístas”⁸.

Se, por um lado, a recepção do pensamento sociológico se deu, no Brasil, no seio da elite intelectual ligada às faculdades de Direito e cargos públicos da administração do estado, a

⁸ A distinção entre sociologia científica e ensaísmo, apesar de suas diferenças em relação à prática de pesquisa e ligação institucional, deve ser compreendida dentro de um contexto específico de disputa por espaço no campo intelectual (JACKSON; BLANCO, 2014).

sua institucionalização e disseminação, por outro lado, teve seu processo inicial no ensino básico, de forma imbricada com o crescimento do mercado editorial e da escolarização da sociedade. As primeiras manifestações de institucionalização da sociologia no Brasil remontam às últimas décadas do século XIX, primeiro com a proposta de Rui Barbosa em 1882, que não chegou a ser votada, depois com a reforma Benjamin Constant de 1890. Após uma série de iniciativas regionais de inclusão da sociologia nos quadros das disciplinas da educação básica durante a década de 1920, a reforma Rocha Vaz incluiu, de forma não compulsória, o ensino de sociologia nas escolas, e a reforma educacional promovida por Francisco Campos, no início do governo de Getúlio Vargas, em 1931, manteve esta disciplina na grade de matérias do curso complementar, voltado para a preparação de alunos interessados no ingresso nas universidades (MAÇAIRA, 2017; MEUCCI, 2011). A adoção da sociologia como disciplina obrigatória serviu de divulgação e vulgarização das ideias sociológicas, materializando-se não somente em artigos de jornal e revistas, mas em manuais voltados para o ensino da disciplina. No início dos anos 1920, momento em que o mercado editorial iniciava, ainda timidamente, um processo de expansão, estimulado sobretudo pela disseminação do ensino básico, a inclusão da sociologia como disciplina obrigatória - que viria a ser excluída em 1942 com a reforma de Capanema - demandou a formulação de diversos manuais voltados para o ensino da nova disciplina. Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo e Alceu do Amoroso Lima foram alguns dos autores desses manuais (MEUCCI, 2011).

A institucionalização universitária da sociologia no Brasil se deu com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) em 1933, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935. A UDF, entretanto, viria a ser fechada em 1937, tendo parte do seu corpo docente e discente absorvido posteriormente pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, fundada em 1939. Essas primeiras experiências de institucionalização universitária seriam seguidas na década seguinte em outras regiões do país, com destaque para a criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia em 1941 e do Instituto Joaquim Nabuco em Pernambuco no ano de 1949⁹. As primeiras gerações de sociólogos com formação universitária passaram a estabelecer novos parâmetros de análise do mundo social, valorizando os métodos de pesquisa empírica, o trabalho em equipe e a rigidez teórica e metodológica, em um ambiente de crescente profissionalização e voltado para a construção de categorias

⁹ Sobre o Instituto Joaquim Nabuco, ver Freston (1989).

universais, em contraste com o particularismo apontado pelas gerações de autodidatas (VILLAS BÔAS, 2006a). Como se pode perceber, “as ciências sociais começavam a despontar na universidade brasileira, e, naquela época, ainda eram grandes as dificuldades em adquirir livros especializados em língua portuguesa” (VILLAS BÔAS, 2006b, p. 82). Foi esse processo de diferenciação disciplinar que se alinhou ao desenvolvimento do mercado editorial brasileiro e à expansão do sistema escolar, abrindo espaço para as modernas ciências sociais nas coleções brasileiras e posteriormente encampando editoras e coleções especializadas.

1.4 As coleções brasileiras: trajetórias editoriais

A Primeira Guerra Mundial teve como uma de suas consequências um estímulo à produção de livros em território nacional. A importação de livros estrangeiros enfrentava dificuldades, servindo como estímulo para a produção de autores nacionais e traduções. Esse primeiro *boom* da produção editorial chegou ao fim, entretanto, em 1920, com a queda do preço dos produtos exportados e a consequente desvalorização cambial em relação às moedas estrangeiras, aliado à persistente dependência da importação de insumos e serviços editoriais (HALLEWELL, 2005). A produção editorial nacional limitava-se, até então, aos livros didáticos – campo ao qual se dedicou de forma pioneira o editor Francisco Alves (BRAGANÇA, 2001) –, além de compêndio jurídicos para os alunos dos cursos de direito. Um novo estímulo à produção nacional do livro, dessa vez com muito mais fôlego, viria nos anos 1930. O crescimento da produção de livros didáticos, somado à autonomização do campo literário (MICELI, 2001a), impulsionou um crescimento inédito no mercado editorial brasileiro.

A experiência editorial de Monteiro Lobato pode ser vista como um ponto de inflexão histórico na produção e distribuição de livros no país. Lobato atribuía a si o título de editor revolucionário em decorrência da implementação de práticas editoriais não tão comuns no país, como a publicação de alguns autores nacionais até então não publicados, a ampliação dos pontos de venda de livros, formatação de uma rede de distribuição de alcance nacional e adoção de cores intensas e ilustrações nas capas dos livros (BIGNOTTO, 2010; CANDIDO, 2006). A

despeito de ter sido ou não um editor revolucionário¹⁰, Monteiro Lobato foi uma figura incontestavelmente importante no desenvolvimento editorial brasileiro. Em 1920 fundou, junto a Octalles Marcondes Ferreira, a Monteiro Lobato & Cia. A editora já figurava, então, entre as maiores do país e tinha grande prestígio no meio intelectual. Um dos entraves na produção de livros em grande escala e com boa qualidade de impressão era a ausência de máquinas impressoras, o que estimulava a busca por impressão em outros países. O sucesso do negócio e a crescente demanda pela produção de livros levou Monteiro Lobato a adquirir novos equipamentos gráficos nos Estados Unidos, fundando a Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato. A grandiosidade do empreendimento para os padrões da época, somado a uma conjuntura política e econômica que se tornou desfavorável no período pós-guerra, levou a empresa a falência em 1925¹¹.

A aquisição do maquinário gráfico por Monteiro Lobato, apesar de não ter sido sustentável do ponto de vista da manutenção do negócio, foi fundamental para o desenvolvimento da indústria gráfica brasileira. Após a falência da empresa, as máquinas foram adquiridas por outros impressores, deixando ao país o legado de um parque gráfico de alta qualidade (MARIZ, 2005). Alguns meses depois da falência, em 1926, Lobato fundou com Octalles a Companhia Editora Nacional (CEN). Já em 1929, Lobato deixou a empresa. A reconhecida sobriedade e tino empresarial de Octalles foi uma das características fundamentais para a compreensão da longevidade alcançada pela editora, somado a, dentre outros fatores, seu acertado investimento em livros didáticos, o que viria a se firmar como nicho de mercado promissor, principalmente a partir de 1930, com a significativa expansão da educação no país.

O período de crescimento da Companhia Editora Nacional coincidiu com o período de crescimento vertiginoso do mercado editorial brasileiro, momento em que se iniciou de fato a construção de uma indústria sólida, com capacidade de produção, distribuição e consumo interno. A quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 e a crise que se desencadeou a partir daí impulsionaram um novo ciclo de substituição de importações na economia brasileira. Diferente do que havia ocorrido na sequência da Primeira Guerra Mundial, em que as condições de desenvolvimento ainda eram bastante precárias e a dependência do mercado internacional

¹⁰ Apesar de ter ficado marcado como revolucionário, é preciso registrar, “no entanto [que] o editor Lobato é tributário de práticas relativas à produção de livros desenvolvida no Brasil ao longo do século XIX. Quando ele começou a publicar livros seus e de terceiros, encontrou um sistema literário consolidado e uma indústria livreira ainda em formação, mas com algumas práticas já estabelecidas” (BIGNOTTO, 2010, p. 126).

¹¹ Os peritos que analisaram o pedido de falência “apontam, entre as causas da falência, o endividamento inicial, a crise no setor elétrico, a falta de numerário na praça, o congestionamento no porto de Santos e os prejuízos causados pela Revolução de 1924” (BIGNOTTO, 2010, p. 125).

difíceis de serem superadas, a década de 1930 foi acompanhada por um crescimento significativo na atividade industrial, e de forma especial na produção de livros.

“A insuficiência do comércio exterior [após a crise de 1929] forçava, de fato, o aumento da substituição de importações em toda a economia: entre 1930 e 1937, o produto industrial brasileiro deu um salto de quase 50%. Mas o crescimento da edição de livros foi fenomenal, mesmo em relação a essa situação geral. As cifras relativas a São Paulo (as únicas de que dispomos) sugerem uma taxa de crescimento, na produção de livros, entre 1930 e 1936, de mais de 600%. (...). Ninguém na época punha em dúvida uma realidade: a de que surgira praticamente do nada, no período que se seguira à revolução [de 1930], uma indústria editorial brasileira viável” (HALLEWELL, 2005, p. 464–465).

O crescimento do mercado editorial brasileiro foi um dos aspectos que possibilitam aos editores desenvolverem um sentimento de missão social que foi cultivado durante boa parte do século XX: “eram os novos “heróis” civilizadores, que se propunham a erradicar a “miséria espiritual” do país, através da produção desse novo alimento nativo: o livro nacional, editado no país e escrito por autores brasileiros” (PONTES, 1989). Octalles Marcondes Ferreira, José Olympio e José de Barros Martins foram centrais no panorama intelectual do país até pelo menos meados do século XX, quando outros editores como Ênio Silveira e Jorge Zahar viriam a surgir no cenário editorial.

Uma das estratégias fundamentais da Companhia Editora Nacional foi a organização de coleções coordenadas por especialistas, o que, como política editorial, sugere uma homogeneização dos livros publicados, estabelece um diálogo direto com o público e funciona como uma instância de demarcação de prestígio e tomada de posição intelectual. Este último elemento ganha destaque no debate desdobrado no campo educacional nos anos 1930 com o movimento da Escola Nova, tendo como público pretendido, como o próprio nome do empreendimento sugere, todo o ocupante do território nacional (TOLEDO, 2010). Em 1932, Octalles viria a consolidar ainda mais o poder da sua editora ao adquirir a Civilização Brasileira, editora que havia sido fundada em 1929 por Getúlio M. Costa, Ribeiro Couto e Gustavo Barroso. A Civilização Brasileira passou a servir como filial da Companhia Editora Nacional no Rio de Janeiro e ficou sob responsabilidade de Monteiro Lobato, que passaria a se dedicar ainda mais às suas atribuições de escritor (HALLEWELL, 2005, p. 398).

Foi nesse contexto de crescimento do mercado editorial brasileiro e de retomada das interpretações sobre o Brasil, acompanhada por um veemente debate educacional, que, em 1931, a Companhia Editora Nacional (CEN) lançou a *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, sob

direção de Fernando Azevedo (1894-1974). A coleção agregava cinco séries específicas: *Literatura Infantil*, *Atualidades Pedagógicas*, *Livros Didáticos*, *Iniciação Científica* e a *Brasiliana*.

Esta última coleção, a *Brasiliana*, foi motivo de enorme prestígio, passando a ser imitada por outras editoras¹². A proposta era de agregar, numa única coleção, os livros necessários para se conhecer o Brasil. Tratava-se, portanto, de, ao elencar autores e obras, propor uma interpretação da identidade nacional, com a pretensão de abarcar tudo que se supunha necessário. A edição de estreia da *Brasiliana*, *Figuras do Império e outros ensaios*, de Antonio Batista Pereira¹³ (1880-1960), genro de Rui Barbosa, dá o tom do que viria a ser a política editorial da coleção. O livro apresenta perfis biográficos de figuras eminentes ligadas ao Império, bem ao estilo do gênero biográfico praticado pelo Instituto Histórico e Geográfico (SCHWARCZ, 2013), exaltando a formação da nacionalidade brasileira, contrariando autores positivistas que viam na República uma ruptura radical (TOLEDO, 2010). Outros livros do mesmo autor publicados na *Brasiliana* foram *Pelo Brasil maior* (vol. 21, 1934), *Vultos e episódios do Brasil* (vol. 6, 1932) e *Diretrizes de Rui Barbosa* (vol. 7, 1932). Outros autores como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Pedro Calmon e Pandiá Calógeras viriam a compor, junto a viajantes como Auguste de Saint-Hilaire, o catálogo da coleção.

À medida em que avançava o processo de criação de universidades no país e as ciências sociais se institucionalizavam como disciplina e área de conhecimento, a *Brasiliana* foi abrindo espaço para a publicação de sociólogos oriundos dos recém-criados cursos de ciências sociais. A partir da classificação e análise da *Brasiliana* realizada por Heloísa Pontes (1989), é possível perceber um processo de diferenciação interna na própria coleção, em que os livros de “História”, “Biografia e Memória”, “Viajantes e Cronistas” e “Ensaio de Interpretação sobre o Brasil” – gêneros tradicionais nas coleções brasileiras - passam a compartilhar espaço com os livros de “Sociologia e Estudos de Comunidade”. Com apenas um livro publicado no período entre 1931 e 1940 (0,5% do total de publicações), os livros sob esta alcunha alcançaram um total de quatro publicações entre 1941 e 1950 (4%) e sete publicações entre 1951 e 1960

¹² É interessante destacar – remetendo à ideia de mercado de bens simbólicos de Pierre Bourdieu (2007, 2008b) que o prestígio que a coleção rendeu à editora não foi acompanhado por retornos financeiros provenientes das vendas dos livros, já que a coleção não deu lucro, mas, “ao contrário, a partir de mais ou menos 1945, passou cada vez mais a contabilizar prejuízos” (HALLEWELL, 2005, p. 423). Dito de outra forma: “No mundo editorial, o prestígio assim como o lucro – indício seguro de uma editora bem sucedida – são os mais cobiçados predicados. É por meio do prestígio que os editores se diferenciam do simples comerciante e do empresário” (PONTES, 1989).

¹³ Sobre Antonio Batista Pereira, cf.: (MOREIRA, 2015).

(18,9%), destacando-se como um dos gêneros de maior proeminência na coleção, abaixo apenas, em termos percentuais referente ao último período, dos livros de “Biografia e memória”, que tiveram oito publicações (21,6%)¹⁴.

A publicação em 1937 de *Ensaaios de etnologia brasileira*, obra do etnólogo Herbert Baldus, seria seguida, em 1940, pela publicação de *Assimilação e populações marginais no Brasil* de Emílio Willems. A partir deste momento, tornam-se mais constantes as publicações de autores vinculados às novas instituições de ciências sociais, como *Branços e pretos na Bahia; estudo de contato racial* (1945), de Donald Pierson; *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil* (1946), do mesmo Willems; *Branços e negros em S. Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* (1959), de Roger Bastide e Florestan Fernandes – obra oriunda do Projeto Unesco e que havia sido publicada em 1955 pela editora Anhembi -; *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960), de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; *O candomblé da Bahia: rito Nagô* (1961), de Roger Bastide, dentre outros. É notável, portanto, o processo de diferenciação pelo qual passam as publicações da *Brasiliiana*, abrindo espaço para uma produção intelectual mais estritamente vinculada aos cursos universitários de ciências sociais e se distinguindo dos gêneros intelectuais que tradicionalmente ocupavam espaços nas coleções brasileiras.

Outra editora fundamental que emergiu no processo de expansão do mercado editorial brasileiro foi a Livraria José Olympio Editora. José Olympio nasceu em 1902 em Batatais, São Paulo. Começou a trabalhar aos onze anos, no balcão da farmácia de sua cidade natal. Altino Arantes, que fora presidente do estado de São Paulo e seu padrinho de batismo, auxiliou-o nos estudos e deu suporte quando ele foi procurar emprego na capital paulista. Começou a trabalhar no estoque da Casa Garraux, que era então a principal livraria de São Paulo, limpando e abrindo caixas de livros e arrumando prateleiras. Depois foi promovido a ajudante de balconista e chegou a ser gerente da livraria, onde começou a travar contato com o seletivo grupo de clientes que frequentavam o espaço. Com o conhecimento sobre livros raros que acumulou, e com

¹⁴ É importante destacar que, ao optar por classificar autores como Oliveira Viana e Gilberto Freyre como “intérpretes” e reservar a classificação de “sociólogos” a autores como Emílio Willems, Donald Pierson, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Otavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, Heloísa Pontes reproduz a distinção entre ensaísmo e sociologia científica que marcou o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Apesar de o processo de institucionalização universitária representar, de fato, uma mudança na forma de se fazer pesquisa e escrever sobre questões sociais, tal diferenciação não deve ser tomada como absoluta, sendo fundamental apreender esta discussão como parte de um contexto específico de disputa por espaço no campo intelectual, como apontado anteriormente.

empréstimos financeiros de seus clientes da Garraux, acabou comprando a biblioteca de Alfredo Pujol, falecido em 1930. Pouco tempo depois comprou a biblioteca de Estêvão de Almeida. Com os livros adquiridos, abriu uma livraria especializada em livros raros.

No final de 1932, José Olympio se lançou na atividade editorial, tendo como sua primeira publicação o livro *Conhece-te a te mesmo pela psicanálise*, de Joseph Ralph. A publicação de literatura brasileira teve início com os contos de Humberto de Campos e os romances de José Lins do Rego. Em 1934 resolveu mudar-se para a capital federal. São Paulo vivia as consequências da Revolução Constitucionalista de 1932 e o Rio de Janeiro voltava a ganhar destaque no mundo das letras, concentrado grande parte dos críticos literários, categoria profissional então emergente e fundamental para a consagração cultural de intelectuais e artistas. Além disso, a hegemonia paulista da Companhia Editora Nacional tornava difícil a disputa no espaço regional (SORÁ, 2010) e as importações de livros estrangeiros tornavam-se mais caras por conta de crise econômico pós-1929.

Foi com a publicação da literatura nacional, marcadamente de autores ligados ao segundo momento do modernismo - caracterizado em grande medida pelo Regionalismo¹⁵ - como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Américo de Almeida e Jorge Amado, dentre outros, que José Olympio se firmou como editor nacionalmente consagrado. A “casa editorial” de José Olympio passou a ser símbolo de prestígio e a ousadia do editor – ao lançar amplas tiragens e se aproximar da crítica literária -, a colocou junto a outras editoras literárias que surgiam no início da década, como a Schmidt, a Andersen e a Ariel.

Em 1936, na esteira da prestigiosa coleção *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional, José Olympio lançou a sua *Documentos Brasileiros*. A coleção foi dirigida inicialmente por Gilberto Freyre e teve como volume inicial *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, abrindo espaço para a consolidação de Freyre como intelectual de referência nacional e dando continuidade a um programa de pesquisa condizente com a proposta lançada por ele em *Casa Grande e Senzala*.

O próprio Gilberto Freyre publicou várias de suas obras na coleção, além de obras de pensadores próximos ao seu ciclo de amigos como o historiador Octavio Tarquínio de Sousa, que viria a substituir Freyre na coordenação da coleção a partir do décimo nono volume, Afonso Arinos de Melo Franco e Rüdiger Bilden. Outros autores estavam mais próximos das modernas

¹⁵ Segundo proposição de Mariana Chaguri (2009, p. 19), “(...) o regionalismo pode ser compreendido e analisado como uma discussão estética, política e social que data dos anos 1920, mas que apenas consegue ganhar expressão nacional na década seguinte em razão, especialmente, das consequências políticas e culturais do movimento político-militar de 1930 o qual buscou dar visibilidade à diversidade existente no País”.

ciências sociais universitárias, como Djacir Menezes - que viria a ser professor na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil -, Heloisa Alberto Torres e Donald Pierson. Tiveram espaço também autores mais antigos, como Euclides da Cunha, Silvio Romero, Rodolfo Garcia, e mesmo um autor criticado por Freyre, como foi o caso de Oliveira Viana.

A coleção se destacou por alcançar um escopo realmente nacional, indo além dos circuitos centrados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (FRANZINI, 2006) e estabelecendo vínculos de amizade com autores, críticos e políticos importantes, demarcando um estilo próprio que coroou o lugar de destaque alcançado por José Olympio (SORÁ, 2010). A “casa”, como a editora ficou conhecida, virou ponto de encontro de intelectuais e serviu como catalizador da produção e circulação de obras que iriam alcançar destaque na formação do pensamento nacional. Fruto dos contatos estabelecidos por José Olympio com o estado, tem-se a criação, em 1940, da Associação Profissional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, que em 1941 viria a ser rebatizado de Sindicato Nacional e, em 1959, de Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), órgão que teve atuação fundamental nas políticas relacionadas à produção do livro no Brasil (HALLEWELL, 2005) e até hoje é a principal associação nacional de editores.

Tendo em vista a discussão historiográfica, e traçando um paralelo com a *Brasiliiana* da Companhia Editora Nacional, a *Documentos Brasileiros* pode ser vista como um ponto de inflexão, em que diferentes sujeitos confluíram para se contrapor a práticas institucionalizadas de produção, difusão e consumo do conteúdo histórico no período. A coleção *Documentos Brasileiros* serviu como legitimador e aglutinador de obras que não eram acolhidas pelo tradicional Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ainda não contava com a legitimação das nascentes Faculdades de Filosofia. A proposta de cientificidade pode ser flagrada no próprio título da coleção em que a objetividade da análise parece querer deslocar o espaço das especulações carentes de comprovação documental¹⁶. Parece, portanto, condensar um momento de transição nos estudos historiográficos em que se abre espaço para a emergência das ciências sociais, diferenciando-se das perspectivas mais tradicionais e abrindo caminho para a segmentação em diversas disciplinas e campos especializados do saber.

¹⁶ Nas palavras de Fábio Franzini (2006, p. 109): “A essência da nova coleção revelava-se em seu comprometimento com aquilo que trazia já no próprio nome e que era várias vezes repetido no texto de apresentação: o *documento*. Desencavado do passado ou produzido no presente, em “estado quase bruto” ou analisado de forma criteriosa, ele estaria na base dos trabalhos a serem publicados, como era dito praticamente a cada parágrafo. O propósito era, parece claro, a afirmação de um conhecimento *verdadeiro* sobre o Brasil, do conhecimento do Brasil *real*, fundamentado não em construções ou especulações superficiais e estéreis, e sim em interpretações comprováveis a seu respeito. Numa palavra, tratava-se de afirmar o conhecimento *científico* sobre o Brasil, elaborado por *especialistas* que davam “vida” aos documentos para juntá-los “à história social do Brasil””.

Uma ausência importante na coleção da José Olympio foram os livros de filiação marxista, que passaram a ser publicados na primeira metade da década de 1930 por pequenas editoras com considerável sucesso comercial. Mesmo assim, a José Olympio não incluiu tais livros em seu catálogo. Isto não se deve, entretanto, segundo argumenta Franzini (2006), a um suposto conservadorismo do seu dono, posto que a editora publicou grande parte dos romances sociais nordestinos de autores tidos pelo Estado Novo como comunista, como Jorge Amado e Graciliano Ramos, e mesmo a autobiografia de Trotsky, em 1943. Uma explicação possível é a de que a ausência de historiadores marxistas se deva mais aos diretores da *Documentos Brasileiros*, Gilberto Freyre e Octavio Tarquínio, avessos às interpretações materialistas - tendo como exceção os livros de Nelson Werneck Sodré -, o que aponta para a importância das redes de interação que se formam ao redor dos intelectuais.

Uma terceira editora que lançou com sucesso uma coleção brasileira foi a Livraria Martins Editora. A Livraria Martins foi fundada em 1937 por José de Barros Martins, escriturário do Banco do Brasil que abandonou seu posto para vender livros. Inicialmente especializado em livros importados – principalmente os oriundos da França, Inglaterra e Estados Unidos -, “Martins parece ter sido um dos primeiros do ramo livreiro no Brasil a dar-se conta de que a nova situação [desencadeada pela Segunda Guerra Mundial] poderia beneficiar a atividade editorial no país tanto quanto na América espanhola ou nos Estados Unidos” (HALLEWELL, 2005, p. 553). Em 1940 saíra o primeiro livro publicado pela Livraria Martins Editora, *Direito social brasileiro*, de autoria de Antônio Ferreira Cesarino Júnior.

Ao constituir sua editora, e dada sua característica de agitador cultural¹⁷, Martins passou a ocupar o espaço deixado vago em São Paulo com a transferência de José Olympio para a então capital federal. Um dos projetos de maior fôlego nos primeiros anos de atividade editorial foi a brasileira *Biblioteca Histórica Brasileira*, com reedição de obras raras sobre o Brasil, sob direção do bibliotecário Rubens Borba de Moraes. A obra inicial *Viagem pitoresca através do Brasil* de Johann Moritz Rugendas, publicada originalmente em 1835, foi seguida por obras de viajantes e cronistas como Saint-Hilaire, Débret, Kidder, Claude d’Abbeville, Gabriel Soares de Sousa, entre outros. As ciências sociais, diferente do que acontecia nas coleções brasileiras da Companhia Editora Nacional e da Livraria José Olympio Editora, entretanto, não

¹⁷ Como afirma Heloísa Pontes (1989, p. 382), “José de Barros Martins soube fazer de sua editora, do seu escritório e de sua própria casa, um centro de confluência e de irradiação dos intelectuais, artistas e escritores da época. Martins conseguiu tal destaque graças, por um lado, ao seu empenho em cultivar as relações pessoais e, por outro, ao seu trânsito no universo cultural e intelectual da época, notadamente paulista. Pois, além de editor, era um agitador cultural, tendo sido também diretor do Departamento de Cultura de São Paulo”.

encontraram espaço na *Biblioteca Histórica Brasileira*. A criação da coleção *Biblioteca de Ciências Sociais* viria a suprir esta lacuna na editora, antecipando em pouco mais de uma década um movimento que viria a se consolidar no final dos anos 1950 com a construção de coleções e editoras especializadas em ciências sociais, como foi o caso da Zahar Editores.

As condições especiais da coleção da Martins, entretanto, ajudam a relativizar a ousadia da empreitada. A coleção, que funcionou entre 1943 e 1949, teve a coordenação de Donald Pierson (1900-1995) e contou com financiamento da Fundação Rockefeller e do Departamento de Estado dos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2012). O apoio das instituições norte-americanas esteve intimamente relacionado à trajetória de Donald Pierson no Brasil. Pierson visitou pela primeira vez o país como pesquisador da Universidade de Chicago para realizar uma pesquisa sobre a população negra na Bahia, entre 1935 e 1937. Em 1940 voltou ao Brasil como professor da Escola Livre de Sociologia e Política (ESLP), instituição que no ano posterior iniciou seu curso de pós-graduação (MASSI, 1989). Até 1952, ano que voltou aos Estados Unidos, Pierson realizou uma série de atividades de pesquisa, de coordenação institucional e formação de alunos.

Dentre as atividades desenvolvidas por Donald Pierson no Brasil está a coordenação da coleção *Biblioteca de Ciências Sociais* da Livraria Martins Editora. A coleção pode ser pensada de forma complementar a sessão *Notas Sociológicas* da revista *Sociologia*, vinculada à Escola Livre de Sociologia e Política, revista que foi coordenada por Pierson e Oracy Nogueira entre 1949 até 1957. Se nas *Notas* o objetivo era introduzir os alunos nas questões metodológicas de pesquisa, com foco nas incursões a campo, na *Biblioteca* o objetivo era o de oferecer formação teórica, conceitual e metodológica (OLIVEIRA, 2012). Foram publicados doze títulos durante os seis anos de funcionamento da coleção, dentre os quais: *Estudos de Ecologia Humana* (1948) e *Estudos de organização social* (1948), ambos organizados por Pierson; *O homem: uma introdução à antropologia* (1943), de Ralph Linton; *Introdução história econômica* (1943), de Norman Scott Brien Gras; *Noções básicas de estatística* (1945), de Louis Leon Thurstoned; *O Estado* (1945), de R. M. MacIver; *O homem marginal: estudo de personalidade e conflito cultural* (1948), de Everett V. Stonequist; *Princípios de criminologia* (1949), de Edwin Hårdin Sutherlând; *Civilização e cultura de folk: estudo de variações culturais em Yucatan* (1949), de Robert Redfield.

A origem dos autores, todos ligados à tradição sociológica norte-americana, marca bem o caráter de divulgação da empreitada – elemento que viria a estar ainda mais presente em

iniciativas como as da USAID nos anos 1960 - e deixa pouco espaço para especulação quanto à interferência de José de Barros Martins na escolha dos títulos. De qualquer forma, o espaço aberto por uma editora que rapidamente alcançou prestígio no cenário nacional e a ligação desta com o então diretor da Escola Livre de Sociologia e Política - a primeira do país a oferecer a formação em sociologia -, é indicativo do movimento de diferenciação pelo qual passavam as disciplinas e os gêneros editoriais no Brasil. Esse processo de diferenciação foi ainda mais potencializado ao se estabelecer uma nova crise no mercado editorial brasileiro: após o período de rápido crescimento provocado pelo processo de substituição de importações decorrentes da Segunda Guerra, algumas editoras passaram a enfrentar problemas financeiros e fecharam as portas, de forma que as que se mantiveram no mercado precisaram readequar sua política editorial. Em 1953, como constata Hallewell (2005), o Brasil tinha no total menos editoras que em 1936. Abriu-se espaço, nesse momento, para o surgimento de novas editoras e gêneros editoriais.

1.5 Considerações finais

A partir do surgimento de títulos de ciências sociais no mercado editorial brasileiro em 1940, teve-se início o processo de diferenciação em que as ciências sociais emergiram como um gênero editorial específico, distanciando-se de outros gêneros de produção intelectual até então predominantes no Brasil como a literatura, os estudos historiográficos e os relatos de viagem. A emergência das ciências sociais como gênero editorial, dessa forma, marcou não somente uma mudança fundamental no cenário intelectual nacional, mas uma abordagem distinta com relação a forma de se pensar as questões do Brasil. O olhar voltado para o passado, para a interpretação de questões fundamentais na consolidação da identidade nacional – tão comum nos gêneros privilegiados nas coleções brasileiras – foi sendo gradativamente deslocado, abrindo espaço para o surgimento de um pensamento que se voltava sobretudo para o presente e o futuro, privilegiando os elementos transitórios relacionados à mudança social. As ciências sociais estiveram intimamente vinculadas a esse processo, passando a ocupar espaço não só nas universidades, mas em universos culturais mais amplos - como é o caso do mercado editorial. A socialização de Jorge Zahar como editor, analisada no próximo capítulo, se deu nesse

período, embalada sobretudo pela crença na centralidade do papel do intelectual nos caminhos a serem seguidos pelo país, aspecto que viria a ser assumido a partir de 1957 quando fundou a editora.

2 JORGE ZAHAR E A SOCIALIZAÇÃO DE UM EDITOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Considero [Jorge Zahar] um dos melhores editores brasileiros, pela competência e pela seriedade de seu trabalho.

Ênio Silveira (1992, p. 103)

Jorge Zahar foi um figurão na história contemporânea das ciências sociais no país.

Sérgio Miceli apud Zahar (2001, p. 19)

A Zahar Editores foi criada em dezembro de 1956 por Jorge Zahar em parceria com seus irmãos Ernesto e Lucien. A adoção de uma política editorial focada em ciências sociais e humanas, característica que viria a marcar a atuação da empresa, esteve intimamente relacionada ao universo intelectual e social vividos no Brasil entre os anos de 1940 e 1950, momento em que os irmãos Zahar trabalharam como livreiros. Os processos de industrialização e urbanização pelos quais passava o país, vividos sob regime democrático - que vigorou entre 1945 e 1964 -, alinhados a uma crença no desenvolvimento econômico e social, fizeram parte daqueles dias. Nesse contexto, as ciências sociais emergiam como disciplinas centrais na explicação dos fenômenos sociais mais prementes ocupando posição de destaque nos debates públicos.

Esse capítulo tem como objetivo compreender o processo de socialização de Jorge Zahar no universo intelectual brasileiro. A trajetória do editor será analisada à luz de elementos biográficos como a origem familiar, as experiências da infância e juventude e a inserção na atividade profissional como livreiro, momento em que passa a compartilhar de uma subjetividade coletiva pautada, em grande medida, pelo pensamento nacionalista e desenvolvimentista marcantes entre os intelectuais do período, tendo o progresso como horizonte futuro. Todos esses elementos deverão ser analisados tendo em vista o contexto sócio-político mais amplo, com destaque para o fortalecimento da indústria editorial brasileira, o crescimento do sistema de educação nacional e o avanço no processo de institucionalização das ciências sociais.

Pretende-se, dessa forma, argumentar que a atuação editorial de Jorge Zahar esteve, em grande medida, relacionada ao contexto sócio-político no qual se formou como editor, embora isso não signifique, como ficará claro ao longo da tese, que a trajetória do editor possa ser explicada unicamente pelos condicionantes sociais aos quais esteve submetido em seu processo formativo. Trata-se, isso sim, de um percurso biográfico privilegiado para se analisar a relação entre o mercado editorial e as ciências sociais, tanto pela longevidade de sua atuação – iniciando-se como livreiro em 1940 e deixando a atividade editorial apenas quando faleceu em 1998 -, quanto pela centralidade que teve como elo entre diversos outros editores e intelectuais cujas trajetórias se cruzaram com a da Zahar Editores.

2.1 percurso biográfico de Jorge Zahar: socialização de um editor de ciências sociais

Filho de pai libanês e mãe francesa, Jorge Zahar nasceu em fevereiro de 1920 nos arredores da cidade de Campos dos Goytacazes – onde hoje está localizado o município de Santa Maria -, quase seis anos depois do primogênito Ernesto. Basílio Zahar e Maria Zahar - como os pais de Jorge passaram a se chamar ao se estabelecerem no Brasil -, conheceram-se em Beirute, capital do Líbano. A família libanesa de classe média do jovem que então respondia por Basil Elias Zahar não aceitou bem o relacionamento com Marie Escot, a moça francesa de origem humilde que trabalhava com tecelagem na cidade de Lyon. O jovem casal embarcou em 1913 para o Brasil, mais especificamente para São João do Muqui, vila próxima à cidade de Cachoeira de Itapemirim, no Espírito Santo, seguindo a rota migratória que já vinha sendo realizada desde 1860 por outros compatriotas¹⁸, e contando com a recepção de um irmão de Basil que já vivia no local. A partir de então, Basílio Zahar passou a trabalhar em diversas atividades como a de guarda-livros na contabilidade da Usina Santa Maria e na venda de tecidos, acompanhado, neste momento, pela esposa, que fazia chapéus sob encomenda.

¹⁸ Sobre a trajetória da família Zahar, ver, sobretudo, Pires (2017). Sobre a migração de libaneses para o Brasil, este trecho de Marchetti (2016, p. 12) é bastante esclarecedor: “Os libaneses entram no Brasil em dois momentos: em fins do século XIX, de modo esparso e irregular; e no início do século XX quando passa a ser um processo mais sistemático, numa curva crescente até a Primeira Guerra Mundial. (...). Em 1920 foram registrados, apenas na cidade de São Paulo, cerca de 20 mil habitantes provenientes dessa região”.

Após algumas mudanças, a transferência definitiva da família para a então capital federal em 1936 - já em companhia dos irmãos mais novos Lucien e Margot, que nasceram respectivamente seis e doze anos depois de Jorge, e desfalcados do pai que ficara em Vitória, no Espírito Santo, após um divórcio bastante conflituoso -, marcou o início de uma trajetória árida, porém exitosa. Jorge trabalhou com distribuição de panfletos, vendeu amendoim torrado, fantasias de carnaval nos trens da cidade, foi servente em uma relojoaria, auxiliar de caixa do Cassino da Urca e realizou diversas outras atividades de comércio informal.

Comprometido desde os doze anos com o trabalho árduo, só chegou a cursar o ensino primário. Toda sua formação posterior se deu, portanto, como autodidata, embora ancorado em estímulos iniciais nada desprezíveis. Aprendeu desde cedo o francês com a mãe. O hábito de leitura, que não imperava em casa, conseguiu desenvolver em contato com os livros do pai de um amigo e frequentando a biblioteca pública de Vitória, no período em que a família viveu na cidade. Em 1940, aos vinte anos, a convite do seu irmão mais velho, foi trabalhar na empresa de Antonio Herrera, um imigrante anarquista de origem espanhola e sogro de Ernesto. A A. Herrera & Cia dedicava-se a importação e distribuição de livros técnicos, setor que estava em alta tanto pelo estímulo nacional à educação nos níveis básicos, superior e profissionalizante¹⁹, quanto - como se verá melhor mais à frente - pelas dificuldades de importação de livros no contexto de guerra em que vivia grande parte dos principais países exportadores de livros da Europa.

A empresa na qual os irmãos Zahar passaram a trabalhar estava inicialmente localizada na Rua Teófilo Otoni, sendo posteriormente transferida para a Rua Rodrigo Silva, n. 11, ambos os endereços no centro da cidade. O cenário nos anos 1940 era de efervescência cultural e política no centro da então capital federal, com diversas livrarias e cafés onde se encontravam membros da elite e intelectuais. A transferência de José Olympio de São Paulo para o Rio de Janeiro em 1934 - pouco depois da derrota paulista na Revolução Constitucionalista de 1932²⁰ -, é um dos indicadores da alteração do panorama cultural brasileiro e de segmentação das competições regionais (SORÁ, 2010). O Rio de Janeiro, que ao final do século XIX era o centro cultural incontestável do país, perdia, no início do século XX, a posição de centralidade por conta da ascensão paulista. A vitória de Getúlio Vargas em 1930, entretanto, fez as atenções do país mais uma vez se voltarem para a capital federal. O projeto modernizador aventado por

¹⁹ A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Social do Comércio (SESC), em 1946, são marcos significativos deste processo.

²⁰ A livraria de José Olympio localizava-se na Rua do Ouvidor, quase em frente a tradicional livraria Garnier, que estava em processo de decadência após ter sido a principal livraria da capital entre o final do século XIX aos anos 1920 (SOARES, 2006, p. 36).

Vargas contou com a construção do prédio do Ministério da Cultura, inaugurado em 1947, a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939), o Instituto Nacional do Livro (1937), o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), dentre outros elementos que serviram para dinamizar o universo intelectual carioca.

A cidade contava, em meados dos anos 1930, com cerca de um milhão e meio de habitantes e o seu centro ostentava um urbanismo moderno resultado das reformas de Pereira Passos em 1906, inspiradas, por sua vez, nas reformas ocorridas em Paris por iniciativa do Barão de Haussmann algumas décadas antes. O centro da cidade enxia-se de livrarias, chegando-se a somar, entre os anos 1930 e 1940, pelo menos 144 delas, excluídas as papelarias que vendiam livros como negócio secundário, sendo que, desse total, grande parte estava localizada no centro da cidade (MACHADO, 2012)²¹. A Feira Nacional do Livro, que ficou conhecida como a Feira da Cinelândia, foi outro elemento dinamizador do mercado editorial da época, agregando livreiros que passavam a expor seus produtos em barracas dispostas em locais estratégicos garantindo grande movimento de transeuntes e com descontos que estimulavam o consumo (AZEVEDO, 2018).

A dinamização do universo livreiro foi um desdobramento do crescimento da produção e consumo editorial dos anos 1930, como analisado no primeiro capítulo. Nesse momento, e na esteira da centralização do estado promovida pelo governo Vargas, surgiram órgãos de classe profissional que ficaram responsáveis por defender os interesses de editores e livreiros diante do estado e organizar atividades que possibilitassem superar obstáculos nas vendas e na distribuição de livros, servindo também para fortalecer os laços entre os profissionais que trabalhavam com o livro no Brasil, dotando-os de maior organização, centralidade e clareza com relação a seus interesses.

Em 1940, foi criada a Associação Profissional de Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, que viria a ser reconhecida no ano seguinte pelo Ministério do Trabalho como Sindicato dos Editores de Livros e Publicações Culturais, nome mais próximo ao que viria a ser institucionalizado em 1959 e que se mantém até os dias atuais – Sindicato Nacional

²¹ Para se ter um valor atual como referência, a Associação Estadual de Livrarias do Rio (AEL – RJ), no Guia de livrarias da cidade do Rio de Janeiro, calculou para o ano de 2017 – ano de lançamento do Guia - um total de 204 livrarias na capital fluminense. A cidade que segundo o censo de 1940 contava com uma população de pouco mais de 1 milhão e 700 mil habitantes, ultrapassou em 2010 os seis milhões. Trata-se, portanto, de um aumento do número de livrarias em termos absolutos, mas uma diminuição drástica quando se calcula em termos relativos: de forma aproximada, tinha-se uma livraria para 11 mil habitantes em 1940 e hoje se estima uma média de uma livraria para cada 30 mil pessoas.

do Editores de Livros (SNEL)²². Os membros do SNEL passaram a lançar uma série de campanhas visando defender os interesses dos editores, dentre elas a de isenção de impostos para a importação de livros (AZEVEDO, 2018). Em 1946 foi fundada, na cidade de São Paulo, a Câmara Brasileira do Livro, que viria a organizar, junto com o SNEL, em 1948, o I Congresso de Editores e Livreiros do Brasil²³. A criação do SNEL e da CBL no decorrer da década de 1940 serviu, antes de mais nada, como demarcador do processo de profissionalização pelo qual passava o mercado editorial brasileiro à época, fato que encontra paralelos com outros países na mesma época, sendo o exemplo da Argentina bastante emblemático²⁴.

A deflagração da II Guerra Mundial dificultou a importação de livros oriundos do mercado europeu. Segundo relatou Jorge Zahar, não havia no momento “um serviço regular de importação de livros estrangeiros para livrarias” (ZAHAR, 2001), atividade que passou a ser realizada pela empresa em que ingressara. Como desdobramento desse processo, aliado a um fortalecimento da indústria editorial regional, o Brasil passou a substituir os livros importados da França – responsável até então pela maior parte das importações - por livros em inglês e em espanhol. Esse cenário, por um lado, estimulou a produção nacional – sejam traduções ou livros de autores brasileiros -, mas, por outro, fez emergir novos mercados exportadores, como os da Argentina e do México. Como comenta Hallelwell (2005, p. 541), “três anos antes do conflito mundial, a deflagração da Guerra Civil Espanhola acarretara uma virtual paralização da atividade editorial da Espanha, proporcionando uma oportunidade única às editoras hispano-americanas”. Foi, portanto, trabalhando com a importação e distribuição de livros que Jorge Zahar se iniciou no mercado editorial. O estabelecimento de um circuito regional foi, nesse momento, fundamental, sendo a Argentina um dos países mais visitados por Jorge para a aquisição de livros, inicialmente à serviço de Antonio Herrera e posteriormente a LER, livraria que passaria a administrar junto aos irmãos.

²² A partir deste momento, sempre que se fizer referência a entidade, independente do nome com o qual ela era reconhecida no momento, far-se-á como Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL).

²³ Diversas iniciativas passaram foram postas em prática pelas entidades, que tiveram sua atuação fortalecida nos anos 1950. Jorge e Ernesto Zahar participaram de várias delas, assumindo posições importantes na construção da coesão do grupo. Mais uma análise mais detalhada da atuação do irmãos Zahar como livreiros e sua inserção nos órgãos de representação, ver Azevedo (2018).

²⁴ Em 1938 se realizou na Argentina o Primer Congreso Nacional de Editores e Impresores Argentinos. Como desdobramento deste congresso ficou constituída a Sociedad de Editores Argentinos, que um ano depois se transformaria na Cámara Argentina del Libro, cuja personalidade jurídica seria reconhecida em 1941. Cf.: De Diego (2014).

2.1.1 A configuração de um espaço editorial latino-americano

Em meados dos anos 1930, países como Argentina e México se consolidaram como um dos principais mercados exportadores de livros para o Brasil. Livreiros brasileiros passaram a visitar com frequência os países vizinhos, que serviam como porta de entrada das novidades editoriais europeias. As dificuldades enfrentadas nos anos 1930 e 1940 pelos países europeus responsáveis, até então, por grande parte das importações de livros realizados pelos países da América Latina, como a Espanha e França, uniu-se ao desenvolvimento de condições domésticas favoráveis possibilitando o estreitamento de vínculos entre países vizinhos. Neste sentido, a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) teve um papel importante.

O conflito na Espanha teve início com uma tentativa de golpe do grupo nacionalista contra o governo republicano representado pela figura de Manuel Azaña. A oposição violenta entre os dois grupos se estendeu nos anos seguintes e dividiu o país. Os nacionalistas, com apoio dos fascistas italianos e nazistas alemães, avançaram a partir do sul e oeste do país, enquanto a resistência republicana se dava basicamente com apoio da União Soviética e do México. Em 1 de abril de 1939, o conflito foi oficialmente encerrado com a rendição das últimas forças republicanas, estabelecendo-se no poder o grupo nacionalista liderado pelo General Francisco Franco.

Dentre as consequências da Guerra Civil Espanhola está o êxodo de editores e casas editoriais para a América Latina, em especial México e Argentina, o que produziu um impacto duradouro na indústria editorial de toda a região. Esse momento é o marco do início da chamada “época de ouro” da indústria editorial argentina, que abrange os anos entre 1938 e 1955 (DE DIEGO, 2014). A editora Espasa Calpe, que havia sido fundada na Espanha em 1860 por José Espasa Anguerra, detinha alguns dos mais significativos projetos editoriais em língua espanhola no momento, dentre eles a *Enciclopedia Espalsa Calpe*, a *Colección Universal*, dirigida por Ortega y Gasset, a coleção *Clásicos Castellanos* e o *Diccionario de la lengua española* da Real Academia. Em 1937, com o agravamento da crise na Espanha, a editora mudou-se para a Argentina, fundando a Espasa Calpe Argentina. Gonzalo Losada, que havia chegado à Argentina em 1928 como diretor da filial portenha da Espalsa Calpe, dez anos depois, em 1938, desvinculou-se da editora, fundando a Losada. O mesmo aconteceu com Julián Urgoti que, ao se desvincular da Espalsa Calpe, fundou em 1938 a editora Sudamericana. Em 1939, Mariano

Medina del Río chegou a Buenos Aires e junto com Álvaro de las Casas fundou a editora Emecé. Os anos de 1938 e 1939 marcaram, portanto, o início do boom do livro na Argentina²⁵.

Não se pode dizer que os exilados republicanos espanhóis foram pioneiros no sentido de terem iniciado um empreendimento a partir de condições adversas, posto que na Argentina já se vinha estabelecendo um processo de desenvolvimento do mercado editorial apoiado, em grande medida, no crescimento do público leitor. Mas é de se notar o crescimento no número de exemplares impressos no país no período. Entre 1936 e 1940 o total de exemplares impressos foi de 34 milhões. Para o período de 1951 a 1955 esse número havia sido multiplicado por cinco, chegando a 169 milhões de exemplares impressos. Deste total, mais de 40% da produção estava voltada para a exportação, sendo a Argentina responsável por 80% dos livros importados pela Espanha (DE DIEGO, 2014).

A trajetória de uma editora como a mexicana Fondo de Cultura Económica possibilita visualizar as mudanças que possibilitaram a configuração de um circuito regional inédito nos anos 1940 na América Latina²⁶. O processo de diferenciação pelo qual passava o universo intelectual latino-americano nos anos 1930, em que disciplinas como a sociologia, antropologia, política e economia começaram a se institucionalizar e trilhar caminhos autônomos, foi fundamental para a configuração desse contexto. Embalados por um processo de burocratização e modernização do estado mexicano após a Revolução de 1910, um grupo de economistas propôs à prestigiosa editora espanhola Espasa-Calpe a criação de uma coleção voltada para a formação universitária de especialistas. A resposta de José Ortega y Gasset, um dos principais articuladores das decisões editoriais da empresa, foi decisiva para os rumos intelectuais da região: no dia em que os latino-americanos tivessem alguma interferência nas atividades editoriais da Espanha, afirmou o filósofo, a cultura daquele país e de todos os outros de língua espanhola “*se volvería una cena de negros*” (Cosío apud SORÁ, 2017, p. 25). A impossibilidade de propor uma seleção própria de traduções está na origem da criação, em 1934, da editora Fondo de Cultura Económica, fundamental na consolidação das ciências sociais na região.

Se nos primeiros anos a editora esteve muito voltada à disciplina econômica, com grande foco na revista *El Trimestre Económico* e nos livros didáticos para cursos universitários, a partir de 1939 teve uma expansão dos seus interesses, contando, em grande medida, com a

²⁵ Para uma análise da relação entre o mercado editorial e a institucionalização das ciências sociais na Argentina, com foco na atuação de Gino Garmani, Cf.: Blanco (2003, 2006).

²⁶ A trajetória da editora Fondo de Cultura Económica é contada aqui tendo como referência fundamental o livro *Editar desde la izquierda en América Latina: La agitada historia del Fondo de Cultura Económica y de Siglo XXI* (SORÁ, 2017).

contribuição de intelectuais republicanos espanhóis exilados da Guerra Civil. Um dos marcos desse período foi a coleção *Tierra Firme*, que publicou obras fundamentais do pensamento latino-americano consolidando uma sensibilidade regional que já estava na raiz do projeto editorial. As publicações em ciências sociais, tais como *Ideologia e Utopia* (1941) de Karl Mannheim, *Economia e Sociedade* (1944) de Max Weber, ou *O Capital* (1946) de Karl Marx, tiveram um papel preponderante na consolidação da editora como referência em toda a região latino-americana. Como deixa claro Antonio Candido - em depoimento dado em 1991 (apud SORÁ, 2017, p. 77) -, nos anos de 1930, 1940 e 1950 não se contava ainda com suficiente bibliografia nas áreas de ciências sociais e humanas no Brasil, e a Fondo de Cultura Económica contribuiu com os grandes textos de filosofia, sociologia, economia, antropologia, história, teoria da arte e literatura necessários à formação dos alunos. É de se notar, dessa forma, a importância que a editora teve no processo de diferenciação e institucionalização das ciências sociais e humanas na América Latina, possibilitando o acesso a textos canônicos que só se dava, até então, nas línguas originais e a partir de custosas importações.

Foi nesse contexto de crescente demanda por livros técnicos e de ciências sociais e humanas, e na esteira de um processo de institucionalização das ciências sociais e regionalização de um circuito livreiro, que Jorge Zahar iniciou-se no ramo. Durante seis anos trabalhou como funcionário da empresa de Antonio Herrera, recebendo diversos livros vindo dos países vizinhos. Em 1946 Herrera resolveu se aposentar, alegando não haver mais espaço para esse tipo de atividade intermediária, já que com o fim da Segunda Guerra, as próprias livrarias poderiam realizar com mais facilidade suas importações. Somando-se ao fato de ter sido acometido por uma doença que o deixou cego, Herrera veio a se suicidar pouco tempo depois (PIRES, 2017). Os irmãos Zahar – que há pouco tempo haviam se tornado sócios do negócio, junto ao filho de Herrera e dois outros funcionários da empresa -, agora em companhia de Lucien, assumiram a livraria, que rebatizaram de LER – Livrarias Editoras Reunidas.

2.1.2 A livraria LER e a aproximação com o universo das ciências sociais no Rio de Janeiro

Sob a direção dos irmãos Zahar, tendo à frente o primogênito Ernesto, a Livrarias Editoras Reunidas (LER) passou a ocupar uma posição de destaque no comércio livreiro da capital federal. Anúncios veiculados em jornais no ano de 1947 - primeiro ano da LER sob administração da família Zahar - apresentavam alguns dos títulos disponibilizados: *Sociedad y Naturaleza*, de Hans Kelsen; *Los principios de las ciencias*, de W. Stanley Jevons; *La filosofía contemporánea*, de Guido de Ruggiero; *Libertad y planificación*, de Karl Mannheim²⁷; *Ensayos sobre el ciclo económico*, de Johann Gustav Droyten e Alejandro Magno; *Teoria de la competencia monopólica*, de Edward Hastings Chamberlin; além de diversos títulos de teatro com peças de Shakespeare, Goethe, Ibsen e Strindberg, entre outros (AZEVEDO, 2018, p. 131–134).

Continuando as atividades de importação e distribuição de livros que vinha sendo realizada pela A. Herrera & Cia, os irmãos Zahar viriam a fazer novos investimentos. Em 1951 a LER passou a ocupar um espaço maior em um novo endereço na Rua México, 31, próximo à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil. Em 1954 foi aberta uma filial da Livraria LER em São Paulo, na Praça da República, n. 71 (PIRES, 2017)²⁸. Esta filial paulista não chegou, entretanto, a alcançar a importância que a sua matriz carioca, embora, como afirma Paulo Roberto Pires (2017), tenha servido de ponto de encontro para intelectuais e militantes de esquerda durante os anos 1970 e como distribuidora dos livros da Zahar Editores

²⁷ Karl Mannheim, como se verá no próximo tópico, foi um dos autores que mais impacto causou na geração de cientistas sociais brasileiros de meados do século XX, constando, por exemplo, entre um dos mais citados nos artigos da revista *Sociologia* e a da *Revista de Serviço Público* (VILLAS BÓAS, 2006b, cap. 5). A importação dos livros de Mannheim editados pela mexicana Fondo de Cultura Económica foi um dos principais meios de acesso aos escritos do autor no Brasil, em edições como *Ideología y utopia*, de 1941, *Libertad y planificación social*, de 1942, e *Diagnóstico de nuestro tiempo*, em 1944. Antes disso, é possível localizar, em pesquisa na biblioteca da USP, uma edição de *Ideologia e Utopia* em inglês, publicada pela editora norte-americana New York Harvest Book em 1936. Publicado originalmente em alemão em 1929, a edição em inglês foi a que consagrou Mannheim entre o círculo de intelectuais fora da Alemanha. A primeira tradução brasileira de *Ideologia e Utopia* foi realizada por Emilio Willems para a editora Globo e publicada em 1950, sendo seguida por uma nova tradução publicada pela Zahar Editores em 1968.

²⁸ Embora 1954 seja a data atribuída à abertura de uma filial da livraria LER em São Paulo, em 1949 já era possível identificar em anúncio de jornal um endereço da livraria na cidade, também na região da Praça da República, na Rua 7 de Abril, n. 264 (AZEVEDO, 2018, p. 143). No mesmo local e ano seria fundada a livraria Duas Cidades, uma das mais importantes – junto à Livraria Brasileira – livrarias voltadas para a venda de livros de esquerda na cidade (SECCO, 2017, p. 137).

em São Paulo. Quando da separação entre os irmãos em 1973 – evento que vai ser abordado com mais detalhes no capítulo 4 -, a filial paulista da livraria ficou sob a posse de Ernesto Zahar.

A mudança da livraria LER para a rua México se mostrou certa em termos de aproximação com o crescente público universitário que procurava a livraria em busca das novidades editoriais em ciências sociais e humanas. A FNFi se firmava, pouco mais de dez anos depois de inaugurada, como referência para as ciências sociais e humanas na capital federal, no um momento em que a expansão do sistema nacional de ensino começava a dar seus frutos. O crescimento populacional do Brasil, que partiu de um patamar de cerca de 30 milhões de habitante em 1920 para 50 milhões em meados da década de 1950, foi acompanhado por uma taxa de crescimento ainda maior no que diz respeito à alfabetização, demarcando, para o mesmo período de tempo, um crescimento que partiu do patamar de cerca de 6 milhões de brasileiros que declaravam saber ler e escrever e chegou a 15 milhões²⁹.

O ensino superior foi uma das facetas mais notáveis desse processo, saltando de pouco mais de 27 mil alunos matriculados em 1945 para 142 mil em 1954 (VILLAS BÔAS, 2007, p. 171). Além da FNFi, criada em 1939 com o ocaso da Universidade do Distrito Federal (UDF), outros institutos passaram a responder à crescente demanda por formação e reflexão na área de ciências sociais. O Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), ligado ao Centro Dom Vital, teria seu desdobramento no momento de transformação das Faculdades Católicas em Pontifícia Universidade Católica, em 1946, cujo Curso de Sociologia e Política, fundado em 1958, viria a ser central nas ciências sociais da cidade e, como se verá mais à frente, na formação de diversos intelectuais que atuaram diretamente na Zahar Editores. Institutos de pesquisa vinculados ao governo, no bojo do processo de racionalização da administração do estado, estimulavam ainda mais a produção em ciências sociais. Foram os casos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), fundado em 1937 e que viria a se desdobrar posteriormente, em 1955, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), e o já citado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1938.

A distribuição de livros era um dos principais gargalos para o desenvolvimento do mercado editorial nacional e um dos elementos que impossibilitavam o acesso a livros em municípios distantes das principais capitais do país. A LER passou a realizar a venda de livros para diversas cidades brasileiras do interior, processo viabilizado pelo envio de representantes de venda com imagens das capas dos livros para diversas partes do país. A ideia era atrair

²⁹ Os dados estão baseados em pesquisa realizada por Angela de Castro Gomes (2013a, p. 49), cuja fonte foi o Anuário Estatístico do Brasil de 1960.

possíveis interessados que fariam suas encomendas e receberiam os livros solicitados em casa ou em pontos comerciais para revenda, sem a necessidade de carregar volumosas caixas de livros para venda direta. Dentre os livros anunciados, muitos eram de ciências sociais e humanas, sendo que vários pertenciam ao catálogo da Fondo de Cultura Económica (AZEVEDO, 2016), que se constitua, como visto anteriormente, como uma das principais editorias da América Latina e centro exportador de livros para os países vizinhos. A centralidade de Ernesto Zahar na função de livreiro seria reconhecida, alguns anos depois, em homenagem prestada ao livreiro no Boletim Bibliográfico Brasileiro:

“Um apóstolo do livro. Não há livreiro, neste imenso país, que não conheça ou não tenha ouvido referências elogiosas a Ernesto Zahar, um dos diretores da Livraria Ler, do Rio de Janeiro. Sentindo e vivendo diariamente o problema da cultura entre nós, vai animando e estimulando os livreiros de norte a sul do Brasil a acreditarem em sua profissão e, conseqüentemente, a manterem estoques maiores, mais ricos e variados. Não para aí, entretanto, a sua atividade. De há muitos anos a esta data, não há governador de Estado ou prefeito de cidade importante que não tenha sido abordado por ele, em sua ânsia de difundir o livro, de eliminar os entraves burocráticos à sua circulação. Ernesto Zahar merece, portanto, o respeito e a admiração de todos aqueles que se dedicam à indústria e ao comércio do livro no Brasil” (Boletim Bibliográfico Brasileiro, n. 5, v. 3, set./out., 1955, capa, apud AZEVEDO, 2018, p. 130).

Enquanto a livraria prosperava, afastando-se os irmãos Zahar cada vez mais das dificuldades financeiras da infância, Jorge Zahar, segundo relatos de amigos e pessoas próximas, começava a nutrir pretensões de cunho mais intelectuais, deixando gradativamente a Ernesto e Lucien as responsabilidades contábil e administrativa da empresa. Uma crônica escrita por Paulo Mendes Campos em 1960 – quando a Zahar Editores já se havia estabelecido no cenário intelectual brasileiro - constrói o perfil do livreiro que se tornara editor:

Sou capaz de imaginar o Ernesto, trajado à maître de restaurante de luxo, a assuntar os clientes de cada mesa, assim como não me é impossível enquadrar o Lucien tomando providências na copa. São ambos honestos e ativos homens de negócio. Mas não consigo ver o Jorge Zahar em outro ramo comercial que não seja o de livros. Ele gosta de livros, entende de livros, tem mesmo o gosto crítico bastante incomum. Jorge é comerciante por imposição da vontade: de vocação, seria um leitor, um estudioso (Campos apud PIREZ, 2017, p. 49-50).

O trato com os livros, que se transformou em profissão para Jorge Zahar, inicialmente de forma bastante incidental, invadiu as demais esferas da sua vida pessoal. Foi nas visitas frequentes à livraria Kosmos, do austríaco Erich Eichner, que Jorge conheceu Annelore Siebert, funcionária da livraria com quem começou a namorar em 1945 e se casou em 1949. Ani, como era

conhecida, acompanhou Jorge por toda a vida e fez parte dos círculos de amizade que passaram a ser estabelecidos com intelectuais como José Carlos Lisboa, professor de língua e literatura espanhola na FNFi, escolhido como padrinho de Ana Cristina, e Franklin de Oliveira, proeminente jornalista e crítico literário, escolhido como padrinho de Jorge Zahar Filho. Esse elemento não é trivial no que diz respeito à construção de um universo de interações que possibilitou a Jorge Zahar se alçar ao lugar de prestigiado editor de ciências sociais no Brasil, cuja trajetória guarda algumas semelhanças – seja com relação à origem pobre, com a entrada na edição por meio do comércio de livros ou mesmo com a centralidade do casamento e dos vínculos sociais no exercício profissional – com José Olympio (SORÁ, 2010). Mais importantes ainda, tanto em termos de vínculos afetivos quanto na construção de um capital social fundamental à consolidação da editora, foram as amizades estabelecidas por Jorge Zahar com Paulo Francis (1930-1997) e Ênio Silveira (1925-1996). Os três foram amigos por toda a vida e mantiveram-se bastante próximos mesmo quando Francis foi morar em Nova York no início dos anos 1970³⁰.

A Livraria LER, pelos livros que disponibilizava e pela localização estratégica, passou a ser central no cenário intelectual carioca. Foi, portanto, na atividade de livreiro que Jorge Zahar iniciou o contato com professores e alunos, intermediando suas demandas e as ofertas do mercado editorial. Este contato se mostrou fundamental para a criação, em dezembro de 1956 - ano de posse do presidente Juscelino Kubitschek, e no embalo das políticas de modernização e industrialização do país -, da Zahar Editores. No cerne da política editorial da recém-criada empresa estava a edição de livros de ciências sociais voltados principalmente para alunos de graduação.

2.2 A modernização da sociedade brasileira no período democrático (1945-1964)

As modificações vividas no universo intelectual, resultando numa maior demanda por reflexões oriundas das ciências sociais, se davam de forma concomitante às mudanças sociais pelas quais

³⁰ Para mais detalhes da relação de amizade entre Jorge Zahar, Paulo Francis e Ênio Silveira, ver, sobretudo, Paulo Roberto Pires (2017).

o país passava. O olhar voltado para o futuro e a dimensão evolutiva do progresso social impregnavam as análises intelectuais e se viabilizavam como instrumento político.

Os tempos modernos caracterizam-se pelo desejo de mudança progressiva, que está sempre a superar a si mesma, criando uma dificuldade quase intransponível entre a experiência vivida e o horizonte de expectativa. Não se juntam nunca. O perigo de se manter a ideia do fosso intransponível entre a experiência e a expectativa é que ela tem o poder de controlar social e politicamente as condutas e as ações de populações e coletividades. Se o futuro, portador de todas as melhorias desejadas, não chega nunca, mas é sempre postergado, a espera da mudança transforma-se em estilo de vida. Enquanto horizonte, não se alcança o futuro; quanto mais perto alguém supõe encontrar-se dele, mais longe está (VILLAS BÔAS, 2006a, p. 166).

A modernização instaurava-se como pauta prioritária nas discussões no país. À reforma na administração pública promovida pelo governo de Getúlio Vargas se somava o processo de substituição de importações - que gradativamente trouxe estímulos para o desenvolvimento da indústria nacional -, as mudanças demográficas e o ímpeto democrático que se estabeleceu com o fim do Estado Novo. Entre 1945 e 1964 foram quatro eleições para Presidente de República e seis para o Congresso Nacional, além de pleitos estaduais e municipais, aliados a instituições de controle mais eficientes e uma legislação mais afeita à participação popular. Pode-se afirmar, portanto, que foi o momento em que se estabeleceu no Brasil um clima de ampla liberdade, efervescência cultural e relativa participação popular nas decisões políticas (GOMES, 2013b).

O primeiro presidente eleito no período democrático foi Gaspar Dutra, militar que vinha da base de apoio de Getúlio Vargas, apesar de ter se tornado crítico ao presidente no período final do Estado Novo. Vargas voltaria ao governo pelo voto popular tendo como base de sustentação o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado em 1945, na esteira do Queremismo - movimento de apoio a Getúlio Vargas no final do seu período ditatorial (GOMES; D'ARAÚJO, 1987). O partido criado por Vargas visava fazer frente à crescente oposição da União Democrática Nacional (UDN), partido político de corte liberal fundado também em 1945. O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 agitou ainda mais a polarizada conjuntura política e social do período. O vice-presidente Café Filho assumiu o cargo vago e, em 1956, passou-o a Juscelino Kubitschek, presidente eleito com apoio do PTB e do Partido Social Democrático (PDT), também criado em 1945 e que unia antigos interventores do governo federal nos estados.

O Brasil experimentava um crescimento econômico sem precedentes, chegando a taxa média de crescimento de 7% do PIB ao ano se considerado o período entre 1942 e 1962. Nesses vinte anos, a exceção se deu em 1956 quando a economia quase estagnou (ABREU, 2013). O

boom econômico do período Kubitschek, entretanto, viria a retomar o crescimento, instaurando um clima de progresso que marcaria o período.

Os anos JK, como se tornaram conhecidos, foram anos de otimismo. O presidente irradiava simpatia, a “bossa-nova” surgiu na música brasileira, tornando-se, pouco a pouco, conhecida em todo o mundo. Fato espetacular foi a construção de Brasília, a nova capital da República. Em meio a um clima de euforia, muitos e muitos se embalaram no slogan governamental “avançar cinquenta anos em cinco” (FAUSTO, 2013, p. 115)

O Programa de Metas, que tinha como objetivo estimular o crescimento econômico do país, com fortes incentivos ao setor industrial, ficou marcado como um dos mais característicos do momento. O nacionalismo e o desenvolvimentismo estavam em alta e Kubitschek soube se aproveitar desses elementos para construir sua imagem, apesar de ter aberto o país para a participação de capital estrangeiro, como ocorreu com a indústria automobilística. O fato é que se viveu no período uma mudança estrutural de grande monta, bastando citar que “em 1928, a agricultura representava 30% do produto, contrastando com cerca de 16% para a indústria [e, em 1964], as posições haviam sido invertidas: a indústria respondia pelo dobro da participação da agricultura, ou seja, 32% e 16% respectivamente (ABREU, 2013, p. 225).

Como viria a afirmar Jorge Zahar posteriormente, a Zahar Editores “era um produto de Juscelino, era um produto da política de substituição de importações. O raciocínio era muito simples: se você tem que fazer automóveis nacionais, tem que fazer livros” (ZAHAR, 2001, p. 33). O pensamento estava em consonância com o que reclamavam as elites intelectuais da época: um processo de modernização do país passaria necessariamente pelo desenvolvimento educacional, no qual o livro deveria cumprir um papel primordial. O III Congresso de Editores e Livreiros, organizado pelo SNEL e pela CBL ocorrido em novembro de 1956 na sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, lançou algumas das diretrizes que passaria a se vincular ao horizonte político do momento: “o livro como instrumento de progresso” (AZEVEDO, 2018, p. 181–182). O congresso reuniu figuras fundamentais do setor, tendo na Comissão Organizadora nomes como Henrique Bertaso, José de Barros Martins, José Olympio, Jorge Saraiva, Octalles Marcondes Ferreira e Rogério Pongetti, e na Comissão Executiva, Ênio Silveira, que presidiu o Congresso, Ernesto Zahar, entre outros (SALGADO, 1995, p. 25).

O discurso proferido por Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1958 foi bastante claro quanto ao papel do estado no estímulo ao desenvolvimento da indústria do livro no país, em consonância com o que vinham demandando editores e livreiros:

“Apesar do recente desenvolvimento de novos processos de difusão cultural – o rádio, a televisão e o cinema, dotados de enorme capacidade de penetração – o livro continua a ser o veículo básico de transmissão de conhecimento. Através de livros e periódicos é que se criam, perpetuam e difundem todas as formas de saber, desde as de conteúdo mais erudito e requintado, até as mais instrumentais, ligadas à difusão das técnicas. A produção de livros e periódicos, em quantidade que a população possa absorver, e com a diversificação que reclamam o desenvolvimento equilibrado da cultura nacional, é matéria relevante que exige dos Poderes Públicos a mais zelosa assistência e estímulo. O crescimento da indústria editorial brasileira, nos últimos anos, é um dos índices mais expressivos do nosso avanço cultural. Tal incremento se deve, essencialmente, à iniciativa privada que se revelou capaz de prover o país de algumas casas editoras cuja produção de livros e folhetos já se conta por milhões. O estímulo governamental a esta atividade se vem fazendo principalmente através de medidas destinadas a reduzir o preço do papel, e, desse modo, baixar o custo da produção livreira. O desenvolvimento a que o País aspira está a exigir nesse campo, ação mais enérgica, que não confie apenas na capacidade de crescimento espontâneo, da indústria livreira, mas venha provê-la dos meios de que carece para atender de pronto à crescente necessidade de livros. Impõe-se, inicialmente, uma renovação no parque gráfico nacional, em grande parte obsoleto e já incapaz de corresponder às exigências da produção em massa. Só essa renovação propiciará substancial rebaixamento do preço de custo, o que facilitará a difusão do livro. Através de assistência bancária mais ampla, como a de que já dispõem outros setores da indústria, e de melhor articulação das atividades editoriais e de divulgação dos órgãos do Poder Público, com os editores e livreiros do País podem-se encontrar outros meios de incrementar a produção de livros” (Boletim Bibliográfico Brasileiro, v. 6, n. 2, março de 1958 apud AZEVEDO, 2018, p. 134).

O presidente Juscelino Kubitschek, em seu discurso, acenou aos livreiros e editores de todo o país, mostrando-se um aliado do desenvolvimento da indústria editorial nacional. Algumas das principais demandas do setor, entretanto, só viriam de fato a ser implementadas em meados dos anos 1960. A sinalização positiva e o apoio do estado em matérias como a redução do preço do papel e linhas de crédito específicas para o setor, implementadas por JK, foram suficientes para que se criasse um ambiente propício aos investimentos editoriais, sendo a Zahar Editores um dos beneficiados nesse momento. O ideário nacional-desenvolvimentista, que passava a estabelecer instituições que pudessem viabilizar seus projetos – como se deu com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 e da Petrobras em 1953, ambos no governo Vargas, e a Superintendência Regional do Nordeste (SUDENE), em 1959 na gestão de JK – encontrava respaldo no ambiente cultural e intelectual que se adensava com o desenvolvimento das universidades e institutos de pesquisa.

As já citadas instituições de ciências sociais fundadas nos anos 1930 começavam a dar seus frutos, com os primeiros alunos tornando-se professores e pesquisadores e alcançando papel de destaque no cenário intelectual nacional e internacional. A criação de instituições e organizações profissionais demarcaram o processo de institucionalização que vinha ocorrendo desde a fundação dos cursos universitários. Além das instituições anteriormente citadas, tem-

se a criação de organismos de classe como a Associação Brasileira de Sociologia (ABS) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), criados respectivamente em 1954 e 1955, e de agências de coordenação e fomento à atividade científica no país como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas criadas em 1951.

O processo de modernização pelo qual passou a sociedade brasileira nos anos 1940 e 1950 estiveram intimamente imbricadas com as modificações vividas também no cenário intelectual do país. Gêneros de produção intelectual como aqueles vinculados às coleções brasileiras – memórias, relatos de viagem, estudos historiográficos e ensaios de interpretação do Brasil -, como visto no capítulo anterior, foram sendo deslocadas para dar espaço à uma produção vinculada às ciências sociais que então se institucionalizavam nas universidades e em centros de pesquisa, com a valorização da pesquisa empírica e dos estudos monográficos.

2.3 Panorama das ciências sociais no Rio de Janeiro

Quando Jorge Zahar começou a trabalhar na livraria e distribuidora de Antonio Herrera, em 1940, as ciências sociais no Brasil davam seus primeiros passos na institucionalização universitária iniciada em meados dos anos 1930 nas Faculdades de Filosofia do Rio de Janeiro e São Paulo. Uma nova geração de intelectuais brasileiros com formação universitária na área de sociologia passava a disputar espaço nas instituições de ensino e pesquisa com intelectuais sem formação especializada. Passava-se a se estabelecer novos paradigmas interpretativos sobre o país, impondo-se um arcabouço teórico mais vinculado a processos universais de modernização que ao particularismo como categoria explicativa para o Brasil (VILLAS BÔAS, 2006b, 2006a).

Se na primeira metade do século XX os livros voltados para compreender as questões relacionadas à identidade nacional foram hegemônicos nas discussões intelectuais e na produção editorial, junto aos manuais com finalidade pedagógica, foi principalmente a partir de 1950, porém, que passaram a surgir livros e coleções editoriais especializadas em ciências sociais (PONTES, 1989; VILLAS BÔAS, 2007), momento em que este gênero se distinguiu da literatura, história, relatos de viagem, memórias e ensaios de interpretação nacional. A partir

daí as coleções brasileiras perderam espaço para publicações mais especializadas e surgiram as primeiras iniciativas editoriais especificamente de ciências sociais. Esse contexto está intimamente relacionado ao emergente “interesse pelos estudos de problemas sociopolíticos e econômicos [que] é concomitante com a ampliação de uma coletividade estudantil que estava profundamente envolvida com iniciativas que resultavam não só de sua atenção para os problemas do presente, mas, principalmente, do futuro” (VILLAS BÔAS, 2007, p. 208).

O projeto de construção da Universidade do Distrito Federal não havia logrado o sucesso esperado quando da sua construção – ainda mais se comparada à sua congênere na USP e mesmo à pioneira ESLP -, mas a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, criada em 1939, passava a suprir as demandas por formação na área de ciências sociais no Rio de Janeiro e seria acompanhada, em 1958, pelo Curso de Sociologia e Política da PUC-RJ. A construção de uma comunidade intelectual com formação universitária e treinamento metodológico alterava o panorama cultural da cidade e do país e passava a se impor em termos de discussão pública. Intelectuais como Luiz de Aguiar Costa Pinto, Alberto Guerreiro Ramos e José Arthur Rios fizeram parte da primeira turma de alunos formados pela FNFi e passaram a ter uma atuação destacada no cenário intelectual carioca dos anos 1950 (BRASIL JR, 2017; VILLAS BÔAS, 2006a, cap. 5). Em nível de pós-graduação, o Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia do Museu Nacional, criado em 1960, foi o primeiro na cidade e serviu como embrião do que viria a ser o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) no Museu Nacional.

A criação de institutos de pesquisa no Rio de Janeiro nos anos 1950 viria a suprir a falta de estruturas organizadas que pudessem dar conta da realização de esforços investigativos de maior fôlego. Iniciativas como a do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), em 1953, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), ambos em 1955, do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), criado 1957, e do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Brasil, criado em 1958, mostraram-se fundamentais para o desenvolvimento de uma comunidade científica na capital federal.

O ISEB foi uma das instituições mais importantes no panorama intelectual do Rio de Janeiro dos anos 1950 e início de 1960 e teve sua formulação inicial no IBESP. A aproximação dos intelectuais se deu com a publicação de uma coluna no *Jornal do Comércio* a partir de 1947, em que diversos autores contribuíram com reflexões sobre o que consideravam ser os principais problemas nacionais (HOLLANDA, 2012). Alguns dos autores que contribuíram com essas colunas passaram a compor o que ficou conhecido como o Grupo de Itatiaia. O grupo reunia

diversos pensadores paulistas e cariocas que passaram a se encontrar a partir de agosto de 1952 no Parque Nacional de Itatiaia, localizado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, em instalações cedidas pelo Ministério da Agricultura (BARIANI, 2005; SCHWARTZMAN, 1979). O nacionalismo era a categoria que centralizava grande parte das discussões, dando suporte aos objetivos de exercer influência nos rumos do Estado brasileiro. A criação, em 1953, do IBESP, formalizou a atuação do grupo³¹. Entre as ideias compartilhadas pelos intelectuais do IBESP estavam “a preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro, a busca de uma posição internacional de não alinhamento [com nenhum dos polos que rivalizavam na chamada Guerra Fria] e de "terceira força", um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública [e] maior participação de setores populares na vida política” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 3). Parte significativa das atividades da instituição estiveram centradas na realização de seminários e na edição da revista *Cadernos de Nosso Tempo*.

A revista *Cadernos de Nosso Tempo*, que contou com cinco edições entre 1953 e 1956, foi um dos meios fundamentais de divulgação das ideias gestadas no IBESP e que anteciparam grande parte das discussões que viriam a ocorrer no ISEB. Os autores dos *Cadernos* atribuíam a si o papel de elaborar diagnósticos sobre o país com a missão de informar as decisões políticas para que fossem superados os graves problemas nacionais. Dentre os entraves tratados nas páginas da revista estavam o moralismo das camadas médias da população brasileira – que, segundo a argumentação, produziria alienação e deturparia a consciência nacional sobre qual seria o verdadeiro interesse do país –; as diversas expressões do internacionalismo – representado por partidos como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e por intelectuais que, na opinião de alguém como Guerreiro Ramos, por exemplo, produziram uma teoria alienada da realidade nacional –; e o populismo, representado sobretudo pela figura de Ademar de Barros (HOLLANDA, 2012).

Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Candido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier e Ignácio Rangel – todos membros do IBESP – participaram da fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955 como órgão vinculado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura. O ISEB passou a desenvolver suas atividades no início do governo de Kubitschek. A defesa do nacional-desenvolvimentismo pelos isebianos foi bem recebida pelo

³¹ Grande parte dos intelectuais paulistas, mais afeitos às discussões filosóficas e desconfiados em relação às ingerências políticas propostas por seus colegas cariocas, abandonariam o empreendimento, com exceção de Roland Corbisier, que viria a fazer parte da criação do IBESP e posteriormente do ISEB (HOLLANDA, 2012).

presidente, que chegou a elogiar o instituto em declarações públicas. O ideário nacional-desenvolvimentista propunha um diagnóstico do Brasil como país subdesenvolvido, condição que só seria superada pela intensificação do processo de industrialização. A política de desenvolvimento deveria ser uma política nacionalista, que fosse capaz de levar o país a uma posição realmente soberana. Sua implementação deveria substituir as antigas elites dirigentes, fortemente ligadas ao setor agroexportador. Aos intelectuais caberia o papel de identificar os empecilhos que se colocavam como obstáculos a serem superados. A atuação dos isebianos de “primeira hora” (TOLEDO, 1982) se estabeleceu a partir da organização de departamentos de ensino que foram organizados da seguinte forma: Filosofia sob a direção de Álvaro Vieira Pinto; História com Cândido Mendes; Sociologia com Alberto Guerreiro Ramos; Ciência Política com Hélio Jaguaribe; e Economia com Evaldo Correa Lima.

Tensões relacionadas às propostas intelectuais e às críticas ao governo JK que começavam a ser gestadas no interior do instituto causaram divisões no grupo, sobretudo com a saída de Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos em 1958. Deste momento em diante o ISEB passaria a apoiar as Reformas de Base encampadas pelo governo João Goulart e a intensificar seu posicionamento político de esquerda, sendo marcante neste momento a edição, junto à editora Civilização Brasileira, dos *Cadernos do Povo Brasileiro* que circulou entre 1962 e 1964. A *Cadernos do Povo Brasileiro* foi uma coleção coordenada por Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto, com livros que chegavam a uma tiragem de 20 mil exemplares por edição. A construção de um projeto para o que se entendia ser a revolução brasileira estava em pauta nas abordagens dos autores publicados, imprimindo um caráter anti-imperialista ao debate nacionalista e destoando da primeira fase do ISEB, em que o projeto nacional-desenvolvimentista, a ser encampado pela burguesia, com grande apelo institucional, era predominante (LOVATTO, 2013). Suas atividades foram, entretanto, abruptamente encerradas no dia 13 de abril de 1964, poucos dias após consolidado o Golpe Militar.

Além do IBESP/ISEB, outros institutos de pesquisa fundados no Rio de Janeiro em meados dos anos 1950 tiveram atuação importante, dentre eles o CBPE e o CLAPCS, que contaram com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Criada em 1946, no apagar das luzes da Segunda Guerra Mundial, a UNESCO teve como um dos pontos fundamentais de atuação nos seus primeiros anos de atividade a realização de pesquisas e reflexões sobre raça em diversos contextos sociais. Entendia-se que a perseguição aos judeus por parte da Alemanha nazista tinha deixado sequelas que precisavam se tornar inteligíveis para que não se reproduzisse. Somava-se a isso o fato de que a persistência do racismo institucionalizado em países como os Estados Unidos e a África

do Sul, bem como o processo de descolonização africana, mantinha atual a questão racial (MAIO, 1999). Foi dessa forma que, seguida da Primeira Declaração sobre Raça publicada em 1950, o Brasil foi escolhido como laboratório de análises que pudessem apontar os fatores que possibilitavam uma suposta convivência relativamente pacífica entre raças distintas. Esperava-se que a experiência brasileira servisse de modelo para as diversas nações do mundo e para isso os cientistas sociais deveriam realizar pesquisas que disponibilizassem dados e análises das características dessa realidade.

O Projeto Unesco, como ficou conhecido o conjunto de pesquisas realizadas com financiamento da instituição entre 1951 e 1952 no Brasil, teve seus traços fundamentais elaborados por Arthur Ramos, que assumiu a direção do Departamento de Ciências Sociais da Unesco em 1949, pouco antes de falecer. Em 1950 o antropólogo Alfred Métraux assumiu o Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da instituição e, junto a Ruy Coelho, ex-aluno de Roger Bastide na USP, viria a coordenar o projeto de pesquisa a ser realizado no Brasil. As pesquisas tiveram como lócus inicial o estado da Bahia, que já contava com uma tradição de pesquisas sobre raça desde os anos 1930. O antropólogo norte-americano Charles Wagley, que já tinha longa experiência de pesquisas no estado, disponibilizou-se para cooperar, e sugeriu o médico e etnólogo Thales de Azevedo para realizar a pesquisa na capital Salvador. Rio de Janeiro e São Paulo foram incluídos na sequência para que se estabelecesse um contraponto que levasse em conta cidades em processo de modernização. Luiz de Aguiar Costa Pinto ficou responsável pela pesquisa no Rio de Janeiro e Roger Bastide e Florestan Fernandes coordenaram as investigações em São Paulo. Pernambuco viria a se somar posteriormente, tendo como vínculo o Instituto Joaquim Nabuco, sob direção de Gilberto Freyre, com pesquisas em Recife realizadas por René Ribeiro. A interação do Projeto Unesco com o Teatro Experimental do Negro, que tinha a participação de intelectuais como Guerreiro Ramos, contribuiu para uma maior politização do projeto (MAIO, 1999). Os resultados das pesquisas foram publicados em livros como *Race and class in rural Brazil* (1952), organizado por Charles Wagley, e *Les élites de couleur dans une ville brésilienne* (1953), de Thales de Azevedo, ambos publicados pela Unesco; *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança* (1953), de L. A. Costa Pinto, publicado pela Companhia Editora Nacional; *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (1955) organizado por Roger Bastide e Florestan Fernandes e publicado pela editora Anhembi³²; e *Religião e relações raciais*

³² É importante destacar o papel da editora Anhembi na divulgação das ciências sociais brasileiras nos anos 1950. Além de ter colaborado com o financiamento da Pesquisa Unesco, a Anhembi editou a revista homônima, que publicou diversos sociólogos e antropólogos brasileiro, a maior parte deles paulista. A revista *Anhembi* foi

(1956), de René Ribeiro, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura. Os locais por onde os livros foram publicados dão uma ideia de como eram viabilizadas as publicações de cientistas sociais no período: órgãos públicos e instituições de pesquisa com financiamento externo garantiam parte significativa das publicações, embora se passasse a contar também com iniciativas privadas como a CEN e a Anhembi.

Além das pesquisas sobre relações raciais no Brasil, a UNESCO patrocinou a criação de institutos de pesquisas como o CBPE e o CLAPCS. A criação do CBPE se insere numa tradição brasileira de estudos educacionais que já vinha se desdobrando desde os anos 1930. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criado em 1937 durante a gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde (SCHWARTZMAN, 1982) possuía uma larga experiência neste sentido. Em 1952, Anísio Teixeira assumiu a direção do INEP e, dentre as iniciativas que promoveu, criou, em 1955, com apoio da UNESCO, o CBPE, cuja sede nacional localizava-se no Rio de Janeiro. A direção ficou sob responsabilidade do próprio Anísio Teixeira, desdobrando-se em outras cinco repartições regionais localizadas em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia. A produção de pesquisas científicas sobre educação, que contou com a coordenação de Darcy Ribeiro à frente da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, tendo como suporte as ferramentas teóricas e metodológicas das ciências sociais, esteve no cerne da atuação da instituição. É revelador, nesse sentido, não só o amplo leque de pesquisas desenvolvidas no instituto e o envolvimento direto com questões públicas de grande relevo – como o foram as modificações que viriam a ser incorporadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1959 e o projeto de construção da Universidade de Brasília -, mas a publicação de periódicos que serviram como forma de legitimação das atividades desenvolvidas pelo INEP e pelo CBPE (GOUVÊA, 2008). Destacam-se, neste sentido, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, a *Revista Educação e Ciências Sociais* e o *Boletim Mensal* do CBPE.

O CLAPCS foi criado em 1957 com sede no Rio de Janeiro. O objetivo central da nova instituição era realizar pesquisas sobre os problemas compartilhados pelos países latino-americanos (BRINGEL; SILVA; MACÊDO, 2014). A iniciativa da UNESCO, que também

fundada em 1950 pelo jornalista Paulo Duarte e se manteve atuante até 1962, com uma tiragem de 8 a 10 mil exemplares por mês. A ideia era de se estabelecer como uma contribuição para a formação humanística e científica da sociedade, contando para isso com a contribuição de intelectuais de prestígio e uma sessão de divulgação cultural (ABDALA-MENDES, 2015). Antes da publicação do livro de Roger Bastide e Florestan Fernandes, a revista Anhembi chegou a publicar dois textos oriundos da Pesquisa Unesco em 1953. Diversos outros alunos ligados a cadeira de Sociologia I da USP, como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, viriam a publicar na revista, que serviria como “caixa de ressonância” para a legitimação do projeto acadêmico que vinha sendo gestado por Florestan Fernandes na USP (JACKSON, 2004).

contou com financiamento de países da região, se deu de forma paralela a criação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), com sede em Santiago, no Chile (BEIGEL, 2009), tendo esta, por sua vez, a missão de formar pesquisadores que viriam a se constituir em um segmento fundamental da elite intelectual emergente na região (BLANCO, 2007).

A coordenação do CLAPCS entre 1957 e 1961 ficou à cargo de Luiz de Aguiar Costa Pinto. O período no qual Costa Pinto esteve à frente do Centro foi marcado pela construção institucional de uma agenda de pesquisas, uma rede de pesquisadores latino-americanos e pelo contato com instituições de diversas partes do mundo (BRINGEL et al., 2015). A construção dessas redes possibilitou a interação de sociólogos brasileiros com expoentes regionais como Gino Germani, Rodolfo Stavenhagen, Aldo Solari, Pablo González Casanova, Jorge Graciarena, Torcuato di Tella e pesquisadores de referência em países centrais, como C. Wright Mills, nos Estados Unidos, e Alain Tourraine, na França. A divulgação de pesquisas e atividades realizadas pelo Centro foram possibilitadas por publicações periódicas como o Boletim, criado em 1959, e a Revista América Latina, iniciada em 1962. As questões relacionadas à modernização davam a tônica das preocupações da época (OLIVEIRA, 2005), vindo-se a desdobrar em temas como mudança social, participação democrática, gênero e raça, urbanização e o mundo rural, educação, família, religião, o papel das elites industriais na modernização do país, a importância da circulação do conhecimento para a construção de uma comunidade acadêmica pujante, entre outros. Grande parte desses temas seria abordado no famoso seminário internacional organizado pelo CLAPCS entre 19 e 24 de outubro de 1959 intitulado “Resistências à Mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”. O seminário contou com vários dos intelectuais acima citados, além de outros nomes de peso como Alfred Métraux, Jacques Lambert e Florestan Fernandes. Na visão de Costa Pinto, tanto o seminário quanto as discussões desenvolvidas no âmbito do CLAPCS serviram para chamar a atenção para a necessidade de se discutir de forma mais detida o processo de desenvolvimento, cuja execução encontrava resistência em grupos sociais constituídos e atuantes de acordo com interesses contrários, distinguindo-se, portanto, de um processo descuidado de modernização (FERREIRA, 1999; MACEDO, 2017; VILLAS BÔAS, 2006a, cap. 7).

O Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Brasil, criado em 1958, completou o panorama das instituições de pesquisa surgidas no Rio de Janeiro na década de 1950 (VILLAS BÔAS, 2019). Dirigido por Evaristo de Moraes Filho, o instituto desenvolveu pesquisas importantes sobre os “Grandes Grupos Econômicos no Brasil”, coordenada por Maurício Vinhas de Queiroz e participação de Luciano Martins e sobre “Burocracia e

Desenvolvimento no Brasil”, coordenada por Stella Amorim, dando oportunidade de estágio a alunos da FNFfi, como foi o caso de Gilberto Velho (VELHO, 2012).

As mudanças ocorridas no universo intelectual do Rio de Janeiro – e do país como um todo, guardadas as particularidades de cada região - estavam, portanto, intimamente relacionadas ao processo de institucionalização das ciências sociais. A criação de cursos universitários e institutos de pesquisas modificaram a forma de se pensar sobre o país, estabelecendo um relacionamento distinto com a dimensão temporal, em que o futuro ganhou espaço em detrimento do passado.

“O modernismo sociológico da década de 1950, orientado deliberadamente para uma concepção moderna/universalista da vida social, preteriu a busca do específico, do singular, das origens, da fonte de brasilidade, mediante a construção de uma imagem do futuro do país, universalista, democrática e moderna. A sociologia deslocou, assim, a ideia de construção da cultura/nação do seu lugar privilegiado para defender a ideia da construção de sociedade” (VILLAS BÓAS, 2006a, p. 101).

A sociologia que emergia nos anos 1940 e 1950, a partir de um amplo diálogo com as matrizes intelectuais europeias e norte-americanas, embora não deixasse de se firmar a partir da tradição brasileira de estudos sobre a nação, passou a disputar espaço com as gerações anteriores de intelectuais, impondo novos princípios de classificação da prática intelectual que se desdobravam de forma concomitante às mudanças pelas quais o país passava. A questão do desenvolvimento alcançou seu ponto máximo justamente nesse momento em que as mudanças de caráter modernizador se impunham na agenda política e social. É dessa forma que se pode notar os alicerces que fundamentavam o fazer sociológico no período: “Sociologia científica e intervenção pública, através de uma ciência planificada, com uma perspectiva normativa forte: eis os motes que moviam a agenda intelectual de diversos sociólogos neste contexto dos anos 1940 até o golpe militar” (BOM JARDIM, 2013, p. 74). Tanto os cientistas sociais do Rio de Janeiro quanto os de São Paulo, a despeito das diferenças que se impuseram no processo inicial de institucionalização das respectivas universidades³³, desenvolveram uma sensibilidade histórica do fazer científico em que os resultados das pesquisas concorriam para a realização

³³ A diferença entre os processos de institucionalização universitária das ciências sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo foram analisados em pesquisas como as que constam nos dois volumes da *História das Ciências Sociais no Brasil* (MICELI, 1989, 1995a) e reeditadas na distinção entre intelectuais manheimianos e mertonianos (VIANNA, 1997) ou nas polêmicas envolvendo Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes (MARTINS, 2008). Embora estas pesquisas tenham sido importantes para demarcar as diferenças com relação à autonomia que cada experiência estabeleceu com relação à esfera de atuação política – em que São Paulo, representado sobretudo pela USP, serviu como exemplo de atuação autônoma em contraposição principalmente ao ISEB, símbolo máximo dos constrangimentos políticos no fazer científico -, esta dimensão foi hipertrofiada, diminuindo a importância das várias iniciativas nas ciências sociais cariocas, como as destacadas neste capítulo.

das mudanças pelas quais o Brasil passava. A recepção da obra do sociólogo Karl Mannheim foi, nesse sentido, fundamental, servindo “para justificar uma correspondência entre fazer ciência e fazer história, intervir na realidade e transplantar um estilo de vida moderno para o Brasil” (VILLAS BÔAS, 2006b, p. 129). É dessa forma que a sociologia do período se volta, de forma tanto analítica quanto normativa, a compreender problemas públicos que assumiam lugar de destaque como os da questão racial, do processo de democratização e modernização, das questões educacionais e a da chamada “revolução brasileira” (BOM JARDIM, 2013, p. 108).

Jorge Zahar, primeiro como funcionário da livraria e distribuidora de Antonio Herrera, depois como sócio da livraria LER, junto aos seus irmãos, participou ativamente desse processo, desenvolvendo um conhecimento prático relacionado à mediação das demandas de leitura de professores e alunos e as ofertas do mercado editorial nacional e estrangeiro. O slogan “A cultura a serviço do progresso social”, que passou a estampar os livros da Zahar Editores a partir do início dos anos 1960, insere-se nesse universo, firmando a inserção do editor numa subjetividade coletiva que tomava contornos mais nítidos e maior nível de organização, centralidade e causalidade à medida que diversos atores chamavam para si a responsabilidade de atuar como mediadores no sistema político. Contribuíram para a construção dessas crenças compartilhadas as diversas iniciativas editoriais vinculadas direta ou indiretamente às organizações de esquerda, como será visto brevemente no tópico a seguir.

2.4 A publicação do pensamento comunista no Brasil e a configuração de projetos editoriais de esquerda

O pensamento político de esquerda, que se tornou bastante disseminado entre os meios intelectualizados no Brasil dos anos 1950 e 1960 (SCHWARZ, 1975) – apesar de matizes distintas -, foram fundamentais na constituição de uma subjetividade coletiva (DOMINGUES, 1995, 1999, 2004) que incluía intelectuais e demais setores médios intelectualizados e trabalhadores das classes populares politizados. Formou-se uma teia de atores sociais dedicados à superação do passado oligárquico, voltados com entusiasmo para os avanços técnicos prometidos pelo processo de industrialização do país e engajados na construção do que se entendia ser uma revolução brasileira, elemento de disputa, mas também de estímulo à

imaginação que alimentava a utopia da superação da condição de subdesenvolvimento, estabelecendo uma estrutura de sentimentos ao mesmo tempo romântica e revolucionária (RIDENTI, 2005, 2010, 2014).

Movimentos culturais e estéticos como o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Teatro de Arena e o Teatro Oficina, os CPCs da UNE, o Movimento Popular de Cultura de Pernambuco (MPC), o movimento concreto na poesia e nas artes plásticas e várias outras formas de expressão cultural e artística fizeram parte desse momento de efervescência cultural e ebulição política. A formação desse caldo cultural remete a formação de um pensamento político de esquerda que tinha uma trajetória relacionada a esforços de publicação de livros e periódicos políticos desde o final do século XIX e início do XX. Correntes políticas como o liberalismo, o socialismo, o anarquismo e o comunismo circulavam entre camadas de intelectuais e trabalhadores, mas foi com a organização do Partido Comunista do Brasil (PCB) que se estabeleceu uma maior centralidade na formação de militantes e na circulação de livros e demais impressos destinados à discussão intelectual de esquerda (SECCO, 2017). A publicação de ideias comunistas no Brasil esteve intimamente ligada à publicação de autores que viriam a compor um quadro de referência fundamental das ciências sociais e humanas no Brasil em meados do século XX, num momento em que o pensamento crítico ganhava relevo. Impõem-se, portanto, mesmo que de forma abreviada, uma análise das publicações comunistas no Brasil, com destaque para o período que vai dos anos 1940 até o Golpe Militar de 1964 e a atuação de Caio Prado Jr. e Ênio Silveira, respectivamente nas editoras Brasiliense e Civilização Brasileira.

As publicações comunistas tiveram um momento inicial de crescimento no Brasil na segunda década do século XX, na esteira da Revolução Russa de 1917 e do *agitprop* da III Internacional (SECCO, 2013). A maior parte das publicações eram folhetos ou jornais e, dos poucos livros editados, a maior parte era financiado pelos próprios autores. Apesar do contexto adverso, viabilizou-se, por exemplo, a primeira tradução do *Manifesto Comunista* (1924), traduzido do francês e publicada pela editora Sul-Brasil, de Porto Alegre. O primeiro momento de crescimento substantivo da publicação de livros comunistas no Brasil se deu junto ao crescimento do mercado editorial brasileiro como um todo, no processo desencadeado pela Revolução de 1930. Até o Golpe do Estado Novo, em 1937, diversas iniciativas surgiram. Dentre elas a Gráfico-Editora Unitas Limitada, que chegou a publicar, entre 1931 e 1943, 116 livros, ficando conhecida pela publicação das obras de Léon Trotsky (KAREPOVS, 2013). Grande parte das iniciativas editoriais, entretanto, não lograram continuidade no longo prazo. Dentre os fatores que contribuíram para a situação de intermitência está a perseguição sofrida pelos

comunistas. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) havia sido fundado em 1922 e desde então passou a exercer atividades formativas para seus militantes, utilizando-se da divulgação de jornais e folhetos como o *Movimento Comunista* - publicação quinzenal que em 1923 já passou a sofrer represálias por parte do poder público. O estado de sítio vivido entre 1922 e 1926 empurrou desde o início o PCB para a clandestinidade, situação que se manteria, com maior ou menor intensidade, entre 1930 e 1945. Após a fracassada tentativa de levante contra o governo, comandada por grupos ligados à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e com apoio do PCB, resultando em novo decreto de um estado de sítio, a perseguição aos comunistas se tornou mais ferrenha e o número de publicação de livros voltou a cair.

Foi somente ao final do Estado Novo, marcadamente a partir de 1942, momento em que o Brasil declarou apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, posicionando-se como inimigo dos alemães e correligionários, que se abriu espaço para um retorno mais consistente das publicações comunistas. Embora o partido tenha sido legalmente reconhecido em 1945, voltou a ser posto na ilegalidade em 1947. O pequeno período de existência oficial, que durou menos de dois anos, entre outubro de 1945 e maio de 1947, possibilitou, entretanto, o incentivo necessário para que o partido apoiasse a criação e manutenção de algumas iniciativas editoriais que conseguiram manter o fôlego e lograr continuidade. A mais bem-sucedida entre elas foi a Editorial Vitória, fundada em 1944.

Até o Golpe de 1964, a Vitória publicou mais de 170 títulos, entre os quais destacaram-se as obras de Marx, Lenin, Stalin, Luís Carlos Prestes e os livros de literatura da coleção *Romances do Povo*, coordenada por Jorge Amado (MAUÉS, 2013). Essas publicações foram fundamentais não só para os militantes comunistas que se espalhavam pelo país, mas para os estudantes universitários que passavam a contar com traduções de obras fundamentais da teoria marxista e diversas outras obras de história e ciências humanas de autores vinculados ao pensamento comunista. A participação em grupos de atuação política foi, nas décadas de 1950 e 1960, uma das principais portas de entrada para as ciências sociais.

O catálogo da Editorial Vitória foi fundamental para a formação de diversos intelectuais e editores que passaram a atuar no Brasil em meados do século XX. A aproximação de Jorge Zahar com o PCB data do início dos anos 1940, quando passou a frequentar a sede carioca do partido. Tanto a simpatia declarada de sua mãe por Luís Carlos Prestes (PIRES, 2017) quanto o convívio com o anarquista Antonio Herrera parecem ter contribuído para sua aproximação

com as ideias de esquerda. Jorge chegou a vender nas ruas o jornal *Tribuna Popular*³⁴, embora nunca tenha se filiado de fato ao partido. Como comentou em entrevista, de forma um tanto exagerada, embora refletindo a hegemonia do PCB na época, “naquele tempo não tinha muita escolha politicamente, ou você era do Partido Comunista, ou tinha ideias comunistas, ou então era do outro lado. Não havia nuance, nem partido socialista havia” (Zahar apud PIRES, 2017, cap. 80).

Caminho parecido, embora muito mais engajado e com consequências para a sua atuação profissional, deu-se com Caio Prado Júnior e Ênio Silveira, à frente, respectivamente, da editora Brasiliense e da Civilização Brasileira. As duas editoras, atuando respectivamente em São Paulo e no Rio de Janeiro foram fundamentais para a consolidação do mercado editorial brasileiro na segunda metade do século XX e tiveram destaque na publicação de autores vinculados ao espectro político de esquerda (GALUCIO, 2009).

O percurso inicial da editora Brasiliense está intimamente vinculado aos desdobramentos da atuação do PCB. A editora foi criada em 1943 para publicar da revista *Hoje – o mundo em letra de fôrma*. A revista tratava de discussões sobre a realidade brasileira e fazia críticas ao Estado Novo, concretizando “o objetivo de Caio Prado Júnior, Monteiro Lobato e Artur Neves [fundadores da revista] de distribuir clandestinamente um material produzido pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)” (GALUCIO, 2009, p. 173).

Monteiro Lobato e Artur Neves já tinham uma atuação destacada no mercado editorial por iniciativas anteriores, o que facilitou a entrada da Brasiliense no mercado e a distribuição das suas publicações. Além da revista *Hoje* a editora passou a publicar, entre 1945 e 1947 – anos em que o PCB saiu da ilegalidade -, a revista *Fundamentos*³⁵.

A livraria Brasiliense, que ficava em São Paulo, começava a receber grande público, parte dele atraído pela presença constante de Monteiro Lobato nas suas dependências. A publicação de livros ainda não era expressiva, mas passava a ganhar destaque, como se deu com o lançamento da coleção *Problemas Brasileiros* em 1945 com coordenação de Caio Prado Jr. (GALUCIO, 2009). Abria-se cada vez mais espaço nas publicações da editora a publicações que entravam em discordância com os posicionamentos oficiais do partido. É de se notar,

³⁴ O *Tribuna Popular* foi um periódico criado por militantes ligados ao PCB no Rio de Janeiro em maio de 1945, sendo interrompido em 1947 quando o partido foi novamente considerado ilegal. Para mais informações ver o site da Hemeroteca Digital: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/tribuna-popular/>. Último acesso em 17 de fevereiro de 2019.

³⁵ As edições digitalizadas da revista *Fundamentos* estão disponíveis para consulta no Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois e podem ser acessadas pelo endereço <<http://grabois.org.br/cdm/fundamentos>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

portanto, que, apesar da filiação de Caio Prado Jr. e Artur Neves ao PCB, e mesmo com a proximidade de Monteiro Lobato com o partido, a *Brasiliense* não era uma editora vinculada estritamente ao PCB, tendo a própria direção do partido realizado críticas em relação às suas escolhas editoriais.

A cassação do mandato de Caio Prado Jr., que havia sido eleito deputado estadual pelo PCB em 1947, e sua prisão temporária, além da morte de Monteiro Lobato em 1948, lançou a editora numa crise. O lançamento das obras completas de Lima Barreto no início dos anos 1950 e a criação da *Revista Brasiliense* em 1955 marcaram um momento de retomada nas atividades editoriais e uma guinada na gestão do catálogo. A *Revista Brasiliense* passou a travar debates de caráter nacionalista, reforçando uma posição de contestação à gestão política e econômica do presidente Juscelino Kubitschek, em grande parte devido à participação do capital estrangeiro na economia nacional. Além das críticas à condução do estado pelo presidente e de análises de conjuntura, a revista foi um dos espaços privilegiados de publicação dos autores de ciências sociais, junto à revista *Anhembi* (JACKSON, 2004; LIMONGI, 1987).

Outro editor que passou a ocupar uma posição de destaque na passagem dos anos 1940 para os anos 1950 foi Ênio Silveiro, que esteve à frente a editora *Civilização Brasileira* a partir de 1951. A entrada de Ênio deu novo aspecto a editora que havia sido fundada em 1929 no Rio de Janeiro por Ribeiro Couto - poeta e diplomata -, Gustavo Barroso - escritor -, e Getúlio M. Costa - livreiro. Pouco mais de dois anos depois, em 1932, parte das ações da editora foi comprada pela Companhia Editora Nacional (CEN), sob o comando de Octalles Marcondes Ferreira e do seu irmão, o banqueiro Fenício Marcondes Ferreira. A *Civilização Brasileira* passou a servir, até as modificações feitas nos anos 1950 por Ênio Silveira, como uma filial da CEN, estratégica na distribuição dos seus livros na capital federal e na produção de livros de literatura, enquanto a matriz paulista concentrava seus esforços nos didáticos e infantis, nicho comercial que vinha se beneficiando da expansão do ensino secundário e universitário no Brasil e que fazia da CEN uma das maiores editoras brasileiras até os anos 1970.

Nascido em São Paulo em 1925, no seio de uma família de classe média que contava com escritores e advogados, Ênio Silveira sempre teve proximidade com os livros, algo que conciliou desde muito cedo com uma atuação junto ao PCB. Em 1941 foi preso pela primeira vez em São Paulo (VIEIRA, 1998, p. 80) em virtude de sua militância durante o Estado Novo, acontecimento que viria a servir como um rito de passagem para uma postura militante adensada ao longo da sua carreira. Em 1944, então aluno do curso de Sociologia da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), Ênio Silveira foi indicado por Monteiro Lobato - com quem

travou contato a partir das relações que este tinha com seu avô - ao seu ex-sócio Octalles Marcondes Ferreira. Ênio começou a trabalhar na CEN e veio, dois anos depois, a se casar com Cléo Marcondes Ferreira, filha de Octalles, estabelecendo um mecanismo de entrada inicial no universo editorial por meio de laços familiares, assim como se deu com Jorge Zahar mais ou menos na mesma época, embora em contextos bastante distintos. Em 1946, Ênio partiu em viagem de um ano e meio para Nova Iorque, onde frequentou alguns cursos de editoração e se tornou estagiário na editora de Alfred Knopf, uma das maiores editoras americanas da época, além de ter participado, neste período, das atividades do Partido Comunista dos Estados Unidos. Essa experiência foi fundamental na sua carreira, principalmente tendo em vista que a indústria editorial estadunidense guardava uma grande diferença em relação à brasileira no que diz respeito a elaboração do projeto gráfico e publicidade dos livros, que eram mais diretamente encarados como objeto comercial, enquanto no Brasil ainda se atribuía uma concepção de que o livro era produzido para a elite intelectual e deveria resguardar distância em relação às técnicas comerciais e de marketing (MARIZ, 2005, p. 59).

Ao retornar ao Brasil, em 1948, Ênio retomou seu posto na CEN. Diante do panorama econômico, político e cultural efervescentes no país, a perspectiva política mais alinhada à esquerda de Ênio começou a entrar em choque com a postura mais conciliadora de Octalles. A sua proximidade com o PCB e mesmo seu vínculo com a ELSP - cujo curso de sociologia não viria a concluir - colocavam os dois em posições antagônicas. Apesar de não sofrer retaliação do sogro, não tinha liberdade para estabelecer sua própria linha editorial. Somado a isso, o fato de produzir livros didáticos engessava bastante as possibilidades de inovação, já que eram, na maioria das vezes, voltados para compras governamentais e passavam por um processo de validação institucional. Foi nesse contexto que Ênio aceitou o convite do seu sogro para assumir, em 1951, a direção da editora Civilização Brasileira, embora ainda como filial carioca da Companhia Editora Nacional.

A direção do próprio selo editorial, mesmo que, no início, sob a supervisão de Octalles, deu a Ênio maior autonomia na concepção dos livros e escolha dos títulos, marcando uma nova fase na editora Civilização Brasileira. No decorrer dos anos 50 ele comprou, aos poucos, as ações de Octalles, assumindo terminantemente a direção da Civilização Brasileira em 1963 (Mariz, 2005: 66). Nesse processo de busca por maior autonomia, Ênio passou a reformular o catálogo da editora, trazendo para sua alçada autores vinculados ao pensamento nacionalista de esquerda e às modernas ciências sociais, que viriam a fazer o sucesso da editora nos anos

1960³⁶. Apesar de heterogêneos entre si, “o anti-imperialismo e a necessidade de se realizar a “revolução brasileira” – esse conceito que se torna uma espécie de massa de modelagem trabalhada ao gosto de cada grupo intelectual ou político – eram os principais elementos discursivos que atribuíam unidade ao grupo, acima de suas divergências” (VIEIRA, 1998, p. 23).

Foi nesse momento que Ênio “deu início a toda uma renovação nos processos editoriais da empresa, incorporando novos autores, modificando o padrão gráficos dos livros e, sobretudo, dando destaque a problemáticas brasileiras dentro de um enfoque nacionalista de esquerda” (VIEIRA, 1998, p. 80). Alguns dos projetos marcantes da editora, já nos anos 1960, foram a coleção *Retratos do Brasil* - uma espécie de coleção brasileira voltada para a publicação de literatura -, a *Revista Civilização Brasileira* e a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, iniciativas que reuniram nomes fundamentais do pensamento de esquerda da época e tiveram alcance popular sem precedentes, colocando a editora nos holofotes do sistema de repressão que viria a ser instaurado a partir de 1964.

Ênio também teve uma atuação forte nos órgãos de representação profissional, tendo sido um dos fundadores da Câmara Brasileira do Livro (CBL), em 1946, e presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) entre 1952 e 1958, período marcado por um diálogo constante com o governo em busca do atendimento de emendas do setor como facilidades para importação de papel e redução da carga tributária sobre o setor gráfico e editorial (VIEIRA, 1998), que viriam a se mostrar fundamentais para o desenvolvimento da indústria no país e para a maior organização e centralidade dos editores e demais intelectuais que passaram a atuar politicamente nos anos 1960.

É de se notar, portanto, que a publicação de livros comunistas e de teoria marxista, que se iniciam nos anos 1920 no Brasil, passaram a ter grande repercussão nos debates culturais e políticos, vindo a se unir a projetos editoriais de grande disseminação que agregavam discussões intelectuais fundamentais no momento como as do nacional-desenvolvimentismo e da revolução brasileira.

³⁶ Também o próprio Octalles estava atento ao movimento de emergência das ciências sociais com gênero editorial e chamou Florestan Fernandes para coordenar uma série de publicações de sociologia para a coleção Universitária da Companhia Editora Nacional, como será visto com mais detalhes no próximo capítulo.

2.5 Considerações finais

A entrada de Jorge Zahar em 1940 na livraria de Antonio Herreira coincidiu com o fortalecimento da indústria editorial brasileira, com o crescimento do sistema de educação nacional, com o amadurecimento do processo de institucionalização das ciências sociais e com a construção de uma subjetividade coletiva que se pautava em grande medida pelo pensamento de esquerda com vistas a superação da condição de país subdesenvolvido. Esse universo foi fundamental na socialização de Jorge Zahar como editor e na construção do catálogo que passaria a se estabelecer a partir de 1957. Se é possível notar uma crescente quantidade de iniciativas editoriais de livros e revistas de ciências sociais, em grande medida relacionadas às elites intelectuais do país, como foram os casos das comunidades acadêmicas do Rio de Janeiro e São Paulo, é patente a falta de tradução das grandes obras canônicas das ciências sociais estrangeiras, que continuavam a ser acessada por custosas importações e acessíveis apenas a quem pudesse ler em línguas como o francês, inglês e espanhol. A política editorial adotada pela Zahar nos primeiros anos de funcionamento, de traduzir obras voltadas para a formação de alunos universitários, aponta para uma maior democratização do acesso à formação em ciências sociais e um diálogo intenso com as discussões ocorridas em países centrais, embora tenha servido, como se verá no capítulo seguinte, como forma de superar, nos primeiros anos de funcionamento da editora, as dificuldades iniciais em estabelecer vínculos fortes e duradouros com membros da elite intelectual nacional.

3 A ZAHAR EDITORES E A FORMAÇÃO DO CATÁLOGO (1957-1965)

[É impressionante] o que saiu em Ciências Humanas no país, publicado por ele [Ênio Silveira] e Jorge Zahar, com sua editora também publicando dentro dessa mesma linha [de esquerda] uma série de livros de altíssima qualidade. A esses dois editores, o Brasil deve muito.

Moacyr Félix apud Ridenti (2014, p. 103)

A Zahar Editores foi criada pelos irmãos Zahar em dezembro de 1956, depois de uma longa experiência trabalhando como livreiros. Embora tivessem acumulado experiência com a venda de livros de ciências sociais e humanas e no trato com o público universitário, os momentos iniciais da editora – que era, de fato, um projeto de Jorge Zahar – foram erráticos. A política editorial, no início ainda bastante indefinida, levou um tempo para ser estabelecida. A partir de uma tentativa frustrada de construir uma coleção de livros voltados para o curso de economia, que deveriam ser escritos por professores brasileiros, a Zahar Editores investiu seus recursos e esforços na tradução de obras estrangeiras de ciências sociais e humanas. A estratégia, que serviu para compensar a falta de vínculos fortes com a elite intelectual que passava a se estabelecer com a consolidação das Faculdades de Filosofia no Rio de Janeiro e em São Paulo, contribuiu para construir o prestígio editorial e o capital social que viriam a ser fundamentais na consolidação da editora como referência na publicação de ciências sociais e humanas no Brasil. Esse capítulo analisa os anos iniciais da atividade da Zahar Editores, destacando as estratégias de competição no campo editorial e a sua consolidação em âmbito nacional.

3.1 O Manual de Sociologia e o início das atividades da Zahar Editores

O primeiro livro publicado pela Zahar Editores, em 1957, foi o *Manual de sociologia*, de Jay Rumney e Joseph Maier, professores de sociologia na Rutgers University, em Nova Jersey, Estados Unidos. A aposta inicial se mostrou bastante acertada. O livro inaugurou a coleção *Biblioteca de Ciências Sociais* e teve ao todo nove edições, tendo sido adotado em diversos cursos de ciências sociais por todo o país.

Jay Rumney (1905-1957) nasceu na Inglaterra e passou um período como colaborador do escritório londrino do Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*), transferindo-se, em 1940, para os Estados Unidos, onde viria a desempenhar a atividade de chefe do departamento de sociologia da Rutgers University (PIRES, 2017). Joseph Maier (1911-2002) nasceu em Leipzig, na Alemanha, de onde saiu em 1933 por consequência da perseguição aos judeus e da ascensão de Hitler ao poder. Tendo interrompido seus estudos em filosofia, literatura e sociologia na Universidade de Leipzig, onde também participava de grupos socialistas, concluiu sua formação na Universidade de Columbia, onde viria a realizar seu doutorado, defendido em 1939 com tese intitulada *On Hegel's critique of Kant*. Em 1935 conheceu, em um clube de judeus alemães em Nova York, a secretária pessoal de Max Horkheimer e do Instituto de Pesquisas Sociais, Alice Maier³⁷, com quem viria a se casar no ano seguinte. A proximidade que passou a ter com o diretor do Instituto de Pesquisa Social, instituição que nesse momento estava vinculada à Universidade de Columbia, viria a lhe garantir um cargo de pesquisador assistente. Não chegou a ter papel de destaque no Instituto, mas fez parte da convivência diária do grupo coordenado por Horkheimer no período em que este esteve alocado em Nova York, ocupando uma pequena sala na casa em que funcionava o Instituto³⁸. Dentre as atividades que realizou no Instituto, Maier auxiliou Erich Fromm na

³⁷ Não foi possível identificar, nas fontes consultadas, o seu sobrenome antes de se casar com Joseph Maier.

³⁸ Como nota Alice Maier, “a casa 429 West 117th Street de Nova York, em que muitos de nós trabalhávamos, tinha sido, antes, uma residência com duas peças em cada andar. No andar térreo, só havia a cozinha e um cômodo em que morava Mrs. Murdoch, a senhora que cuidava da casa e fazia a limpeza. No primeiro andar, Marcuse ocupava a peça da frente, e Neumann a de trás; no segundo andar, Pollock, a da frente, e Lowenthal, com a redação da revista, a de trás. O senhor Horkheimer trabalhava no quarto andar, na sala da frente, e nós, as secretárias, ficávamos na outra peça. No sótão, havia três ou quatro quatinhos menores; meu marido [Joseph Maier] e Otto Kirchheimer foram instalados ali” (Alice Maier apud WIGGERSHAUS, 2002, p. 274). Mesmo depois que se desvinculou da Universidade de Columbia e saiu de Nova York, o Instituto de Pesquisas Sociais manteve ainda um apartamento residencial, na rua Morningside Drive, 90, que frequentemente era ocupado por Alice e Joseph Maier (WHEATLAND, 2009), mostrando que o contato perdurou ainda por algum tempo.

codificação do material oriundo da pesquisa empírica sobre a atitude política da classe trabalhadora alemã antes da ascensão de Hitler ao poder. Parte do material viria a ser utilizado posteriormente no livro *Escape from freedom*, publicado em 1941 pela editora Farrar & Rinehart, cuja primeira edição em português foi publicada pela Zahar Editores com o título *O medo à liberdade* (1960), tornando-se um dos maiores sucessos da editora com 14 edições ao longo dos anos³⁹.

A primeira edição do *Manual de sociologia* havia sido escrita por Jay Rumney e publicada na Inglaterra em 1938 com o título *Sociology: the science of society*. A resenha escrita pelo sociólogo britânico T. H. Marshall e publicada um ano depois do lançamento do livro é reveladora da recepção que o texto obteve: Marshall elogia a defesa feita por Rumney da sociologia como ferramenta indispensável para a compreensão da sociedade e como parte fundamental da educação de quem quer que tivesse interesse em contribuir para a solução dos problemas sociais, mas aponta, entretanto, a superficialidade no tratamento direcionado aos temas sociológicos fundamentais, chegando a afirmar que “o leitor pode achar que a sociologia não lhe está contando nada mais sobre [conceitos como] propriedade e classe [social] que este já não possa escutar qualquer dia de um orador popular de esquerda”⁴⁰.

Uma nova edição do livro, revista e escrita em coautoria com Joseph Maier, foi publicada nos Estados Unidos pela Henry Schuman Inc. em 1953⁴¹ e serviu de base para a tradução ao espanhol e ao português. Na Argentina, a obra foi publicada em 1956 pela coleção *Biblioteca del hombre contemporaneo* da editora Paidós com o título *Sociologia: la ciencia de la sociedad*. No Brasil, a obra foi publicada pela Zahar e ganhou o novo título de *Manual de sociologia*. A tradução ficou por conta de Octavio Alves Velho, pai dos antropólogos Otávio e

³⁹ Maier também auxiliou Herbert Marcuse enquanto este escrevia *Reason and Revolution: Hegel and the Rise of Social Theory* (MARCUS, 2003), publicado nos Estados Unidos em 1941 pela Oxford University Press e no Brasil, com o título de *Razão e Revolução*, primeiro pela editora Saga em 1969 e posteriormente pela Paz e Terra em 1978.

⁴⁰ MARSHALL, T. H. *The Science of Society. An Introduction to Sociology*. By J. Rumney. (London: Duckworth. 1938. Pp. 125. Price 3s. 6d.). *Philosophy*, 14(54), 250-250, 1939. Acesso em <https://www.cambridge.org/core/journals/philosophy/article/science-of-society-an-introduction-to-sociology-by-j-rumney-london-duckworth-1938-pp-125-price-3s-6d/EF59E4B79035881274F54AB2C9809DAE> no dia 06/12/2018, tradução minha.

⁴¹ Também esta nova edição seria alvo de elogios e críticas bastante próximas às feitas por T. H. Marshall quando do lançamento da primeira versão britânica. A resenha escrita sobre o livro escrita para o *The American Journal of Sociology* destaca o estilo vivo e envolvente e o texto “admiravelmente adequado” ao público universitário e ao leitor comum a que se destina. Faz ressalvas, entretanto, a superficialidade com que trata alguns temas e a ausência de menção a correntes fundamentais do pensamento sociológico norte-americano como o interacionismo simbólico, notando que grande parte das referências utilizadas no livro desconsideram os últimos quinze anos da sociologia estadunidense. Cf.: Roscoe C. Hinkle, “Sociology: The Science of Society. Jay Rumney, Joseph Maier,” *American Journal of Sociology* 59, no. 6 (May, 1954): 594-595. Acesso em <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/221460> no dia 06/12/2018, tradução minha.

Gilberto Velho, que também viriam a ser colaboradores da editora, como se verá em detalhes no capítulo seguinte. O volume contou com uma introdução escrita por Djacir Menezes⁴², então professor na Universidade do Brasil, que saudou a publicação afirmando ter “razões para supor que a iniciativa de Zahar Editores será recebida com entusiasmo e louvor, não somente pelos estudiosos de Sociologia, bem como por todos os que desejam compreender melhor, sem prevenções de seitas ou de partidos, as grandes perplexidades da vida contemporânea”⁴³. Vinte e dois anos depois, em 1979, a publicação da nona e última edição do livro atestaria a manutenção do interesse pela obra.

O texto de apresentação de *Manual de sociologia* apresenta elementos que ajudam a compreender a abordagem sociológica proposta e os valores que passariam a reger grande parte das publicações da editora:

A regularidade com que são absorvidas pelo público as sucessivas edições deste manual [então na sexta edição], é a melhor indicação de haver ele se tornado um “clássico” da bibliografia sociológica em língua portuguesa.

Com extraordinária *clareza didática*, trata o presente livro da evolução, estruturas e funções da sociedade humanas; analisa instituições e processos sociais, ideias dominantes e atitudes individuais. Explica, *sem tecnicismos dispensáveis*, as atribuições da propriedade e da família, do Estado e das classes sociais. Religiões, raça, educação e lazer, tudo é esmiuçado de acordo com os respectivos impactos sobre os indivíduos numa sociedade maciça. (...).

Através deste livro, o leitor é levado a *familiarizar-se* com uma série de conceitos-chaves como os de “sociedade”, “cultura”, “grupo”, “socialização”, “personalidade”, etc., além de travar conhecimento com os métodos mais atualizados da pesquisa social.

O livro termina com um denso relato da evolução do pensamento sociológico, de Platão a Pareto. Destinado aos estudantes e aos leitores não especializados, é este um *compêndio didático* e ao mesmo tempo de *divulgação da Sociologia*, dando uma visão global do mundo social. Com a leitura deste livro, ficarão o profissional e o administrador, tanto quanto o leigo, providos das noções fundamentais de Sociologia e Política.⁴⁴

A crença na sociologia como ferramenta fundamental na realização de análises e nos processos de mudança social está, em grande medida, alinhada ao tema da modernização. Como concluem

⁴² Djacir Menezes (1907-1996) nasceu em Maranguape (CE) e doutorou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1932. Em 1938 chegou a fundar e a dirigir a Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, mas em 1941 voltou à capital federal, onde passou a ocupar diversos postos até tornar-se catedrático da Faculdade de Economia e Administração da Universidade do Brasil em 1945, embora sempre tenha intercalado a prática docente e a ocupação de postos administrativos e de representações internacionais. Em 1969 viria a se tornar reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – designação dada à Universidade do Brasil após a reforma universitária de 1967 (conferir) -, cargo que ocupou por quatro anos.

⁴³ Romney, Jay; Maier, Joseph. *Manual de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 9.

⁴⁴ *Ibid.*, orelha (grifos meus).

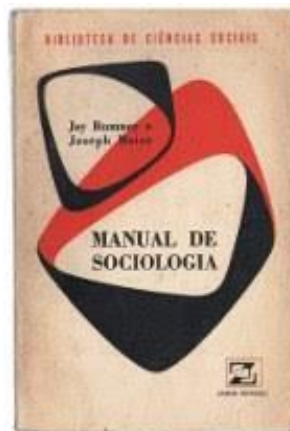
os autores, “o estudo científico de assuntos humanos – tal é a firme convicção do sociólogo – acabará fornecendo um corpo de conhecimentos e princípios que o habilitarão a controlar e aperfeiçoar as condições da vida social”⁴⁵. Além da valorização do conhecimento sociológico concebido como ferramenta de transformação social, a valorização da “clareza didática”, outra marca fundamental do que viria a ser valorizado nas publicações da Zahar Editores, configura a concepção de livros clássicos que caracteriza grande parte do catálogo. A ausência de “tecnicismos dispensáveis” seria uma característica desejada, fazendo parte dos livros de “divulgação” e “familiarização” tão ao gosto da editora. Isso se explica, por um lado, por uma oportunidade mercadológica percebida, em grande medida, com base na experiência pregressa dos irmãos Zahar no setor de importação, distribuição e venda de livros, mas não deixa de estar relacionado, por outro lado, à escassez de capital cultural e social que lhes permitisse assumir uma postura de vanguarda, levando-os ao caminho mais seguro, tanto financeira quanto culturalmente, de investimento nos clássicos, ou seja, em livros que já haviam sido testados e aprovados em outros mercados e eram avaliados como adaptáveis ao contexto brasileiro.

Os livros eram destinados, portando, ao público universitário e aos leitores leigos interessados nos debates sociológicos, mais que aos especialistas na área. Como relata Jorge Zahar: “Eu não faço livros que tenham uma vida curta que (...) deixem de ser lidos ao longo do tempo. O pensamento básico é fazer livros de interesse permanente, sempre foi isso que me norteou. (...) Minha ideia editorial básica é essa: editar livros clássicos” (Zahar, Pires: 2001: 59-60).

O projeto gráfico, do designer húngaro radicado no Brasil Érico Monterosa, também foi de suma importância. A intenção inicial de Jorge Zahar era contar com o trabalho artístico de Santa Rosa, famoso designer e artista que tinha se destacada na elaboração dos projetos gráficos da editora José Olympio. A morte prematura de Santa Rosa, entretanto, fez com que Zahar buscasse um substituto. O modernismo, que era a marca dos traços de Santa Rosa, foi substituído pela arte concreta, tendo a escultura de Max Bill *Unidade tripartida* (1948/49) servido de inspiração para a criação da capa do *Manual de sociologia* e diversos outros livros publicados na coleção *Biblioteca de Ciências Sociais*.

⁴⁵ Ibid. pp. 18-19.

Figura 1- Capa do Manual de Sociologia criada por Érico Monterosa



Fonte: Site da Zahar. Acesso em: jan. 2019.

Seguindo o mesmo princípio do *Manual de sociologia*, orientado ao público universitário e fazendo parte da coleção *Biblioteca de Ciências Sociais*, foram publicados nos dois anos iniciais da editora os livros *Democracia e direito* (1957), do jurista norte-americano Jerome Hall, e *História das doutrinas políticas desde a antiguidade* (1958), de Gaetano Mosca. O livro de Mosca, assim como o *Manual de sociologia*, teve boa repercussão, alcançando a sexta edição em 1983. Escrito originalmente em 1936 com o título *Storia delle dottrine politiche*, a versão que serviu para a tradução de Marco Aurélio de Moura Matos foi a francesa de 1955 que, por sua vez, contava com o acréscimo de um capítulo escrito por Gaston Bouthoul intitulado *As doutrinas políticas desde 1914*, avançando temporalmente nos temas tratados pelo teórico italiano. O prefácio da edição brasileira foi escrito por Milton Campos, quase um ano depois de o político mineiro e professor de política da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais ter se afastado da presidência da UDN – partido que ajudara a fundar em 1945 – e alguns meses antes de ele se eleger senador pelo estado de Minas Gerais (MALIN, 2001). No prefácio, Milton Campos saúda a “feliz iniciativa” da edição que dá a oportunidade ao leitor brasileiro de ter “a seu alcance uma obra instrutiva, na qual o quadro histórico das ideias e das instituições políticas se apresenta com objetividade e clareza”. Chamando atenção para a teoria da “classe política” de Mosca – que insere o autor, junto a Vilfredo Pareto, no quadro das teorias políticas elitistas –, Campos rebate as acusações de que o teórico italiano seria antidemocrático, apontando as reservas do autor com relação ao sistema fascista instaurado na Itália e destacando a defesa dos princípios liberais que se daria no seu sistema analítico por meio da “defesa jurídica”. O prefácio – ferramenta fundamental na circulação internacionais de obras, ideias e

autores (BOURDIEU, 1999b) - apresenta elementos que sugerem estratégias de direcionamento da recepção da obra no contexto dos acirrados debates políticos que se desdobravam no Brasil em finais de 1950 e que viria a desembocar, seis anos depois, no Golpe Militar, evento que teve o apoio do próprio Milton Campos.

Aos livros lançados como parte da *Biblioteca de Ciências Sociais* viriam a se somar, ainda em 1958, dois outros lançamentos de assuntos diversos e sem coleção identificada. Foram os casos de *Uma nova história da música* (1958), do austríaco naturalizado brasileiro Otto Maria Carpeaux e *O átomo em ação* (1958), de Henry H. Dunlap e Hans N. Tuch.

À cultura, área na qual se enquadrava o livro de Carpeaux, foi adicionado o livro *A fantasia exata: ensaios de literatura e música* (1959), de Franklin de Oliveira. O autor mantinha uma amizade pessoal com Jorge Zahar e foi escolhido padrinho do seu filho Jorge Filho. Os ensaios sobre cultura constituíram um dos caminhos editoriais aventados por Jorge Zahar, embora não tenha se estabelecido como uma das áreas principais de atuação da editora. Como destaca o *Jornal do Brasil*, quando da comemoração do milésimo título publicado pela editora em 1980: “algumas tentativas foram feitas [nos anos iniciais da editora] na área do cinema e do teatro, mas não vingaram. Entre os projetos arquivados, uma história da literatura brasileira, que deveria ter sido escrita por Carpeaux e Franklin de Oliveira”⁴⁶. A música, tema do livro de Carpeaux, veio a ganhar espaço no catálogo da editora somente nos anos 1980, marcadamente com o lançamento da coleção *Guias Musicais BBC*.

Já o tema da energia nuclear, foco do segundo lançamento de 1958, pode ser inserido no conjunto de livros sobre temas conjunturais, área bastante explorada pela Zahar Editores, tendo sido grande parte dos títulos organizados na coleção *Atualidades*, como se pode ver na tabela 1. O debate sobre os perigos e potencialidades da energia nuclear tornou-se proeminente após a utilização, pela primeira vez, de uma bomba atômica pelos Estados Unidos no fim da Segunda Guerra Mundial. Além do livro de 1958, a Zahar lançou em 1959 *Horizontes do poder atômico* (1959), Gerald Wendt, e *O novo mundo do átomo* (1959), de James Stokley.

Teve início, portanto, de forma ainda bastante errática, uma agenda de publicações que, no decorrer dos anos 1960, ganharia destaque por ser destinada a divulgar o pensamento das ciências sociais e humanas, visando prioritariamente os alunos dos cursos universitários, valorizando o didatismo e o poder de síntese das obras, e sua inserção nos debates públicos. É revelador, neste sentido, a tentativa, ainda quando a editora era apenas um projeto, de

⁴⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1980, p. 12.

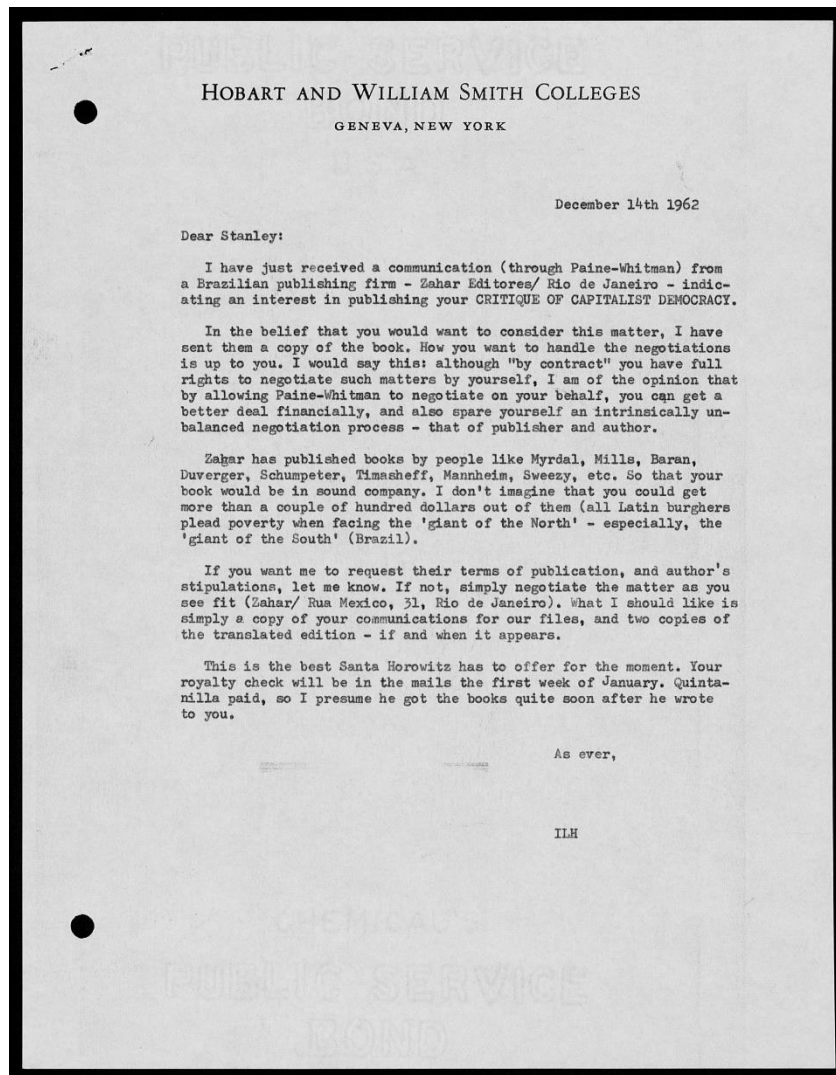
disponibilizar livros para o curso de economia – assim como havia ocorrido no início da editora mexicana Fondo de Cultura Económica (SORÁ, 2017) –, a serem escritos por professores brasileiros. Como afirma Jorge Zahar:

A ideia básica da editora Zahar, em 1956, era fazer uma coleção que compusesse um curso de Economia Política, com trabalhos de professores do Rio e de São Paulo. O diretor da coleção seria o homem que fez o primeiro plano econômico do governo Carvalho Pinto de São Paulo, Diogo Gaspar, posteriormente no Rio, no BNDE. O curso de Ciências Econômicas tinha então onze cadeiras e encomendaram onze livros que cobriam as cadeiras principais de Teoria dos Preços até Contabilidade Social. (...). Bom, os livros estão encomendados até hoje. Enquanto eu esperava os originais brasileiros, eu comecei a fazer traduções. (ZAHAR, 2001, p. 33).

Poucos foram os autores brasileiros que publicaram pela editora nos primeiros anos da Zahar. Entre eles estão Djacir Menezes, Franklyn de Oliveira, Themistocles Brandão Cavalcanti, Alberto Guerreiro Ramos, Adolpho Justo Bezerra de Menezes. Foi, portanto, a partir de uma bem-sucedida política de traduções de obras estrangeiras que Jorge Zahar acumulou prestígio e capital social, estabelecendo-se como uma referência na edição de ciências sociais e humanas no Brasil. Uma carta do sociólogo norte-americano Irving Louis Horowitz enviada a seu colega Stanley Moore em 1962 destaca a fama de Jorge Zahar como editor de nomes relevantes das ciências sociais estrangeiras: “Zahar publicou livros de pessoas como Myrdal, Mills, Baran, Duverger, Schumpeter, Timasheff, Mannheim, Sweezy, etc. Então o seu livro estará em boa companhia”⁴⁷, afirma Horowitz ao colega.

⁴⁷ Carta de Irving Louis Horowitz a Stanley Moore datada de 14 de dezembro de 1962. Acesso em <https://digital.libraries.psu.edu/digital/collection/transaction/id/806/rec/17> no dia 3 de janeiro de 2019.

Figura 2- Carta de Irving Louis Horowitz a Stanley Moore em 14 de dezembro de 1962



Fonte: Pennsylvania State University Libraries. Acesso em: jan. 2019.

Com as dificuldades em fazer vingar os primeiros projetos editoriais, como se pode perceber tanto ao se observar os primeiros títulos do catálogo quanto na declaração dada por Jorge Zahar, as traduções se impuseram como política editorial. Os livros *Teoria econômica* (1959) de A. W. Stonier; D. C. Hague e *Grandes economistas* (1959) de Robert L. Heilbroner – cuja segunda edição, em 1965, teve o nome alterado para *Introdução às ideias econômicas* –, ambos integrantes da *Biblioteca de Ciências Sociais*, cumpriam esse papel e tiveram sucessivas reedições. No prefácio escrito para a quinta edição do livro *Teoria econômica*, em 1967, Octavio Gouveia Bulhões lembra o momento de lançamento da obra, 1958, destacando "que se tratava de oferta de valor para os estudantes, pois, entre nós, naquele ano, ainda era

diminuto o número de publicações do gênero"⁴⁸. E continua: "Para os principiantes, a Teoria Econômica, de Stonier e Hague, continua a ser um livro de primeira qualidade. Seu mérito reside na boa seleção das matérias, na simplicidade da exposição e nos gráficos compreensíveis ao primeiro relance"⁴⁹. O mesmo aspecto didático é destacado na orelha de *Grandes economistas*, em que se afirma que "a despeito de sua linguagem inteiramente despida de quaisquer tecnicismos - ou talvez por isso mesmo - os estudantes que se iniciam em nossas faculdades de ciências econômicas poderá (sic) ler, com o maior proveito, este excelente livro, que pode ser considerado com[o] uma amena introdução ao estudo da economia"⁵⁰.

A *Biblioteca de Ciências Sociais* foi a principal coleção da editora até o final do seu funcionamento, em 1984. No período inicial, entre 1957 e 1965, foram publicados, além dos livros já comentados, algumas obras importantes como *Diagnóstico do nosso tempo* (1961) e *O Homem e a sociedade* (1962), de Karl Mannheim⁵¹, que teve quatro edições; *Aspectos políticos da teoria econômica* (1962) e *O Estado do futuro* (1962), de Gunnar Myrdal; *Imperialismo e classes sociais* (1961), de Schumpeter; *Ciência política: teoria e método* (1962), de Maurice Duverger; *Uma teoria científica da cultura* (1962), de Malinowski; *A luta pelo desenvolvimento* (1964) e *A formação da sociedade econômica* (1964), de Robert L. Heilbroner; *Ensaio de sociologia* (1967), de Max Weber; além de títulos de autores como Erich Fromm, C. Wright Mills, Marcuse, Paul Sweezy, Maurice Dobb, dentre outros, que serão analisados com mais detalhes nas sessões seguintes.

Além da *Biblioteca de Ciências Sociais*, outras coleções serviram para organizar o catálogo da Zahar Editores ao longo dos seus 27 anos de existência. Algumas coleções foram criadas e editadas pela própria editora (tabela 1)⁵² e outras foram adquiridas já formatadas por editoras estrangeiras (tabela 2)⁵³. Trata-se, como se pode conferir nas informações

⁴⁸ Stonier, A. W. Hague, C. Teoria Econômica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. IX.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Heilbroner, R. *Grandes Economistas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1959, orelha.

⁵¹ A importância de Karl Mannheim para os intelectuais brasileiros nos anos 1950 e 1960 foi analisada por Villas Bôas (VILLAS BÔAS, 2006b, cap. 5, 2006a, cap. 6) e seus comentários retomados no capítulo 2 desta tese.

⁵² Algumas coleções criadas pela Zahar Editores parecem não ter tido continuidade, possuindo poucos títulos, e, portanto, não foram listadas na tabela. Trata-se da Biblioteca de Etnologia Brasileira, Panorama Cultural Brasileiro, Palco e Tela, Política e Sociedade. As informações detalhadas estão disponibilizadas em anexo.

⁵³ Foram identificadas ao todo 34 coleções. Faz-se necessário, entretanto, algumas ressalvas. Do total de 1192 títulos analisados nesta tese, 228 não tiveram suas coleções identificadas, o que pode significar tanto que tais títulos não foram organizados em coleções quanto que as informações sobre a coleção não puderam ser identificadas. Os exemplares impressos ou digitais dos livros foram fonte fundamental de consulta, recorrendo-se, sempre que necessário, também aos sistemas de busca de bibliotecas, além de resenhas sobre os livros em questão. As informações organizadas nas tabelas não servem, portanto, como documento histórico sobre a atuação da editora, mas como indício dos princípios de seleção editorial e organização do catálogo. Uma lista completa dos títulos e coleções pode ser consultada em anexo.

disponibilizadas, de uma política editorial fortemente direcionada à tradução de obras estrangeiras.

Embora Jorge Zahar explique retrospectivamente a adoção de uma política editorial focada na tradução de obras estrangeiras como decorrência de uma suposta dificuldade em obter textos de autores brasileiros nos prazos determinados, é de se notar os fracos vínculos que a editora, no seu início, tinha com a elite intelectual brasileira. Djacir Menezes, Milton Campos ou Diogo Gaspar, intelectuais com os quais a Zahar Editores estabeleceu contato nos seus primeiros anos de funcionamento, embora ocupassem posições de destaque na universidade e na política, não faziam parte da elite intelectual que acumulava prestígio a partir do processo de institucionalização e consolidação das recentes Faculdades de Filosofia pelo país. Grande parte dessa elite intelectual modernizadora já estava comprometida com projetos editoriais diversos, como são os casos da vinculação dos intelectuais do ISEB com a editora Civilização Brasileira ou dos sociólogos da USP com as iniciativas da Companhia Editora Nacional. Faz-se necessário, portanto, analisar as estratégias adotadas por outras editoras contemporâneas, tendo-se em vista tanto o universo intelectual brasileiro fortemente marcado pelas interpretações nacionais quanto as modificações causadas pela inserção das ciências sociais.

Tabela 1 - Principais coleções criadas pela Zahar Editores (1957-1984) (continua)

| Coleção | Ano | Diretores | N. de obras | Alguns títulos |
|----------------------------------|------------|--------------------------|--------------------|--|
| Biblioteca de Ciências Sociais | 1957-1984 | Jorge Zahar | 362 | <i>Manual de Sociologia</i> (1957), de Jay Rumney; Joseph Maier; <i>O medo à liberdade</i> (1960), de Erich Fromm; <i>História da riqueza do Homem</i> (1962), de Leo Huberman; <i>A imaginação sociológica</i> (1965), de C. W. Mills; <i>Ideologia e Utopia</i> (1968), de Karl Mannheim |
| Biblioteca de Cultura Histórica | 1960-1982 | Sem diretor identificado | 46 | <i>Helenismo: história de uma civilização</i> (1960), de Arnold J. Toynbee; <i>A evolução cultural do Homem</i> (1966), de V. Gordon Childe; <i>Pequena História do mundo contemporâneo</i> (1967), de David Thomson |
| Biblioteca de Cultura Científica | 1960-1979 | Sem diretor identificado | 19 | <i>O ABC da relatividade</i> (1960) e <i>Introdução à Filosofia matemática</i> (1963), de Bertrand Russell; <i>A evolução da Física</i> (1962), de Albert Einstein e Leopold Infeld |
| Atualidade | 1962-1983 | Sem diretor identificado | 50 | <i>A sobrevivência da humanidade</i> (1962), de Erich Fromm; <i>Eros e civilização</i> (1968), de Herbert Marcuse; <i>Literatura e Revolução</i> (1969), de Leon Trotsky |
| Psyche | 1962-1984 | Sem diretor identificado | 131 | <i>A linguagem esquecida</i> (1962), de Erich Fromm; <i>A criança e o seu mundo</i> (1966), de D. W. Winnicott; <i>A Revolução sexual</i> (1969), de Wilhelm Reich |

Tabela 1 - Principais coleções criadas pela Zahar Editores (1957-1984) (continuação)

| Coleção | Ano | Diretores | N. de obras | Alguns títulos |
|---------------------------|------------|--------------------------|--------------------|--|
| Ciências da Administração | 1963-1982 | Sem diretor identificado | 35 | <i>Liderança e dinâmica de grupo</i> (1963), de George M. Beal; Joe M. Bohlen; J. Neil Raudabaugh; <i>Trabalho social de grupo</i> (1968), de Gisela Konopka; <i>Marketing: uma ferramenta para o desenvolvimento</i> (1969), de José Maria Campos Manzo |
| Divulgação Cultural | 1964-1967 | Sem diretor identificado | 34 | <i>A ideologia alemã</i> (1965), de Karl Marx; <i>O crescimento econômico</i> (1965), de Maurice Dobb; <i>Esboço de uma teoria das emoções</i> (1966), de Jean-Paul Sartre |
| A Terra e o Homem | 1965-1982 | Sem diretor identificado | 12 | <i>Introdução à Geografia Humana</i> (1966), de J. H. G. Lebon; <i>Introdução à Geografia da população</i> (1969), de Wilbur Zelinsky; <i>Geopolítica da Amazônia</i> (1982), de Bertha K. Becker |
| Ciências da Educação | 1966-1983 | Sem diretor identificado | 39 | <i>Introdução à Filosofia da educação</i> (1966), de George F. Kneller; <i>O nascimento da inteligência na criança</i> (1970), de Jean Piaget; <i>Sociologia da educação</i> (1973), de Ivor Morrish |

Tabela 1 - Principais coleções criadas pela Zahar Editores (1957-1984) (continuação)

| Coleção | Ano | Diretores | N. de obras | Alguns títulos |
|---------------------------------------|------------|---|--------------------|---|
| Textos Básicos de Ciências Sociais | 1966-1975 | Otávio Guilherme Velho, Moacir Palmeira e Antônio Roberto Bertelli | 27 | <i>Estrutura de classes e estratificação social</i> (1966), organizado por Otávio Guilherme Velho, Moacir Palmeira e Antônio Roberto Bertelli; <i>Urbanização e subdesenvolvimento</i> (1969), organizado por Luiz Pereira |
| Teatro | 1967-1979 | Paulo Francis | 8 | <i>O teatro de Brecht</i> (1967), de John Willett; <i>A experiência viva do teatro</i> (1969), de Eric Bentley |
| Espírito e Matéria | 1976-1984 | Sem diretor identificado | 12 | <i>O Yoga</i> (1976), de Tara Michaël; <i>História das crenças e das idéias religiosas</i> (cinco volumes publicados entre 1978 e 1984), de Mircea Eliade |
| Agricultura e Sociedade | 1980-1983 | Bernardo Sorj e Otávio Guilherme Velho | 9 | <i>Estado e classes sociais na agricultura brasileira</i> (1980), de Bernardo Sorj; <i>Campesinato: ideologia e política</i> (1981), de Luiz Eduardo Soares; <i>Sociedade e agricultura</i> (1982), de Otávio Guilherme Velho |
| Perspectivas Antropológicas da Mulher | 1981-1984 | Bruna Franchetto, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Maria Luiza Heiborn | 4 | Foram publicadas quatro coletâneas com o título <i>Perspectivas antropológicas da mulher</i> |

Tabela 1 - Principais coleções criadas pela Zahar Editores (1957-1984) (conclusão)

| Coleção | Ano | Diretores | N. de obras | Alguns títulos |
|-----------------|------------|---------------------------|--------------------|---|
| Debates Urbanos | 1982-1984 | Licia do Prado Valladares | 7 | Solo urbano (1982), organizado por Luiz Antonio Machado da Silva; Repensando a habitação no Brasil (1983), organizado por Licia do Prado Valladares |

Fonte: O autor, 2019.

Tabela 2 - Coleções de editoras estrangeiras publicadas pela Zahar Editores (1957-1984)
(continua)

| Coleção | Ano | Editora de origem | N. de obras | Alguns títulos |
|---------------------------------|------------|---|--------------------|--|
| Manuais de Economia Cambridge | 1960-1981 | Cambridge University Press | 10 | <i>A moeda</i> (1960), de Sir Dennis Robertson; <i>O ciclo econômico</i> (1964), de R. C. O. Matthews; <i>A evolução das idéias econômicas</i> (1980), de Phyllis Deane |
| Homens que Fizeram Época | 1963-1965 | English Universities Press. Título original: Teach Yourself History. Direção de A. L. Rowse | 13 | <i>Lênin e a Revolução Russa</i> (1963), de Christopher Hill; <i>Maquiavel e a Itália da Renascença</i> (1963), de J. R. Hale |
| Biblioteca de Cultura Religiosa | 1964-1964 | George Braziller Inc. Título original: Great Religions of Modern Man. Direção de Richard A. Gard | 6 | <i>Catolicismo</i> (1964), de George Brantl; <i>Budismo</i> (1964), de Richard A. Gard |
| Curso de Psicologia Moderna | 1966-1975 | Prentice-Hall. Título original: Foundations of Modern Psychology. Direção não identificada. | 14 | <i>Psicologia Social</i> (1966), de William W. Lambert e Wallace E. Lambert; <i>O desenvolvimento psicológico da criança</i> (1966), de Paul H. Mussen; <i>Personalidade e adaptação</i> (1967), de Richard S. Lazarus |
| Iniciação aos Estudos Sociais | 1967-1967 | Charles E. Merrill Books Inc. Título original da coleção: Social Science Seminar Series. Direção de Raymond H. Muessing e Vincent R. Rogers | 5 | <i>Iniciação ao estudo da Economia</i> (1967), de Richard S. Martin e Reuben G. Miller; <i>Iniciação ao estudo da Sociologia</i> (1967), de Caroline B. Rose |

Tabela 2 - Coleções de editoras estrangeiras publicadas pela Zahar Editores (1957-1984)
(continuação)

| Coleção | Ano | Editora de origem | N. de obras | Alguns títulos |
|--|------------|---|--------------------|--|
| Curso Moderno de Filosofia | 1969-1975 | Prentice-Hall. Título original da coleção: Foundations of Modern Philosophy. Direção de Elizabeth and Monroe Beardsley. | 15 | Teoria do conhecimento (1969), de Roderick M. Chisholm; Lógica (1969), de Wesley C. Salmon |
| Curso de Antropologia Moderna | 1970-1974 | Prentice-Hall. Título original da coleção: Foundations of Modern Anthropology. Direção de Marshall Sahlins. | 7 | <i>Sociedades tribais</i> (1970), de Marshall Sahlins; <i>Os estágios da evolução humana</i> (1970), de C. Loring Brace; <i>Teoria da Cultura</i> (1974), de David Kaplan e Robert A. Mannners |
| Curso de Linguística Moderna | 1974-1976 | Prentice-Hall. Título original da coleção: Foundations of Modern Linguistics. Direção de Sanford A. Schane. | 4 | <i>Que é Linguística?</i> (1974), de Suzette Haden Elgin; <i>Fonologia gerativa</i> (1975), de Sanford A. Schane |
| Curso Básico de Psicologia | 1976-1978 | Methuen Publishing. Título original da coleção: Essential Psychology. Direção de Peter Harriot | 36 | <i>Crescimento e mudança</i> (1976), de Harry McGurk; <i>Psicologia social das organizações</i> (1976), de Frederick Glen |
| O Seminário de Jacques Lacan / Campo Lacaniano | 1979-1982 | Éditions du Seuil. Título original da coleção: Le Champ Freudien. Direção de Jacques-Alain e Judith Miller | 3 | <i>Os escritos técnicos de Freud</i> (1979), <i>Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise</i> (1979), de Jacques Lacan |

Tabela 2 - Coleções de editoras estrangeiras publicadas pela Zahar Editores (1957-1984)
(conclusão)

| Coleção | Ano | Editora de origem | N. de obras | Alguns títulos |
|---|------------|----------------------------|--------------------|---|
| Guias Musicais BBC | 1983-1984 | BBC | 9 | <i>Bartók: música orquestral</i> (1983), de John McCabe; <i>Vivaldi</i> (1984), de Michael Talbot |
| História da Arte da Universidade de Cambridge | 1983-1984 | Cambridge University Press | 6 | <i>A arte de ver a arte</i> (1983), de Susan Woodford; <i>A arte do século XX</i> (1984), de Rosemary Lambert |

Fonte: o autor, 2019

3.2 A continuidade das coleções brasileiras: uma análise das coleções *Retratos do Brasil e Corpo e Alma do Brasil*

O universo no qual a Zahar Editores iniciou suas atividades era ainda fortemente marcado pelo tema da identidade nacional, apesar de estar em processo de modificação. As coleções brasileiras, que estabeleceram o principal paradigma intelectual do mercado editorial brasileiro nos anos 1930 e 1940, passaram por modificações na sua configuração nas décadas seguintes. Os relatos de viagem e ensaios de interpretação nacional foram dando espaço gradativo às obras monográficas, ao estilo do que se valorizava nos cursos de sociologia das recém-fundadas Faculdades de Filosofia. Coleções como a *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, e a *Documentos Brasileiros*, da José Olympio, passaram gradativamente a incorporar aos seus catálogos autores vinculados a esse novo universo intelectual. As coleções *Corpo e Alma do Brasil*, da Difusão Europeia do Livro (DIFEL), em 1957, e *Retratos do Brasil*, da editora Civilização Brasileira, em 1960, passam a reivindicar o lugar privilegiado de reflexões sobre o país, apropriando-se, em parte, do paradigma criado nos anos 1930, mas estabelecendo novos vínculos e configurações intelectuais decorrentes do processo de institucionalização e modificação das disciplinas universitárias dos anos 1950 e 1960. Dessa forma, é possível perceber os vínculos que as editoras estabeleceram com a nova elite intelectual que se formava – fator que explica, em grande medida, a dificuldade inicial da Zahar Editores em contar com a colaboração de destacados cientistas sociais brasileiros.

A DIFEL foi criada em 1951. Sua configuração inicial se deu com a aquisição da editora Briguiet-Garnier por parte de um grupo composto por capital suíço e português - que tinha à frente o banqueiro português Manuel Bulhosa. A direção ficou à cargo do engenheiro francês Jean-Paul Monteil, que tinha sido filiado ao Partido Comunista Francês e era dono da Livraria Francesa, fundada em São Paulo em 1947. A livraria “tornou-se reduto da comunidade francesa, centro de irradiação cultural, política e de humanidades, e [citando Carlos Guilherme Mota] ‘um dos polos mais importantes da vida cultural paulistana’” (MACHADO, 2012, p. 175). Em 1950, abriu uma filial no Rio de Janeiro, a qual se somariam outras livrarias voltadas à importação de livros franceses como a Leonardo da Vinci em 1952 e a Hachette em 1955.

O primeiro projeto da DIFEL foi a *Coleção Saber Atual*, inspirada na francesa *Que sais je?*, grande sucesso da Presses Universitaires de France (PUF) (MARCHETTI, 2016), voltada para jovens universitários e o público leigo interessado na introdução de assuntos diversos. A

coleção *Corpo e Alma do Brasil* veio logo na sequência. Os dois títulos iniciais trazem em comum a marca da missão francesa que fez parte da configuração inicial da Universidade de São Paulo. O volume inaugural *Novos estudos de geografia humana*, do catedrático de Geografia Humana Pierre Monbeig, foi lançado em 1957, seguido, dois anos depois, pela publicação de *Brasil, terra de contrastes*, de Roger Bastide, um grande entusiasta e frequentador da Livraria Francesa⁵⁴. Fernando Henrique Cardoso, que havia sido aluno de Florestan Fernandes e primeiro assistente na cadeira de sociologia I da USP desde 1954, foi convidado para coordenar a coleção. A política editorial se voltou para a publicação de textos que tinham como eixo central explicar características relacionadas à identidade nacional ou análises que dessem conta de desvendar características da sociedade brasileira, sendo os gêneros textuais mais presentes os estudos historiográficos e as análises sociológicas. O próprio título da coleção é um dos sinais de continuidade com as brasileiras dos anos 1930.

A publicação, em 1960, de *Mudanças sociais no Brasil*, de Florestan Fernandes, estabeleceu os aspectos fundamentais da política editorial adotada na coleção. As teses de doutoramento de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, ambos alunos de Florestan Fernandes, foram publicadas na coleção com os respectivos títulos: *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil* (1962) e *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962). As pesquisas davam desdobramento à investigação que Florestan Fernandes iniciou, sob os auspícios do Projeto Unesco, junto a Roger Bastide, sobre a questão racial no Brasil, imbricando-se, como ficaria cada vez mais claro nas obras seguintes do autor, com às questões relacionadas à modernização do país e sua inserção no sistema de competição capitalista. Outros autores vinculados à USP viriam a colaborar na coleção: Juarez Rubens Brandão Lopes, Roberto Cardoso de Oliveira⁵⁵, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues, Edgard Carone, Emília Viotti da Costa, Carlos Guilherme Mota, Paul Singer, Gabriel Cohn, José Albertino Rodrigues, Sérgio Miceli, entre outros.

Intelectuais cujos vínculos institucionais não passavam por São Paulo, como Gláucio Ary Dillon Soares, Otávio Guilherme Velho, Helgio Trindade, Simon Schwartzman e Fernando

⁵⁴ Segundo relata Ubiratan Machado (2012, p. 175), a Livraria Francesa “era a livraria preferida de Roger Bastide, quando professor da USP”.

⁵⁵ Roberto Cardoso de Oliveira fez seus estudos de graduação da USP e foi aluno de Florestan Fernandes, embora sua carreira posterior tenha ficado vinculada por passagens em instituições do Rio de Janeiro, como o curso de antropologia do Museu Nacional e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, e na fundação da pós-graduação em antropologia da Universidade de Brasília (UnB).

Uricoechea, foram minoria no universo de 68 títulos publicados entre 1957 e 1988 na coleção.⁵⁶ A *Corpo e Alma do Brasil* teve um grande prestígio dentre os cientistas sociais brasileiros na época. É de se notar que o livro de Otávio Guilherme Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (1976), resultado de sua tese de doutoramento, foi publicada pela *Corpo e Alma do Brasil*. Otávio vinha se estabelecendo como um dos principais interlocutores intelectuais da Zahar Editores desde meados dos anos 1960, como se verá em detalhes no capítulo 4, e a publicação da sua tese de doutoramento por outra editora pode ter sido, como comentou em entrevista⁵⁷, a causa de um certo distanciamento na relação com Jorge Zahar, embora tenham mantido os vínculos de colaboração editorial.

Outra coleção que atualizou o modelo das brasileiras foi a *Retratos do Brasil*, da editora Civilização Brasileira. A chegada de Ênio Silveira à Civilização Brasileira em 1951 aproximou a editora da produção nacional de ciências sociais, com um recorte marcante de autores vinculados ao pensamento crítico e de esquerda. Como tratado anteriormente, Ênio assumiu a direção da Civilização Brasileira quando a editora ainda era uma filial da Companhia Editora Nacional, de propriedade do seu sogro Octalles Marcondes Ferreira. A filial dedicava-se a distribuir no Rio de Janeiro os livros da matriz paulista e a produzir algumas poucas obras didáticas, livros de referência como o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, cujas revisões posteriores viriam a ser dirigidas por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Apesar de José Olympio dominar o mercado de literatura no Rio de Janeiro, Ênio passou a estabelecer vínculos com uma gama de autores que deram o tom da nova empreitada editorial. Além da publicação de romances policiais, literatura estrangeira e livros voltados para comportamento sexual, estabeleceu-se a contribuição com intelectuais cariocas que se estabeleciam no campo das ciências sociais e da militância de esquerda como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. A desvinculação da Companhia Editora Nacional se deu de forma gradativa, à medida em que Ênio, aos poucos, ia comprando as ações do seu sogro. Foi com o Golpe de 1964, entretanto, que as editoras perderam de vez os contatos formais que ainda restavam. Colégios vinculados a ordens religiosas pressionaram a CEN afirmando que passariam a não mais adotar os livros didáticos da editora caso ela mantivesse vínculos com Ênio Silveira, já então reconhecido como um editor vinculado à esquerda. A distribuição, no Rio de Janeiro, dos livros da CEN representava cerca de 40% do orçamento da Civilização

⁵⁶ Uma lista das publicações da coleção *Corpo e Alma do Brasil*, bem como uma discussão sobre a produção historiográfica de Edgard Carone sobre o período republicado podem ser vistos na dissertação de Fabiana Marchetti (2016).

⁵⁷ Entrevista com Otávio Guilherme Velho realizada no dia 13 de outubro de 2017, no Rio de Janeiro.

(SILVEIRA, 1992). Este foi o primeiro de tantos golpes, como se verá no capítulo 4, que Ênio e sua editora viriam a sofrer nos anos 1960.

A coleção Retratos do Brasil, iniciada pela Civilização Brasileira em 1960, teve como volume inicial o livro *Radiografia de Novembro*, de Bento Munhoz da Rocha Neto. A coleção funcionou de forma bastante assídua até meados dos anos 1980, passando por diversas fases da produção intelectual nacional e de contextos sociais bastante específicos. Livros como *Revolução e Contra-Revolução no Brasil* (1962), de Franklin de Oliveira, *Política Externa Independente* (1962), de San Tiago Dantas, *Introdução à Revolução Brasileira* (1963), de Nelson Werneck Sodré, *Industrialização e Desenvolvimento Social* (1963), de Octávio Ianni e *Sociologia e Desenvolvimento* (1963) de Luiz de Aguiar Costa Pinto, marcaram os primeiros anos da coleção.

O slogan da coleção, “Uma brasileira viva e atual”, explicitava a intenção de atualizar as antigas brasileiras, investindo numa estratégia de demarcação de posicionamento que faria da Civilização Brasileira uma das editoras mais prestigiosas da segunda metade do século XX. É um momento em que as explicações sobre o Brasil passam a se dar muito mais na chave dos dilemas do tempo presente com vistas às soluções futuras do que no olhar para o passado que marcou a geração da virada do século XIX para o XX (VILLAS BÔAS, 2006a, 2007). Como define Ênio, a *Retratos do Brasil* “era uma Brasileira viva, a outra [da Companhia Editora Nacional] era uma Brasileira morta, as duas importantes, sem dúvida nenhuma. A Brasileira [da CEN] é um dos maiores repositórios de documentos brasileiros, mas comecei a lançar livros sobre problemas diretos da vida brasileira” (SILVEIRA, 1992, p. 59).

De modo paralelo à *Retratos do Brasil*, a Civilização Brasileira publicou os *Cadernos do Povo Brasileiro*, projeto que concretizou o contato da editora com os intelectuais do ISEB. Contando com a coordenação editorial de Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto, figura representativa da fase de maior radicalização no ISEB, em que se estabeleceu a defesa de pautas progressistas durante o período do governo João Goulart. Os volumes publicados eram escritos em uma linguagem acessível ao público não especializado e tinham uma tiragem inicial de até vinte mil exemplares, contando alguns deles com reedições. O caso mais significativo foi o livro *Por que os ricos não fazem greve?* (1962), de Álvaro Vieira Pinto, que chegou a impressionante marca de cem mil exemplares (LOVATTO, 2013). O volume inicial, *Que são as Ligas Camponesas?* (1962), de Francisco Julião, deu o tom dos temas que acompanhariam grande parte das publicações da editora: a luta anti-imperialista e a defesa de uma reforma agrária radical, aliado à luta democrática e nacionalista de caráter socialista (LOVATTO, 2013).

Junto a autores consagrados, como era o caso de Álvaro Vieira Pinto ou Nelson Werneck Sodré, juntaram-se jovens oriundos da FNFi, como Wanderley Guilherme dos Santos, que publicou *Quem dará o golpe no Brasil?* (1962). À publicação dos *Cadernos* se somaria outro projeto marcante de Ênio Silveira, iniciado em grande medida como reação ao Golpe de 1964, que foi a *Revista Civilização Brasileira*, cujos detalhes serão analisados no capítulo 4.

Nota-se, portanto, um universo intelectual em acelerado processo de modificação, mas que estabelece com o paradigma da identidade nacional negociações e diálogos ainda fundamentais. A atualização das coleções brasileiras é uma das faces desse diálogo, sendo a outra face o estabelecimento de uma política editorial voltada para o público universitário, como ficou estabelecido na utilização da categoria “bibliotecas”, elemento a ser analisado no tópico seguinte.

3.3 A Biblioteca de Ciências Sociais: formação de coleções universitárias e as mudanças no cenário intelectual

Diferente das coleções brasileiras - em que os livros publicados visavam cumprir o objetivo de apresentar uma visão completa e abrangente sobre o Brasil -, o nome da primeira coleção da Zahar Editores, *Biblioteca de Ciências Sociais*, remete à pretensão de se constituir um conjunto de livros que seria o retrato não de um país, mas de uma área disciplinar. As interpretações sobre a identidade nacional brasileira dão espaço à emergência de um vocabulário oriundo do campo disciplinar que então se consolidava como desdobramento do processo de institucionalização universitária iniciado em meados dos anos 1930.

Em depoimento dado ao *Jornal do Brasil* em 1965, o crítico literário e ensaísta Léo Gilson Ribeiro atribuiu o crescimento e modificação do mercado editorial brasileiro “a um despertar sobretudo dos jovens, para os problemas específicos do subdesenvolvimento, e para os problemas mundiais de que o Brasil participa no mundo uno e sem fronteiras que se forma

atualmente de maneira cada vez mais nítida e concreta”⁵⁸. Na sequência da matéria, referindo-se ao depoimento de Jorge Zahar, o jornalista Ivo Cardoso escreve:

(...) o leitor interessado, o consumidor de livros, é o mesmo cidadão que acompanha há vinte anos o desenvolvimento da crise brasileira, e que a partir de certo instante estimulado naturalmente pelo seu aprofundamento, decidiu sair do estado de perplexidade contemplativa para em seguida, por meio das fontes de conhecimento ao seu alcance, estabelecer uma forma de participação.

Surgiu, assim, como observa o editor Jorge Zahar, um novo tipo de leitor brasileiro, caracterizado, numa palavra, pelo desejo de participação, e nele consolidou-se a “consciência da necessidade de uma tomada de posição”. Daí a possibilidade de êxito editorial para os novos livros que aparecem sucessivamente tratando de Ciências Sociais, Economia e Política, às vezes englobando-as sob um mesmo título.

Mas não foi somente este processo o que propiciou a formação de um contingente de leitores ávidos de novos conhecimentos. O editor Jorge Zahar aponta um fator ponderável: a criação das Faculdades de Filosofia no País (a maior parte há 20 ou 15 anos atrás), formadoras de uma população universitária capaz de sustentar economicamente a publicação de livros básicos para a satisfação de suas necessidades culturais⁵⁹.

A comunidade de estudantes universitários se impunha, portanto, como um ator social fundamental, o que se desdobrava como consequência do número de estudantes matriculados, como se pode ver na tabela a seguir, mas também de uma atitude crítica dos estudantes, que passam a demandar uma atitude mais crítica com relação aos conteúdos estudados e à relação com a própria instituição de ensino e com o país como um todo.

⁵⁸ Cardoso, Ivo. “Sêde de saber aumenta edições e abre caminho para o ensaio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1965, p. 28.

⁵⁹Ibid.

Tabela 3 - Expansão do número de matrículas nas universidades (1960-1984)

| Ano | No. Total de alunos |
|------------|----------------------------|
| 1960 | 93.202 |
| 1964 | 142.386 |
| 1968 | 278.295 |
| 1969 | 342.886 |
| 1970 | 425.478 |
| 1971 | 561.397 |
| 1972 | 688.382 |
| 1973 | 772.800 |
| 1974 | 937.593 |
| 1975 | 1.072.548 |
| 1979 | 1.211.799 |
| 1984 | 1.399.539 |

Fonte: Cristina Carvalho, 2002, p. 115 apud Mota 2014, p. 249

Fazia-se necessário, então – esta era a percepção de diversos agentes do mercado editorial no contexto de expansão universitária e amplos debates sociais e políticos -, construir um conjunto básico de livros que dessem conta da formação dos alunos e que servissem de guia para a orientação de leituras de quem quer que estivesse interessado nas discussões das ciências sociais e humanas. Parece ser essa a pretensão da Zahar Editores ao intitular sua primeira coleção como *Biblioteca de Ciências Sociais*. O *release* de lançamento do *Manual de Sociologia* corrobora esse argumento ao afirmar ser o livro “indispensável na biblioteca de todo homem culto, interessado em conhecer as causas profundas dos grandes problemas sociais de nosso tempo” (PIRES, 2017, p. 88).

Tal mudança se estabelece, assim, no universo intelectual brasileiro, possibilitando a emergência de novos enfoques, disciplinas e gêneros editoriais. Glauca Villas Bôas (2007), na sua tese de doutoramento *A Vocação das Ciências Sociais: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional (1945 – 1966)*, analisa os livros de ciências sociais que constam no acervo da Biblioteca Nacional e que foram publicados entre os anos de 1945 e 1966. A partir da amostra analisada observa a dinâmica de publicações em ciências sociais⁶⁰, apontando modificações na constituição interna de cada disciplina. Na primeira metade do

⁶⁰ Glauca Villas Bôas, na sua pesquisa para a tese, partiu da categoria “Brasil” no sistema classificatório da Biblioteca Nacional e selecionou os livros vinculados às disciplinas que “em definições correntes integram as ciências sociais: sociologia, antropologia, ciência política, geografia humana, história, economia política e psicologia social” (VILLAS BÔAS, 2007, p. 34).

período analisado, de 1945 a 1955, os temas mais presentes estavam voltados para o entendimento da identidade nacional brasileira e suas complexas características étnico-culturais, abordados principalmente por disciplinas como a história e a antropologia, algo próximo ao que se vinha fazendo desde 1930 nas coleções brasileiras. Já no segundo momento do período analisado, entre 1956 e 1966, disciplinas como economia política, sociologia e ciência política passaram por um grande crescimento, abordando temas relacionados ao processo de redemocratização e as iniciativas de industrialização. A diversificação de temas e enfoques analíticos deste segundo período coincide com as mudanças socioculturais relacionadas aos processos de industrialização e urbanização, além da consolidação de instituições culturais e de ensino. Essa nova configuração do universo intelectual brasileiro passava a se vincular aos novos empreendimentos editoriais, estabelecendo-se novas políticas editoriais mais diretamente voltadas para os estudantes universitários, como é o caso da *Biblioteca de Ciências Sociais* da Zahar Editores.

3.3.1 As bibliotecas universitárias como paradigma editorial

Nos anos 1960 a construção de coleções em formato de bibliotecas disciplinares passa a se estabelecer como o novo paradigma editorial. Outras coleções como a *Biblioteca Universitária* da Companhia Editora Nacional, em 1959, e a *Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais* da editora Pioneira, em 1960, somaram-se à *Biblioteca de Ciências Sociais* da Zahar Editores.

A *Biblioteca Universitária* da Companhia Editora Nacional foi construída com base em contatos estabelecidos previamente, partindo, portanto, de uma rede de relações já estabelecida. A proximidade dos cientistas sociais paulistas com a Companhia Editora Nacional se deu com a coleção *Brasileira* ainda nos anos 1930 e 1940. A publicação de *Ensaio de etnologia brasileira* de Herbert Baldus, em 1937, e do livro *Assimilação e populações marginais no Brasil* de Emílio Willems, em 1940, foram a porta de entrada para uma série de outros autores paulistas. A partir desse momento a coleção incorporou obras de Donald Pierson, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros. A atuação dos autores da ELSP, que era maior nos anos 1940, foi gradativamente dando espaço

aos autores vinculados à USP, que orbitavam em grande medida em torno da figura de Florestan Fernandes. Por não terem uma iniciativa editorial própria (JACKSON, 2004), os intelectuais paulistas que orbitavam ao redor da liderança de Florestan Fernandes se articulavam em diversos projetos editoriais, como foram os casos das revistas Anhembi e Brasiliense ou das coleções de editoras como a Nacional e a Pioneira, estabelecendo formas de inserção nos debates públicos e de legitimação do empreendimento realizado na universidade.

A Companhia Editora Nacional vinha de uma tradição consolidada na publicação de livros didáticos e de estudos sobre o Brasil. A sua inserção no meio intelectual paulistano e o prestígio alcançado com a coleção *Brasiliana* fizeram da editora, desde os anos 1940, um local privilegiado para a publicação de obras dos intelectuais vinculados à Universidade de São Paulo e à Escola Livre de Sociologia e Política. A criação da coleção *Biblioteca Universitária* estabeleceu um novo vínculo da editora com o universo cultural brasileiro. A coleção foi dividida em séries – assim como ocorreu com a coleção *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, coordenada por Fernando de Azevedo, da qual a *Brasiliana* era a série 5 -, sendo cada série responsável por uma área específica de conhecimento. As ciências sociais compunham a série dois da coleção e a coordenação ficou a cargo de Florestan Fernandes. O próprio diretor publicou o volume inaugural, *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959). Uma grande quantidade de autores vinculados a USP passariam a fazer parte da coleção nos anos seguintes: *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral* (1961), volume organizado por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni; *A sociologia numa era de revolução social* (1963); de mesmo Florestan Fernandes; *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação* (1964), organizado por Luiz Pereira, Marialice M. Foracchi; *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (1964), por Marialice M. Foracchi; *Literatura e sociedade* (1965), de Antonio Candido; *A Sociologia das doenças mentais* (1967), de Roger Bastide; *Pesquisa social* (1968), de Oracy Nogueira; *Desenvolvimento econômico e evolução urbana* (1968), de Paul Singer; *Evolução, raça e cultura* (1969), de Gioconda Mussolini; *Teorias de estratificação social : leituras de sociologia* (1973), de Octávio Ianni; *Comunicação e Industria Cultural* (1975), de Gabriel Cohn; *Desenvolvimento e mudança social* (1976), de Juarez Rubens Brandão Lopes; *Leituras de etnologia brasileira* (1976), de Egon Schaden, dentre outros.

Além da clara preferência por autores que orbitavam na sua rota de atuação intelectual, Florestan Fernandes incluiu na coleção algumas traduções pensadas para o público universitário, como foram os casos de *Psicologia social* (1960), de Solomon Elliott Asch;

Métodos em pesquisa social (1960), de William J. Goode e Paul K. Hatt; *As regras do método sociológico* (1963), de Émile Durkheim; *O pensamento selvagem* (1970), de Claude Lévi-Strauss; além do já mencionado volume *Homem e Sociedade* (1965), organizado por Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, e *Comunidade e Sociedade* (1972), organizado por Florestan Fernandes, ambos com a tradução de textos de autores canônicos como Ferdinand Tönnies, Talcott Parsons, Raymond Firth, Znaniecki, Georg Simmel, Edward Sapir, Georges Gurvitch, dentre outros.

Outra iniciativa editorial paulistana que tomou a universidade como interlocutor fundamental da sua política editorial foi a da Editora Pioneira. A editora foi um desdobramento da Livraria Pioneira, fundada por Enio Guazzelli em 1948. Guazzelli já trabalhava como funcionário de livrarias desde o final dos anos 1930. Ao criar seu próprio negócio, a ideia era que a livraria fosse especializada em livros importados, mas com as restrições à importação decorrentes das políticas de substituição de importação dos anos 1950, a livraria passou a priorizar livros nacionais de ciências sociais, livros técnicos e os voltados para o ensino de inglês (MACHADO, 2009), língua que vinha em franca expansão desde o final da Segunda Guerra Mundial. A abertura de uma filial em 1954, na rua Maria Antonia, mostrou-se acertada, ficando o novo espaço da livraria próximo às faculdades de Ciências e Letras e Ciências Econômicas da USP, da faculdade Mackenzie e dos cursos de Arquitetura e Serviço Social da PUC-SP. Em 1958 foi fundada a editora Pioneira.

A publicação do livro *Ensaio de Sociologia Geral* (1960), de Florestan Fernandes, inaugurou a série de sociologia da coleção Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Assim como acontecia na Companhia Editora Nacional, a coleção foi dividida em séries: sociologia, psicologia, educação, política, economia, história, antropologia e serviço social. A estratégia de posicionamento da editora fica explicitada na orelha do livro inaugural:

A Livraria Pioneira Editora inicia, com esta obra, sua Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, pela qual pretende pôr ao alcance dos professores, alunos, especialistas e estudiosos dessas matérias as obras nacionais ou estrangeiras que representem uma contribuição positiva para o ensino, a pesquisa e o labor propriamente científico. Cada setor dessa coleção será dirigido por três especialistas e contará com a supervisão de um Conselho Orientador, constituído por professores eméritos de todo o país. Pensamos, assim, dar à Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais uma orientação científica segura, sólida e honesta⁶¹.

⁶¹ FERNANDES, Florestan. *Ensaio de Sociologia Geral*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960, orelha.

As instâncias de consagração universitária passaram, portanto, a fazer parte das estratégias adotadas pelas editoras na construção de suas políticas editoriais. O caráter científico do empreendimento passou a ganhar uma dimensão que atestava a consolidação de um processo que vinha se desenhando desde os anos 1940 com a institucionalização universitária das ciências sociais e a defesa desse empreendimento intelectual como uma atividade profissionalizada. A coordenação da série de Sociologia da *Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais* ficou a cargo de Ruy Coelho, Octavio Ianni e Luiz Pereira⁶². Assim como ocorria na série de Ciências Sociais da *Biblioteca Universitária* da Companhia Editora Nacional, a Pioneira viria a publicar autores nacionais, na sua maioria vinculados à USP, e autores estrangeiros que viriam a fazer parte das bibliografias universitária. Além do livro inaugural de Florestan Fernandes, somaram-se à coleção *Côr, profissão e mobilidade* (1967), de João Baptista Borges Pereira; *A formação do povo no complexo cafeeiro* (1968), de Paula Beiguelman; *As Religiões Africanas no Brasil* (1971) de Roger Bastide, *Estrutura social e dinâmica psicológica* (1969), de Ruy Galvão de Andrada Coelho; *O índio e o mundo dos brancos* (1972), de Roberto Cardoso de Oliveira, como uma reedição do livro lançado em 1964 pela DIFEL; *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento* (1975), de Luiz Pereira; *Capitalismo e tradicionalismo* (1975) de José de Souza Martins.

Outros títulos desses e de outros autores uspianos passariam a conviver na mesma coleção com obras estrangeiras, tais como: *Crescimento Econômicos e Planejamento* (1960), de Maurice Herbert Dobb; *Sociologia sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia* (1962), de Karl Mannheim; *Teoria da Classe Ociosa* (1965), de Thorstein Veblen; *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1967), de Max Weber; *O que é sociologia?: uma introdução à disciplina e à profissão* (1967), de Alex Inkeles; *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas* (1969) e *O sistema das sociedades modernas* (1974), ambas de Talcott Parsons; *A família* (1974), de William Josiah Goode.

Tendo em vista a organização de coleções de ciências sociais voltadas para o público universitário, como a *Biblioteca de Ciências Sociais* da Zahar Editores, a série de ciências

⁶² Ruy Galvão de Andrade Coelho era primeiro assistente da cadeira de Sociologia II da USP desde 1953 e viria a ser primeiro assistente a partir de 1958 com a transferência de Antônio Cândido para a área de teoria literária. Octavio Ianni e Luiz Pareira foram, ambos, assistentes na Cadeira de Sociologia I. Ianni inicialmente como assistente extranumerário e a partir de 1956 como segundo assistente e Pereira como assistente a partir de 1964, além de ter sido designado como um dos coordenadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) (PULICI, 2008).

sociais da coleção *Biblioteca Universitária* da Companhia Editora Nacional e a série de sociologia da *Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais*, da editora Pioneira, é possível perceber o incremento de uma política editorial que constata a emergência e consolidação das ciências sociais como gênero editorial. Apegando-se, entretanto, não ao que essas coleções têm em comum, mas aos seus pontos divergentes – quais sejam: os vínculos intelectuais e institucionais e os princípios de seleção de obras –, é possível perceber que, à diferença das iniciativas paulistanas, muito vinculadas à Universidade de São Paulo por meio do contato com Florestan Fernandes e seus discípulos, a Zahar Editores constituiu uma política editorial fortemente baseada em traduções, sem a chancela inicial de intelectuais de grande peso no cenário nacional, mas fazendo uso de uma significativa experiência que se acumulava desde o início dos anos 1940 no trato com a importação e distribuição de livros.

3.3.2 As traduções como política editorial

Grande parte das obras canônicas das ciências sociais estrangeiras eram acessadas no Brasil, até a primeira metade do século XX, por meio de importações de livros em línguas estrangeiras, principalmente do espanhol, inglês e francês. Tanto os custos dos livros quanto a habilidade de leitura em línguas estrangeiras se impunham como barreiras de acesso aos estudantes que iniciavam seus estudos universitários. A experiência na distribuidora de Antonio Herrera e posteriormente na livraria LER foi, nesse sentido, fundamental para o estabelecimento da política editorial da Zahar de tradução de obras que servissem aos estudantes universitários, fato marcante principalmente nos primeiros anos de sua atuação.

O depoimento de Antonio Candido sobre a atuação da editora Fondo de Cultura Economica no Brasil é revelador da carência de obras traduzidas no país:

Para um homem da minha geração este é o momento de recordar o quanto devemos ao Fondo. Nas décadas de 1930, 1940 e ainda em 1950, contávamos com pouca bibliografia na área de ciências humanas, a não ser os estudos específicos sobre o Brasil. Por isso, muitas das grandes obras de cultura nos foram proporcionadas por editoras de língua espanhola, como Losada, Espalsa-Calpe de Buenos Aires, mas sobretudo pela Fondo de Cultura Económica, que nos disponibilizou os grandes textos de filosofia, sociologia, economia, antropologia, história, teoria da arte e de literatura. Eram obras de Max Weber, Mannheim, Toënnies (sic), Dilthey, Cassirer, Ermatinger, Alfoso Reyes e tantos outros. São inesquecíveis as capas coloridas dos livros: verdes, vermelhas, amarelas, azuis, rosadas, brancas. Formavam uma sorte de grande arco-

íris cultural que unia simbolicamente os países da América Latina (CANDIDO, 1991 apud SORÁ, 2017, tradução minha).

O depoimento de Antonio Candido destaca a produção em território nacional dos textos sobre o Brasil, organizados nas prestigiosas coleções brasileiras nos anos 1930 e 1940, embora as obras canônicas de autores estrangeiros e obras que servissem à formação dos estudantes universitários em traduções à língua local ainda fossem escassos. Uma das primeiras editoras no Brasil a elaborar uma política editorial voltada para a tradução de obras universitárias, como vem sendo argumento ao longo dessa tese, foi a Zahar Editores.

Dentre os obstáculos impostos ao estabelecimento de uma política editorial de traduções estava a pouca atenção que se dava à atividade do tradutor, realizada na maioria das vezes por escritores não especializados e relegada pelas editoras a segundo plano, dispondo de reduzido orçamento e tempo de execução. Como nota essa matéria no *Jornal do Brasil*, “as traduções são, em 80% dos casos, inaceitáveis, feitas às pressas, sem responsabilidade nem do editor nem do tradutor. Não há critérios nem escrúpulos. Imprimem-se os mais grosseiros erros de português, de sintaxe, de acentuação, pervertendo o conteúdo lógico das frases (...)”⁶³.

Uma das editoras pioneiras na realização de uma política editorial de traduções foi a da Livraria do Globo, de Porto Alegre. A livraria havia sido criada em 1883 e passou a exercer atividade editorial de forma mais constante apenas nos anos 1930. A formação de um departamento de traduções na década de 1940, que teve à frente Érico Veríssimo, foi um dos responsáveis por estabelecer uma política de traduções fora dos padrões nacionais à época, com uma qualidade e atenção às traduções poucas vezes reproduzidas nas décadas subsequentes. Formou-se, desse modo, uma polarização que reproduzia a tensão, apontada por Sérgio Miceli (2003) ao analisar o contexto do modernismo artístico em São Paulo nos anos 1920, entre as esferas de produção nacional e o estrangeira:

Assim como a editora José Olympio foi consagrada como máximo expoente de brasilidade, apesar de se observar em seu catálogo um progressivo avanço da edição de livros de autores estrangeiros, sobre a Livraria do Globo cristalizaram avaliações como referência do “estrangeiro”, apesar de o “problema do autor nacional” ter sido, para um de seus editores, Érico Veríssimo, uma obsessão, e apesar de o catálogo dessa editora ter dado uma expressividade considerável a autores brasileiros de diversos gêneros. Posições e tomadas de posição em prol de fórmulas editoriais universalizáveis, um editor e outro estendiam, nas próprias disputas que os uniam, as

⁶³ Cardoso, Ivo. “Sêde de saber aumenta edições e abre caminho para o ensaio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1965, p. 28.

condições de distribuir livros diferentes para diferentes tipos de leitores, e para pontos cada vez mais distantes (SORÁ, 2010, p. 323).

A partir da oposição entre os polos nacional e estrangeiro, que marcou os posicionamentos de editoras como a José Olympio e o Globo, pode-se perceber a política de traduções estabelecida pela Zahar Editores. O investimento em traduções, o estabelecimento de vínculos com tradutores e a manutenção de bons contatos com agentes estrangeiros fez parte das estratégias adotadas para se estabelecer como uma editora reconhecida no polo estrangeiro dos princípios de classificação editorial, opondo-se a uma editora como a DIFEL, por exemplo, cuja coleção *Corpo e Alma do Brasil* pode servir como fórmula sintetizadora do polo nacional na dinâmica de disputas. É dessa forma que se pode compreender a declaração de Jorge Zahar sobre as dificuldades iniciais com as traduções:

A princípio pensamos em entregar as traduções a escritores. Chegamos mesmo a experimentar. (...). Infelizmente, não deu certo: um dos livros que lançaremos em breve, *Teoria Sociológica*, de Nicholas Timasheff, passou seguramente dois anos de mão em mão, sem que uma linha fosse traduzida. Serviu-nos de lição: passamos a entregar os originais a tradutores profissionais, cujo trabalho, em alguns casos, será revisto, no que concerne à terminologia, por especialistas na matéria focalizada (Jorge Zahar *apud* PIREZ, 2017, p. 98).

A necessidade de uma relação mais profissionalizada com a tradução, como apontado por Jorge Zahar, esteve no cerne da sua política editorial. O estabelecimento de um quadro fixo de colaboradores foi fundamental no sentido de estabelecer uma rotina mais profissionalizada no trato com as traduções, embora as queixas em relação ao valor pago pela atividade continuassem a acontecer⁶⁴. Dentre os tradutores mais frequentes da Zahar – que serviam também, nos primeiros anos de atuação da editora, como leitores privilegiados e consultores de obras a serem traduzidas e publicadas - estavam Wantensir Dutra, Álvaro Cabral e Otávio Alves Velho.

Wantensir Dutra foi quem mais traduções realizou para a Zahar, chegando a ser o responsável pelo setor de traduções da editora (AZEVEDO, 2018, p. 279). Envolvido com o processo de profissionalização da tradução no país, Wantensir Dutra chegou a ser secretário-geral e presidente da seção carioca da Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes (ABRATES), criada em 1974, e fundador e secretário-geral do Sindicato Nacional dos

⁶⁴ Entrevista com Otávio Guilherme Velho realizada no dia 13 de outubro de 2017, no Rio de Janeiro.

Tradutores (SINTRA), fundado em 1988 a partir do reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, da profissão de tradutor⁶⁵. Álvaro Cabral era o pseudônimo de Antônio José da Silva e Souza, português nascido em 1922, que teve formação em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade Clássica de Lisboa e foi autor de dicionários e livros de psicanálise, dentre eles *Uma breve história da psicologia* (1972), escrito em coautoria com Eduardo Pinto Oliveira e publicado pela Zahar⁶⁶. Álvaro Cabral fez parte do quadro fixo de tradutores da Zahar desde o início das atividades da editora.

Octávio Alves Velho foi o responsável pela tradução do primeiro livro da Zahar, o *Manual de Sociologia*. Era general do exército brasileiro, foi professor de português na Academia de West Point nos Estados Unidos e diretor da biblioteca do Exército. Sua atuação como tradutor profissional se iniciou ao verter ao português artigos da revista *Seleções Reader's Digest*, edição em português de uma das revistas de maior sucesso nos Estados Unidos. Alves Velho já havia feito algumas traduções para a *Civilização Brasileira* e o seu contato com Jorge Zahar se deu por intermédio de Ênio Silveira⁶⁷.

A revisão técnica adotada pela Zahar Editores serviu como forma de verificação e adequação das traduções de modo a não se subverter conceitos e terminologias próprias de áreas especializadas do conhecimento. Diversos autores nacionais como Florestan Fernandes,

⁶⁵ A profissionalização da atividade de tradução tem uma trajetória que remonta a segunda metade do século XX, quando começam a crescer as demandas por tradução no país. No momento da reforma universitária de 1968, criou-se na PUC-RJ a especialidade de revisor-tradutor-intérprete, iniciativa pioneira que viria a estabelecer uma formação universitária aos tradutores. O I e II Encontros Nacionais de Tradutores, realizados respectivamente em 1975 e 1985, contribuíram para a consolidação desse processo de profissionalização, que viria a desembocar no reconhecimento por parte Ministério do Trabalho como profissão (MARTINS, 2007). A atuação de órgãos de classe como a Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes (ABRATES) e o Sindicato Nacional dos Tradutores (SINTRA) foi fundamental para os desdobramentos que a atividade teve no país.

⁶⁶ Accácio, Manuela Acássia. Heiderman, Werner. Álvaro Cabral. Dicionário de Tradutores Literários do Brasil. 2007. Disponível em: <<http://www.dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/AlvaroCabral.htm>>. Acesso em: 28/12/2018.

⁶⁷ Entrevista com Otávio Guilherme Velho realizada no dia 13 de outubro de 2017 no Rio de Janeiro. A curiosa posição de militar e tradutor próximo à editores de esquerda como a *Civilização Brasileira* é desdobrado por Otávio Guilherme Velho na entrevista realizada para esta pesquisa. Fala que seu pai sempre teve grande circulação entre os intelectuais da sua geração. É certo, entretanto, que colocou-se em situação conflitiva quando se consagrou o golpe militar de 1964. A revista *Seleções Reader's Digest* publicou o artigo especial de Clarence W. Hall intitulado "A nação que se salvou a si mesma". Nas páginas do artigo, que contou, segundo editorial da revista, com mais de 25 milhões de exemplares em 13 idiomas, exalta-se o caráter revolucionário da situação: "Raramente uma grande nação esteve mais perto do desastre e se recuperou do que o Brasil em seu recente triunfo sobre a subversão vermelha. (...) Esta narrativa conta como um povo defendeu resolutamente a sua liberdade. Mais do que isso, constitui um claro plano de ação para cidadãos preocupados em nações ameaçadas pelo comunismo" (HALL, C. W. "A nação que salvou a si mesma". *Seleções Reader's Digest*, novembro de 1964, pp. 95-119). O recrudescimento da repressão por parte dos militares nos anos seguintes iria colocar Octávio Alves Velho em uma situação intermediária: lidando com a crescente perseguição de seus filhos e amigos passariam a sofrer, utilizaria seu prestígio nos meios militares para intermediar conflitos e solicitar a soltura de vários dos seus conhecidos (PIRES, 2017).

Fernando Henrique Cardoso, César Guimarães, Otávio Guilherme Velho e tantos outros assinaram a revisão técnica das traduções da Zahar. Embora a remuneração não fosse elevada⁶⁸, servia como auxílio complementar às atividades de docência e pesquisa, e tinha ainda o papel de auxiliar intelectuais que, no período da ditadura militar, haviam perdido seus cargos⁶⁹.

Além de um trato mais profissionalizado com as traduções e o estabelecimento de revisões técnicas, a Zahar passou a dispor de um serviço até então ausente no mercado editorial brasileiro, o de um agente literário. O agente literário emergiu no mercado editorial europeu e norte-americano na segunda metade do século XIX com a função básica de representar os interesses do escritor juntos aos editores. O contato da Zahar Editores com Erwin J. Bloch, que viria a cumprir a função de agente literário da Zahar, deu-se de forma distinta, embora tenha vindo a se tornar prática corrente no mercado editorial posteriormente. Bloch era representante comercial de algumas editoras inglesas como a Blackwell, a Oxford University Press, a Cambridge University Press e a Routledge quando passou a estabelecer contato com a livraria LER. Judeu alemão, Bloch havia migrado para a Inglaterra fugindo do contexto de ascensão do regime nazista e, no início dos anos 1950, seguiu o filho quando este se mudou para São Paulo. Representava comercialmente as editoras inglesas no mercado brasileiro quando recebeu de Jorge Zahar a proposta de cumprir a função inversa: a de comprar direitos autorais de editoras estrangeiras de obras a serem traduzidas no Brasil pela Zahar⁷⁰.

Para Bloch, a conversa com Jorge Zahar veio em boa hora. Ele era um homem de cinquenta e pouco anos, parecia cansado, e seu médico recomendara uma mudança daquela vida de emendar uma viagem na outra, arrastando muita papelada para cima e para baixo. Jorge sugeriu que, a exemplo do que acontecia em outros países, ele passasse a vender não os livros físicos, mas os direitos autorais controlados pelas editoras. Nas tradições europeia e americana, o agente literário começava pelo mercado interno, ou seja, negociando a obra de um autor em sua própria língua e, eventualmente, para outras. Aqui começaria da forma que sustentou por muito tempo a profissão: agências e editoras internacionais contratariam um agente para

⁶⁸ Entrevista com Otávio Guilherme Velho realizada no dia 13 de outubro de 2017 no Rio de Janeiro.

⁶⁹ Entrevista com César Guimarães realizada no dia 26 de outubro de 2017 no Rio de Janeiro.

⁷⁰ Sobre a importância dos agentes literários na negociação dos detalhes de publicação com as editoras e na negociação de traduções para línguas estrangeiras, mesmo que em outro contexto, é interessante notar a carta escrita por C. Wright Mills ao sociólogo britânico Ralf Miliband, em dezembro de 1959: “Fico contente de saber sobre o livro, mas espero que você ainda não tenha assinado [o contrato]. Você será muito bobo se assinar de qualquer forma sem visitar antes um agente, mesmo que em seguida assine com Furth. Aqui está um bom: Innes Rose (...). Pelo amor de Deus, use ele; ele vale cada centavo de sua porcentagem. Avalie especialmente os direitos estrangeiros e tente divulga-los em edições baratas imediatamente. Eu sei disso por conta de problemas, na Inglaterra particularmente, onde eu não era distribuído, como você sabe: os custos são ridículos. A mim parece que você e seu agente devem reter os direitos estrangeiros, especialmente os americanos; e esses Secker e Warburg devem fazer melhor por você do que um intragável como Allen. Mas é um negócio muito complicado e delicado esse da distribuição, então porque não usar um profissional?” (Carta de C. Wright Mills a Ralf Miliband in: MILLS; MILLS, 2000, p. 284).

representá-las no Brasil. E Bloch se tornou, na prática, o único profissional a fazer isso no país por mais de duas décadas (PIRES, 2017, p. 95).

Em 1973, depois de estabelecida a nova atividade profissional, Bloch passou a contar com a assessoria Karin Schindler, também ela judia alemã que migrara para São Paulo no contexto do regime nazista. O estabelecimento de um contato mais profissionalizado com os tradutores, a realização de revisões técnicas, e o auxílio de um agente literário para intermediar o contato com editoras estrangeiras, tudo isso revelava a configuração de uma política editorial voltada para a realização de traduções na Zahar Editores. A formação de um catálogo de obras voltadas para os estudantes universitários responde, dessa forma, às mudanças ocorridas no universo intelectual brasileiro, que passava a valorizar a produção oriunda das instituições universitárias com as preocupações metodológicas e a escrita monográfica que se pretendiam ser, nesse momento, um dos traços distintivos em relação aos ensaios de interpretação da passagem do século XIX para o XX. O encaminhamento para uma política editorial de traduções, entretanto, respondeu não somente à uma crescente demanda por obras estrangeiras que viessem a servir aos cursos universitários ou à dificuldade de obter obras de autores brasileiros, como costumava argumentar Jorge Zahar em suas entrevistas, mas, em grande medida, ao comprometimento que grande parte da elite intelectual das ciências sociais e humanas já tinha estabelecido com outras editoras de projeção nacional.

Importa, dessa forma, não somente constatar o estabelecimento de uma política editorial voltada para a tradução de obras estrangeiras na Zahar Editores, mas, mais especificamente, os fluxos de importação, as relações com os países de origem das obras e os domínios linguísticos privilegiados nos vínculos editoriais. Na tabela 4 é possível observar, em termos absolutos, a predominância, ao longo de todos os anos de funcionamento da Zahar Editores, dos Estados Unidos e da Inglaterra como países fundamentais na disponibilização de obras a serem traduzidas, seguidos pelo Brasil e pela França.

Tabela 4 - Países de origem dos livros da Zahar Editores (1957-1984)⁷¹

| País | Total de títulos |
|-------------|-------------------------|
| EUA | 368 |
| Inglaterra | 287 |
| Brasil | 161 |
| França | 141 |
| Outros | 114 |

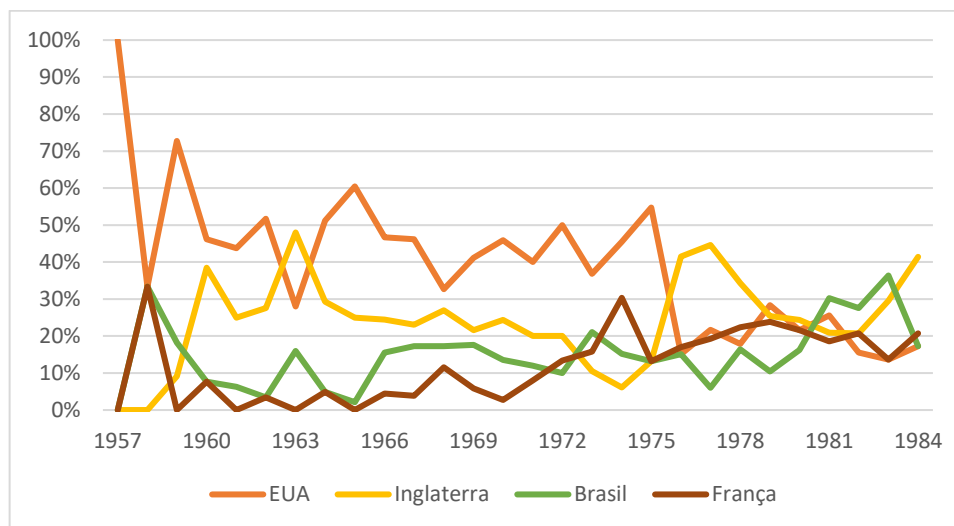
Fonte: O autor, 2019.

A diferença entre os quatro principais domínios nacionais e o restante dos países identificados permite estabelecer fluxos de importação bastante delimitados. A Zahar Editores parece se inserir, dessa forma, em uma dinâmica globalizada de circulação intelectual, marcada por uma estrutura polarizada entre centro e periferia (HEILBRON, 2014), em que a atuação dos domínios nacionais e linguísticos se impõem como formas de configuração na hierarquia de disciplinas, temas e recortes. Nota-se, dessa forma, não só um processo de consolidação disciplinar e editorial das ciências sociais marcadas por dinâmicas de importação, mas também a configuração de uma comunidade intelectual que, apesar de elementos de autonomização com relação à construção dos seus debates e abordagens preferenciais – como se deu com o processo de regionalização das ciências sociais e os debates latino americanos – revelavam traços de heteronomia que viriam a ser acentuados no final do século (BEIGEL, 2013; BRINGEL; DOMINGUES, 2015).

Se nos anos 1960 se estabeleceu a predominância de autores norte-americanos e ingleses, nos anos 1970 e 1980 os brasileiros e franceses passaram a ganhar espaço, embora não tenham nunca sido maioria com relação ao catálogo. A dinâmica de modificação dos domínios nacionais pode ser melhor avaliada ao se perceber a variação ao longo do tempo, como ilustrado no gráfico 1.

⁷¹ Estão excluídos desta tabela os 126 títulos cuja origem nacional de produção pôde ser verificada. O levantamento dos dados sobre a origem nacional dos autores foi realizado a partir de pesquisas em sites oficiais de universidades, obituários de autores publicados em jornal e informações disponibilizadas em enciclopédias digitais como a Wikipédia, estando, portanto, sujeita a erros. O recorte escolhido não foi local de nascimento do autor, mas o local principal de atuação. Como exemplo deste recorte é possível citar um autor como Erich Fromm, cuja produção é bastante significativa no catálogo da Zahar Editores. Fromm foi considerado um autor de origem estadunidense, apesar de sua origem alemã, já que as suas principais obras foram produzidas no país de acolhida e os contatos editoriais estabelecidos com a Zahar se deram a partir de editoras norte-americanas. Este levantamento serve, portanto, para realizar um mapeamento geral dos fluxos de importação editorial, não sendo significativos, portanto, possíveis erros de localização nacional.

Gráfico 1 - Principais origens nacionais dos autores da Zahar Editores (1957-1984)



Fonte: O autor, 2019.

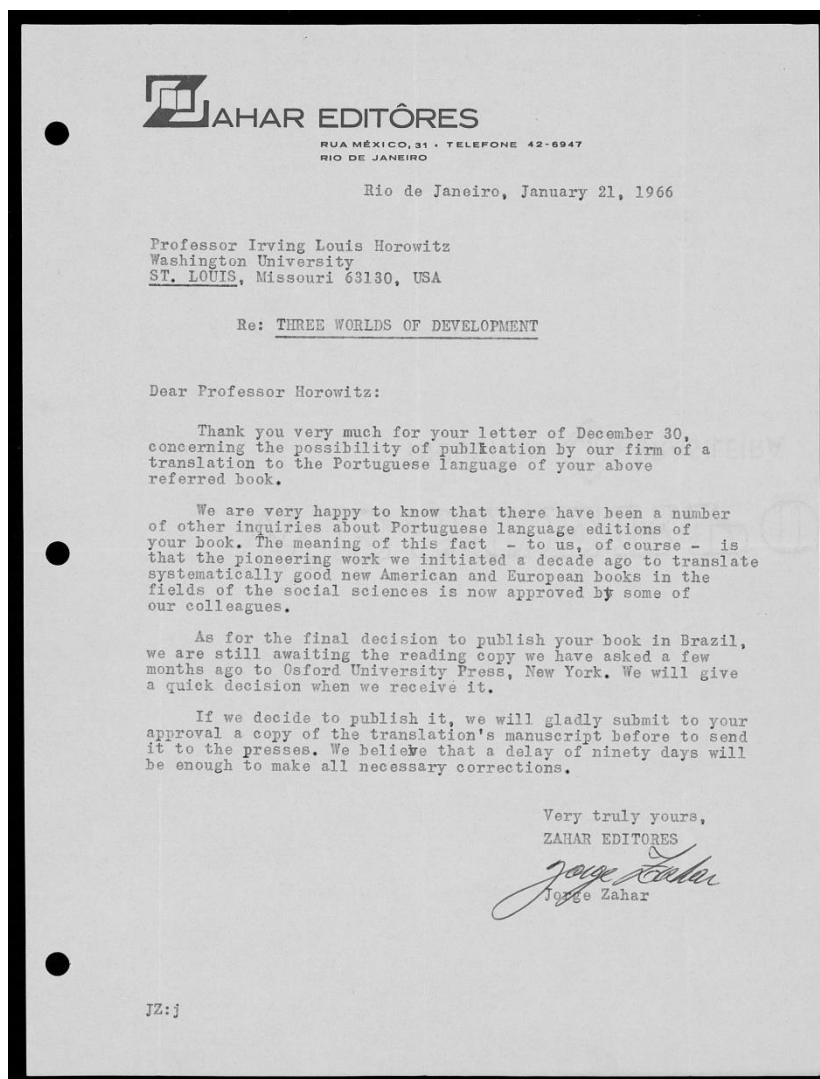
Os primeiros vinte anos de atuação editorial da Zahar foi marcado pela grande presença de autores estrangeiros oriundos do universo linguístico anglo-saxão. Foi apenas em meados dos anos 1970, como se verá nos dois capítulos seguintes, que os franceses e brasileiros passaram a ter uma presença mais significativa.

A Zahar Editores passou a ser reconhecida pela tradução e publicação de grandes nomes das ciências sociais. Neste sentido, é reveladora uma carta escrita por Jorge Zahar ao sociólogo norte-americano Irving Louis Horowitz sobre a negociação da tradução da obra *Three Worlds of Development*, que nunca viria a ser publicada no Brasil, e estabeleceria, no futuro – como se verá com mais detalhes no capítulo 4 – um certo desgaste na relação entre o autor e o editor.

Nós estamos muito contentes em saber que tiveram outras consultas sobre uma edição em português do seu livro. O significado deste fato – para nós, é claro – é que o trabalho pioneiro que nós iniciamos uma década atrás de traduzir sistematicamente novos bons livros americanos e europeus no campo das ciências sociais é agora aprovado por alguns dos nossos colegas⁷².

⁷² Carta de Jorge Zahar a Horowitz no dia 21 de janeiro de 1966. Acesso em <https://digital.libraries.psu.edu/digital/collection/transaction/id/26521/rec/16> no dia 3 de janeiro de 2019

Figura 3- Carta de Jorge Zahar a Irving Louis Horowitz



Fonte: Pennsylvania State University Libraries. Acesso em: jan. 2019.

3.4 A recepção do pensamento crítico norte-americano

Nos primeiros anos de atuação da Zahar Editores os Estados Unidos foram o local privilegiado de origem da maior parte das obras traduzidas. O país passou a ter uma influência decisiva no mundo sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Isso se refletiu no Brasil em uma gradativa e inédita substituição do francês – até então a língua de origem da maior parte dos livros

importados e traduzidos no país - pelo inglês. Este tópico se divide em três subtópicos que analisam os principais debates que se estabeleceram no Brasil por meio das traduções da Zahar Editores. Autores como Erich Fromm, os editores da revista *Monthly Review* Paul Sweezy e Leo Huberman, C. Wright Mills e Herbert Marcuse ganharam espaço privilegiado no catálogo da editora. Estes autores fizeram reverberar grande parte do pensamento crítico norte-americano que deu ensejo à formação do que ficou conhecido como Nova Esquerda, movimento mundial que, de forma geral, pode ser identificado com a emergência de jovens estudantes como atores políticos fundamentais, atrelados à perda de centralidade das estruturas burocráticas dos partidos comunistas por todo o mundo e identificados também com a lutas pacifistas, por direitos civis e pela libertação nacional de países em situação de colonização (BOTTOMORE, 1970).

3.4.1 Erich Fromm: o pensamento da Escola de Frankfurt no Brasil dos anos 1960

O autor com o maior número de obras no catálogo da Zahar Editores é Erich Fromm. Foram ao todo 18 obras publicadas entre 1959 e 1984, com várias reedições. A popularidade do autor se explica, em grande medida, por suas interpretações sobre o autoritarismo, que interessou sobretudo à audiência norte-americana dos anos 1940, e suas reflexões sobre as mudanças comportamentais que se desdobravam nos 1950 e 1960. Esse contexto viria a se reverberar no Brasil na década de 1960, relacionado ao crescimento da comunidade universitária no país, aos protestos estudantis, aos movimentos de contracultura e toda sorte de questionamentos sociais que passaram a surgir. Deve-se, portanto, fazer um breve apanhado da biografia do autor para que se possa analisar a sua inserção nos debates culturais norte-americanos e a posterior recepção de sua obra no Brasil.

Erich Fromm nasceu em Frankfurt am Main em 1900 no seio de uma família judaica. Estudou sociologia e psicologia na Universidade de Heidelberg, onde veio a se doutorar em 1922 com a tese *Das jüdische gesetz. Ein Beitrag zur Soziologie des Diaspora-Judentums* (A lei judaica. Uma contribuição para a sociologia da diáspora). A união entre uma abordagem sociológica de caráter marxista e as apropriações revisionistas do pensamento de Freud, que

viriam a marcar as suas obras nas décadas seguintes, fizeram de Fromm um dos nomes mais reconhecidos da psicanálise em todo o mundo.

A década de 1920 foi especialmente turbulenta na Alemanha. Os conflitos da Primeira Guerra Mundial, que estabeleceram uma grave crise econômica e provocaram instabilidade política, resultaram na mudança de governo e na instauração de um sistema parlamentarista no país, consolidando o início do período que ficou conhecido como a República de Weimar. A fundação, em 1922, do *Institut für Sozialforschung* [Instituto para Pesquisa Social] refletiu esse contexto de efervescência e conflitos políticos que viriam a ter desdobramentos trágicos com a chegada dos nazistas ao poder no início dos anos 1930, a dissolução do parlamento e o início de um período autoritário e de perseguição aos judeus e outras minorias (FREITAG, 1993; JAY, 1989; WHEATLAND, 2009; WIGGERSHAUS, 2002).

Erich Fromm atuava como psicanalista em Berlim, era professor do Instituto de Psicanálise de Frankfurt e em 1930 passou a realizar pesquisas para o Instituto para Pesquisa Social, estabelecendo-se nesse momento como um dos principais interlocutores do diretor, o filósofo Max Horkheimer. A perseguição aos judeus, que se intensificou a partir da chegada de Hitler ao poder em 1933, fez com que fosse necessário ao Instituto buscar refúgio fora do país. A transferência para Genebra foi apenas temporária, já que os perigos do fascismo se espalhavam por toda a Europa. Em 1934 o Instituto se transferiu para Nova York e passou a atuar de forma vinculada à Universidade de Columbia. Horkheimer, Erich Fromm, Neumann, Pollock, Herbert Marcuse, Otto Kirchheimer e outros membros do Instituto - aos quais viria a se somar pouco tempo depois Theodor Adorno -, passaram a viver como exilados nos Estados Unidos (WHEATLAND, 2009), estabelecendo diálogos com um novo universo intelectual bastante distinto da Alemanha das décadas de 1920.

A migração dos membros do Instituto se deu em um momento em que os Estados Unidos iniciavam os primeiros esforços para se recuperarem de uma grave crise econômica, cujo marco foi a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929. As políticas econômicas do governo de Franklin Delano Roosevelt, presidente norte-americano entre 1933 e 1945 - que ficariam conhecidas como *New Deal* e estabeleceriam um programa de recuperação e crescimento econômico a partir de incentivos estatais -, davam ainda seus primeiros passos. O Departamento de Sociologia da Universidade de Columbia passava por dificuldades financeiras decorrentes da crise e seus membros viram com bons olhos a acolhida dos pesquisadores alemães, que contavam com dinheiro próprio, fruto das doações da família Felix Wail, fundador do instituto.

Erich Fromm era um dos intelectuais mais aclamados do Instituto neste momento. Além de diversos contatos com a comunidade psicanalítica norte-americana, ele estava à frente de pesquisas empíricas de caráter psicossocial com as classes trabalhadoras alemãs antes da ascensão de Hitler ao poder, tema de grande interesse para a audiência norte-americana e que resultou na publicação de *Studien über autorität und familie* [Estudo sobre Autoridade e Família] em 1936. A pesquisa teve grande repercussão, principalmente junto àqueles sociólogos norte-americanos interessados na aplicação da psicanálise e da psicologia social na estruturação de pesquisas empíricas. Os resultados dessa pesquisa apontavam para o declínio da estrutura de autoridade patriarcal nas famílias, o que anteciparia, supunha-se, o fim dos regimes fascistas. Tal fato, entretanto, não se demonstrou nos desdobramentos históricos dos anos seguintes e fez os teóricos de Frankfurt reverem suas análises posteriormente (WHEATLAND, 2009).

Esta foi, entretanto, a última contribuição significativa de Erich Fromm no Instituto. A escassez de recursos, que se agravou no final da década de 1930, anteciparam a saída do psicanalítica, o que se concretizou em 1939. Fromm desfrutava de grande sucesso e notoriedade nos Estados Unidos, o que não era comum à sua geração de emigrados. Depois que saiu do Instituto, estabeleceu grande reputação com a publicação de *Escape from Freedom* (1941). As reflexões sobre autoritarismo geraram grande curiosidade no público norte-americano, interessado em compreender o inimigo que os Estados Unidos estavam prestes a combater na Guerra. Embora tenha se utilizado dos dados que havia coletado quando fazia parte do Instituto, a recepção norte-americana não fez a ligação imediata entre este livro e o que viria a ficar conhecido como a Escola de Frankfurt. Seus livros subsequentes continuaram a vender bem, mas isso veio acompanhado por uma diminuição no seu prestígio entre os pares universitários: “Escrevendo cada vez mais para o grande público, o interesse de Fromm mudou em direção ao existencial (com seu crescente interesse e fascinação pelas religiões orientais) e em direção à procriação de gurus de autoajuda que povoaram o universo das publicações comerciais [*trade publishing*] e programas de rádio” (WHEATLAND, 2009, p. 280, tradução minha). Vários dos seus colegas na universidade passaram a encarar com desconfiança e a julgar como irrelevantes as suas obras, embora as participações em vários movimentos vinculados à esquerda e as reflexões sobre as questões do mundo contemporâneo continuassem a fazer dele um importante intelectual público e com grande quantidade de obras vendidas, lidas e debatidas.

É no contexto dos movimentos de contestação política e cultura do final dos anos 1950 e início de 1960 que a obra de Erich Fromm chega ao Brasil. *Psicanálise e religião* (1956), obra que integrou a coleção *Biblioteca de Psicologia Médica* da editora Civilização Brasileira, foi o

primeiro livro do autor a ser traduzido e publicado no país. Em seguida a Zahar Editores publicou *Psicanálise da Sociedade Contemporânea* (1959), *Análise do Homem* (1960) e *O Medo à Liberdade* (1960), sendo esta última a tradução de *Escape from Freedom* que havia feito o sucesso do autor nos Estados Unidos no início da década de 1940. As três obras juntas formavam uma trilogia em que o autor tratava do autoritarismo nas sociedades contemporâneas, unindo elementos da teoria psicanalítica ao conceito de alienação. As diversas obras lançadas por Fromm nos anos subsequentes tiveram uma grande recepção do público, o que se reverteu, para a Zahar, na produção de várias reedições e em tiragens muito maiores do que a média dos demais livros da editora⁷³.

⁷³ Algumas informações dos jornais da época dão cota de ter uma dimensão dos números: “A tiragem média dos livros da Editora Zahar é de quatro mil exemplares. Mas os livros de Erich Fromm vendem mais: 20 mil, um pelo outro, e três deles estão em quarta edição” (Cardoso, Ivo. “Sêde de saber aumenta edições e abre caminho para o ensaio”. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1965, p. 28.). O medo à liberdade, na sua 11ª edição, publicada em 1978, chegou a marca de 249 mil títulos vendidos (JORNAL DO BRASIL, Caderno B, Rio de Janeiro, 19 de março de 1980, p. 7). Com a publicação da 14ª edição em 1984, pode-se supor que o livro tenha alcançado a marca de 300 mil exemplares vendidos.

Tabela 5 - Obras de Erich Fromm publicadas pela Zahar Editores

| Título | Ano 1^a edição | Total de edições |
|--|---------------------------------|-------------------------|
| Psicanálise da sociedade contemporânea | 1959 | 10 |
| Análise do Homem | 1960 | 13 |
| O medo à liberdade | 1960 | 14 |
| Conceito marxista do Homem | 1962 | 8 |
| A linguagem esquecida | 1962 | 8 |
| A sobrevivência da humanidade | 1962 | 6 |
| Meu encontro com Marx e Freud | 1963 | 7 |
| O dogma de Cristo | 1964 | 5 |
| O coração do Homem | 1965 | 6 |
| A missão de Freud | 1965 | 3 |
| O espírito da liberdade | 1967 | 4 |
| A Revolução da esperança | 1969 | 5 |
| A crise da Psicanálise | 1971 | 2 |
| Caráter social de uma aldeia | 1972 | 1 |
| Anatomia da destrutividade humana | 1975 | 2 |
| Ter ou ser? | 1977 | 4 |
| Grandeza e limitações do pensamento de Freud | 1979 | 1 |
| Da desobediência e outros ensaios | 1984 | 1 |

Fonte: O autor, 2019.

Fromm passou a ter uma atuação pública relevante, participando de campanhas contra a Guerra no Vietnam, contra o desenvolvimento de armas nucleares e a favor das pautas levantadas pelos movimentos jovens de esquerda, analisando os relacionamentos amorosos no mundo moderno⁷⁴, além de estabelecer grande proximidade com as religiões orientais, o que lhe rendeu ares de misticismo e críticas de setores mais ligados ao pensamento materialista:

⁷⁴ Em pesquisa na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional é possível ver uma grande quantidade de matérias que citam Fromm quando tratam de relacionamentos, casamento, divórcio e temas correlatos. O livro do autor que se tornou referência nesse tema foi *A Arte de Amar* (1960), publicado pela editora Itatiaia, de Belo Horizonte.

Acho fascinante o estudo da alienação. Mas estou de acordo com Sidney Hook⁷⁵, quando afirma que o estudo da alienação como fenômeno psicológico, sem análise dos motivos econômicos, leva diretamente ao misticismo. Hook cita, a respeito, a frase estranhíssima de Erich Fromm que acredita encontrar todos os princípios do marxismo no budismo Zen. Não me admiro, porém, tanto. Pois no budismo Zen também acreditam os “beatniks” de São Francisco e Nova York e os “rebeldes sem causa” do niilismo moderno⁷⁶.

Embora tenha alcançado um grande destaque público, Erich Fromm não teve a mesma recepção entre os jovens que o seu conterrâneo Herbert Marcuse. Importa, entretanto, perceber que grande parte da movimentação intelectual que acontecia nas universidades norte-americanas teve ampla repercussão mundial e influenciou sobremaneira a construção do catálogo da Zahar Editores. Como já se afirmou anteriormente, os Estados Unidos, principalmente nos anos iniciais de consolidação da editora e construção do seu catálogo, foram o centro privilegiado de importação de livros, influenciando grande parte dos debates que ocorriam no Brasil, embora com apropriações e questionamentos próprios.

3.4.2 A revista socialista *Monthly Review* e a centralidade dos vínculos estrangeiros na Zahar Editores

A *Monthly Review* foi uma revista socialista norte-americana criada pelo economista Paul Sweezy e pelo jornalista Leo Huberman em 1949. Alocada inicialmente no apartamento de Huberman, em Nova York, a publicação se somou ao universo da efervescente produção

⁷⁵ Sidney Hook (1902-1989) foi um dos primeiros intelectuais a norte-americanos a se opor às ideias do Instituto de Pesquisas Sociais. Ele fazia parte do círculo da revista *Partisan Review*, uma das plataformas do modernismo e radicalismo de esquerda nos Estados Unidos, e em suas ideias unia marxismo e pragmatismo. A práxis tinha um peso muito maior no marxismo pragmático de Hook do que para os membros do Instituto. Considerava a ação, a democracia e a filosofia pragmática como elementos fundamentais da construção do conhecimento. Para ele, o Instituto realizava um retorno hegeliano de Marx ao conservadorismo, autoritarismo e obscurantismo enraizados no Idealismo Alemão. Horkheimer, do outro lado, argumentava que o pragmatismo era um sintoma mais geral da crise que ele diagnosticava na lógica científica (WHEATLAND, 2009, pt. II). Nos anos 1960, entretanto Hook iria se alinhar cada vez mais ao conservadorismo. Do autor a Zahar publicou os seguintes livros: *O herói na história* (1962), *Os paradoxos da liberdade* (1964), *Educação para o homem moderno* (1965) e *Política e liberdade* (1966).

⁷⁶ CARPEAUX, Otto Maria. Os filhos de Basanov. In: CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1963

intelectual da cidade em meados do século XX⁷⁷, junto a outras revistas que tiveram grande destaque no universo político e cultural: a *Partisan Review* (1934-2003), “fundada como uma plataforma para o suporte crítico do modernismo e do radicalismo de esquerda”, e que depois passou a se identificar cada vez mais com o pensamento conservador; a *Politics* (1944-1949), fundada por Dwight Macdonald – que havia sido editor da *Partisan Review* –, “nascida da desilusão das realizações da II Guerra Mundial, que explorou os primeiros contornos do radicalismo pós-trotskyista e modelou os primeiros ataques contra a cultura de massas”; a *Commentary* (1945-), criação de Elliot Cohen e do American Jewish Committee, que se tornou “um fórum intelectual para grandes debates políticos e sociológicos no período do pós-guerra”, além de servir como berço para o pensamento neoconservador; e a *Dissent* (1954-), de Lewis Coser e Irving Howe, criada como “reposta ao medo da conformidade intelectual com relação à Guerra Fria e [que] se tornou a revista dos socialdemocratas norte-americanos, anti-stalinistas e da esquerda anti-McCarthy” (WHEATLAND, 2009, p. 101).

Surgida no período em que o pensamento crítico de esquerda estava sob ataque (BOTTOMORE, 1970), cuja expressão máxima podia ser identificada na patrulha anticomunista liderada pelo senador Joseph McCarthy (1947-1957) no contexto inicial de Guerra Fria⁷⁸, somado a uma diminuição da influência do Partido Comunista norte-americano na esquerda, a política editorial da *Monthly Review* focou, em grande medida, em análises econômicas e políticas. O capitalismo como um sistema de alcance mundial, o imperialismo norte-americano e as revoltas no Terceiro Mundo foram os temas principais, que passaram a ganhar destaque à medida que acontecimentos significativos foram ocorrendo por todo o mundo. As análises dos efeitos do Macarthismo na sociedade norte-americana tiveram destaque nos anos iniciais da publicação; em seguida, tiveram grande destaque as análises dos movimentos por direitos civis nos anos 1950; os efeitos da Revolução Cubana, no início dos anos 1960, também foram objeto de diversos artigos, desdobrando-se nas críticas à Guerra do Vietnã e nas discussões sobre o imperialismo norte-americano; por fim, chega-se à análise das

⁷⁷ Forma-se, em meados da década de 1940, um grupo bastante atuante de escritores, artistas e pensadores que ficam conhecidos como os Intelectuais Nova Yorkinos (*New York Intellectuals*). Este foi, segundo Kevin Mattson (2002), o grupo intelectual mais importante do período posterior à II Guerra nos Estados Unidos.

⁷⁸ Nos primeiros anos de seu funcionamento, a revista *Monthly Review* era enviada a seus assinantes em envelopes não identificados, de forma a não atrair a atenção para o tema da publicação e a maior parte dos colaboradores assinavam seus artigos de forma anônima (PHELPS, 1999). Nesse clima de perseguição, Leo Huberman chegou a ser interrogado pelo Subcomitê de Segurança Interna do senador McCarthy e Paul Sweezy foi interrogado pelo Procurador-Geral de New Hampshire sob acusação de desordem em suas aulas e pelo seu envolvimento no Partido Progressista (MCCHESENEY, 2007; PHELPS, 1999).

tendência de estagnação do capitalismo norte-americano nos anos 1970 e à crítica aos gastos militares do governo Reagan no início dos anos 1980 (MCCHESENEY, 2007).

A criação da revista era um desejo antigo de Leo Huberman e Paul Sweezy que só se tornou possível graças a uma doação de F. O. Matthiessen - amigo pessoal de Sweezy e professor de literatura americana na Universidade de Harvard. Matthiessen havia sido surpreendido por uma herança deixada pelo pai e disponibilizou ao amigo para que desse início à revista junto com Huberman. Sweezy e Matthiessen se conheciam de longa data e ambos tinham apoiado Henry Wallace para presidente. A candidatura não exitosa do Partido Progressista era uma promessa de retorno aos tempos do *New Deal* de Roosevelt, de quem Harry Wallace havia sido vice-presidente em uma das legislaturas (PHELPS, 1999).

As escolhas editoriais da revista estiveram fortemente relacionadas aos perfis dos seus dois criadores. Leo Huberman (1903-1968), nasceu em Newark, em New Jersey, e estudou na New York University e na London School of Economics, vindo a se tornar, entre 1938 e 1939, diretor do departamento de ciências sociais da New College da Universidade de Columbia. Escreveu nos anos 1930 livros de popularização de história econômica que alcançaram grande sucesso de público, dentre eles os mais conhecidos são *We, the people* (1932) e *Man's worldly goods* (1936)⁷⁹. Paul Sweezy (1910-2010) nasceu em Nova York e estudou na London School of Economics e na Universidade de Harvard, onde obteve o seu doutorado sob orientação de Joseph Schumpeter e foi professor por vinte anos, quando saiu no final dos anos 1940, pouco tempo antes de fundar, com Leo Huberman, a *Monthly Review*.

A revista contou com alguns colaboradores frequentes. Esse foi o caso de Paul Baran que, apesar de não ter estado formalmente vinculado à revista como editor, compartilhava das decisões editoriais e direcionamentos da revista. Paul Baran (1910-1964) nasceu na Ucrânia e passou por instituições como o Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, a Universidade de Cambridge e a Universidade de Harvard, onde obteve seu doutorado em 1941. Depois de ter trabalhado para o governo dos Estados Unidos, assumiu a posição de professor na Universidade de Stanford e se tornou conhecido pela publicação de *The Political Economy of Growth* (1957), em que analisa a em escala global. Ao grupo viria a se juntar ainda Harry Magdoff (1913-2006), que trabalhava com estatísticas para o governo norte-americano e viria a substituir Huberman como editor em 1968.

⁷⁹ Este livro vendeu nos Estados Unidos mais de 500 mil exemplares (PHELPS, 1999) e teve, no Brasil, como se verá na sequência, um sucesso comercial de mesma proporção.

Além da revista, Sweezy e Huberman fundaram também, em 1952, a Monthly Review Press. A publicação inaugural foi o livro *The hidden history of the Korean War* (1952), de I. F. Stone. A editora, a despeito de ter realizado poucas publicações nos seus primeiros anos de atividade sob direção de Huberman, ganhou posição de destaque em meados dos anos 1960, quando, sob direção de Harry Braverman, publicou obras de autores fundamentais da esquerda mundial como Rosa Luxemburgo, Nikolai Bukharin, Karl Korsh, além de títulos como *Capitalism and underdevelopment in Latin America* (1967), de André Gunder Frank, *Reminiscences of the Cuban revolutionary war* (1968), de Che Guevara, *Lenin and philosophy* (1971), de Louis Althusser, *Open veins of Latin America* (1973), de Eduardo Galeano, dentre outros. O contato com grupos de esquerda fora dos Estados Unidos rendeu não só a tradução de livros importantes para o inglês, mas também a publicação da Monthly Review em diversas outras línguas como o espanhol (editado na Argentina entre 1963 e 1967, no Chile entre 1967 e 1970, na Colômbia em 1973 e na Espanha entre 1977 e 1982), italiano (1968-1987), grego (1973-1975, 1983, 1987-1988) e alemão (1974-1975) (MCCHESENEY, 2007; PHELPS, 1999).

Vários dos livros publicados pela Zahar Editores nos seus primeiros anos de atividade foram de colaboradores da Monthly Review, o que marca a rede intelectual em torno da revista como um dos principais referenciais no estabelecimento da política editorial de traduções executada por Jorge Zahar. O primeiro deles foi *Socialismo* (1959), de Paul Sweezy, que havia sido publicado originalmente em 1949 e apresentava ao público norte-americano o sistema econômico e social dos países que viviam sob um regime socialista. No mesmo ano foi publicado *O Império do petróleo* (1959), do jornalista norte-americano e autor da Monthly Review Press Harvey O'Connor. O livro contou com ampla divulgação na imprensa, pouco tempo depois que o jornalista havia visitado o Brasil e concedido diversas entrevistas. O prefácio da edição brasileira foi escrito pelo Cel. Janary Nunes, que havia sido presidente da Petrobrás, e que participou de uma sessão de autógrafos no lançamento do livro promovido pela editora no Clube Militar, no Rio de Janeiro⁸⁰. Na orelha do livro é possível compreender o direcionamento dado pela editora e a recepção que se esperava com a publicação: “Livro oportuno, acrescido de um não menos oportuno prefácio do Cel. Janary Nunes, contribuirá certamente para que se mantenha acesa a chama nacionalista de que se alimenta a Petrobrás, único caminho conducente à completa emancipação econômica do Brasil”⁸¹. A Petrobrás havia sido fundada em 1953, sob a presidência de Getúlio Vargas, garantindo ao estado brasileiro,

⁸⁰ ÚLTIMA HORA, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1959, p. 4.

⁸¹ O'Connor, Harvey. *O Império do Petróleo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959, orelha.

depois de acirrado debate, o monopólio do petróleo disponível em território nacional, fato que vinha sendo contestado por alguns setores da sociedade menos afeitos às políticas de intervenção estatal. Neste sentido, o prefácio do Cel. Janary Nunes adota um posicionamento bastante claro: "O petróleo é patrimônio da nação, é instrumento de soberania, é arma de segurança, é ponto de germinação de desenvolvimento econômico. O petróleo representa poder político, econômico e militar"⁸². Pouco depois a Zahar viria a publicar outro livro de O'Connor, *O Petróleo em crise* (1962), no mesmo ano em que a Monthly Review Press fez seu lançamento nos Estados Unidos, além do livro *Imperialismo, Petróleo, Petrobrás* (1964), de Francisco Mangabeira, advogado, professor da Universidade do Brasil e presidente da Petrobrás por indicação de João Goulart, entre 1962 e 1963.

A Economia política do desenvolvimento (1960), de Paul Baran, publicado originalmente em 1957, inaugurou na Zahar uma série de publicações que tratavam sobre a economia capitalista e as desigualdades globais. Paul Sweezy teve diversos de seus livros publicados na sequência: *Teorias do desenvolvimento capitalista* (1962), *Ensaio sobre o capitalismo e o socialismo* (1965), *Teóricos e teorias da economia* (1965) e *Capitalismo monopolista* (1966), sendo este último escrito em coautoria com Paul Baran.

Um dos debates de maior destaque envolvendo Paul Sweezy foi travado com o economista inglês Maurice Dobb sobre a transição do feudalismo para o capitalismo. Dobb era professor do Trinity College de Cambridge e membro do grupo de Historiadores Marxistas Britânicos. O debate se iniciou a partir de uma crítica, escrita por Sweezy, sobre o livro *Studies in the development of capitalism* (1946). O livro foi traduzido pela Zahar como *A Evolução do capitalismo* (1965) e alcançou o total de dez edições. O livro escrito por Dobb havia inicialmente passado quase despercebido pelos seus conterrâneos e só teve maior repercussão a partir da discussão travada entre Dobb e Sweezy com artigos publicados na revista *Science and Society* entre 1950 e 1953. A discussão girou em torno dos significados do feudalismo e das causas da transição para o capitalismo. Dobb defendia que o feudalismo era um modo de produção baseado na servidão e que sua derrocada teria sido estimulada por contradições internas ao próprio sistema, principalmente a necessidade crescente por maiores rendimentos por parte da nobreza que resultou em uma intensa pressão sobre os servos. Sweezy, por outro lado, apontava causas externas ao modo de produção feudal como elementos fundamentais que contribuíram para o seu declínio, dentre eles a intensificação do comércio à longa distância

⁸² Ibid. p. 15.

(BAUTE, 2018; MARIUTTI, 2000). Os debates foram bastante influentes no pensamento marxista da segunda metade do século XX e teve repercussões no Brasil, principalmente no que diz respeito às interpretações sobre a Revolução de 1930 e o estabelecimento de um modo de produção capitalista no país, desenvolvido por autores como Octavio Ianni, dentre outros.

Nenhum livro, entretanto, alcançou tanto sucesso de público como se deu com o *História da riqueza do homem* (1962), de Leo Huberman. Foram ao todo 20 edições e diversas reimpressões, chegando-se a mais de 300 mil exemplares vendidos. Segundo afirmou Jorge Zahar, esse foi o grande livro de sua carreira como editor (ZAHAR, 2001). Escrito em linguagem simples e concisa, buscando prioritariamente um público jovem, o livro trata da história do capitalismo no mundo desde a sua constituição até as primeiras décadas do século XX. Com a tradução da Zahar, o livro passou a ser adotado por sucessivas gerações de estudantes e militantes de esquerda no Brasil (SECCO, 2017, p. 146). Foi parte desse público que ocupou o auditório da FNFi no dia 30 de janeiro de 1963 para assistir a palestra de Sweezy e Huberman intitulada “Situação internacional”⁸³. A dupla estava de regresso de Buenos Aires, onde inaugurou a edição em espanhol da Monthly Review e foi recebida por Jorge Zahar.

Em um período posterior, quando já se havia iniciado a repressão da ditadura militar, um professor da escola Bennett, no Rio de Janeiro, onde os três filhos de Jorge estudavam, foi expulso por ter indicado aos alunos a leitura do livro de Huberman. Na sequência, temendo que os filhos sofressem represálias, Jorge os mudou de colégio (ZAHAR, 2001)

É de se notar, portanto, a referência que a Monthly Review representou para Jorge Zahar na seleção dos títulos a serem traduzidos. Não só os editores da revista tiveram suas obras vertidas ao português, mas diversos autores que contribuíam com a publicação periódica norte-americana ou mesmo com títulos publicados pela Monthly Review Press passaram a circular no Brasil. Dentre elas, a obras sobre a Revolução Cubana, que podem ser considerados verdadeiros *instant books*⁸⁴.

⁸³ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1963, p. 5.

⁸⁴ No jargão do mercado editorial, *instant books* são livros de grande circulação e absorção rápida, lançados geralmente no ápice de uma discussão pública e sem a pretensão de perenidade. Estes livros funcionam de modo bastante distinto dos livros de fundo de catálogo - outro jargão dos editores para designar livros que não apresentam alta venda logo que lançados, mas que continuam a ser vendidos por vários anos, trazendo segurança financeira a longo prazo para a empresa. Grande parte das editoras especializadas em ciências sociais dão prioridade aos livros de fundo de catálogo, como os manuais adotados nas universidades. Ocasionalmente ocorre, entretanto, de uma editora voltada para o público universitário publicar também *instant book*.

A revolução Cubana de 1959, que havia destituído do poder o ditador Fulgencio Batista e instaurado um novo governo socialista na ilha, passou ao foco das atenções e rendeu uma série de livros sobre os desdobramentos revolucionários na ilha, bem como críticas ao imperialismo norte-americano. *Cuba: anatomia de uma revolução* (1960), de Paul Sweezy e Leo Huberman e *A verdade sobre Cuba* (1961), de C. Wright Mills, tratam dos primeiros desdobramentos da revolução. Na sequência, a Zahar publicou ainda o livro *Reflexões sobre a Revolução Cubana* (1962), com artigos de Paul Sweezy, Leo Huberman, Paul Baran, Marc Schleifer e Ernesto Che Guevara. Outras editoras também aproveitaram o momento: *Furacão sobre Cuba* (1960), de Jean-Paul Sartre, foi lançado pela Editora do Autor e *Cuba: a revolução na América* (1961), de Almir Matos, pela Editorial Vitória, vinculada ao Partido Comunista do Brasil.

O livro de Paul Sweezy e Leo Huberman sobre a Revolução Cubana, *Cuba: anatomia de uma revolução* (1960), teve como ponto de partida a série de visitas à ilha que a dupla fez pouco tempo depois de consolidada a Revolução de 1 de janeiro de 1959. As suas primeiras impressões foram publicadas numa edição especial nos meses de julho e agosto da *Monthly Review*. Os artigos foram editados em seguida como livro, que foi bastante lido e se tornou referência no assunto.⁸⁵ No Brasil, a obra chegou à quarta edição apenas um ano depois de lançado. Grande parte dos movimentos de esquerda viam a experiência de Cuba com entusiasmo, enxergando ali uma alternativa tanto ao comunismo soviético, cada vez mais criticado por suas práticas autoritárias, quanto à experiência imperialista dos Estados Unidos.

O livro de C. Wright Mills foi publicado originalmente em 1960 pela editora McGraw-Hill com o título de *Listen, Yankee*. No Brasil, o contexto de efervescência política também esteve presente no momento da publicação de *A Verdade sobre Cuba* (1961)⁸⁶, que contou com o lançamento de uma segunda edição no mesmo ano de lançamento da obra. No prefácio, C. Wright Mills deixa claro a percepção que tem do evento: “Essa revolução em Cuba é uma

⁸⁵ C. Wright Mill se referiu a este livro como o melhor lançado até então, em 1960) sobre a experiência da revolução cubana logo na sequência do acontecimento (MILLS, C. W. *A verdade sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961, p. 210).

⁸⁶ Sobre a escolha do título em português, que difere sobremaneira do título original em inglês e da tradução ao espanhol, o texto da orelha é claro: “Não obstante essa posição crítica [que se revela no uso da palavra “ianque” em um contexto em que ela vinha sendo associada ao termo “imperialismo”], este livro nada tem de panfletário, razão pela qual não foi mantida nesta tradução o seu título original – *Listen, Yankee* (Ouça, Ianque) – que poderia levar o leitor brasileiro a julgá-lo uma obra extremada quando, pelo contrário, trata-se de uma advertência, de uma tentativa de explicação e esclarecimento das causas que levaram o governo cubano à sua atual posição, causas essas que para o Autor [C. Wright Mills] estão representadas principalmente pelas atitudes tomadas pelo governo dos Estados Unidos”. É interessante, portanto, notar a postura politicamente cautelosa com que Jorge Zahar comandava a editora, mesmo em um momento anterior ao início do regime ditatorial no Brasil e às perseguições que a própria editora viria a sofrer.

enorme arremetida popular. A voz de Cuba, hoje, é a voz da euforia revolucionária. É também uma voz colérica. (...). Porque elas não pertencem apenas aos cubanos; são as razões de todo o mundo faminto⁸⁷.

A tradução da obra ao espanhol pela editora mexicana Fondo de Cultura Económica apresenta elementos interessantes para se pensar tanto o formato dos *instant books* quanto as consequências políticas que as editoras passam a sofrer com a publicação de obras de contestação, marcadamente em contextos de crescente autoritarismo. Em carta enviada por C. Wright Mills a Carlos Fuentes, escritor mexicano bastante próximo a Orfila Reynal, da editora Fondo de Cultura Económica, fica claro o encaminhamento que Mills queria dar ao livro e as negociações que se estabelecem com os diversos agentes intermediários:

Se eles [da FCE] forem fazer [a edição em espanhol do livro *Listen, Yankee*], eles devem fazer muito rápido; eles devem deixá-la pronta agora para que ela saia da forma correta. (...). Nos Estados Unidos está acontecendo o seguinte com o livro: Primeiro, um capítulo dele vai aparecer na edição de dezembro da Harper's (circulação de 450,000). Segundo, McGraw-Hill vai lançar uma edição em capa dura. (Eles são a maior editora daqui). Terceiro, ao mesmo tempo, Ballantine Books vai lançar uma edição popular [*paperbond*] a 50 centavos cada... primeira impressão de 160,000 cópias. Quarto, em 10 dezembro às 21:30, sábado à noite, eu debato por uma hora com A. A. Berle (antigo embaixador no Brasil) para toda a rede da NBC (20 milhões de espectadores). Então o que começou como um panfleto de 60,000 palavras está se tornando grande, ou isso é o que de alguma forma esperamos. Deus sabe o que vai acontecer, dado a monolítica imprensa anti-Castro e a opinião nos EUA. Vai ser fascinante de ver. Talvez você vá querer fazer com que Orfila saiba de tudo isso. Eu não estou escrevendo para ele; meu agente que está. Em cerca de uma semana nós teremos as últimas páginas da prova final a partir da qual a tradução será feita. Uma cópia vai para a Fondo (Carta de C. Wright Mills para Carlos Fuentes em 1960. In: MILLS; MILLS, 2000, p. 317–318, tradução minha).

A tradução para o espanhol do livro de Mills foi publicado pela Fondo de Cultura Económica e, assim como nos Estados Unidos e no Brasil, obteve grande sucesso de vendas⁸⁸. O apelo político do livro, e sua perspectiva favorável aos acontecimentos na ilha, entretanto, marcaram o início dos conflitos que vieram a culminar na expulsão do editor Arnaldo Orfila Reynal da direção da empresa⁸⁹. Quatro anos depois, com a publicação de *Los hijos de Saches*, etnografia

⁸⁷ MILLS, C. W. A verdade sobre Cuba. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961, p. 9.

⁸⁸ A obra foi um sucesso de vendas em diversos países distintos. Nos Estados Unidos chegou a vender, nos quatro primeiros dias após o seu lançamento, em novembro de 1960, 380 mil exemplares. A edição da FCE também teve grande sucesso de vendas: foram três edições entre abril e agosto de 1961, tendo esta última edição uma tiragem de 70 mil exemplares (SORÁ, 2017).

⁸⁹ Como afirma Gustavo Sorá: “*Escucha, Yankee*, inaugurou a série Tiempo Presente da Colección Popular, junto com outros quatro livros: El reto de África, de Ndabaningi Sithole (pastor anglicano negro da Rodésia); Yugoslavia, democracia socialista, de Jovan Djordjevič (professor universitário e conselheiro de Estado), La

do antropólogo Oscar Lewis sobre famílias pobres mexicanas, chegou-se a um acirramento dos conflitos que acabaram com a acusação de “estrangeiro comunista” e a expulsão de Orfila Reynal, que na sequência, com apoio de centenas de amigos e intelectuais de todo o mundo, veio a fundar a editora Siglo XXI. O contexto da expulsão do diretor da FCE remete aos desdobramentos iniciais da Guerra Suja no México, que se constituiu como um conjunto de medidas de repressão para dissolver os movimentos de oposição ao governo e teve como um dos marcos fundamentais o Massacre de Tlatelolco, ocorrido em 1968.

O momento era de efervescência política, social e cultural por todo o mundo, o que, em grande medida, explica o sucesso de venda dos livros sobre a Revolução Cubana seja nos Estados Unidos, na América Hispânica ou no Brasil. Tratava-se, portanto, de um momento de mudanças culturais significativas, e os livros ocupavam espaço privilegiado na disseminação de ideias que alimentavam as discussões do momento.

3.4.3 C. Wright Mills, o ressurgimento do intelectual público nos Estados Unidos e o contexto da Nova Esquerda

No mesmo ano do lançamento do livro de C. Wright Mills sobre Cuba, a Zahar lançou também do mesmo autor o livro *As causas da próxima guerra mundial* (1961), obra que alinhava às emergentes campanhas pacifistas que se intensificavam por todo o mundo. A atenção que C. Wright Mills passou a dar ao imperialismo norte-americano estava intimamente relacionada a visita que fez a países do considerado “terceiro mundo”. Até 1954 Mills, que era, desde 1946, professor no departamento de ciências sociais da Universidade de Columbia, não havia ainda deixado os Estados Unidos. Quando visitou o Brasil, a convite do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), em 1959, para participar do seminário Resistências à Mudança, ocorrido no Rio de Janeiro, deparou-se com uma série de debates que veio a incorporar posteriormente às suas reflexões.

China Popular y su economía, de Trevor Hughes e D. Luard, e El Estado del futuro, de Gunnar Myrdal. A série se enquadrava em um nítido horizonte terceiro-mundista” (SORÁ, 2017, p. 153, tradução minha).

Até o verão de 1960, nunca estivera em Cuba, nem me preocupara muito a seu respeito. Na realidade, no outono anterior, quando estive no Brasil, e na primavera de 1960, ao passar alguns dias no México, fiquei embaraçado por não ter, ainda, uma posição firmada sobre a revolução cubana. Isto porque, tanto no Rio de Janeiro como na Cidade do México, Cuba constituía, sem dúvida, o principal assunto de discussão. Mas eu não sabia o que estava ocorrendo lá, muito menos o que pensar a respeito e andava muito preocupado com outros estudos.⁹⁰

O tema da Revolução Cubana e do imperialismo norte-americano passou a fazer parte dos esforços reflexivos de Mills. A sua participação no seminário Resistências à Mudança e os contatos que estabeleceu com intelectuais latino-americanos foram fundamentais para o desdobramento do seu pensamento (FERNANDES, 1985). No seminário Resistências à Mudança, Mills fez parte da sessão intitulada “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”, que teve, entre os principais expositores, além do próprio Wright Mills, Florestan Fernandes e Gino Germani⁹¹. Logo na abertura da sua fala no seminário, cuja apresentação foi intitulada *Remarks on the problem of industrial development*, Mills pediu desculpas por ter que falar em inglês, afirmando ter em comum, “com a maior parte dos norte-americanos, [o fato de ser] um idiota linguístico”. Não só a língua, continuou Mills na sua introdução, seria uma barreira, mas o fato de “somente muito recentemente ter começado realmente a pensar nessa gama de questões [tratadas no seminário]. (...). Talvez isso se dê porque eu venho do que deve ser chamado de uma ‘sociedade superdesenvolvida’ [overdeveloped society]”⁹².

Numa carta escrita quando estava no Rio de Janeiro, Mills elaborou uma série de reflexões acerca do trabalho intelectual e do papel político que os intelectuais deveriam exercer ao elaborar análises e julgamentos dos acontecimentos sociais. Um dos elementos de destaque do trabalho intelectual seria um compromisso que transcenderia as fronteiras dos estados: “A vida intelectual, e por isso a vida produtiva de qualquer intelectual, não é confinada a nenhuma

⁹⁰ MILLS, C. W. A verdade sobre Cuba. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961, p. 9.

⁹¹ Os principais expositores tiveram suas intervenções publicadas no livro *Resistências à Mudança*, lançado em 1960 pelo CLAPCS, mas outros seis intelectuais fizeram intervenções na mesma sessão de debates. Foram eles: João Mendonça, Michel Debrun, Acacio Ferreira, Octavio Ianni, Juarez Brandão Lopes e Fernando Henrique Cardoso.

⁹² MILLS, C. Wright. “Remarks on the Problem of Industrial Development”. In: *Resistências à Mudança*. Rio de Janeiro: CLAPCS, 1960, p. 281. Na apresentação, Mills faz comparações entre o que chama de sociedades superdesenvolvidas e as sociedades subdesenvolvidas. Analisa os distintos modos de industrialização – o capitalista e o comunista – e faz ponderações sobre a relação não necessariamente simbiótica entre democracia e desenvolvimento, apontando a necessidade de que os latino-americanos encontrassem um caminho próprio – que não passasse nem pela experiência norte-americana nem soviética – para superar a condição de país subdesenvolvido. Sua fala gerou um intenso debate, recebendo várias críticas e pedidos de esclarecimento.

nação. As mentes dos intelectuais devem ser formadas por um processo essencialmente internacional, e seus trabalhos, essencialmente um trânsito internacional” (MILLS; MILLS, 2000, cap. 279 tradução minha)⁹³.

Charles Wright Mills nasceu em Waco, no estado do Texas, numa família de classe média de origem irlandesa e inglesa. Formou-se em 1939 em sociologia e filosofia pela Universidade do Texas e aos 23 anos foi para a Universidade de Wisconsin, onde, em 1942, obteve seu doutorado com tese intitulada *Sociological account of pragmatism: an essay on the sociology of knowledge* (MILLS; MILLS, 2000, p. 47). Em Wisconsin, Mills travou contato com Hans Heinrich Gerth, sociólogo alemão que havia se formado pela Universidade de Frankfurt e migrado para os Estados Unidos em 1938. Posteriormente passou a dar aulas no departamento de sociologia da Universidade de Meryland, onde se manteve até 1945, mas não perdeu o contato com Gerth, com que organizou, dentre outras obras, o livro *From Max Weber: essays in sociology* (1946), publicado pela Zahar Editores com o título *Ensaio de sociologia* (1967), com a revisão técnica assinada por Fernando Henrique Cardoso.

Em 1945 Mills foi para a Universidade de Columbia, onde viria a lecionar até seu falecimento em 1962. Trabalhou no *Bureau of Applied Social Research*, coordenado por Paul Lazarsfeld, e chegou a dirigir a Divisão de Pesquisas sobre Trabalho, onde obteve parte do material que viria a embasar seus livros sobre a sociedade norte-americana: *New men of power* (1948)⁹⁴, *White collar* (1951) e *The power elite* (1956), os dois últimos publicados pela Zahar Editores com os títulos traduzidos, respectivamente, como *A nova classe média* (1969) e *A elite do poder* (1962). As constantes viagens que passou a realizar para a Europa em meados da década de 1950 e a preocupação com o acirramento da Guerra Fria renderam o lançamento de *The causes of World War Three* (1957) – no Brasil, *As causas da próxima guerra mundial* (1961) -, livro que reunia artigos de intervenção política e se tornaria um grande sucesso de público, fazendo de Mills um intelectual reconhecido pelos leitores não-especializados, embora tenha lhe rendido, assim como ocorreu com Erich Fromm, uma série de críticas dos seus colegas

⁹³ Este trecho faz parte de uma carta de Mills endereçada a Tovarich - palavra russa que significa camarada. Durante alguns anos Mills escreveu uma série de “cartas” a este fictício amigo russo, com quem compartilhava suas reflexões sobre o trabalho intelectual, as diretrizes políticas das principais potências mundiais, dentre outros temas.

⁹⁴ Este é o único livro individual de Wright Mills que não foi publicado pela Zahar. Segundo a lista de obras publicadas por Mills que conta no livro organizado por suas filhas Kathryn e Pamela Mills (2000, p. 349), este livro não contou com tradução para nenhuma língua estrangeira. Na Argentina, revistas como *Pasado y Presente*, *Fichas*, *Los Libros*, *Antropología del Tercer Mundo* e editoras como a EUDEBA, CEAL, *Tiempo Contemporáneo* e *Siglo XXI* foram responsáveis por divulgar o pensamento crítico norte-americano, incluindo as obras de C. Wright Mills (GRISENDI, 2017).

universitários e membros das revistas de esquerda com as quais constantemente contribuía⁹⁵. Os livros que vieram em seguida, como o já citado *Listen yakee* e *The sociological imagination* (1959) – publicado no Brasil pela Zahar Editores com o título de *A imaginação sociológica* (1965)⁹⁶ - tiveram, todos, ampla repercussão e mantiveram Mills no foco dos debates públicos, sempre requisitado pelos meios de comunicação para dar entrevistas e declarações⁹⁷. Na sequência, publicados de forma póstuma, vieram *The marxists* (1962), manuscrito que Mills já havia concluído antes de falecer, e *Power, politics and people* (1965), compilação de textos organizada por Irving Louis Horowitz⁹⁸, traduzidos pela Zahar, respectivamente como *Os marxistas* (1968) e *Poder e política* (1965).

Todas as obras de C. Wright Mills publicadas pela Zahar podem ser conferidas na tabela 6.

⁹⁵ Para uma discussão sobre o papel de C. Wright Mills como intelectual público e as ciências sociais norte-americanas na segunda metade do século XX, ver Howard Brick (2011), Kevin Mattson (2002) e Daniel Geary (2008). Ainda no período em que estava em Maryland, Mills contribuiu de forma sistemática com a revista *New Leader*, dirigida por Daniel Bell, e depois veio a contribuir com a *Politics*, criada por Dwight Macdonald. Sobre as críticas que sofreu em decorrência do lançamento de *The Causes of World War Three*, ver, por exemplo, a crítica de Irving Howe, diretor da revista *Dissent*, que afirmou que o senso de urgência “levou o panfleto de Mills a uma análise descuidada e a um desequilíbrio moral. Muitas de suas propostas específicas são boas, muitas de suas observações específicas são válidas; mas o modo ou estilo de pensamento para o qual ele se inclinou recentemente me parece inaceitável para a esquerda democrática” (Howe, Irving (1959) apud MILLS; MILLS, 2000, p. 270, tradução minha).

⁹⁶ A tradução da Zahar, segundo relata Gilberto Velho (2010), que foi professor no curso de ciências sociais da UFRJ entre 1969 e 1974, era adotada por diversos cursos de antropologia, sociologia e ciência política.

⁹⁷ Em carta a Hans Gerth, pouco antes de ter seu primeiro ataque cardíaco, confessou ao amigo que estava vivendo sob constante pressão, tanto dos governos dos Estados Unidos quanto de Cuba, além de cumprir uma maratona de entrevistas para a imprensa (MILLS; MILLS, 2000, p. 320–321).

⁹⁸ Com a morte de Mills, Horowitz passou a ser responsável pela disseminação de suas ideias, organizando livros e negociando os direitos de tradução para línguas estrangeiras. Sobre isso, é interessante acompanhar as negociações que se estabeleceram entre Horowitz e Jorge Zahar para a publicação de *Power, Politics and People*. Em carta datada de 29 de junho de 1965, Horowitz fez uma série de queixas: o título em português – *Poder e Política* - foi alterado sem autorização; Horowitz não foi creditado como organizador do livro, mas simplesmente como autor da introdução; a data da publicação americana nos créditos estava errada; a obra original, que contava com cerca de 600 páginas, foi reduzida a 200, sem que Horowitz aprovasse a versão final (embora ele tenha concordado com uma versão reduzida); a introdução que havia sido escrita para a versão americana foi substituída pela introdução à edição brasileira, quando na verdade as duas deveriam ter saído juntas (Carta de Horowitz a Jorge Zahar no dia 26 de janeiro de 1967. Disponível em: <https://digital.libraries.psu.edu/digital/collection/transaction/id/26518/rec/1>. Último acesso no dia 3 de janeiro de 2019). No desdobramento do caso, que pode ser acompanhado nas diversas cartas de Horowitz disponíveis na Digital Collections da Pennsylvania State University Libraries, chegou-se a um entendimento: a Zahar Editores recolheu as edições postas à venda e fez uma nova edição do livro com as alterações sugeridas pelo organizador – embora o título, em comum acordo, tenha se mantido o mesmo.

Tabela 6 - Livros e capítulos de C. Wright Mills publicados pela Zahar Editores

| Título | Ano da 1ª edição | Total de edições |
|--|-------------------------|-------------------------|
| A verdade sobre Cuba | 1961 | 2 |
| As causas da próxima Guerra Mundial | 1962 | 1 |
| A elite do poder | 1962 | 4 |
| Poder e política | 1965 | 1 |
| A imaginação sociológica | 1965 | 6 |
| Weber, Max. Ensaio de Sociologia. Organização de C. Wright Mills e Hans H. Gerth | 1967 | 5 |
| “Consequências metodológicas da sociologia do conhecimento”, capítulo do livro <i>Sociologia do conhecimento</i> | 1967 | 2 |
| Os marxistas | 1968 | 1 |
| A nova classe média (white collar) | 1969 | 3 |

Fonte: O autor, 2019.

Em 1960 C. Wright Mills publicou na revista britânica *New Left Review* – um dos principais berços do que ficou conhecido como a Nova Esquerda - um artigo intitulado *Carta para a Nova Esquerda*⁹⁹. Trata-se de uma crítica à ideia corrente de “fim da ideologia” e uma avaliação dos movimentos de esquerda que começavam a crescer por todo o mundo, liderados, na maioria das vezes, por estudantes e jovens intelectuais. Questiona, no texto, o papel dado pelo marxismo tradicional – que ironicamente chama de Marxismo Vitoriano (*Victorian Marxism*) -, à agência revolucionária da classe trabalhadora, apontando os novos atores que vinham surgindo em países como a Turquia, Coreia do Sul, Cuba, Taiwan, Reino Unido, Japão etc., como capazes de promover mudanças realmente significativas, legitimando a ideia de que os estudantes poderiam se conformar como agentes fundamentais da transformação social (GEARY, 2009)¹⁰⁰.

O vínculo de Mills com o pragmatismo norte-americano e sua crítica ao que considerava apatia e conservadorismo de grande parte dos intelectuais o levou à defesa de uma democracia

⁹⁹ Trata-se do artigo “Letter to the New Left”. *New Left Review*. No. 5 (setembro-outubro, 1960), pp. 18-23. O texto está disponível na coletânea organizada por Irving L. Horowitz (MILLS, 1963).

¹⁰⁰ Logo em seguida o texto foi republicado pela revista *Studies on the Left* e como panfleto por organizações como a Estudantes por uma Sociedade Democrática (Students for a Democratic Society – SDS). Como argumenta Daniel Geary (2009), “a origem do termo Nova Esquerda revela as interconexões internacionais do movimento. Marxistas britânicos associados à *New Left Review* tomaram emprestado o termo de um grupo de intelectuais franceses não comunistas na chamada *nouvelle gauche* [nova esquerda, em francês], um grupo identificado com a busca por alternativas socialistas que estivessem além do comunismo soviético e do capitalismo americano. O uso de Mills da expressão em sua *Carta* teve um papel crucial na sua adoção nos Estados Unidos” (2009, p. 181–182, tradução minha).

radical, apontando como um dos problemas fundamentais o contexto de Guerra Fria, cuja perseguição ao comunismo nos Estados Unidos impedia a realização do necessário debate sobre política doméstica.

(...) começou a se verificar um renascimento da autoconfiança e do pensamento crítico no decênio de 1950, desta vez não entre os filósofos ou historiadores, mas entre os cientistas sociais e, particularmente, entre os sociólogos. A principal figura desse movimento foi C. Wright Mills. (...). Seu principal objetivo, como ele frequentemente dizia, era fazer reviver uma tradição clássica, predominantemente europeia, de pensamento sociológico, que tinha sido fundada, basicamente, por Marx e Max Weber, e que estudava grandes problemas sociais e históricos (BOTTOMORE, 1970, p. 51).

Uma das primeiras causas em relação à qual Mills tomou parte foi nos protestos contra o Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara dos Deputados (*House Un-American Activities Committee* – HUAC), criado em 1938 para investigar supostas atividades subversivas, órgão parecido ao criado por Joseph MaCarthy no senado. Outro movimento do qual foi um entusiasta foi o Comitê Nacional para uma Política Nuclear Sensata (*National Committee for a Sane Nuclear Policy* - SANE), que se desenvolveu no seio dos movimentos pacifistas no final dos anos 1950. Esse movimento tinha o potencial – era o que Mills acreditava - de introduzir o país num socialismo democrático e de levar os Estados Unidos a reavaliar sua política externa em relação aos países do então chamado Terceiro Mundo (MATTSON, 2002).

O contato de Mills com a Nova Esquerda britânica - que se deu partir da interlocução com alguns intelectuais importantes tais como Ralph Miliband, E. P. Thompson, Stuart Hall, T. B. Bottomore, Norman Birnbaum, dentre outros -, teve grande influência no que ele projetava para os movimentos que passavam a crescer nos Estados Unidos. Vários dos autores britânicos com os quais Mills teve interlocução foram também publicados pela Zahar Editores. Dentre eles tiveram destaque *O estado na sociedade capitalista* (1972) e *Marxismo e política* (1979), ambos de Ralph Miliband; *A miséria da teoria* (1981), de E. P. Thompson; e vários livros de T. B. Bottomore: *Introdução à sociologia* (1965) – que teve nove edições no total -, *As classes na sociedade moderna* (1968), *Críticos da sociedade* (1970), *A sociologia como crítica social* (1976), *Sociologia política* (1981), além do volume organizado por ele intitulado *Karl Marx* (1981), com artigos de Joseph Schumpeter; Stanislaw Ossowski; Gyorgy Lukacs, Ralf Miliband, dentre outros.

Um ataque cardíaco fatal em 1962, entretanto, impossibilitou Mills de acompanhar os desdobramentos do movimento do qual era grande entusiasta. O ano de 1968 viria a ficar marcado por uma série de protestos em todo o mundo, tendo o pensamento de Mills grande influência entre os jovens engajados nas manifestações, embora o nome de um outro autor, Herbert Marcuse, passasse a ganhar maior destaque.

Envolvidos nos esforços contra a guerra do Vietnam, contra o uso de armas nucleares e, principalmente, engajados na luta pelos direitos civis, os jovens norte-americanos e europeus da emergente Nova Esquerda proclamavam alguns nomes como fontes tradicionais de inspiração: Marx, Lenin, Bakurin, Georges Sorel e Breton, ou novas figuras, em geral associadas aos movimentos de liberação do chamado Terceiro Mundo, como Fidel Castro, Che Guevara, Mao Tsé-Tung, Ho Chi Minh e Franz Fanon. Uma exceção entre esses nomes era o do filósofo Herbert Marcuse. Oriundo da Escola de Frankfurt, tornou-se conhecido por estabelecer em seus textos reflexões críticas às sociedades modernas, que levavam em conta pensadores como Marx e Freud, além de uma grande influência da crítica à razão instrumental promovida pelos seus colegas na Escola de Frankfurt Horkheimer e Adorno - embora mantivesse o papel da utopia nos seus escritos, à diferença dos seus colegas frankfurtianos. Marcuse foi alçado pela imprensa como o “guru” dos novos movimentos de contestação (WHEATLAND, 2009) e seu nome passou a ser associado a uma espécie de liderança intelectual, embora passasse também a contar com uma série de deturpações do seu pensamento (KONDER, 1998).

A repercussão que o nome de Marcuse passou a ter na imprensa brasileira refletia o papel de destaque que alcançava nos meios de comunicação norte-americanos e franceses: “nos últimos meses o nome de um filósofo alemão [Herbert Marcuse] começou a ser citado por jornais e revistas como o mentor ideológico dos violentos movimentos de reivindicações dos estudantes europeus e americanos”¹⁰¹. O mercado editorial brasileiro respondeu rápido ao súbito interesse pela obra de Marcuse. Do autor, a Zahar Editores publicou *Eros e Civilização* (1968), *Ideologia da Sociedade Industrial*¹⁰² (1968), *Crítica da Tolerância Pura* (1970) - livro que reúne artigos de Marcuse, Robert Paul Wolf e Barrington Moore Jr. -, *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade* (1972) e *Contra-Revolução e revolta* (1973).

¹⁰¹ Jornal do Brasil, Cadernos B, 17 de maio de 1968, p. 5

¹⁰² O título original em inglês é *One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society* (1964).

Outras editoras também aproveitaram o movimento: *Materialismo histórico e existência* (1968) foi publicado pela editora Tempo Brasileiro; *O marxismo soviético* (1968) e *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social* (1969) pela editora Saga; e *O fim da utopia* (1969), pela Paz e Terra. A grande quantidade de obras – foram nove em cinco anos – atesta o súbito interesse do mercado editorial brasileiro pelas obras do filósofo, cuja recepção se deu marcadamente vinculada aos movimentos de protesto de jovens estudantes.

É de se notar, dessa forma, a centralidade do pensamento crítico norte-americano, seja por meio dos imigrantes alemães que estabeleceram carreira no país, seja por meio de intelectuais locais que passaram a escrever sobre temas de interesse externo. O fato é que os Estados Unidos, nesse momento, serviram de referência no estabelecimento de uma política editorial de traduções para a Zahar Editores.

3.5 Considerações finais

Este capítulo empreendeu uma análise da política editorial da Zahar Editores nos primeiros anos de seu funcionamento, entre 1957 e 1965, marcada sobretudo pela tradução de obras estrangeiras, principalmente de autores norte-americanos e europeus. O contexto de efervescência política do final dos anos 1950 até meados dos anos 1960 foi uma das marcas fundamentais das obras escolhidas, assim como a opção por manuais e livros monográficos voltados aos estudantes de cursos universitários como os de ciências sociais, economia, administração e história. O estabelecimento de uma política editorial de tradução de obras clássicas estrangeiras voltadas para estudantes universitários permitiu à Jorge Zahar se esquivar da dificuldade inicial em estabelecer vínculos firmes com os novos membros da elite intelectual nacional. Passada esta etapa inicial, a Zahar Editores conseguiu se firmar no campo editorial e atrair para o seu catálogo importantes autores nacionais.

4 A COLEÇÃO TEXTOS BÁSICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS, A REFORMA UNIVERSITÁRIA E O RECRUDESCIMENTO DO SISTEMA REPRESSIVO (1966-1973)

Zahar teve um papel importante na circulação de ideias e na difusão das obras de ciências sociais no país. Principalmente no regime militar, quando o governo exercia vigilância muito estreita nesta área. Quando Ênio Silveira foi reprimido, Zahar ficou como a última resistência

Celso Furtado¹⁰³

A segunda metade da década de 1960 foi o período em que se firmou o novo direcionamento dado ao estado brasileiro depois de estabelecido o golpe militar em 1964. Os momentos iniciais de indefinição do regime militar foram então substituídos pela execução de projetos de modernização da administração pública, tendo como um dos elementos mais significativos a expansão do sistema de pós-graduação no país. Esse processo, entretanto, seria acompanhado pelo crescimento do aparato repressivo que alcançou seu auge em 1968 com o decreto do Ato Institucional n. 5. Na Zahar Editores, este período foi marcado pela criação da coleção *Textos Básicos de Ciências Sociais*, pela maior presença de autores nacionais no catálogo da editora - destacando-se o debate crítico sobre as teorias da modernização - e pela imposição de uma autocensura, entendida por Jorge Zahar como necessária ao prosseguimento de suas atividades editoriais em meio à repressão exercida pelo estado brasileiro.

¹⁰³ Depoimentos sobre Jorge Zahar <<https://zahar.com.br/expojorgezahar/>>. Acesso no dia 2 de fevereiro de 2019.

4.1 A coleção *Textos Básicos de Ciências Sociais*

Em 1966 a Zahar Editores iniciou a publicação da coleção *Textos Básicos de Ciências Sociais* (TBCS) com a direção de Otávio Guilherme Velho, Moacir Palmeira e Antonio Roberto Bertelli. A coleção lançou, até 1975, 28 livros com textos dos mais importantes cientistas sociais estrangeiros e nacionais. Vários volumes foram adotados nos cursos de graduação e pós-graduação por todo o país e tiveram diversas reedições.

Otávio Guilherme Velho era ainda um jovem estudante de graduação quando, introduzido no cotidiano da editora pelo pai, Octávio Alves Velho - que havia sido o tradutor do primeiro livro da Zahar, o *Manual da Sociologia* (1957), e, desde então, mantinha-se como um dos principais tradutores vinculados à editora -, passou a realizar trabalhos para Jorge Zahar: fez a revisão técnica da tradução de Waltensir Dutra para o livro *A Elite do Poder* (1962) de C. Wright Mills, e a tradução do livro *As Elites e a Sociedade* (1965), de Tom Bottomore. Matriculado no curso Sociologia e Política da PUC-RJ em 1961, Otávio se juntou a seu colega de turma, o alagoano radicado no Rio de Janeiro Moacir Palmeira, filho do senador Ruy Palmeira, e a Antonio Roberto Bertelli, aluno do curso de Sociologia da Universidade de Minas Gerais que passava uma temporada no Rio de Janeiro por sofrer perseguição na capital mineira decorrente de suas participações políticas no PCB.

A inspiração para a criação da coleção veio da percepção de que era difícil o acesso às obras fundamentais para formação dos alunos de graduação¹⁰⁴. A universidade brasileira estava em expansão no período e os cursos de ciências sociais acompanhavam o ritmo ascendente. No Rio de Janeiro, a Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1939, passou a ser acompanhada pelo curso de Sociologia e Política da PUC-RJ, criado em 1958. Otávio Guilherme Velho, que era aluno da PUC, tornou-se também dirigente da sessão de estudantes de ciências sociais da União Nacional dos Estudantes (UNE) e passou a estabelecer contatos com militantes estudantis em todo o país. Foi ao participar em 1962 do II Congresso Brasileiro de Sociologia, em Belo Horizonte, que teve acesso a uma série de apostilas mimeografadas organizadas pelo pessoal do curso de Sociologia e Política da Universidade de Minas Gerais, uma das inspirações para a criação da coleção¹⁰⁵. O curso havia sido criado em 1953 no seio da Faculdade de Economia.

¹⁰⁴ Entrevistas com Otávio Guilherme Velho e Moacir Palmeira.

¹⁰⁵ Entrevista com Otávio Guilherme Velho.

Sua estrutura de ensino, que contava com bolsas para que os estudantes pudessem se dedicar exclusivamente às atividades universitárias e dupla vinculação aos jovens professores, que atuavam como docentes e pesquisadores, era uma inovação na época. A distribuição disciplinar do curso estava muito mais voltada para a área do direito e da administração pública, embora, com o tempo, passasse cada vez mais a se aproximar das estruturas de ensino de ciências sociais das faculdades de filosofia (ARRUDA, 1989). A organização das apostilas mimeografadas serviam para circulação interna entre os alunos do curso mineiro, mas começou a chamar a atenção também de estudantes de outras cidades.

Uma ideia parecida às apostilas mimeografadas, embora com outra dimensão em termos de aparato editorial, foi o livro organizado por Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni *Homem e sociedade* (1960), para a série de Ciências Sociais coordenada por Florestan Fernandes como parte da coleção *Biblioteca Universitária* da Companhia Editora Nacional. Na introdução da obra os organizadores deixam clara a proposta: “preencher uma velha necessidade do ensino de sociologia no nível introdutório”. E continuam a explicação:

Por essa razão, guiamos nossa escolha tendo em vista um conjunto de problemas essencial que devem ser esclarecidos em qualquer curso de iniciação em nível superior. As leituras capazes de cumprir esta função precisavam ser relativamente simples e claras, sem, entretanto, desfigurar a matéria e faltar com precisão necessária à ciência. (...).

Estamos persuadidos da necessidade da radicação completa no Brasil do procedimento científico no trato dos problemas da sociedade. Para isto a formação de pessoal capaz de produzir e consumir a ciência é primordial. Uma das barreiras centrais, tanto para a preparação de professores de sociologia e de especialistas na matéria, como para o ensino de sociologia no curso normal e nos cursos superiores que exibem rudimentos desta disciplina, é a dificuldade de acesso à bibliografia especializada. Esta dificuldade decorre de que os textos básicos desta disciplina na sua maioria não foram escritos em português, o que impõe o conhecimento de outras línguas como condição prévia para o aprendizado de sociologia. Além disso, mesmo para os que lêem outras línguas (...), persiste a dificuldade, pois a quantidade de volumes de sociologia já esgotados editados no exterior e existentes no Brasil é pequena. Impõe-se, portanto, incrementar as traduções.

Entretanto, estamos convencidos, também, de que esta solução é provisória: o essencial está no incentivo à produção original de trabalhos científicos e de divulgação. Nada justifica, senão o atraso cultural ainda vigente em nosso meio, que a iniciação e o treinamento elementar numa disciplina qualquer tenha que ser feitos através de traduções¹⁰⁶.

¹⁰⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. IANNI, Octavio. *Homem e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, pp. 1-2.

O livro foi dividido em três partes: os sistemas sociais, a interação social e os processos de interação social. O único autor brasileiro a contribuir com texto no livro, além da introdução escrita pelos organizadores, é Florestan Fernandes, que assina o primeiro texto da compilação intitulado “Conceito de sociologia”. Na sequência são publicados textos de autores como Raymond Firth, Talcott Parsons, Florian Znaniecki, Ferdinand Tönnies, Georg Simmel, Karl Mannheim, Edward Sapir, Leslie White, Georges Gurvitch, Pitirim Sorokin, Karl Marx, dentre outros.

Foi, portanto, tomando como fontes de inspiração as apostilas mimeografadas que circulavam entre os alunos do curso de Sociologia da Universidade de Minas Gerais e o livro organizado por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni para a Companhia Editora Nacional que Otavio Guilherme Velho, Moacir Palmeira e Antonio Bertelli elaboraram, em 1964, a proposta de criação da coleção *Textos Básicos em Ciências Sociais* para a Zahar Editores. A coleção teve início em 1966 com a publicação de quatro livros: *Sociologia da burocracia*, com a organização de Edmundo Campos Coelho, *Estrutura de classes e estratificação social*, com a organização dos próprios coordenadores da coleção, *Sociologia política*, com organização de Amaury de Souza e *Sociologia da arte, vol. 1*, com a coordenação de Gilberto Velho.

Figura 4 - Anúncio da coleção Textos Básicos de Ciências Sociais

novos lançamentos ZAHAR

Cr\$ 3.000
cada volume

1 SOCIOLOGIA DA ARTE (Organização e Introdução de Gilberto Velho)
Textos de: Fisher, Duvignaud, Hauser, Lukács, Goldman e Robba-Grillet.

2 SOCIOLOGIA DA BUROCRACIA (Organização e Introdução de Edmundo Campos)
Textos de: Weber, Hall, Udy, Gouldner, Terrien, Mills, Michels, Merton e outros.

3 SOCIOLOGIA POLÍTICA (Organização e Introdução de Amaury de Souza)
Textos de: Marx, Weber, Mosca, Pareto e Michels.

4 ESTRUTURA DE CLASSES E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL (Organização e Introdução de Antonio Bertelli, Moacir Palmeira e Otávio Guilherme Velho)
Textos de: Lukács, Weber, Sorokin, Gurvitch, Davis e outros.

TEXTOS BÁSICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

“Um dos fatos mais importantes ocorridos no Brasil nos últimos anos foi a tomada de consciência de nosso estado de subdesenvolvimento e da necessidade e possibilidade de superá-lo”.

Partindo dessa premissa básica, os organizadores destes “Textos Básicos” - Antonio Roberto Bertelli, Moacir Palmeira e Otávio Guilherme Velho - se propõem a: “primeiro, permitir aos que estudam as várias disciplinas das Ciências Sociais o acesso fácil a textos fundamentais nos respectivos campos e, segundo, a selecionar esses textos exclusivamente à base de sua importância e representatividade, independentemente da corrente científica, filosófica ou política a que se filiam seus autores”.

Por seu caráter didático, os “Textos Básicos de Ciências Sociais” são leitura obrigatória para todo interessado em melhor conhecer e analisar a realidade brasileira.

★ No prelo:
Sociologia do Conhecimento (textos de Mannheim, Merton e Wright Mills) e Sociologia do Desenvolvimento (textos de Hagen, Hosselitz, Lammert, Stavenhagen e outros).

Fonte: Jornal do Brasil, 17 de setembro de 1966, Suplemento do Livro, p. 5

A análise dos textos e autores publicados nos primeiros quatro volumes da coleção dá uma ideia da proposta do recém-lançado projeto. O *Sociologia da burocracia* contou com a publicação de “Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal”, de Max Weber, seguido por textos de diversos autores como Richard Hall, Stanley H. Udy Jr., Alvin W. Gouldner, F. W. Terrien, Donald L. Mills, Shmuel Eisenstadt, Philip Selznick, Robert Michels, Robert King Merton e Peter Blau. O volume está centrado na reflexão weberiana sobre a burocracia e apresenta reflexões sobre a estrutura das organizações sociais e sua implicação em diversas esferas da vida, tais como os partidos políticos. Este volume chegou, nos anos subsequentes, ao total de quatro edições. O organizador do livro, Edmundo Campos Coelho, havia sido aluno no curso de Sociologia e Política da Universidade de Minas Gerais e ocupava então o posto de professor assistente da mesma instituição, de onde sairia em 1969 para integrar o recém-fundado Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Sobre o caráter inédito dessa coletânea, Renan Springer de Freitas chama a atenção para o fato de que, no Brasil, Edmundo, com o livro organizado e publicado pela Zahar Editores, “foi o primeiro a chamar a atenção para a importância da teoria organizacional” (FREITAS, 2001).

Estrutura de classes e estratificação social (1966), que teve a coordenação dos diretores da coleção, disponibilizou ao público brasileiro traduções de textos como “A consciência de classe”, de Gyorgy Lukacs; “Classe, status e partido”, de Max Weber; “O que é uma classe social?”, de Pitirim A. Sorokin; “Definição do conceito de classes sociais”, de Georges D. Gurvitch; “Alguns princípios de estratificação”, de Kingsley Davis e Wilbert E. Moore e “Estratificação social e estrutura de classe: um ensaio de interpretação”, de Rodolfo Stavenhagen. Esse foi o volume de maior sucesso da coleção, tendo chegado a sua nona edição em 1981. É de se destacar, para além dos autores que já se haviam consagrado no cânone das ciências sociais, como nos casos de Gyorgy Lukacs e Max Weber, a presença de Rodolfo Stavenhagen, cujo título do artigo serviu como base para o nome do livro.

Otávio Guilherme Velho e Moacir Palmeira haviam sido alunos de Rodolfo Stavenhagen no curso de Sociologia e Política da PUC-RJ no período em que o sociólogo mexicano viveu no Rio de Janeiro. Manuel Diégues Jr., que também era professor da PUC-RJ, substituiu Luiz Aguiar da Costa Pinto na direção do Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (CLAPCS) e convidou Stavenhagen para assumir a secretaria geral da instituição, cargo que ocupou entre 1962 e 1965. O período em que esteve no Brasil foi bastante profícuo em termos da configuração de uma rede de intelectuais latino-americanos interessados em compreender aspectos relacionados à região e ao desenvolvimento de um conceito fundamental como o de colonialismo interno (BRINGEL, 2017). O artigo que Stavenhagen publicou na coleção da Zahar havia sido originalmente publicado em 1962 na revista *Ciencias Políticas y Sociales* da UNAM com o título “Estratificación social y estructura de clases (un ensayo de interpretación)”, antes, portanto, da publicação da sua tese, defendida em 1958, mas só publicada em 1965 pela editora Siglo XXI. A tradução ficou por conta de Maria da Glória Ribeiro da Silva e Moacir Palmeira e a publicação no livro *Estrutura de classes e estratificação social* possibilitou, portanto, mesmo antes da publicação do livro de Stavenhagen, que a sua discussão sobre classes sociais e relações interétnicas alcançasse um público amplo de estudantes e pesquisadores brasileiros.

Amaury de Souza, formado no curso de Sociologia e Política da Universidade de Minas Gerais, foi o organizador do terceiro livro da coleção, *Sociologia Política*. O volume contou com textos de Karl Marx, “Sociologia política”, Max Weber, “Dominação tradicional”, Gaetano Mosta, “A classe dirigente”, Vilfredo Pareto, “As elites e o uso da força na sociedade”, Robert Michels, “A lei de ferro da oligarquia” e dois textos de Robert Michels, “A base conservadora da organização” e “O sindicalismo como profilático”.

A quarta publicação do ano de 1966 na coleção foi o livro *Sociologia da arte*, que viria a contar ainda com mais três volumes. A compilação foi realizada por Gilberto Velho, que era o irmão mais novo de Otávio Guilherme Velho e havia entrado há pouco tempo no curso de ciências sociais da Faculdade Nacional da Filosofia. Interessado no tema da arte como fenômeno social, agregou ao volume alguns textos fundamentais da área: “A função da arte”, de Ernst Fischer, “Problemas de sociología da arte”, de Jean Duvignaud, “Condicionamentos e Significação histórico-filosófica do romance”, de Gyorgy Lukacs, “O Nouveau Roman e a Realidade”, de Lucien Goldmann, e “Natureza, humanismo, tragédia”, de Alain Robbe-Grillet.

A recepção da coleção foi bastante positiva, tanto em termos de aceitação do público universitário quanto de vendas. Nos anos seguintes a coleção lançou mais 23 títulos, cujos títulos, organizadores e autores podem ser conferidos na tabela 7. Além de contribuir com debates fundamentais para as ciências sociais - como a relação entre sociedade e estado, política e desenvolvimento, a teoria das organizações sociais, arte, juventude, conhecimento, metrópoles urbanas, direito, as práticas científicas, a discussão sobre dialética nas ciências sociais e a introdução ao método estruturalista então em voga, dentre outros tópicos que passariam a ter desdobramentos diversos -, a coleção deu oportunidade para que jovens intelectuais tivessem suas primeiras experiências editoriais, já que a maior parte dos organizadores dos volumes publicados na coleção *Textos Básicos de Ciências Sociais* era de estudantes ou jovens recém-formados nas faculdades de ciências sociais. Fato notável também foi a inserção de intelectuais latino-americanos junto aos autores norte-americanos e europeus, diferente do que acontecia com a publicação de livros em uma coleção como a *Biblioteca de Ciências Sociais*. Foi assim que se abriu espaço na Zahar Editores para a contribuição de autores como Rodolfo Stavenhagen, Lucio Mendieta Y Nuñez, José Medina Echevarría, Otávio Ianni, Glaucio Ary Dillon Soares, Luiz Pereira, Gino Germani, Jorge Graciarena, Neuma Aguiar, Pablo González Casanova e Lúcia Pinheiro Machado.

Foi a partir dessa coleção que a Zahar Editores passou a contar com a interlocução mais sistemática de intelectuais brasileiros. As publicações nacionais do período inicial da editora foram quase insignificantes se comparadas às traduções de obras estrangeiras, como se viu no capítulo 3. Neste momento, entretanto, estabeleceu-se contato com jovens intelectuais que, apesar de estarem nos momentos iniciais de suas carreiras, viriam a ocupar posições de destaque nas ciências sociais nacionais. Grande parte dos intelectuais tinha tido formação inicial ou passado longas temporadas no Rio de Janeiro, como foi o caso de Otávio Guilherme Velho, Moacir Palmeira, Gilberto Velho, Wanderley Guilherme dos Santos, Sulamita de Britto, Carlos

Henrique Escobar, Maria Stella Amorim¹⁰⁷, Roque de Barros Laraia¹⁰⁸ e Neuma Aguiar. Minas Gerais e São Paulo eram os locais de formação ou atuação da menor parte dos colaboradores, sendo Antônio Bertelli, Edmundo Campos Coelho, Amaury de Souza e Fábio Lucas de Minas Gerais e José Carlos Garcia Durand, Luiz Pereira e Maria Isaura Pereira de Queiroz de São Paulo.

Dessa forma, Jorge Zahar passou a ter um leque mais amplo de jovens intelectuais com os quais contar, solicitando pareceres sobre possíveis obras a serem publicadas e recebendo sugestões de títulos. Poucos anos depois de iniciada a coleção, Antonio Bertelli se mudou para São Paulo e passou a trabalhar com diversas editoras na capital paulista¹⁰⁹. Moacir Palmeira conseguiu uma bolsa de estudos e, em 1966, foi para a França realizar seu doutorado na Universidade René Descartes. Otávio Guilherme Velho foi quem se manteve por mais tempo atuante na coleção, vindo a assinar sozinho como diretor os últimos volumes. Outros fatores contribuíram, entretanto, para um afastamento de Otávio em relação à editora. Em 1970, com uma bolsa da Fundação Ford, Otávio foi para a Inglaterra onde realizou seu doutorado na Universidade de Manchester. Além da distância e dos desdobramentos de outras demandas profissionais, o convite realizado por Fernando Henrique Cardoso para que Otávio publicasse a sua tese na coleção *Corpo e Alma do Brasil*, da Difusão Europeia do Livro, parece ter esfriado a relação com a editora. O convite surgiu a partir de uma apresentação que Otávio fez da sua pesquisa de tese no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e a publicação do livro *Capitalismo autoritário e campesinato* ocorreu em 1976. Otávio ainda viria a organizar uma nova coleção para a Zahar, a *Agricultura e Sociedade*, nos anos 1980, junto a Bernardo Sorj, embora não tivesse a mesma presença que teve no início da editora. Esse lugar seria ocupado pelo seu irmão mais novo, Gilberto Velho, que se tornou o grande colaborador da editora nos anos 1970 e 1980, momento em que a editora vai passar a publicar também teses e

¹⁰⁷ Stella Amorim era professora de ciência política na FNFi e pesquisadora no Instituto de Ciências Sociais (ICS), instituição voltada exclusivamente à pesquisa e também vinculada à Universidade do Brasil. Foi por um convite de Stella que o então estudante de ciências sociais da FNFi Gilberto Velho foi participar, em 1966, da pesquisa coordenada por Maurício Vinhas de Queiroz, intitulada Estrutura e Função dos Grupos Econômicos no Brasil, no ICS (TRINDADE, 2012, p. 304).

¹⁰⁸ A formação inicial de Roque de Barros Laraia foi como historiador na Universidade de Minas Gerais em 1959, mas sua transferência para o Rio de Janeiro em 1960, onde participou da primeira turma o curso de Especialização em Teoria e Pesquisa em Antropologia Social do Museu Nacional está intimamente relacionado ao tema do livro por ele organizado para a Zahar Editores. No mesmo ano de lançamento do livro, 1969, ele iria para a Universidade de Brasília, onde veio a dirigir o Instituto de Ciências Humanas.

¹⁰⁹ A partir da sua atuação no mercado editorial, escreveu um pequeno ensaio sobre a edição de ciências sociais no Brasil, cf.: Bertelli (2011).

dissertações defendidas nos programas de pós-graduação que passavam por um processo de expansão, como será analisado no capítulo 5.

Tabela 7 - Livros da coleção Textos Básicos de Ciências Sociais (continua)

| Título | Organizador | Autores | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|--|--|----------------------|--------------------------------|
| Sociologia política | Amaury de Souza | Karl Marx, Max Weber, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Robert Michels, Robert Michels, Robert Michels | 1966 | 1 |
| Sociologia da burocracia | Edmundo Campos | Max Weber, Richard H. Hall, Stanley H. Udy Jr., Alvin W. Gouldner, F. W Terrien e Donald L. Mills, Terence K. Hopkins, S. N. Eisenstadt, Philip Selznick, Robert Michels, Robert King Merton, Peter Blau | 1966 | 4 |
| Sociologia da arte I | Gilberto Velho | Ernst Fischer, Jean Duvignaud, Arnold Hauser, Gyorgy Lukacs, Lucien Goldmann, Alain Robbe-Grillet | 1966 | 2 |
| Estrutura de classes e estratificação social | Otávio Guilherme Velho; Moacir G. S. Palmeira; Antônio R. Bertelli | Gyorgy Lukacs, Max Weber, Pitrim A. Sorokin, Georges D. Gurvitch, Kingsley Davis e Wilbert E. Moore, Rodolfo Stavenhagen | 1966 | 9 |
| O método estruturalista | Carlos Henrique Escobar | Luc De Heusch, Lucien Sebag, Roland Barthès, Claude Lefort, Henri Lefebvre, Claude Lévi-Strauss | 1967 | 1 |
| Sociologia da arte, II | Gilberto Velho | Pierre Francastel, Roger Bastide, Lucio Mendieta Y Nuñez, Rene Wellek e Austin Warren, Albert Memmi, Joffre Dumazedier | 1967 | 1 |

Tabela 7 - Livros da coleção Textos Básicos de Ciências Sociais (continuação)

| Título | Organizador | Autores | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|--|--|----------------------|--------------------------------|
| Sociologia da arte, III | Gilberto Velho | Herbert Read, Pierre Francastel, Bertolt Brecht | 1967 | 1 |
| Sociologia do desenvolvimento | José Carlos Garcia Durand | François Perroux, Everett Hagen, Bert Hoselitz, Jacques Lambert, José Medina Echevarría, Peter Heintz, Rodolfo Stavenhagen | 1967 | 2 |
| O fenômeno urbano | Otávio Guilherme Velho | Gerog Simmel, Robert Ezra Park, Max Weber, Louis Wirth, P. H. Chombart de Lauwe | 1967 | 4 |
| Sociologia do conhecimento | Otávio Guilherme Velho; Moacir G. S. Palmeira; Antônio R. Bertelli | Karl Mannheim, Robert King Merton, C. Wright Mills | 1967 | 2 |
| Dialética e ciências sociais | Wanderley Guilherme dos Santos | Louis Althusser, Stanislaw Ossowski, Athanase Joja, Jean-François Le Ny | 1967 | 1 |
| Desenvolvimento, trabalho e educação | Luiz Pereira | José Medina Echevarría, Paul A. Baran, Theodore W. Schultz, Ricardo Cibotti, W. Arthur Lewis, Hla Myint, Frederick H. Harbison, Italo Bologna, OIT, CEPAL | 1968 | 2 |
| Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje | Sulamita de Britto | Karl Marx, R. E. Grinder e CH. E. Strickland, Andreas Flitner, Karl Mannheim, A. B. Hollingshead, Jean Stoetzel, L. Rosenmayr, José Medina Echevarría, Edmundo Sustaita, Otávio Ianni, Glaucio Ary Dillon Soares | 1968 | 1 |

Tabela 7 - Livros da coleção Textos Básicos de Ciências Sociais (continuação)

| Título | Organizador | Autores | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|--------------------|---|----------------------|--------------------------------|
| Sociologia da Juventude II: para uma sociologia diferencial | Sulamita de Britto | Walter Jaide Allison Davis, D. Gottlieb e J. Reeves, Jacques Guigou, E. T. Keil, D. S. Riddell e S. R. Green, J. Habermas, L. V. Friedburg, CH. Oehler, F. Weitz, Seymour Martin Lipset | 1968 | 1 |
| Sociologia da Juventude III | Sulamita de Britto | André Varagnac; Margaret Mead, René Fau, Talcott Parsons, David Matza, Hans Heinrich Muchow, Georges Lapassade, S. Valitutti; A. K. Cohen | 1968 | 1 |
| Sociologia da Juventude IV | Sulamita de Britto | S. N. Eisenstadt, Leon Trotsky, Seymour Martin Lipset, Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, Antoine Griset, Marx Kravetz, Paul Goodman, Nathan Glazer | 1968 | 1 |
| Economia e Ciências Sociais | Fábio Lucas | Edwin R. A. Seligman, Arnold J. Toynbee, Joseph Schumpeter, Thorstein Veblen, Werner Sombart, Peter Kropotkin, V. L. Lênin, John M. Keynes, Jean Marchal, Arthur Spiethoff, Paul Baran | 1969 | 1 |
| Sociologia da Arte IV | Gilberto Velho | Walter Benjamin, Theodor W. Adorno, Lucien Goldmann | 1969 | 1 |
| Urbanização e subdesenvolvimento | Luiz Pereira | André Gunder Frank, CEPAL, Luiz Pereira, Gino Germani, Jorge Graciarena | 1969 | 4 |

Tabela 7 - Livros da coleção Textos Básicos de Ciências Sociais (continuação)

| Título | Organizador | Autores | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|------------------------|--|----------------------|--------------------------------|
| Subdesenvolvimento e desenvolvimento | Luiz Pereira | Luiz Pereira, H. C. Wallich, Charles Bettelheim Alan Touraine, Herbert Blumer, Robert King Merton, Frantz Fanon, W. A. Lewis, Wilbert E. Moore, Alfa C. Chiang, W. A. Lewis, Ragnar Nurske, Francisco Zamora | 1969 | 3 |
| Sociologia Política, II | Maria Stella de Amorim | Autores não identificados | 1970 | 1 |
| Antropologia do Direito | Shelton H. Davis | Max Gluckman, Paul Bohannan, Paul Bohannan, E. R. Leach, Conrad Arensberg e Solon Kimball | 1973 | 1 |
| A crítica da Ciência: sociologia e ideologia da ciência | Jorge Dias de Deus | Robert King Merton, T. S. Kuhn, W. O. Hagstrom, J. Haberer, G. B. von Albada, Ph. Roqueplo, F. Gil, R. Horton, A. Maslow, A. N. Whitehead | 1974 | 2 |
| Hierarquia em classes | Neuma Aguiar | Neuma Aguiar, Pierre Bourdieu, Maurice Godelier, Louis Dumont, David Lockwood, Talcott Parsons, Peter Blau, Paul Hatt, J. Goldthorpe | 1974 | 1 |

Tabela 7 - Livros da coleção Textos Básicos de Ciências Sociais (conclusão)

| Título | Organizador | Autores | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|----------------------------------|--|---|----------------------|--------------------------------|
| Sociologia do desenvolvimento II | José Carlos Garcia Durand e Lia Pinheiro Machado | Herbert Blumer, Pablo González Casanova, Daniel Lerner, André Gunder Frank, Lúcia Pinheiro Machado, Glaucio Ary Dillon Soares | 1975 | 1 |

Fonte: O autor, 2019.

4.2 A Reforma Educacional de 1968 e a expansão da pós-graduação no Brasil

Os debates sobre a necessidade de reformas nos vários níveis da educação brasileira vinham ganhando importância desde os anos 1950. As últimas modificações significativas datavam dos anos 1930 com as reformas empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas, como se viu no primeiro capítulo. No âmbito das universidades, foi fundamental a criação das Faculdades de Filosofia, locais em que se desenvolveram os primeiros cursos de ciências sociais. Passadas duas décadas, entretanto, a estrutura universitária demandava mudanças.

O crescimento no número de alunos matriculados em cursos universitários era notável: partindo do patamar de 30 mil matriculados em 1945, chegou-se a 142 mil em 1964 (MOTTA, 2014, p. 24). O movimento estudantil passava a ser uma força política e cultural bastante relevante e no âmbito da universidade liderava as demandas por reformas que possibilitassem um acesso mais democrático às principais instituições de ensino, além de formas menos verticalizadas de organização. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi um dos principais protagonistas nesse processo. Dentre várias atividades, organizaram em 1960 o Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorrido em Salvador, e criaram em 1961 o Centro Popular de Cultura (CPC) e a UNE Volante. Durante o governo do presidente João Goulart, a entidade obteve grande visibilidade, tendo apoiado as propostas de reformas de base e alçado alguns dos seus membros a postos na administração pública.

Criada em 1962, a Universidade de Brasília (UnB) se estabeleceu como marco do processo de modernização da universidade brasileira, estabelecendo o ensino e a pesquisa como atividades a serem desenvolvidas em conjunto e substituindo o sistema de cátedras por departamentos e institutos. O golpe militar de 1964, entretanto, interrompeu e modificou a trajetória das reformas que estavam em gestação. A UnB - identificada com figuras vinculadas à esquerda, como o idealizador do projeto inicial da universidade, o antropólogo Darcy Ribeiro -, passou a sofrer uma série de retaliações.

Embora vitoriosos na tomada do comando central do poder do país, os militares, com apoio significativo de setores da sociedade civil, não se livraram das demandas de grupos organizados que clamavam por reformas modernizantes. Tais pautas encontravam apoio mesmo entre membros do novo governo. As reformas na educação foram objeto de intensos debates.

A lei n. 4.759, aprovada em 1965, em que se estabeleceu um padrão na nomenclatura das universidades, adicionando o “Federal” aos nomes das instituições, serviu como marco inicial do direcionamento que os militares viriam a dar à reforma universitária, centralizando o controle dos estabelecimentos de ensino (MOTTA, 2014). Dois decretos-lei deram o formato do que seria a reforma de 1968: o Decreto-Lei n. 53, em 1966, que, dentre outras coisas, unia ensino e pesquisa numa mesma instituição, e o Decreto-Lei n. 252, no início de 1967, que, como um dos pontos fundamentais, estabelecia os departamentos – e não as cátedras – como unidades básicas das universidades (MOTTA, 2014, p. 78–79). Depois da criação de um grupo de trabalho para escrever o projeto, a lei n. 5.540 foi aprovada em novembro de 1968, concretizando a reforma universitária. O novo formato congregava alguns dos pontos já estabelecidos anteriormente nos decretos-lei, detalhando também formas de financiamento, modalidades de ingresso de novos alunos, eleição de reitores, formatação dos departamentos, etc.

Nesse mesmo período foram estabelecidos acordos entre o MEC e o United States Agency for International Development (USAID) - agência criada em 1961 pelo governo do presidente democrata John F. Kennedy dentro do programa Aliança para o Progresso - visando implementar mudanças significativas no sistema educacional brasileiro. Os acordos entre o Brasil e os Estados Unidos no âmbito educacional, estabelecidos em 1965, tornaram-se objeto de amplos protestos dos estudantes e levaram ao naufrágio parte das expectativas estadunidenses com o projeto, que tinha a intenção de estabelecer a modernização das instituições de educação no Brasil de forma a diminuir a margem de influência da União Soviética e melhorar a imagem norte-americana entre os brasileiros. O caráter anti-imperialista de várias das discussões intelectuais que vinham se desdobrando no final dos anos 1950 e 1960, como se viu no capítulo anterior, engrossaram o caldo da revolta contra a intervenção norte-americana no país. A isto viria a se somar, em 1968, um recrudescimento da repressão por parte do governo brasileiro. Neste período a USAID já havia diminuído bastante sua atuação no Brasil, embora vários projetos viessem a ter continuidade nos anos subsequentes, como foi o caso das traduções de livros técnicos.

A partir do convênio estabelecido entre o MEC, o SNEL e a USAID, instituiu-se, por meio do Decreto No. 59.355, de 1966, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), que teve como diretor Edson Franco, então Secretário geral do MEC. A comissão foi criada para gerir um amplo programa de tradução e distribuição de livros técnicos e didáticos para estudantes de todo o país nos diversos níveis de ensino e contou com a colaboração de

outros órgãos vinculados ao governo federal como o Instituto Nacional do Livro (INL) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). O financiamento partiu de um aporte conjunto do governo brasileiro e da USAID e serviu para a impressão e distribuição de obras já anteriormente traduzidas e publicadas no Brasil, para a publicação de obras novas, formação de bibliotecas escolares e universitárias, além do financiamento de cursos, formação para técnicos em educação e demais profissionais ligados ao mercado editorial (KRAFZIK, 2006).

Foram estabelecidos, na formulação da primeira composição da Biblioteca COLTED o total de 290 livros. Dentre eles, 32 foram de psicologia e 19 de sociologia (KRAFZIK, 2006, p. 81), áreas em que a Zahar Editores era bastante atuante. Em pesquisa em bibliotecas do Rio de Janeiro e Petrópolis, Fabiano Cataldo Azevedo (2018, p. 311) encontrou 8 exemplares de livros publicados pela Zahar com o carimbo da COLTED: *Introdução à história das ideias econômicas: grandes economistas*, de Robert Louis Heilbroner (1965); *Sociologia política* (1966), coletânea organizada por Amaury de Souza; *Sistemas econômicos contemporâneos: uma análise comparativa* (1966), de Carl Landauer; *Novas dimensões da economia política* (1967), de Walter W. Heller; *O homem político* (1967), de Seymour Martin Lipset; *Trabalho social de grupo* (1968), de Gisela Konopka; *O impacto da indústria* (1968), de Wilbert Ellis Moore; e *Capitalismo moderno* (1968), de Andrew Shonfiel. Somam-se a estes *Aprendizagem* (1967) e *O desenvolvimento psicológico da criança* (1976) que, segundo consta no registro de publicações da editora – o já citado “livrão” -, contaram com tiragens de 10 mil exemplares cada financiadas pelo projeto.

Sendo um programa voltado para a modernização da educação nacional, não deixou de ter efeitos importantes no mercado editorial. As editoras foram um dos agentes mais beneficiados pelos investimentos financeiros realizados no período. Os livros adquiridos pelo COLTED representavam tiragens muito maiores do que em geral as editoras estavam acostumadas a imprimir e cujo investimento tinha lucro certo, com as compras antecipadamente acertadas, evitando, portanto, os riscos inerentes à atividade.

Além do COLTED, o período contou com outros importantes incentivos ao mercado editorial. A Lei No. 4.750 de 23 de agosto de 1965 dispôs sobre a criação de linhas de créditos a serem financiadas pelo Banco do Brasil voltadas para as editoras brasileiras, além da criação do Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), que tinha por objetivo formular diagnósticos

e propor recomendações para o desenvolvimento da indústria do livro no Brasil¹¹⁰. Em 1967 foi estabelecido o Grupo Executivo da Indústria do Papel e das Artes Gráficas (GEIPAG) que, dentre outras providências, auxiliou o governo no direcionamento dos investimentos necessário à atualização do parque gráfico brasileiro, como a concessão de incentivos fiscais às indústrias gráficas e de fabricação de papel, como disposto no Decreto-Lei No. 46 de 18 de novembro de 1966. A atuação conjunta de iniciativas como o GEIL, o GEIPAG e o COLTED, serviu como resposta a uma série de demandas que as entidades vinculadas ao mercado editorial vinham estabelecendo desde os anos 1950. O desenvolvimento do mercado editorial brasileiro no período foi bastante significativo (HALLEWELL, 2005; SALGADO, 1995) - embora desigual, com editoras como a Civilização Brasileira sofrendo grave crise financeira por causa da restrição de crédito. O crescimento, entretanto, voltou a encontrar entraves em 1971 quando a economia do país entrou em um processo recessivo e as entidades voltadas para a modernização da indústria gráfica foram extintas.

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o mercado editorial fazia parte do processo mais amplo de investimentos na modernização do sistema educacional brasileiro e a pós-graduação foi parte fundamental desse processo. A reforma universitária de 1968 estabeleceu como um dos pontos prioritários a expansão desse segmento dentro das universidades. Em 1967, a criação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) agregou outros fundos estatais criados com o objetivo de financiar atividades científicas no país e foi fundamental no financiamento da pós-graduação brasileira nos anos 1960 e 1970. Observou-se por todo o país a criação de cursos de mestrado e alguns de doutorado, como se pode ver na tabela 8, além do crescimento no número de bolsas de estudos: dados do CNPq registram um total de 553 bolsas de estudos concedidas em 1963, 777 em 1965 e 1.309 em 1967. A Capes registra 334 em 1964 e 1.493 em 1966 (MOTTA, 2014, p. 81).

¹¹⁰ O grupo tinha como integrantes natos, conforme o art. 12 da lei no. 4.750 de 23 de agosto de 1965, o diretor do Instituto Nacional do Livro, o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos, o presidente da Academia Brasileira de Letras, o diretor da Carteira de Câmbio do Banco Central, o diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, o presidente da Câmara Brasileira do Livro, o presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas da Guanabara, o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas de São Paulo.

Tabela 8 - Cursos de pós-graduação (1961-1974)

| Ano de criação | Total de cursos novos no ano | Total acumulado |
|-----------------------|-------------------------------------|------------------------|
| 1961 | 6 | 6 |
| 1962 | 3 | 9 |
| 1963 | 7 | 16 |
| 1964 | 7 | 23 |
| 1965 | 11 | 34 |
| 1966 | 7 | 41 |
| 1967 | 12 | 53 |
| 1968 | 21 | 74 |
| 1969 | 26 | 100 |
| 1970 | 62 | 162 |
| 1971 | 64 | 226 |
| 1972 | 71 | 297 |
| 1973 | 61 | 358 |
| 1974 | 45 | 403 |

Fonte: MOTTA, 2014, p. 257 com base em tabela fornecida pela CGD/Capes.¹¹¹

As ciências sociais, mesmo não sendo a área prioritária dos incentivos do governo destinados à pesquisa, foram beneficiadas no processo. Para isso foi fundamental, além do direcionamento mais amplo de modernização empreendido pelo governo brasileiro, o auxílio de instituições privadas como a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller e a Fullbright (MICELI, 1995b; SORJ, 1995). A Ford, em especial, auxiliou, com significativos repasses financeiros, a criação de vários programas de pós-graduação e centros de pesquisa. O primeiro programa de pós-graduação criado no Rio de Janeiro foi o Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional (1968), que contou com auxílio da Fundação Ford. A Ford também auxiliou a criação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1969, e o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1966, além do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1969. A criação dos cursos de mestrado (que seriam acompanhados anos depois pela criação de cursos de doutorado) no Museu Nacional, no IUPERJ e na UFMG serviram como pontos de inflexão nas ciências sociais brasileiras, que contavam até então com os cursos de mestrado e doutorado apenas na USP. Em especial a nova geração mineira, em que vários alunos obtiveram bolsas para realizar o doutorado nos Estados Unidos, colocou-se como propagadora da pesquisa empírica de matriz

¹¹¹ Programas de pós-graduação que ofereciam simultaneamente mestrado e doutorado foram contados apenas como um único curso.

norte-americana, contrapondo-se, em grande medida, às interpretações totalizantes, de corte marxista, praticadas na USP (ARRUDA, 1989). O mesmo se deu no programa de pós-graduação do IUPERJ, que veio a ter como docentes vários dos antigos estudantes de ciências sociais da UFMG.

As ciências sociais brasileiras passavam, portanto, a receber grande influência das ciências sociais norte-americanas e a Zahar Editores foi um intermediário fundamental nesse processo. O caráter modernizador da atuação do governo militar se deu de forma paralela ao recrudescimento do autoritarismo, o que, apesar do terror envolvidos nas mortes e perseguições, serviu como estímulo para o crescimento dos movimentos contestatórios da coletividade estudantil e dos intelectuais mobilizados contra o regime ditatorial instaurado em 1964.

4.3 A relação entre política e intelectualidade: hegemonia cultural da esquerda e a construção de uma nova subjetividade coletiva

Com o estabelecimento do golpe militar de 1964 grande parte da intelectualidade contrária ao novo regime ditatorial passou a se organizar em diversos movimentos de contestação. A cultura tornou-se um local privilegiado de combate ao autoritarismo e de reflexão sobre os rumos políticos tomados pelo novo governo (RIDENTI, 2005, 2014; SCHWARZ, 1975). O crescimento do mercado editorial, cujo início do processo remete aos anos 1930, possibilitou o surgimento de diversos projetos que agregaram grande parte dos descontentes com os rumos do país. Publicações periódicas como a Revista Civilização Brasileira (1965-1968), Política Externa Independente (1965-1966), a revista Paz e Terra (1966-1969) e a Tempo Brasileiro (1962), além de diversas manifestações relacionadas ao mercado de bens simbólicos como coleções de livros, peças de teatro, cinema, música, artes plásticas, dança etc., foram responsáveis por uma maior centralidade e causalidade da subjetividade coletiva (DOMINGUES, 1995, 2004) que se impôs como ator fundamental na resistência ao regime ditatorial.

O debate sobre nacionalismo e anti-imperialismo vinha se desdobrando desde os anos 1950. Derrotada pelo golpe militar, a esquerda deixou de lado as propostas populistas e de

conciliação de classes – em que se aventava a tese, em grande medida defendida pelo PCB, de que a burguesia nacional industrial era um aliado do proletariado contra os setores retrógrados da sociedade brasileira -, e se passou a incorporar um discurso anticapitalista e contrário aos retrocessos autoritários, utilizando-se de fontes teóricas vinculadas a um marxismo mais heterodoxo (ANDERSON, 1976). Apesar de um regime ditatorial de direita, o que se estabeleceu neste momento foi uma hegemonia cultural da esquerda no país. Essa hegemonia, como observou Roberto Schwartz (1975, p. 62):

Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia (...) é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 64 e 69. Assinala, além de luta, um compromisso.

A cultura tornou-se o espaço de exercício da contestação e da luta pela liberdade de expressão, forjando identidades e posicionamentos estéticos e políticos, consolidando-se como um movimento cuja ação só seria interrompida – ou ao menos silenciada – com o recrudescimento da repressão, marcadamente a partir de 1969, e a saída aventada por alguns grupos de partir para a resistência armada (RIDENTI, 2010). Enquanto durou esse período de aberta contestação cultural ao regime ditatorial, entretanto, a produção intelectual brasileira foi profícua, embora basicamente restrita ao universo de estudantes universitários, artistas e intelectuais de classe média.

A disseminação de revistas culturais nesse período foi um dos símbolos de vitalidade de uma subjetividade coletiva pulsante. A Revista Civilização Brasileira, criada em 1965, foi um dos veículos mais importantes de contestação ao regime militar e de divulgação das ideias de um leque amplo e heterogêneo de intelectuais de esquerda, agregando sobretudo intelectuais cariocas e paulista, estes atraídos sobretudo pela ausência de um espaço de convergência de debates deixado vago na cidade pelo fechamento de revistas culturais como a Anhembi e a Brasiliense (PÉCAUT, 1990). Até 1968 foram publicados vinte volumes da Revista Civilização Brasileira com o total de 531 artigos. Com a direção, em momentos distintos, de Ênio Silveira, Manuel Cavalcanti Proença e Moacyr Félix, a revista contou também com a proximidade de Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier. Ênio Silveira contribuiu inclusive com vários

artigos, dentre eles as famosas “Epístolas ao General”¹¹². Vários foram os intelectuais que participaram da revista, seja como parte do Conselho Editorial, seja publicando artigos na revista: além dos diretores participaram intelectuais como Álvaro Lins, Antônio Houaiss, Dias Gomes, Edison Carneiro, Ferreira Gullar, Octavio Ianni, Paulo Francis, Otto Maria Carpeaux, Leandro Konder, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Antonio Callado, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Nelson Coutinho, Carlos Heitor Cony, Celso Furtado, Fernando de Azevedo, Luciano Martins, Olga Werneck, Roberto Schwartz, além das traduções de artigos publicados em períodos estrangeiros.

As edições da revista chegaram a tiragens de 40 mil exemplares e eram referência obrigatória nos debates promovidos pela intelectualidade crítica ao regime militar. Com o decreto do AI-5, entretanto, a revista foi proibida de circular e a editora, que já vinha sendo ameaçada - seja por prisões e interrogatórios direcionados ao seu proprietário, seja pela dificuldade em obter crédito junto aos bancos nacionais -, passou a sofrer com diversos processos judiciais.

Outras duas revistas levadas à cabo com a participação de Ênio Silveira no período foram a Política Externa Independente (1965-1966) e a Paz e Terra (1966-1969). A Revista Política Externa Independente teve apenas três edições e contou com a direção de Ênio Silveira (nos dois primeiros volumes) e de Luciano Martins (no terceiro volume). A revista foi batizada tendo como referência a política externa brasileira praticada durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart e tratou de pautas fundamentais como a defesa da resolução pacífica de conflitos, o respeito ao princípio de autodeterminação dos povos – em um contexto em que se desenrolavam processos de descolonização de países do continente africano e asiático -, a defesa da independência diante da polarização forjada no contexto da Guerra Fria, a comunhão de interesses dos países vizinhos no território latino-americano, dentre outros. As três edições da revista foram organizadas em torno de propostas temáticas específicas, respectivamente “A crise do pan-americanismo”, “A invasão da República Dominicana” e “O Brasil e o mundo africano: o sistema interamericano depois de São Domingos” (ROSA, 2011, p. 104–118).

A Revista Paz e Terra teve seu nome inspirado na encíclica de João Paulo XXIII, *Pacem in Terris*. A ideia era juntar intelectuais cristãos que desde os anos 1950 vinham participando de movimentos de caráter progressista e não encontravam espaço propício à disseminação de

¹¹² Epístolas ao General é um conjunto de textos escritos por Ênio Silveira, em formato de carta direcionada ao presidente Castelo Branco, publicados na Revista Civilização Brasileira. Sobre o assunto, Cf. Rodrigo Czajka (2005).

suas ideias, o que, com o golpe de 1964, ficou exacerbado, fazendo com que vários católicos e protestantes passassem a engrossar o coro de descontentes com os rumos tomados pelo estado brasileiro. A proposta partiu de Waldo Aranha César, leigo luterano, que procurou Ênio Silveira com a ideia de produzir uma revista que publicasse textos que levassem ao público o ponto de vista cristão de esquerda sobre os acontecimentos políticos no país. Ênio encorajou a criação da revista, que teria Waldo César como diretor, e criou no mesmo ano, 1966, a editora Paz e Terra, que se tornou bastante atuante nos anos 1970 estabelecendo diálogos entre o pensamento cristão e o marxismo, traduzindo autores estrangeiros como Roger Garaudy, Lucien Goldman e publicando obras como *Educação como prática da liberdade* (1967) e *Pedagogia do oprimido* (1970), ambas de Paulo Freire. A Revista Paz e Terra teve início no mesmo ano de criação da editora e publicou, ao todo, dez edições, finalizando suas atividades em 1969 (ROSA, 2011, p. 119–143).¹¹³

A Revista Tempo Brasileiro, de iniciativa de Eduardo Portella (1932-2017), foi criada em 1962, mesmo ano da editora homônima. Portella havia sido assessor de Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961 e era presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Afro Asiáticos (IBEAA), entidade criada por Jânio Quadros e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. A Revista Tempo Brasileiro estabeleceu um posicionamento inicial de engajamento nacional-desenvolvimentista. Além do próprio Eduardo Portella, a revista publicou, nos dois primeiros anos de funcionamento, textos de autores como Vamireh Chacon, Wanderley Guilherme dos Santos, Antonio Houaiss, Ignácio Rangel, César Guimarães, Carlos Nelson Coutinho, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos¹¹⁴, Paul Sweezy, dentre outros.

Devido aos fatos políticos ocorridos em 1964, a Revista Tempo Brasileiro ficou um pouco mais de um ano parada, voltando à atividade em meados de 1965, embora a editora tenha continuado a publicar livros. No momento de retomada das atividades da revista, autores vinculados aos movimentos nacionalistas perderam espaço, sendo substituídos por autores de textos mais filosóficos ou de caráter epistemológico, com contribuições de Emanuel Carneiro Leão, Carlos Henrique de Escobar, Chaim Samuel Katz e Sérgio Paulo Rouanet, dentre outros. A manobra serviu para, por um lado, buscar um caminho que não fosse de competição com a Revista da Civilização Brasileira – que tinha um maior número de colaboradores e maior

¹¹³ Também a Revista de Cultura Vozes teve importante atuação neste período. Apesar da longevidade da revista, fundada em 1907, poucas informações foram encontradas sobre a sua atuação. Para um rápido apanhado de suas publicações em 1977, ver Sprícigo (1998).

¹¹⁴ O texto de Guerreiro Ramos publicado na terceira edição da Revista Tempo Brasileiro, em 1963, foi o primeiro capítulo do livro *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963) publicado no mesmo ano pela Zahar Editores.

circulação – e, por outro lado, evitar atritos com o governo militar (MOTTA, 1994). A partir de 1967 começaram a circular edições temáticas, com artigos de autores nacionais e estrangeiros, traduzidos sobretudo da revista francesa *Les Temps Modernes*.

A editora Tempo Brasileiro também teve um direcionamento voltado para a publicação de obras universitárias. A coleção *Biblioteca Tempo Brasileiro* foi bastante ativa nos anos 1960 e início de 1970 e publicou uma grande quantidade de autores relacionados às correntes de pensamento que passavam a receber atenção no Brasil como o estruturalismo, o existencialismo e a fenomenologia. Dentre os autores publicados pela coleção estão Jean Paul Sartre, Jean Viet, Claude Lévi-Strauss, Maurice Godelier, Martin Heidegger, Maurice Merleau-Ponty, Michel Foucault, Gaston Bachelard, Herbert Marcuse, José Guilherme Merquior, Ralf Danrendorf, Roberto Cardoso de Oliveira.

É de se notar que também a Zahar passou a publicar autores vinculados ao estruturalismo, embora não tenha feito desse segmento um dos focos centrais de sua política editorial. Foram os casos de *Problemas do estruturalismo* (1968), com artigos de autores como Maurice Godelier e Pierre Bourdieu, dentre outros¹¹⁵; *Estruturalismo e marxismo* (1968), com textos de René Ballet; Jean Dubois; Roger Garaudy e outros autores; *O método estruturalista* (1968), organizado por Carlos Henrique Escobar para a coleção *Textos Básicos de Ciências Sociais* com textos de Luc De Heusch, Lucien Sebag, Roland Barthès, Claude Lévi-Straus, Claude Lefort, Henri Lefebvre; *Levi-Strauss: estruturalismo e teoria sociológica* (1977), de C. R. Badcock, além de importantes livros de autores como Louis Althusser, Roger Garaudy e Jacques Lacan. Esse é o momento, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, que o francês passa a aparecer como uma das linguais principais de tradução da Zahar, passando a competir com o inglês (como foi apresentado no gráfico 1).

O posicionamento das diversas revistas culturais e coleções editoriais que surgiram após o golpe de 1964 atestam - apesar de diferentes matizes interpretativas e de posicionamentos políticos - um modelo de atuação intelectual que vinha sendo forjado desde meados dos anos 1950, num processo de configuração de uma identidade intelectual que buscava soluções para os problemas do país. Rigor teórico e engajamento político eram posturas esperadas de um

¹¹⁵ Os artigos foram traduzidos de uma edição temática da revista *Les Temps Modernes* a partir da sugestão de Moacir Palmeira que estava em Paris cursando o doutorado. Vale notar que *A economia das trocas simbólicas* (1974), organizado por Sérgio Miceli e publicado pela editora Perspectiva, foi o primeiro livro de Bourdieu traduzido no Brasil, o que sugere que seu artigo publicado na coletânea da Zahar de 1968 pode ter sido um dos primeiros a circular em português no país. Sérgio Miceli falou sobre sua experiência na editora Perspectiva em entrevista concedida para a elaboração desta tese e também em uma entrevista concedida a Lidiane Soares Rodrigues e José de Souza Martiz Jr. publicada na revista *Prismas* (RODRIGUES; MUNIZ JR., 2018).

grupo que passava a ocupar posição de destaque na sociedade e reclamar para si o lugar de vanguarda nas mudanças sociais. Um dos símbolos de maior centralidade e intencionalidade desde movimento foi a criação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), fundado em outubro de 1963 com o objetivo de defender tanto os interesses de classe quanto influir nos rumos políticos do país. Presidido por Ênio Silveira, o grupo teve como membros-fundadores Alex Viany, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édison Carneiro, Ênio Silveira, Jorge Amado, Manuel Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Duarte Pereira. A participação de membros do PCB, como o próprio Ênio, além de Jorge Amado, Oscar Niemeyer e Dias Gomes, marcou um movimento de deslocamento da centralidade política e ideológica do PCB, que vinha se desdobrando desde 1958 com a Declaração de Março (CZAJKA, 2011). Foi fundamental nesse processo o tipo de organização cultural esboçado pelo CTI, no qual a autonomia intelectual era valor primordial:

Assim, o CTI deve ser compreendido como uma entidade que representou, de forma sintomática, o momento de transição destes intelectuais que se deslocavam de um campo de influência estritamente político para um campo onde as instituições culturais floresciam, iniciando um processo de reconstrução de suas ideologias. Esse processo, por sua vez, foi propiciado pela configuração heterogênea das tendências políticas e ideológicas das esquerdas no decurso da década de 1960 (...) (CZAJKA, 2011, p. 77).

Centenas de intelectuais declararam apoio ao grupo, dentre eles Jorge Zahar que em 1965 viria a assinar o manifesto “Intelectuais e artistas pela liberdade”. Este manifesto demandava a liberdade de Ênio Silveira, que havia sido preso depois de promover um almoço para Miguel Arraes. O antigo governador de Pernambuco, deposto pelos militares e preso por onze meses, havia sido posto em liberdade pela concessão de um habeas corpus e se juntou a Ênio Silveira e vários outros intelectuais no Rio de Janeiro momentos antes de exilar-se na Argélia.

A Zahar Editores, embora não tenha produzido nenhuma revista cultural, como o fizeram as editoras citadas acima, estabeleceu um programa de publicações que correspondia a grande parte dos anseios da juventude universitária. Além da coleção *Textos Básicos de Ciências Sociais* e dos autores já citados no capítulo anterior - como Paul Sweezy, Paul Baran, Leo Huberman, Herbert Marcuse, Erich Fromm, C. Wright Mills, Karl Marx (que além da seleção de *A Ideologia alemã* realizada por Octavio Ianni teve também publicado uma edição de *O capital*, resumida por Robert Freedman e publicada em 1967, chegando ao total de sete

edições), dentre outros -, a Zahar publicou nesse período outros autores que passaram a ganhar espaço nas discussões intelectuais de esquerda nos anos 1960 como Jean-Paul Sartre, Roger Garaudy, Louis Althusser, André Gorz, E. J. Hobsbawn, Ralph Miliband, além de autores clássicos da esquerda como Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo.

A arte engajada, a relação entre criação artística e mudança social, foi, nesse momento, um universo bastante explorado por várias editoras, e a Zahar estabeleceu algumas contribuições significativas nesse sentido. Foi nesse período que saíram os já citados quatro volumes de *Sociologia da arte*, organizados por Gilberto Velho. A estes se juntaram obras como *A necessidade da arte* (1966), de Ernest Fischer, que teve a tradução de Leandro Konder e chegou ao total de nove edições; *As origens na forma da arte* (1967) e *Arte e alienação* (1968), ambos de Herbert Read; *Filosofia da arte* (1969), de Virgil C. Aldrich; *Reflexões de um cineasta* (1969), de Serguei Eisenstein; *A ordem oculta da arte* (1969), de Anton Ehrenzweig, dentre outros. É desse período também a criação da coleção *Teatro*, coordenada por Paulo Francis com o auxílio de Barbara Heliodoro. Foram publicados livros como *O teatro de Brecht* (1967), de John Willett, *O teatro de protesto* (1967), de Robert Brustein, *A experiência viva do teatro* (1968), de Eric Bentley, *O teatro do absurdo* (1968), de Martin Esslin, dentre outros.

A partir de dezembro de 1968, entretanto, a hegemonia cultural da esquerda passaria a ser combatida com o recrudescimento da repressão por parte do governo. Censura, perseguição, dificuldade de obtenção de crédito e ameaças veladas passariam a fazer parte do cotidiano dos intelectuais e viria a pôr em xeque diversos projetos editoriais, o que seria agravado ainda mais com a crise econômica do início dos anos 1970.

4.4 Repressão e censura no mercado editorial brasileiro

O recrudescimento do sistema repressivo foi a contrapartida regressiva dos investimentos modernizadores realizados pelo estado brasileiro sob regência dos governos militares. O clima de contestação e euforia que tomou conta dos anos iniciais após o golpe militar, com a expectativa de uma iminente transição democrática, deu lugar ao terror instaurado após o decreto do Ato Institucional n. 5 em 13 de dezembro de 1968 assinado pelo então presidente, o

general Costa e Silva. A constituição outorgada em 1967 deu caráter oficial à centralização da censura como atividade do governo federal (REIMÃO, 2011) e o novo decreto dava poderes praticamente ilimitados ao presidente da república, sem prazo de validade. Vários professores universitários foram compulsoriamente aposentados, deputados tiveram seus mandatos caçados, estudantes foram desligados das instituições de ensino e proibidos de realizar novas matrículas, intelectuais passaram a sofrer severa perseguição, militantes foram torturados e alguns chegaram a ser mortos.

O clima nas universidades e entre rodas de intelectuais no início de 1969 era de desolamento. As grandes manifestações de 1968 haviam ficado para trás e o medo de perseguição e retaliações desencorajou uma grande quantidade de descontentes com os atos do governo. Os expurgos realizados em 1969 foram significativamente maiores do que os de 1964 e com impactos mais disseminados (MOTTA, 2014).

A atuação da Zahar Editores neste momento não foi de confrontação direta ao regime militar. Jorge Zahar, diferente do seu amigo Ênio Silveira, manteve cautela em diversas ocasiões, evitando criar conflito com os órgãos de fiscalização do governo e utilizando procedimentos para burlar a censura e outras formas de ação dos agentes repressores. Sendo uma editora voltada prioritariamente para a publicação de livros universitários, entretanto, não escapou da fiscalização. Dentre os livros apreendidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RJ) durante cerca de cinquenta anos de existência da polícia política constam títulos de diversas editoras. Embora as predominantes sejam a Civilização Brasileira, com 60 títulos, a Paz e Terra, com 51, a Zahar Editores teve 30 livros apreendidos, seguida pela Vitória, com 28 (PEREIRA, 2010). Na tabela 9 é possível verificar alguns dos títulos da Zahar encontrados na lista.

Tabela 9 - Livros da Zahar Editores apreendidos pelo DOPS/RJ (continua)

| Autor | Título | Ano da edição apreendida |
|-------------------------------------|---|---------------------------------|
| BARAN, Paul A | A economia política do desenvolvimento | 1960 |
| SWEEZY, Paul; HUBERMAN, Leo | Cuba: anatomia de uma revolução | 1960 |
| MANNHEIM, Karl | Diagnóstico de nosso tempo | 1961 |
| MILLS, C. Wright | As causas da próxima guerra mundial | 1961 |
| RAMOS, Guerreiro. | A crise do poder no Brasil: problema da Revolução Nacional Brasileira | 1961 |
| EATON, John | Socialismo Contemporâneo | 1962 |
| JACKSON, Hampden | Marx, Proudhon e o socialismo europeu | 1963 |
| TUCKER, Robert | Karl Marx: filosofia e mito | 1963 |
| NOVE, Alec | A economia soviética | 1963 |
| SWEEZY, Paul M. | Socialismo | 1963 |
| MOORE, Stanley | Três táticas marxistas | 1964 |
| SWEEZY, Paul M. | Teóricos e teorias da economia | 1965 |
| ASH, William | Marxismo e moral | 1965 |
| BOTTOMORE, Tom; e RUBEL, M. | Sociologia e filosofia social de Karl Marx ¹¹⁶ | 1964 |
| SWEEZY, Paul M. | Ensaio sobre o capitalismo e o socialismo | 1965 |
| FREEDMAN, Robert | Escritos econômicos de Marx | 1966 |
| ALTHUSSER, Louis | Análise crítica da teoria marxista ¹¹⁷ | 1967 |
| LASSWELL, Harold; LERNER, Daniel | As elites revolucionárias | 1967 |
| SWEEZY, Paul M. | Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios da economia política marxista | 1967 |
| BALLET, René et al | Estruturalismo e marxismo | 1968 |
| MANDEL, Ernest | A formação do pensamento econômico de Karl Marx | 1968 |
| GORZ, André | O socialismo difícil | 1968 |

¹¹⁶ O texto de Karl Marx “Sociologia política”, que consta neste livro, foi também publicado no livro *Sociologia Política* (1966) organizado por Amaury de Souza para a coleção Textos Básicos de Ciências Sociais.

¹¹⁷ A 2ª edição deste livro saiu com o título *A favor de Marx* (1979).

Tabela 9 - Livros da Zahar Editores apreendidos pelo DOPS/RJ (conclusão)

| Autor | Título | Ano da edição apreendida |
|---|--|---------------------------------|
| GORZ, André | Estratégia operária e o neocapitalismo | 1968 |
| MARCUSE, Herbert | Eros e civilização | 1968 |
| GARAUDY, Roger | O problema chinês | 1968 |
| JALÉE, Pierre | A exploração do Terceiro Mundo | 1968 |
| MOULOU, Noël | Estruturalismo e marxismo | 1968 |
| TROTSKY, Léon | Literatura e revolução | 1969 |
| BETTELHEIM, Charles | A transição para a economia socialista | 1969 |
| HUBERMAN, Leo | História da riqueza do homem | 1970 |
| CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo | Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica | 1970 |

Fonte: Luciana Lombardo Pereira, 2010, p. 180–181, adaptado pelo autor.

Apesar dos diversos volumes apreendidos pela polícia política, a Zahar não teve nenhum livro oficialmente censurado. Tanto para Jorge Zahar quanto para grande parte dos agentes de produção cultural, a prudência foi a regra. Mesmo Ênio Silveira - reconhecido por seu caráter combativo, tendo tido diversas obras censuradas oficialmente pelo regime militar - adotou mecanismos de subterfúgio que pudessem viabilizar sua atividade editorial. A autocensura foi a prática mais corrente não só nas editoras como nos jornais diários, na música, na literatura e em diversas outras formas de manifestação artística que pudesse levantar suspeita. A publicação do livro *Pour Marx*, de Louis Althusser, que havia sido publicado em 1965 na França, saiu pela Zahar em 1967 com o título *Análise crítica da teoria marxista*. A mudança de título, que era uma prática costumeira na editora – como se viu com o livro inaugural *Manual de sociologia* ou com o livro *Poder e política*, compilação de textos de C. Wright Mills organizada por Irving Horowitz cujo título original era *Power, Politics and People* -, pode ter servido, dessa vez, para

burlar a censura¹¹⁸. Somente na segunda edição da obra, publicada em 1979, o título seria traduzido como no original e passaria a circular como *A favor de Marx*.

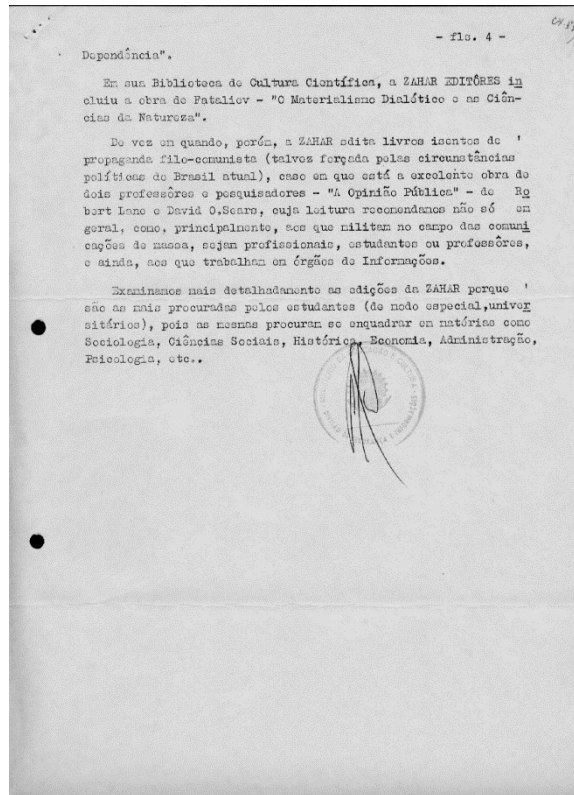
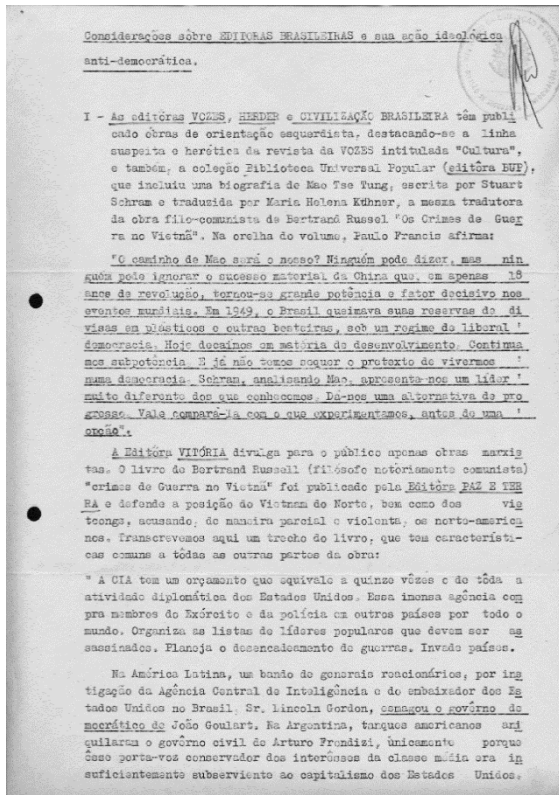
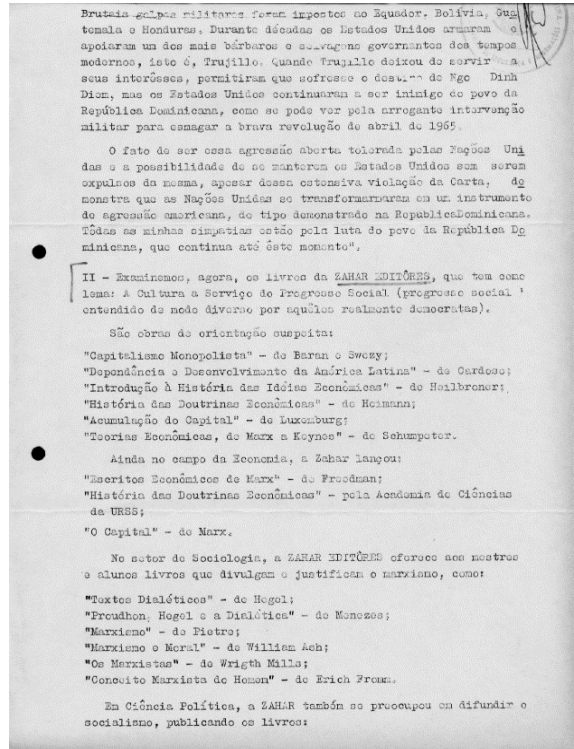
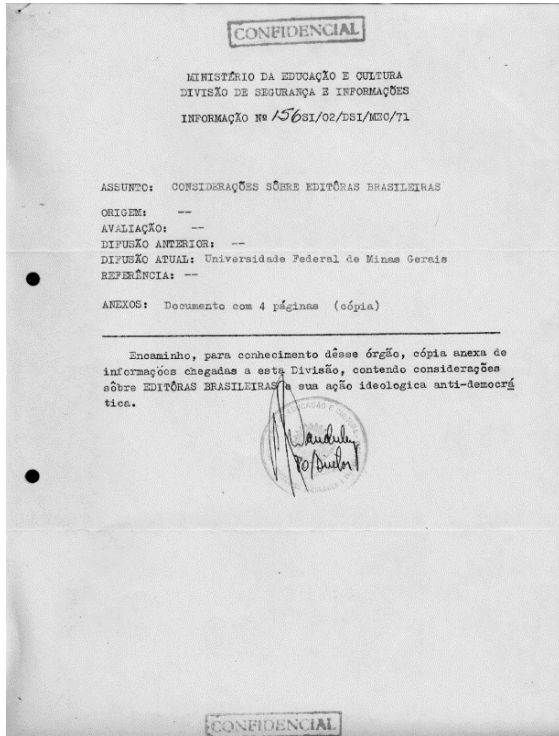
Os estudantes universitários formavam um dos grupos mais visados pelos agentes de fiscalização do governo militar, principalmente a partir de 1969 quando o arcabouço jurídico criado pela nova constituição e pelos atos institucionais deu total liberdade às perseguições. As universidades eram vistas como local de disseminação de ideias de esquerda e os livros universitários, portanto, passaram a ser alvo de atenta observação. É revelador, neste sentido, o documento confidencial escrito por um funcionário da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura intitulado “Considerações sobre editoras brasileiras”. O relatório elabora uma série de comentários sobre alguns livros publicados no Brasil destacando sua “ação ideológica anti-democrática”. Depois de traçar comentários sobre as editoras Vozes, Herder, Civilização Brasileira e Paz e Terra, trata, em um tópico específico, da Zahar Editores. Sobre o lema “A cultura a serviço do progresso social”, que, como foi informado anteriormente, passou a estampar os livros da editora desde 1960, é taxativo: progresso social era, neste caso, “entendido de modo diverso por aqueles realmente democratas”. Estão entre as obras listadas: *Capitalismo monopolista*, de Paul Baran e Paul Sweezy, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Introdução à história das ideias econômicas*, de Heilbroner, *História das doutrinas econômicas*, de Eduard Heimann, *Acumulação do capitalismo*, de Rosa Luxemburgo, *Teorias econômicas de Marx a Keynes*, de Schumpeter, *Escritos econômicos de Marx*, de Robert Freedman, *História das doutrinas econômicas*, publicação da Academia de Ciências da URSS, *O capital*, de Marx, *Textos dialéticos*, de Hegel, *Proudhon, Hegel e a dialética*, de Djacir Menezes, *Marxismo*, de Pietro, *Marxismo e moral*, de William Ash, *Os marxistas*, de C. Wright Mills, *Conceito marxista do homem*, de Erich Fromm e o *Materialismo, dialética e as ciências da natureza*, de Falatiev.

Uma última obra mencionada, dessa vez de forma elogiosa - ironia que não escapou a Paulo Roberto Pires quando analisou o documento em *A marca do Z* (PIRES, 2017) - é *A opinião pública*, de Robert Lane e David O. Sears. “De vez em quando”, afirmou o censor, “a Zahar edita livros isentos de propaganda filo-comunista (talvez forçada pelas circunstâncias políticas do Brasil atual)”. Conclui a análise dando justificativas que demonstra bem o lugar que a editora passou a ocupar entre os estudantes universitários: “Examinamos mais detalhadamente as edições da Zahar porque são as mais procuradas pelos estudantes (de modo

¹¹⁸ Entrevista com César Guimarães.

especial, universitários), pois as mesmas procuram se enquadrar em matérias como Sociologia, Ciências Sociais, História, Economia, Administração, Psicologia, etc.”

Figura 5 - Considerações sobre editoras brasileiras - Arquivo confidencial da Divisão de Segurança e Informações



Nota: Imagens enviadas ao autor por Ana Cristina Zahar. Fonte: Aesi/UFGM, 1971.

A publicação de diversos livros vinculados ao pensamento marxista, como notou o funcionário do serviço de informação do governo, fazia parte da rotina da editora, embora isso não significasse que Jorge utilizasse a editora para fazer oposição a ditadura militar de forma ativa, como o fazia Ênio Silveira tanto na Civilização Brasileira quanto na Paz e Terra. Isso explica, em grande medida, a diferença de tratamento dos órgãos de repressão em relação aos dois. Ênio Silveira chegou a ser preso sete vezes, sofreu atentado a bomba na sua livraria, teve tiragens inteiras de livros apreendidos, além de diversas outras retaliações que foram minando o equilíbrio financeiro da editora. Jorge Zahar, por outro lado, não chegou a ser preso ou ter obras censuradas, embora tenha estabelecido uma forma de autocensura em casos que julgava necessário: “Nunca fui preso ou perseguido, mas a autocensura pesou, foi muito desagradável (...). Em dezembro de 1968 joguei fora 6 mil páginas traduzidas. Tinham, por exemplo, escritos de Engels, o que era muito forte para a época. Não abri mão da minha linha, mas também não ia abusar” (Jorge Zahar apud PIRES, 2017, p. 177).

Além de um zelo com a empresa, que se revertia, na prática, em prudência em relação às obras a serem publicadas, alguns casos serviram para manter a atenção do editor com relação aos órgãos repressores. Em março de 1970, Ana Maria, a sua filha mais velha, chegou a ser detida por suspeita de vínculos com “grupos subversivos”; meses depois, Ana Cristina, sua caçula, que participava do grêmio do Colégio de Aplicação da FNFfi, partiu em um autoexílio que duraria sete anos (PIRES, 2017, p. 186). No mesmo período houve a visita de um policial do exército à editora. O aviso foi dado por um funcionário da livraria LER, que ficava no térreo do mesmo prédio, por um bilhete datilografado deixado sobre a mesa do editor:

Sr. Jorge

Otávio Guilherme e Gilberto Velho

A Polícia do Exército (à paisana) esteve aqui para colher informações dos irmãos. Mostrei um dos livros da col. Textos Básicos, onde consta o Otávio como “organizador”. Na orelha traseira apareceu o nome do Gilberto como “organizador” de Sociologia da arte. Perguntaram se sabia o local de trabalho do Gilberto, o que ignoro¹¹⁹.

As ameaças veladas e a postura de prudência adotada por Jorge não o impediram, entretanto, de auxiliar pessoas que estavam passando por dificuldade por conta da perseguição do governo

¹¹⁹ Uma reprodução do documento pode ser consultada no livro *A Marca do Z* escrito por Paulo Roberto Pires (PIRES, 2017, p. 182).

ou de manter em seus quadros colaboradores sabidamente “subversivos”. Antonio Bertelli, que havia fugido de Belo Horizonte e passava temporada no Rio de Janeiro, vindo a se esconder alguns períodos na casa de Otávio Guilherme Velho e na casa de Moacir Palmeira, participou da organização da coleção *Textos Básicos de Ciências Sociais*, sem que isso viesse a ser um problema para Jorge, que provavelmente sabia da situação do então jovem estudante¹²⁰. No mesmo sentido aconteceram a contratação de algumas traduções e revisões técnicas para títulos da editora, várias das quais nunca chegaram a ser de fato publicadas. Foi esse o relato de Vera Sílvia Magalhães, militante da Dissidência Comunista da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) a sua amiga Ana Cristina Zahar. Segundo Vera Sílvia, Jorge Zahar chegou a contratar o então estudante de economia José Roberto Spigner - que também era militante no MR-8, namorado de Vera Lúcia à época e viria a ser assassinado pelas forças policiais em 1970 -, para a realização da tradução de um livro. O serviço teria sido uma forma de auxílio ao jovem que então passava por dificuldades financeiras, mas nunca chegou a ser publicado pela editora¹²¹.

É certo, portanto, como diversas entrevistas realizadas para esta tese revelam, que Jorge Zahar foi uma pessoa comprometida com grande parte das pautas de esquerda da sua época. A sua socialização no universo intelectual da então capital federal em meados do século XX e sua atuação como livreiro e editor de livros universitários de ciências sociais e humanas - tendo publicado livros que foram fundamentais para várias gerações de estudantes e militantes políticos - não deixa espaço para a dúvida. O que não se pode depreender, entretanto, é que houvesse alguma forma de engajamento político em sua atuação. Ao contrário do que sugere Paulo Roberto Pires, ao afirmar que “as raízes de um engajamento à esquerda estão, como parece óbvio, em sua origem social” (PIRES, 2017, p. 80), o que aconteceu foi justamente o contrário: o histórico de privações e necessidades da infância e juventude pareciam seguir os pensamentos do editor na vida adulta e mais abastada, justificando uma prudência que, como afirmou sua filha Ana Cristina Zahar¹²², não o deixava arriscar a viabilidade econômica da editora indispondo-se com os governos vigentes. Embora não houvesse engajamento militante na atitude do editor, havia, como se tem afirmado ao longo dessa tese, um comprometimento com as questões sociais que era compartilhada por grande parte da sua geração: editores, livreiros, intelectuais dedicados às mais diversas atividades, artistas e estudantes pareciam concordar com uma série de valores e configurações indenitárias que ficaram ainda mais

¹²⁰ Entrevista com Moacir Palmeira.

¹²¹ Entrevista Ana Cristina Zahar.

¹²² Entrevista com Ana Cristina Zahar

explícitos quando da instauração do golpe militar em 1964 e o estabelecimento de um inimigo comum, sendo o retorno da democracia um dos objetivos primordiais.

Para além de compromentimentos políticos ou engajamento moral, o que inegavelmente havia era uma subjetividade coletiva que unia as classes médias intelectualizadas – estudantes, intelectuais e os diversos intermediários culturais - pautada pelo pensamento de esquerda, o que gerava também um mercado a ser explorado. Como o próprio Jorge Zahar reconhecia: “Minha ênfase maior caía (...) sobre os livros marxistas, e aí prevalecia também uma razão de mercado. Esses livros tinham mais mercado que os livros antimarxistas (...)” (ZAHAR, 2001, p. 38). Gerava-se, dessa forma, um caldo cultural que se direcionava sobretudo contra o regime autoritário instaurado pelo Golpe de 1964, mas também se estabelecia, como se verá no tópico a seguir, um movimento de crítica à teoria da modernização, fazendo surgir um novo marcador intelectual e editorial no que ficou conhecido como as teorias da dependência.

4.5 As críticas às teorias da modernização: o debate sobre desenvolvimento e dependência no catálogo da Zahar Editores

Grande parte das discussões nas ciências sociais em meados do século XX foi pautada pela noção de modernização. Aberta a inúmeras definições, a depender dos propósitos e das circunstâncias de sua utilização, a ideia de modernização deu base para a construção de teorias que foram bastante influentes na elaboração de diagnósticos de problemas sociais e na construção de mecanismos para a sua solução. Sendo uma noção que pressupõe mudança social, veio acompanhada da existência de polos opostos, como pontos extremos em uma mesma reta, demarcando, de um lado, o local de onde se partia e, de outro, o local onde se queria chegar. Os países ocidentais, industrializados e centrais no sistema econômico mundial, considerados modernos, serviram invariavelmente como ponto de referência a ser alcançado, tendo como elementos fundamentais a industrialização, urbanização, democratização, individualismo, secularização, dentre outros marcadores cuja falta caracterizava os países tradicionais e atrasados.

A teoria da modernização foi hegemônica nas ciências sociais norte-americanas no início da segunda metade do século XX. Estabelecendo-se como um esforço para construir uma teoria que possibilitasse não só compreender o que se passava nos países que entravam em um processo amplo de industrialização, mas promover mudanças que fizessem desses países algo parecido com o que eram os Estados Unidos na época, a teoria da modernização significou, em grande medida, uma reflexão sobre a própria identidade estadunidense (GILMAN, 2003, cap. 1). Talcott Parsons era uma das figuras mais proeminentes da sociologia norte-americana naquele momento e desempenhou um papel de liderança na configuração e disseminação do que ficaria conhecido como a teoria da modernização (BRASIL JR, 2013; DOMINGUES, 2008; GILMAN, 2003, cap. 3; REIFER, 2006). Interessado nos processos de mudança social, Parsons (1969, 1974) elaborou um esquema de mudança evolutiva que estava relacionado ao aumento da capacidade adaptativa dos subsistemas sociais, tendo, portanto, um direcionamento bastante definido, excluindo assim a noção de contingência histórica (DOMINGUES, 2008, p. 88). O tipo moderno de sociedade, para Parsons, era especificamente aquele surgido no Ocidente, mais especificamente “na área da Europa que herdou a metade ocidental do Império Romano, ao norte do Mediterrâneo” (PARSONS, 1974, p. 11). Tal modelo de modernidade, cuja sociedade possuiria maior capacidade de adaptação, teria, entretanto, se ampliado, seja por meio da colonização ou da indispensabilidade da adoção de tal modelo, passando a fazer parte fundamental da argumentação da política externa norte-americana no período.

Moldando-se a interesses muitas vezes relacionados à pretensão de dominação dos países centrais, a ideia de modernização serviu para intervenções realizadas das mais diversas formas, desde ajuda financeira e programas de desenvolvimento até interferências políticas e militares. A política externa dos Estados Unidos passavam por um momento de efervescência depois da Segunda Guerra Mundial e os esforços para o estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), a continuidade do Plano Marshall e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) vieram acompanhados pelo lançamento de um programa de assistência técnica para auxiliar na “melhoria e no crescimento de áreas subdesenvolvidas”, como definiu o documento assinado pelo presidente Harry Truman em janeiro de 1949 (TRUMAN apud RIST, 2008, p. 71).

A configuração da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento como um dos vetores fundamentais de elaboração da política externa dos Estados Unidos respondia aos anseios de hegemonia do país norte-americano. Tal ferramenta era ainda mais importante dado o contexto de Guerra Fria e disputa polarizada que o país travava com a União Soviética. Ao

definir subdesenvolvimento “como uma falta e não como o resultado de circunstâncias históricas, e tratando o ‘subdesenvolvido’ simplesmente como pobre sem procurar as razões para o seu desamparo, a ‘política de desenvolvimento’ fez do crescimento e da ajuda (entendido em termos tecnocráticos, quantitativos) a única resposta possível” (RIST, 2008, p. 79, tradução minha).

Não foi outro o fundo teórico por trás dos acordos MED-USAID, como analisados anteriormente:

“O objetivo era injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina a fim de estimular o desenvolvimento e esvaziar o apelo revolucionário de acordo com o figurino das teorias da modernização. (...). As teorias da modernização não se ocupavam apenas de mudanças sociais, elas também incluíam políticas de segurança: era preciso dotar os estados latino-americanos de forças repressivas modernas, capazes de fazer frente às ações do comunismo, que, afinal, era inimigo perigoso por seus laços com a URSS, potência capaz de rivalizar com os Estados Unidos no campo militar” (MOTTA, 2014, p. 112).

Ao mesmo tempo, a organização dos países do chamado Terceiro Mundo, com demandas estabelecidas em acordos coletivos como os assinados na Conferência de Bandung (1955), passava a desafiar as políticas empreendidas pelos países centrais. Em termos de produção teórica, as críticas à política internacional norte-americana partiram tanto de intelectuais marxistas do próprio país como dos países em processo de emancipação e desenvolvimento. Dentre os intelectuais norte-americanos críticos à teoria da modernização estavam, por exemplo, Paul Sweezy e Paul Baran, que publicaram o influente livro *Monopoly capital* (1966) ou o sociólogo C. Wright Mills que, como visto anteriormente, fazia oposição à sociologia *mainstream* norte-americana, como no livro *The sociological imagination* (1959), além de sustentar críticas ao imperialismo do seu país como em *Listen, yankee* (1960)¹²³.

Entre os latino-americanos, uma massa crítica já vinha sendo desenvolvida, sob diferentes matizes, desde o processo de descolonização no século XIX. As chamadas teorias da dependência, desenvolvidas sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1960, seria, entretanto, o produto mais diretamente relacionado a uma crítica à teoria da modernização. Estabelecendo raízes no pensamento da CEPAL, localizada na pulsante cidade de Santiago, no Chile (BEIGEL, 2009; GARCIA JR., 2009a), os teóricos da dependência formaram importantes

¹²³ Os três livros citados foram publicados no Brasil pela Zahar Editores e analisados no capítulo 3.

redes de interação e realizaram esforços no sentido de compreender as limitações de um processo de desenvolvimento dado no momento em que a economia mundial constituía-se de forma interdependente e sob a hegemonia de fortes grupos econômicos e forças estatais com características imperialistas (BEIGEL, 2006; DOS SANTOS, 2000).

Este debate teve grande centralidade na Zahar Editores. São exemplos os livros *Teoria do desenvolvimento* (1967) e *Processos e implicações do desenvolvimento* (1969) organizados por Luiz A. Costa Pinto e Waldomiro Bazzanella, em parceria com o Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLAPCS), então dirigido por Manuel Diegues Jr. Os aspectos relacionados ao desenvolvimento foram centrais nas discussões do CLAPCS, que realizou diversos estudos comparativos sobre mobilidade social, educação, industrialização, urbanização etc. Tais estudos, embora em grande medida fundamentados na noção de desenvolvimento, serviram de base para a elaboração de uma perspectiva crítica às teorias da modernização, inserindo questionamentos sobre os mecanismos estruturais de desigualdade e a necessidade de rupturas para a superação da condição de subdesenvolvimento. Como ressaltam os organizadores no primeiro dos dois livros, “tornou-se evidente que o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas significava necessariamente não só uma transformação interna naqueles países, mas também uma reestruturação da ordem mundial”¹²⁴. Nas duas compilações constam textos de Georges Balandier, Torcuato Di Tella, Jorge Graciarena, Gino Germani, Costa Pinto, dentre outros.

Na *Textos Básicos de Ciências Sociais* foram publicados livros como *Sociologia do desenvolvimento* (1967), organizado por José Carlos Garcia Durand, *Sociologia do desenvolvimento II*, organizado por Durand e Lia Pinheiro Machado, *Desenvolvimento, trabalho e educação* (1968), *Urbanização e subdesenvolvimento* (1969) e *Subdesenvolvimento e desenvolvimento* (1969), estes três organizados por Luiz Pereira. O mesmo Luiz Pereira também organizou o livro *Perspectivas do capitalismo moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento* (1971) para a *Biblioteca de Ciências Sociais*. Nas coletâneas citadas foram publicados textos de autores como Jacques Lambert, José Medina Echevarría, Peter Heintz, Rodolfo Stavenhagen, Herbert Blumer, André Gunder Frank, Daniel Lerner, Lúcia Pinheiro Machado (“Alcance e limites das teorias da modernização”), Glaucio Ary Dillon Soares, Luiz

¹²⁴ COSTA PINTO, L. A. BAZZANELLA, W. *Teoria do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Pereira, Alain Touraine, Robert K. Merton, Frantz Fanon, Francisco Zamora, além de textos da CEPAL.

Aos textos das coletâneas se somaram livros que contribuíram para compor o debate crítico sobre modernização e desenvolvimento, dentre eles *Desenvolvimento e crise no Brasil* (1968), de Bresser Pereira, *Projetos de desenvolvimento* (1969), de Albert O. Hirschmann, *Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento* (1973), de Aníbal Pinto, *Desenvolvimento dependente brasileiro* (1978), de Vilma Figueiredo e *Limites sociais do crescimento* (1979), de Fred Hirsch.

O livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1972), de Maria da Conceição Tavares – uma das obras mais comentadas na época e que chegou ao total de onze edições - reuniu quatro ensaios, escritos entre 1963 e 1971, que elaboram uma análise histórica e abrangente das políticas econômicas do país. A autora, formada em Ciências Econômicas pela Universidade do Brasil, havia trabalhado no Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek e era então, no momento de publicação do livro, chefe do escritório da CEPAL no Brasil.

Quatro obras de Florestan Fernandes publicadas pela Zahar contribuíram para essa discussão: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), *A revolução burguesa no Brasil* (1975), *A Sociologia numa era de revolução social* [uma primeira edição desse livro havia sido publicada em 1963] (1976) e *Poder e contrapoder na América Latina* (1981).

Uma das obras seminais para a discussão foi o *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. A obra havia sido publicada em 1969 em espanhol pela editora Siglo XXI e a versão em português, pela Zahar, saiu um ano depois. Em 1984 a publicação chegou a sua 7ª edição. Fernando Henrique Cardoso publicou também pela Zahar o livro *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* (1971).

Os textos publicados pela Zahar Editores, tanto nas coletâneas quanto em livros monográficos, contribuíram para a configuração e disseminação do debate sobre desenvolvimento e dependência no Brasil, disponibilizando textos fundamentais, traduzindo obras de autores estrangeiros e organizando antologias que serviram a diversas gerações de estudantes universitários e leitores interessados neste que se tornou um dos principais debates públicos da época.

4.6 Crise no mercado editorial e fim da parceria entre os irmãos

O período do chamado Milagre Econômico, entre os anos de 1968 e 1973, teve efeitos desiguais no mercado editorial. Crescia, por um lado, a produção total de livros, ultrapassando, pela primeira vez, a taxa de mais de um livro por habitante no país¹²⁵, puxado principalmente pela produção de livros didáticos que acompanhavam a expansão da educação em diversos níveis. Mas, por outro lado, o que se verificava com relação ao mercado de livros não escolares era uma dificuldade crescente, fato que viria a ser agravado pela crise do petróleo de 1973. O otimismo com relação ao crescimento econômico e o crescimento do mercado de capitais financeiros no período contribuíram para a construção de uma bolha especulativa que viria a estourar e trazer consequências graves para o país.

As expectativas, de parte do público, de rápidos lucros nos negócios de ações foram, infelizmente, extremamente irrealistas. O resultado foi uma bonita, mas frágil bolha de sabão, cujo estouro, em 1971, reforçou a classe média brasileira em sua propensão a restringir os investimentos financeiros à especulação com imóveis. A seguir, sobreveio a crise mundial do petróleo de 1973. Embora seja fácil exagerar suas consequências sobre a economia brasileira como um todo, seu impacto direto sobre a indústria editorial do país foi destruidor, principalmente porque o enorme aumento do custo de energia e do transporte ocorreu exatamente quando, por outras razões (...) os preços mundiais do papel estavam subindo. (...). Embora as vendas de livros didáticos se mantivessem, as editoras dependentes do mercado de livros não escolares foram duramente atingidas, na medida em que a classe média reagia ao custo de vida mais alto pela redução do consumo de itens de lazer (HALLEWELL, 2005, p. 529).

A Zahar Editores, que em 1968 havia publicado 59 novos títulos, número recorde desde a criação da editora, experimentou quedas sucessivas de produção, chegando a publicar apenas 24 obras inéditas em 1973. Uma série de cartas trocadas entre o sociólogo norte-americano Irving Louis Horowitz e a brasileira Neuma Aguiar, que havia sido aluna de Horowitz na Universidade de Washington, demonstra a atitude de prudência adotada por Jorge Zahar. Horowitz havia publicado nos Estados Unidos seu livro *Three Worlds of Development*. Jorge

¹²⁵ Como afirma Sandra Reimão (2011, p. 26): “Na primeira metade da década de 1970, no chamado Milagre Brasileiro, a edição de livros cresceu em número de títulos editados e também em número de exemplares. Em 1972, o Brasil ultrapassou, pela primeira vez, a barreira de um livro por habitante ao ano. Em 1972 a população brasileira era de 98 milhões de habitantes e foram produzidos 136 milhões de livros – 1,3 livros por habitante. Para entender esse crescimento é preciso levar em conta, entre outros indicadores básicos, a queda da taxa de analfabetismo de 39% para 29% na população com mais de cinco anos de idade, entre os anos de 1970 e 1980 “.

Zahar demonstrou interesse em publicar a obra no Brasil e chegou a realizar a tradução para o português. A versão final foi autorizada pelo autor, mas a publicação nunca aconteceu. Os sucessivos atrasos no lançamento do livro e a ausência de respostas por parte da editora deixaram Horowitz inquieto. Em uma carta endereçada à Horowitz, Neuma Aguiar fala que marcou um horário com Jorge Zahar para conversar sobre o atraso na publicação do livro. E complementa, antecipando a possível causa para a demora na publicação da obra: “Eu fui informada que as vendas em ciências sociais caíram terrivelmente nos últimos meses, portanto Zahar está com sérios problemas. Se ele tiver de atrasar a publicação do seu livro, não seria melhor esperar até que você tenha a nova versão de *Three Worlds of Development*?”¹²⁶ (tradução minha, ver figura 5). Cerca de um mês depois, passado o encontro, viria a resposta definitiva:

Querido Irving, aqui estão as notícias sobre seus livros. Zahar não pretende publicar *Three Worlds of Development* em um futuro próximo. Ele argumenta que embora o tenha pronto para impressão (traduzido e revisado), iria perder o investimento que fez se publicasse agora. Ele diz que não pretende publicar livro de Ciências Sociais por enquanto, a demanda por eles caiu consideravelmente.

Ênio Silveira, agora, não concorda. (Eu não sei que lado dele fala mais alto agora, o capitalista ou o comunista). Ele publicou seu livro [*Ascensão e queda do Projeto Camelot*, em 1969] cerca de 8 dias atrás. (...). Ele é um homem agradável de lidar e fala sobre você com admiração. (Zahar foi mais hostil)¹²⁷ (tradução minha, ver figura 6).

Como a troca de cartas deixa entrever, as dificuldades financeiras pelas quais passava o mercado editorial impunham à Jorge Zahar uma maior prudência na escolha dos títulos. A saída encontrada para superar as dificuldades que passaram a acometer a editora foi se unir a outra empresa editorial com maior capacidade de investimentos. Inicialmente estabeleceu contato com Octalles Marcondes Ferreira, mas a morte do dono da Companhia Editora Nacional impediu que as negociações prosseguissem (PIRES, 2017). A resolução acabou se dando com a editora Guanabara, que passou a ser dona de 50% das ações da Zahar Editores.

¹²⁶ Carta de Neuma Aguiar para Horowitz escrita no dia 18 de julho de 1969. Acesso em <https://digital.libraries.psu.edu/digital/collection/transaction/id/74438/rec/37> no dia 3 de janeiro de 2019. Tradução minha.

¹²⁷ Carta de Neuma Aguiar para Horowitz escrita no dia 15 de agosto de 1969. Acesso em <https://digital.libraries.psu.edu/digital/collection/transaction/id/74448/rec/38> no dia 3 de janeiro de 2019. Tradução minha.

A Guanabara era especializada em livros de medicina quando foi adquirida, nos anos 1930, por Abraão Koogan, russo que havia migrado para o Brasil, e pelo romeno Nathan Waissman. Nos anos 1950 a dupla criou a editora Delta, especializada em livros de referência, como a enciclopédia Delta-Larrousse. A parceria com a Zahar, intermediada por Abraão Koogan, foi firmada com o seu genro, Pedro Lorch, que estava à frente da editora naquele momento, embora as empresas tenham mantido atuação comercial separada (PIRES, 2017, p. 199–201).

A associação com a Guanabara Koogan significou não só uma fusão empresarial, mas o fim da parceria entre os irmãos, sócios desde 1947 quando assumiram a Livraria Ler. Embora os três tenham continuado trabalhando em salas vizinhas no mesmo endereço, passaram a exercer atividades paralelas, decorrente de um provável desentendimento. É o que se pode apreender de uma declaração dada por Ernesto vários anos depois do ocorrido: “Ficamos ricos, e isso nos fez perder a perspectiva de uma vida entre irmãos” (Ernesto Zahar apud PIRES, 2017, p. 198)¹²⁸. Na divisão dos bens, Jorge ficou com a editora, que já era, de fato, administrada exclusivamente por ele, Ernesto ficou com a Ler de São Paulo e a sobreloja na Rua México e Lucien, com a loja do térreo, que passaria a se chamar livraria Galáxia.

¹²⁸ Além dessa declaração de Ernesto Zahar, que não dá margem a muita interpretação, a suposição de que tenha havido um desentendimento entre os irmãos está baseada nas entrevistas realizadas para esta tese. Embora ninguém tenha informado detalhes sobre o ocorrido, foram relatados boatos, ouvidos na época pelos entrevistados, de que houve um desentendimento entre Ernesto e Jorge Zahar. Uma das suposições é de que o desentendimento teve motivação política, já que, segundo alguns relatos, Ernesto tinha uma atitude mais militante de esquerda enquanto Jorge era menos afeito a manifestações políticas. A isto se soma a ficha policial levantada pelo DOPS-RJ quando Jorge Zahar participou de uma chapa que concorreu à presidência do SNEL. Na ficha a polícia cita a participação de Jorge no manifesto do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), a assinatura do manifesto pela soltura de Ênio Silveira e o fasto de ser irmão de Ernesto “que registra vastos antecedentes comunistas” (PEREIRA, 2010, p. 186).

Figura 6 - Carta de Neuma Aguiar para Horowitz escrita no dia 18 de julho de 1969

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Neuma Aguiar Walker
Rua Sambaíba 261/103
Leblon, ZC-72
Rio de Janeiro, GB.- BRAZIL

July 18, 1969

Dr. Irving Louis Horowitz, chairman
Dept. of Sociology
Livingston College
Rutgers University
New Brunswick, New Jersey, 08903

Dear Irving,

Here am I, back home, had such a tremendous welcome from family and friends that I am really spoiled.

I was sorry not to have been able to locate you the day I left. Your home number had not yet been listed and my assumption that you would be on your office on a Saturday did not work out. But I think I have already expressed to you well enough the way I feel towards you and what you have done.

I had a long conversation with Roger and we have agreed that it would be good for both of us if we could spend one year or one and a half years as visiting professors at an American university beginning around January 1971. It could be in Rutgers if you think it is possible since we rather be near you, or in any place in the East you think it is viable. This would not mean to be quitting this place. We'd come back here. It would be important as an unconstraining parenthesis in our professional life.

I have made an appointment to see Zahar about your book on the coming week. It would be better to see him with a letter from you, but I have a good personal introduction to him and I will use it. I was told that social sciences sales have dropped terribly in the last few months so that Zahar is in real trouble. If he has to delay the publication of your book wouldn't it be better to wait until you have the new version of Three Worlds of Development? For seeing about the other book I shall need a letter of yours but I will first inquire who is in charge of Civilização Brasileira so that you will know whom to write to (I believe that Enio is back). Have you received the galleys of Camelot's Portuguese version? Be sure that if any of them need to be pushed around to do things properly I will be very glad to push them for you.

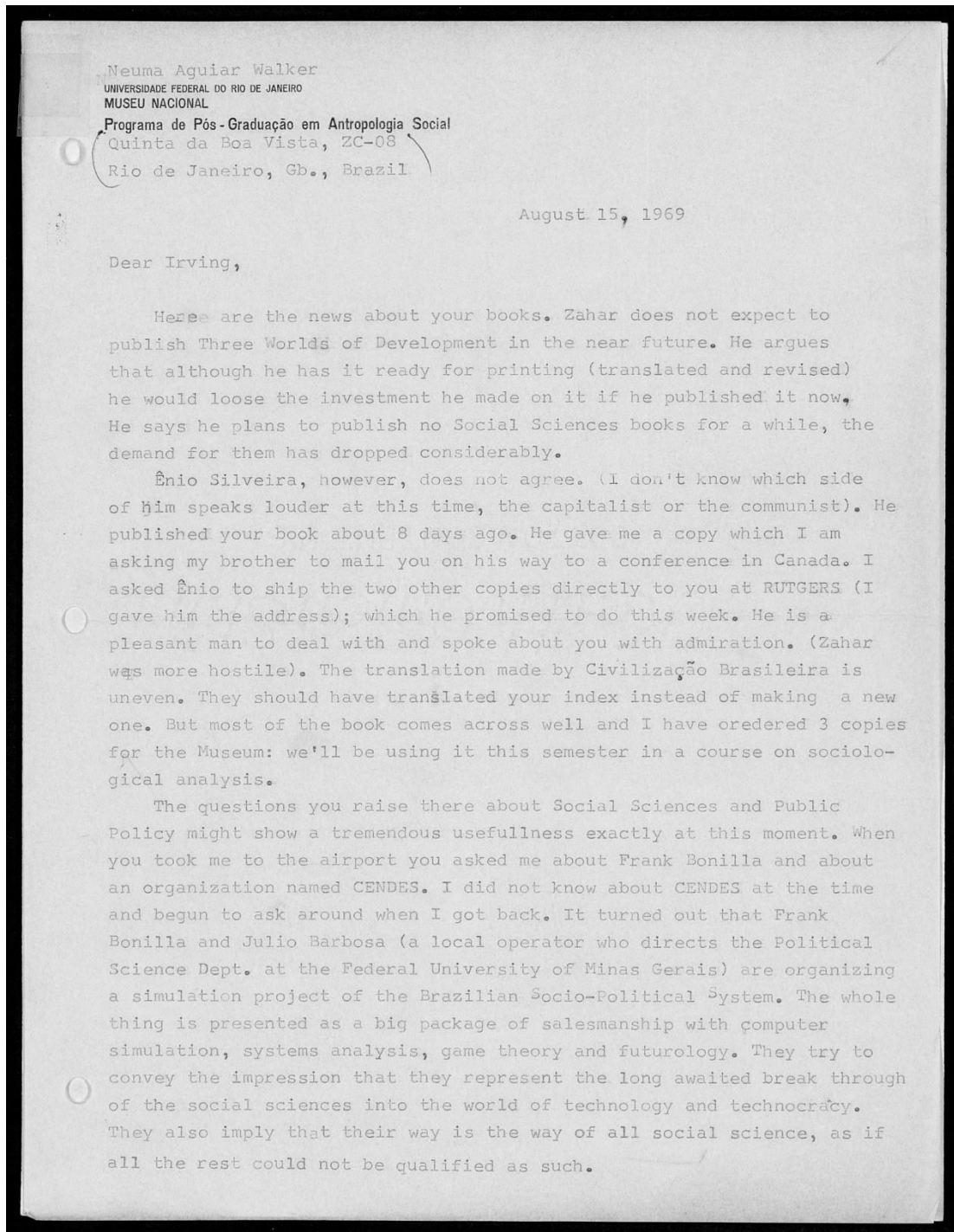
I have started again my work at the Museum, the first semester is finished now, and I will have only some papers to correct. Roberto Cardoso de Oliveira (the chairman at the museum) promised to get a grant to give me a good raise before I even brought up the subject so I guess he will really do it. The American professors for the second semester have begun to arrive: Richard Adams who said he exchanged correspondence with you. A quantifier whose name is Henry Selby (from the University of Texas). Antony Leeds is expected now any time (reflecting a little more, it seems that Texas took over).

Yesterday we had another meeting of the Circle, I was the speaker. We decided to begin to change the days of our meetings. Graciarena came, he sent his warmest regards to you and to Danielle (please tell her). Also Pompeu de Accioly Borges of whom you may know and a young chap that lived in Chile and Argentina for a while: Simon Schwartzmann (ex-student of Galtung). Mauricio Vinhas de Queiroz who has done a first rate piece of research on the Brazilian and Foreign Multibillionaire groups, and 20 other people of all ages and social science branches. For the first time I received phone calls from people asking to come, so you can imagine how valuable these meetings are becoming for us now.

Irving, there is one more thing I would like to ask you. I hope you don't mind. It is about the advice you gave me about what to do with the dissertation next, I want to know if I understood your advice correctly. You told me I should not try to publish it or parts of it. I understood this as part of another advice you had given me in the past always to try to do something new and not to repeat one's own work. In this sense the dissertation should open new paths of ideas and research but I should never be satisfied with it in itself. This would be a way of self-improvement and progress. Did I get it right?

Fonte: Pennsylvania State University Libraries, 1969.

Figura 7 - Carta de Neuma Aguiar para Horowitz escrita no dia 15 de agosto de 1969



Fonte: Pennsylvania State University Libraries, 1969.

4.7 Considerações finais

Dentre as características que marcaram a segunda metade dos anos 1960 e o início dos anos 1970 estão a reforma universitária de 1968 - que teve efeitos no crescimento do número de vagas para estudantes de graduação e o crescimento dos programas de pós-graduação - e o sistema repressivo instaurado pelo regime militar. Nesse momento a Zahar Editores manteve sua política editorial de tradução de obras estrangeiras voltadas para estudantes universitários e ampliou o seu escopo de atuação, criando uma coleção de compilações como a *Textos Básicos de Ciências Sociais*. É nesse momento que se estabelece uma maior presença de autores nacionais, principalmente os vinculados aos debates críticos às teorias da modernização. A repressão militar, apesar de ter exercido grande influência na seleção de obras da editora, como se mostrou com documentos e depoimentos de editores, não chegou a ser tão incisivo como foi com Ênio Silveira, amigo de Jorge Zahar e dono da editora Civilização Brasileira. De toda forma, os anos de bonança econômica do “milagre” começaram a ruir e com isso se instaurou uma crise no mercado editorial. Nesse momento Jorge se desvinculou dos irmãos e vendeu metade de suas ações para a Guanabara, editora que passaria a ser associada à Zahar Editores nos últimos dez anos da sua existência.

5 ABERTURA DEMOCRÁTICA E A FRAGMENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (1974-1984)

A paixão científica foi frequentemente reforçada como antídoto à frustração de atividade militante radical de experimentar a ‘crítica das armas’.

(GARCIA JR.; GRYNSZPAN, 2002, p. 322).

Entre 1974 e 1984 a Zahar Editores, em parceria com a editora Guanabara, ampliou a quantidade de livros publicados, chegando ao seu ápice em 1977, quando lançou 93 novos títulos. Os programas de pós-graduação em ciências sociais no Brasil, cujo marco de expansão foi a Reforma Universitária de 1968, começavam a dar seus frutos, acarretando em um processo de maior especialização e diversificação de enfoques metodológicos e temáticos. A antropologia e a ciência política passaram a estabelecer trajetórias independentes da sociologia, disciplina que havia sido hegemônica nos anos 1950 e 1960 (PEIRANO, 1999).

Parte fundamental desse processo se deu com a criação de coleções específicas no mercado editorial, voltadas para as especializações disciplinares e temáticas então emergentes. São ilustrativos desse momento a coleção *Grandes Cientistas Sociais*, lançada pela Editora Ática entre 1978 e meados de 1990 sob coordenação editorial de Florestan Fernandes (AURÉLIO, 2015; RODRIGUES, 2018); o lançamento da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, criada em 1978¹²⁹; a série de textos introdutórios da *Coleção Primeiros Passos*, lançado pela Editora Brasiliense, sob coordenação de Caio Graco Prado e iniciada na década de 1980; os textos clássicos da coleção *Os Pensadores*, da editora Abril; a coleção *Estudos Brasileiros*, da editora Paz e Terra (CARRIJO, 2013), dentre outras.

Os novos enfoques desenvolvidos nos programas de pós-graduação em ciências sociais e o processo de abertura política foram elementos compartilhados pelas novas coleções e linhas editoriais que se estabeleceram entre os anos 1970 e 1980. Na Zahar Editores, coleções como

¹²⁹ Como afirma Ênio Silveira, a nova publicação periódica não teve o mesmo apelo que a Revista *Civilização Brasileira* pois, em um momento em que a abertura política já se vislumbrava no horizonte do país, já não reunia interesses convergentes como os de oposição ao regime militar e luta contra o autoritarismo vigente.

Antropologia Social, Agricultura e Sociedade, Debates Urbanos e Perspectivas Antropológicas da Mulher foram exemplares desse momento de especialização disciplinar e temática.

5.1 A consolidação da pós-graduação no Brasil e a coleção *Antropologia Social*

Foi com a Reforma Universitária de 1968 que se estabeleceram os quatro primeiros programas de pós-graduação em antropologia no país: o do Museu Nacional (1968), o da USP (reestruturado em 1970), o da Unicamp (1971) e o da UnB (1972). Este movimento marcou não somente uma mudança geracional, mas sobretudo um modo distinto de produzir e divulgar o conhecimento produzido na área. Embora os estudos de etnologia e antropologia já viessem recebendo alguma atenção no mercado editorial nos anos 1940, como se pode notar na coleção *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional, dentre outras iniciativas editoriais, foi nos anos 1970 que a moderna antropologia social encontrou espaço privilegiado nos catálogos das editoras, sendo a coleção *Antropologia Social*, da Zahar Editores, uma das principais nesse momento¹³⁰.

O programa do Museu Nacional ganhou destaque nesse processo de institucionalização das pós-graduações em ciências sociais, alçando-se a uma posição de liderança nacional e consolidando uma nova geração de pesquisadores que, baseados no Rio de Janeiro, tiveram grande influência nacional. A criação do programa de pós-graduação em 1968, com apoio da Fundação Ford, foi a concretização de um projeto que já vinha se desdobrando desde meados dos anos 1950 com a convergência de interesses de pesquisa e os debates daí decorrentes (CARVALHO, 2015; GARCIA JR., 2009b).

Em 1955, Darcy Ribeiro havia criado o curso de Especialização em Antropologia Cultural no Museu do Índio, experiência repetida no ano seguinte no CBPE. Em 1960, Roberto Cardoso de Oliveira, junto a Darcy Ribeiro e Luiz de Castro Faria, e com o apoio do Instituto

¹³⁰ Sobre isso, Maria Corrêa (CORRÊA, 1995, p. 35) comenta: “Ainda está por ser feito um trabalho equivalente [ao realizado por Heloísa Pontes em relação às coleções brasileiras] rastreando a atuação dos antropólogos na organização de algumas séries editadas nas décadas de setenta e oitenta”. É exatamente este o propósito do presente tópico, tomando como estudo de caso a coleção *Antropologia Social* da Zahar Editores.

de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Brasil, criou o curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social e Cultural no Museu Nacional, instituição que já havia consolidado um prestígio decorrente das pesquisas arqueológicas, antropológicas e de ciências naturais. Dois anos depois, o mesmo Roberto Cardoso de Oliveira passou a coordenar a pesquisa “Estudos de áreas de fricção interétnica no Brasil” vinculada ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS). Desta pesquisa participaram alunos e ex-alunos do curso de especialização do Museu Nacional como Roque de Barros Laraia, Julio Cezar Melatti e Roberto DaMatta, realizando pesquisas de campo na região que então se classificava de “Brasil Central”, compreendendo áreas da região amazônica e nos limites do cerrado (ALMEIDA, 2009, p. 14). Outros dois projetos de pesquisa que compuseram esse panorama anterior à fundação do PPGAS foram o “Estudo Comparativo das Sociedades Indígenas Brasileiras” e o “Harvard Central Brazil Reserach”. As discussões desenvolvidas nessas pesquisas foram fundamentais para a formação do PPGAS, que se institucionalizou de fato com o apoio financeiro dado pela Fundação Ford ao projeto “Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional”, executado entre 1968 e 1972 com a coordenação de Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis¹³¹ (CARVALHO, 2015; GARCIA JR., 2009b).

Essa geração de antropólogos cristalizou uma atitude intelectual menos afeita às grandes explicações teóricas e mais relacionadas à pesquisa de campo etnográfica e trabalho em equipe, acarretando na criação de léxicos específicos para as áreas de estudos que passavam a se desenvolver (CORRÊA, 1995), marcadamente, em um primeiro momento, a etnologia e os estudos de camponeses e trabalhadores rurais nas frentes de expansão agrícola, e, em um segundo momento, o estilo de vida e a organização política das camadas populares e médias nas áreas urbanas.

A influência do estruturalismo, a realização de trabalho com enfoques em interações micro sociais em detrimento das interpretações globais, mais comuns na antropologia praticada entre os anos de 1930 e 1960, e a nova estrutura da carreira acadêmica, foram elementos definidores dessa nova geração (CORRÊA, 1995), em que, por um lado, vivia-se a expansão dos programas de pós-graduação mas, por outro, enfrentava-se um dos momentos de maior autoritarismo nos governos militares. Perguntando-se como a antropologia pôde crescer num ambiente político tão hostil, Mariza Corrêa responde: “Talvez justamente por isso: acostumada

¹³¹ Para uma análise das biografias de Roberto Cardoso de Oliveira, David Maybury-Lewis e Luiz de Castro Faria, e a intermediação destes intelectuais junto à Fundação Ford para a construção do PPGAS, ver Garcia Jr. (2009b). Também Lucas Correia Carvalho (2015) apresenta detalhes e desdobramentos deste processo.

historicamente a compreender a perspectiva do outro, foi nesse momento particularmente difícil, atípico, anômalo, que a disciplina teve a melhor oportunidade de demonstrar como fazê-lo” (1995, p. 106). Essa afirmação sustenta a hipótese levantada por David Maybury-Lewis e lembrada por Mariza Corrêa para explicar esse período: os jovens que, ao invés de partirem para a luta armada, ficaram nas universidades, se depararam com uma contradição que consistia em elaborar formas de tomar partido dos oprimidos sem conhecê-los. Esse paradoxo alimentou estudos sobre a classe e a cultura populares, movimentos sociais no campo e nas áreas urbanas e populações indígenas. Como afirma Garcia Jr., em análise sobre a formação do PPGAS:

Esta configuração paradoxal, que reunia condições materiais excepcionalmente favoráveis a uma forte repressão, forneceu uma pista para se compreender por que os programas de pesquisa mais inovadores tenham surgido na fase mais negra do regime militar. Para os estudantes e os pesquisadores em antropologia, o ascetismo da pesquisa substituiu a antiga disponibilidade sem limites para as manifestações públicas (GARCIA JR., 2009b, p. 433).

A efervescência nas discussões antropológicas estimulou, por um lado, a publicação de traduções que servissem aos estudantes universitários e, por outro, a publicação de obras de autores nacionais, várias delas oriundas de teses e dissertação que surgiam naquele momento. Duas coleções marcam o catálogo da Zahar Editores nesse momento: a *Curso de Antropologia Moderna* e a *Antropologia Social*.

Entre 1970 e 1971 a Zahar publicou seis livros organizados na coleção *Curso de Antropologia Moderna: A formação do estado* (1970), de Lawrence Krader; *Sociedades tribais* (1970), de Marshall Sahlins; *Os estágios da evolução humana* (1970), de C. Loring Brace; *Sociedades camponesas* (1970), Eric R. Wolf; *Os caçadores* (1971), de Elman R. Service; e *Pré-história do novo mundo* (1971), de William T. Sanders e Joseph Marino. Os livros organizam uma série de assuntos de antropologia e arqueologia voltados principalmente para estudantes universitários. Trata-se da tradução de uma série de livros originalmente publicados na coleção *Foundations of modern anthropology*, dirigida desde 1966 por Marshall Sahlins para a editora norte-americana Prentice-Hall. A participação de intelectuais cariocas já se faz presente nessa coleção de traduções. É o caso das revisões técnicas realizadas por Evaristo Moraes Filho para o livro de Lawrence Krader e por Gilberto Velho para o livro de Eric Wolf,

além da tradução de Yvonne Maggie Alves Velho para o livro de Marshall Sahlins, com a revisão técnica de Francisca Isabel Vieira Keller, professora do PPGAS¹³².

A contribuição da família Alves Velho, que, como já se viu anteriormente, se iniciou com a tradução do primeiro livro da editora, realizada pelo patriarca Octávio Alves Velho, e continuou com as contribuições de Otávio Guilherme Velho e Gilberto Velho. O livro *Frentes de expansão e estrutura agrária* (1972) de Otávio Guilherme Velho, publicado na coleção *Biblioteca de Ciências Sociais*, marcou não só o momento em que os irmãos estabeleceram sua primeira contribuição como autores da casa, mas o início de uma política editorial de publicação de dissertações e teses realizadas nos recém-inaugurados programas de pós-graduação em ciências sociais. Otávio Guilherme Velho havia sido aluno da primeira turma de mestrado do PPGAS do Museu Nacional e o livro publicado pela Zahar era o resultado da sua dissertação, a primeira defendida no programa, em 1970, escrita por ele sob orientação de Roberto Cardoso de Oliveira. Gilberto, seu irmão mais novo, matriculou-se na turma do ano seguinte, em 1969, e a sua dissertação, defendida também em 1970, sob orientação de Shelton H. Davis, com o título *A utopia urbana: um estudo de ideologia e urbanização*, foi publicada pela Zahar em 1973, também na *Biblioteca de Ciências Sociais*.

Andando pelo centro do Rio de Janeiro quase quinze anos depois da publicação da primeira edição de *A utopia urbana* – que já naquele momento estava na quinta edição - Jorge Zahar se deparou com a primeira edição da obra sendo vendido ao lado de vários outros livros expostos na calçada. A reação dele é reveladora dos laços que estabeleceu com o autor: “Vi no chão um exemplar da primeira edição de *Utopia urbana* e aquilo me comoveu. Comprei” (ZAHAR, 2001, p. 50). Era recíproco o carinho de Gilberto com relação ao editor: “O Jorge foi uma das pessoas com quem eu mais troquei ideias, no sentido mais amplo. Eu tive com ele conversas muito importantes sobre minha vida, sobre situações muito difíceis. Naquela geração, as maiores perdas que eu sofri foram as de Jorge e de meu pai” (Gilberto Velho apud PIRES, 2017, p. 212).

¹³² Francisca Isabel Schurig Vieira Keller (1935 – 1981) foi da primeira turma de professores convidados por Roberto Cardoso de Oliveira para formar o PPGAS do Museu Nacional. Formada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1957, realizou o mestrado em Antropologia Social no King’s College University of Durham (Newcastle, Inglaterra), em 1962 e o doutorado em Ciências (Antropologia), com orientação de Florestan Fernandes, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1967. Participou da construção e execução do projeto “Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional” e orientou dissertações como as de Neide Esterici e Maria Julia Goldwasser, dentre outros (Mais informações em <http://www.ppgasmn-ufRJ.com/francisca-keller.html>. Último acesso no dia 25 de janeiro de 2019).

Outra pessoa com o sobrenome Alves Velho que contribuiu com a autoria de um livro pela Zahar foi Yvonne Maggie Alves Velho. Trata-se da publicação do livro *Guerra de orixá* (1975) pela coleção *Antropologia Social*. Yvonne Maggie era da mesma turma de Gilberto no curso de ciências sociais. É de 1967 a primeira contribuição dela para a editora, assinando, ainda com o sobrenome de solteira, Yvonne Maggie Costa Ribeiro, a tradução do texto de Albert Memmi, “Cinco proposições para uma sociologia da literatura”, para a coletânea *Sociologia da arte II* (1967) organizada por Gilberto Velho como parte da coleção *Textos Básicos de Ciências Sociais*. Os dois se casaram em 1968 e passaram a estabelecer uma relação bastante próxima com a família Zahar, tendo o jovem casal, inclusive, recebido a visita de Jorge e Ani nos Estados Unidos, no período em que faziam um curso de especialização em antropologia (PIRES, 2017).

“Guerra de orixá: um estudo de ritual e conflito” foi o título da dissertação de mestrado defendida por Yvonne Maggie em 1974 sob orientação de Roberto DaMatta, que era então coordenador do PPGAS do Museu Nacional. Gilberto levou a Jorge Zahar a proposta de publicação da dissertação como livro que, como recordaria Yvonne em entrevista posterior, a recebera com ceticismo, mas aceitou e acabou animado com o sucesso do livro, que teve uma nova edição dois anos depois.

(...) eu lembro que eu era muito tímida também, e não falava muito, ele [Jorge Zahar] falou assim, ele era muito duro: “você está preparada? Você está preparada para o que vai ser depois que você for autora?”. Porque eu acho que eles não acreditavam muito na minha força de continuar a fazer aquilo e tal, eu era tão garota. Com 27 anos eu tinha cara de 18. E eu acho que quando o livro saiu ele ficou muito encantado, porque foi mesmo... A primeira resenha que saiu foi até de uma moça que depois começou a escrever sobre comida, que eu sempre esqueço o nome dela. E ela falou isso, “o best-seller da antropologia”, porque foi um livro que começou, imagina, anos 70, um monte de terreiro, essa vivência naquela época... Então o livro não só esgotou logo, como até hoje é um livro muito xerocado por todas essas coisas de terreiro (MAGGIE, 2010, p. 41).

A dimensão pública do “autor”, como se observa na fala de Maggie, diz respeito ao lugar público ocupado pelo intelectual que vai além do diálogo entre pares, saindo de uma arena intra-intelectual para uma arena intelectual pública (BAERT, 2015). Foi a partir da publicação de livros como *A utopia urbana* (1973) e *Desvio e divergência* (1974) que Gilberto Velho passou a ter uma visibilidade pública:

Eu comecei a falar na imprensa sobre temas como o Rio de Janeiro, que é o tema que até hoje é central para mim. É claro que o caso de Copacabana é um caso constantemente requisitado, tanto na imprensa escrita como na televisão. (...). Então, aí se junta à minha atividade docente. O fato de eu ser professor da UFRJ, primeiro no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e logo depois no Museu Nacional, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, fez com que eu fosse me tornando uma pessoa mais conhecida. Com a publicação do *Utopia urbana e do Desvio e divergência*, mais. E eu tive a ousadia de começar a falar sobre a questão das drogas – já naquela época, defendendo a descriminalização das drogas. Também, esse foi um outro tema que aparecia. E a problemática geral do desvio, das acusações de desvio, do comportamento desviante (VELHO, 2010, p. 15).¹³³

O curso de especialização em Antropologia Urbana e Sociedades Complexas na Universidade do Texas, realizado por Gilberto, teve uma influência decisiva no percurso intelectual que ele viria a seguir. O curso com o antropólogo Ira Buchler, como ele viria a afirmar em diversas ocasiões (VELHO, 2001, 2010, 2012), foi fundamental para a sua decisão em se aprofundar nos estudos de comportamentos desviantes¹³⁴. Com o seu retorno ao Brasil ministrou, em 1972, como professor do PPGAS do Museu Nacional, uma disciplina sobre o tema. Os artigos finais escritos pelos alunos, sob a orientação e revisão de Gilberto, formaram a base dos textos compilados no livro *Desvio e divergência*, publicação inaugural da coleção Antropologia Social. Além do artigo inicial, “O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social”, escrito por Gilberto Velho como forma de agregar teórica e metodologicamente o debate, foram publicados “Cria fama e deita-te na cama: um estudo de estigmatização numa instituição total”, de Maria Julia Golwasser, “ ‘Alunos excepcionais’: um estudo de caso de desvio”, de Dorith Schneider, “Umbanda e loucura”, de Zilda Kacelnik, “Estigma e comportamento desviante em Copacabana”, texto de Gilberto publicado originalmente em 1971 na Revista América Latina, e “Acusação e desvio em uma minoria”, de Filipina Chinelli.

¹³³ Também a circulação internacional de ideias e a configuração de vínculos entre pensadores e instituições, é um âmbito fundamental da atuação pública de um intelectual, em que as editoras têm grande importância. Referindo-se a seus vínculos com pesquisadores portugueses, Gilberto Velho atentou para o fato de que a parceria com pessoas daquele país foi possibilitada pela presença dos seus livros no país: “Houve um congresso em Lisboa em 1994 e lá fui procurado por pessoas que tinham lido os meus livros. Eu sabia que se vendiam livros da editora Zahar em Portugal havia muito tempo, pois a Zahar foi uma editora também pioneira em termos de expansão dos livros brasileiros em Portugal, mas não tinha idéia de que os meus livros eram lidos” (VELHO, 2001, p. 209).

¹³⁴ Gilberto Velho destaca o curso “etnografia dos hospitais psiquiátricos e prisões”, oferecido pelo professor Ira Buchler, como fundamental na sua trajetória de pesquisas. Foi nessa ocasião que ele teve contato mais completo com as obras de Goffman e de Howard S. Becker, de quem viria a se tornar colaborador e amigo. Na mesma oportunidade, estreitou os contatos com os professores Anthony Leeds e Richard Adams, que já havia conhecido em cursos realizados anteriormente no Museu Nacional.

A coleção seguiu com a publicação de obras clássicas e contemporâneas de reconhecidos antropólogos estrangeiros, por um lado, e com a publicação de autores nacionais, por outro, vários deles alunos e colegas de Gilberto Velho no PPGAS do Museu Nacional (a lista completa de publicações da coleção está disponível no Apêndice B).

Entre os estrangeiros foram publicados livros como *Elementos de organização social* (1974), de Raymond Firth; *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1975), de Erving Goffman; *Uma Teoria da ação coletiva* (1977), Howard S. Becker; *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande* (1978), de Evans-Pritchard; *A interpretação das culturas* (1978), de Clifford Geertz; *História social da criança e da família* (1978), de Philippe Ariès¹³⁵; *A Sociologia do Brasil urbano*, de Anthony Leeds e Elizabeth Leeds; e *Cultura e razão prática* (1979), de Marshall Sahlins.

Entre os autores brasileiros, ou com atuação no Brasil¹³⁶, foram publicados, além da coletânea inaugural organizada por Gilberto Velho e o já citado livro *Guerra de orixá*, de Yvonne Maggie, *O palácio do samba: um estudo antropológico da escola de samba Estação Primeira de Mangueira* (1975), dissertação de mestrado de Maria Julia Goldwasser sob orientação de Francisca Isabel Keller; *Arte e sociedade* (1977), organizado por Gilberto Velho¹³⁷; *Carnavais, malandros e heróis* (1979), de Roberto DaMatta; *Individualismo e cultura* (1981), de Gilberto Velho; *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro* (1981), dissertação de mestrado de Carlos Nelson Ferreira dos Santos defendida no PPGAS em 1979 sob orientação de Gilberto Velho; *Para inglês ver* (1982), de Peter Fry; *Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular* (1983) dissertação de mestrado de Alba Zaluar defendida no PPGAS em 1974 sob orientação de Roberto Da Matta; e *O mundo invisível:*

¹³⁵ Não foi possível averiguar se este livro de Philippe Ariès fez parte desde a sua primeira edição da coleção Antropologia Social, embora a publicação tenha sido indicada pelo próprio Gilberto Velho (2001). A menção ao livro como parte da coleção se dá em relação à sua segunda edição, de 1981, e pode ser vista em uma lista de obras da coleção Antropologia Social na orelha do livro *Os Homens de Deus*, de Alba Zaluar, publicado em 1983. O mesmo aconteceu com *Sociologia do Brasil Urbano*, de Anthony e Elizabeth Leeds. Publicado como parte da coleção Biblioteca de Ciências Sociais, foi incorporado posteriormente à lista de Antropologia Social, muito possivelmente como estratégia comercial, já que trata de um tema próximo ao de outras obras da coleção.

¹³⁶ Isso não exclui o grupo de autores listado acima, já que Anthony e Elizabeth Leeds tiveram passagens significativas no Brasil, e Howard Becker realizou uma série de palestras no PPGAS. Peter Fry, por outro lado, embora seja um autor de origem inglesa, estabeleceu carreira acadêmica no Brasil e a própria obra publicada pela Zahar é fruto de reflexões sobre o país.

¹³⁷ Na obra foram publicados os seguintes textos: "Vanguarda e Desvio", de Gilberto Velho; "Mundos Artísticos e Tipos Sociais", de Howard Becker; "Por que os Índios Suya Cantam para Suas Irmãs?", de Anthony Seeger; "Relações de Parentesco e de Propriedade nos Romances do "Ciclo da Cana" de José Lins do Rego", de José Sérgio Leite Lopes; "Uma genealogia de Euclides da Cunha", de Alfredo Wagner Berno de Almeida; e "Romeu e Julieta e a Origem do Estado", de Eduardo Viveiros de Castro e Ricardo Benzaquen de Araújo.

cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo (1983), dissertação de mestrado defendida no PPGAS em 1982 por Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti.

A publicação de *Carnavais, malandros e heróis* consolidou as incursões de DaMatta pelas questões relativas à identidade nacional brasileira, tema que seria o enfoque de diversas outras obras futuras e o faria conhecido por várias gerações de cientistas sociais. O estruturalismo possibilitava uma análise mais horizontal das sociedades, facilitando o diálogo entre o estudo das sociedades indígenas e a identidade nacional, como já anunciava o autor no livro *Ensaio de antropologia estrutural*, publicado pela editora Vozes em 1973 (PEIRANO, 1999). A escolha do carnaval como objeto de estudo naquele momento, entretanto, não era convencional e a recepção de *Carnavais, malandros e heróis*, embora positiva para grande parte do público - tendo demandado três novas edições em apenas quatro anos - foi de crítica por parte de vários especialistas. A publicação do livro naquele momento, segundo afirma Gilberto Velho, “escandalizou”.

Você sabe que, na época, havia gente mais dogmática, mais radical. E o Matta conta isso, eu não sei quem foi, mas um colega dele disse que era absurdo estudar carnaval, samba; tinha que estudar camponês, operário. Ele foi levado meio na gozação pelo pessoal mais dogmático, mais ortodoxo (Gilberto Velho apud TRINDADE, 2012, p. 313).

Além dos livros publicados nas coleções citadas, são identificadas obras esparsas, sem coleção definida, mas que são fundamentais para a disciplina, como o clássico de James George Frazer, *O ramo de ouro* (1982), além de livros de debate histórico e teórico sobre a disciplina como *Uma história da antropologia* (1981), de Murray Leaf, e *Lévi-Strauss: estruturalismo e teoria sociológica* (1977), de C. R. Badcock. Ao se analisar os livros de antropologia publicados pela Zahar Editores, é possível perceber o surgimento de novos temas e abordagens metodológicas que estavam em diálogo com os temas que vinham sendo abordados por essa nova geração de cientistas sociais vinculados aos programas de pós-graduação.

5.2 Questões agrárias e agência política na coleção Agricultura e Sociedade

Um dos temas fundamentais das ciências sociais nos anos 1970 foi o das questões rurais. Os estudos sobre os vínculos empregatícios e as formas de reprodução e de organização política dos camponeses tomaram a dianteira da agenda de pesquisas de antropólogos e sociólogos, respondendo de forma crítica aos tradicionais estudos de comunidade, às perspectivas vinculadas às teorias da modernização e marcando um traço de descontinuidade com relação às interpretações nacionais que identificavam nas matrizes sociais que organizavam o mundo rural no período da colônia os percalços do processo de modernização que tomava fôlego nos anos 1930 (GARCIA JR.; GRZYNSZPAN, 2002). Nas novas pesquisas etnográficas, o trabalhador do campo deixava de ser visto como uma categoria constituída *à priori* ou como um grupo social em extinção – assim como vinha ocorrendo nos estudos dos povos indígenas – e passava a ser objeto de debates teóricos consistentes e de renovado interesse político, visto como um agente mobilizador contrário ao regime militar.

Os pesquisadores vinculados ao PPGAS do Museu Nacional tiveram papel central na constituição desse debate. Os projetos que precederam a construção do programa de pós-graduação, citados no tópico anterior, animaram uma série de questionamentos a respeito do universo rural e sua relação com o processo de modernização nacional. É fruto desses esforços, por exemplo, o livro de Roberto Cardoso de Oliveira *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*, oriundo da tese de doutorado defendida na USP em 1966 sob orientação de Florestan Fernandes e publicada em livro pela Zahar em 1968¹³⁸.

Otávio Velho, que ingressou como aluno de mestrado na primeira turma do PPGAS, em 1968, havia iniciado dois anos antes sua experiência de trabalho de campo, acompanhando Roque de Barros Laraia em expedição à aldeia Suruí, na região conhecida como Tocantins Paraense. Em 1969, como assistente de pesquisa e bolsista do CNPq no projeto coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira “Estudo do colonialismo interno no Brasil” continuou os trabalhos etnográficos na região do “Brasil Central” (ALMEIDA, 2009). A dissertação de mestrado de

¹³⁸ Este livro marcou a criação de uma pretensa coleção intitulada Biblioteca de Etnologia Brasileira, que seria coordenada pela Divisão de Antropologia do Museu Nacional. Segundo consta na orelha do livro escrita por Luís de Castro Faria: “os jovens universitários, alunos dos Cursos de História, de Ciências Sociais e de Geografia, encontrarão pela primeira vez – e isto depois de trinta anos de funcionamento desses cursos – uma bibliografia fundamental, criteriosamente selecionada, e de fácil aquisição. (...). Com os livros da Biblioteca de Etnologia Brasileira cairão também duas outras barreiras – a da língua e a do poder aquisitivo em dólar”. Esta coleção, entretanto, não teve continuidade e algo parecido parece ter sido posto em marcha com a coleção Antropologia Social criada em 1974 e coordenada por Gilberto Velho, como analisado no tópico anterior.

Otávio Guilherme Velho, orientada por Roberto Cardoso de Oliveira, *Frentes de expansão e estrutura agrária*, foi defendida em 1970 e publicada como livro pela Zahar Editores em 1972.

Em 1973 Otávio Velho e Moacir Palmeira ministraram pela primeira vez o curso “Sociedades Camponesas”. Tiveram grande relevância as pesquisas de campo realizadas por Otávio e Moacir respectivamente na região da Amazônica e no Nordeste, e as discussões teóricas e metodológicas que ambos ajudavam a desenvolver. Um autor como Eric R. Wolf, cujo livro *Sociedades camponesas* havia sido publicado pela Zahar em 1970, teve grande influência nas discussões, sobretudo no que concerne ao estatuto dos vínculos empregatícios na *plantation*, foco dos trabalhos de Moacir junto a sua colega de Museu Nacional Lygia Sigaud.

O projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” (1975-1977) foi fundamental tanto na consolidação do PPGAS quanto no aprofundamento das questões agrárias e do campesinato no Brasil, com desdobramentos, como se verá adiante, também nos estudos de setores produtivos urbanos. Isso se deu no momento em que acabava o projeto inaugural do programa financiado pela Fundação Ford e minguavam as verbas para a manutenção do departamento, situação que se agravou ainda mais com a saída de Roberto Cardoso de Oliveira do programa 1972, decorrente de desentendimentos institucionais, para participar da fundação da pós-graduação em antropologia da UnB. O Projeto Emprego, como ficou conhecido, foi coordenado por Moacir Palmeira e contou com a participação, em diversos momentos da pesquisa, de alunos e professores do PPGAS, dentre eles Otávio Velho, Lygia Sigaud, Afrânio Garcia Jr., José Sérgio Leite Lopes, Luiz Antônio Machado da Silva, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Neide Esterici, Beatriz Heredia, dentre outros¹³⁹.

A “questão agrária”, como ficou conhecida, vinha chamando a atenção do país desde meados dos anos 1950, sobretudo pela atuação política das Ligas Camponesas nos estados de Pernambuco e Paraíba. O interesse dos pesquisadores pelo tema atrelava-se, por um lado, ao desdobramento das críticas às teorias da modernização e às teses de proletarização dos camponeses - que deixariam a condição de trabalhador rural “tradicional” quando fossem incorporados pela expansão do capitalismo -, e, por outro, a percepção de que, mesmo após o golpe militar de 1964 e a repressão gradativamente instaurada pelo regime, era efervescente a organização política dos trabalhadores rurais.

A pesquisa em si, era “percebido como uma luta contra a censura política e o silêncio forçado sobre temas tidos pelos déspotas como delicados” (GARCIA JR.; GRZYNSZPAN,

¹³⁹ Para uma análise completa do Projeto Emprego, Cf. Lucas Correia Carvalho (2015).

2002, p. 327). Além disso, vários dos intelectuais envolvidos nas pesquisas participaram ativamente de organizações de trabalhadores rurais, o que revela a convergência entre os interesses teóricos e políticos dos pesquisadores envolvidos no projeto, e que vai ganhar novas proporções a partir de 1979 no processo de abertura política e de intensificação das lutas por reforma agrária e democratização no país. Moacir Palmeira atuou como assessor da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), entre 1978 e 1989, e foi diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1985, e Afrânio Garcia Jr. foi assessor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ). A atuação se deu também em áreas urbanas, como foi o caso de José Sérgio Leite Lopes como assessor da Pastoral Operária de Nova Iguaçu¹⁴⁰.

É de se notar que mesmo no período de repressão, o Museu Nacional esteve parcialmente protegido das incursões militares por conta do prestígio que a instituição acumulava e por suas pesquisas serem mais reconhecidamente relacionadas às ciências biológica, botânica, zoologia e arqueologia, restando à instituições como o IFCS, no Rio de Janeiro, uma maior vigilância por parte do regime com relação à atuação dos seus professores, pesquisadores e alunos (CARVALHO, 2015; GARCIA JR., 2009b; VELHO, 2001).

Foi a partir dessa confluência de interesses, em grande parte relacionada às pesquisas desenvolvidas no âmbito do PPGAS sobre campesinato, frentes de expansão agrícola e demais matizes relacionados à questão rural que se viabilizou uma série de iniciativas editoriais. Dentre elas está a coleção *Agricultura e Sociedade* coordenada por Otávio Guilherme Velho e Bernardo Sorj para a Zahar Editores (a lista completa de publicações da coleção está disponível no Apêndice B). Em 1976 Bernardo Sorj havia concluído seu doutorado no mesmo Departamento de Sociologia da Universidade de Manchester onde havia se doutorado também Otávio Velho. A tese intitulada *The State in peripheral capitalism: with a case study of Peru after 1968*, teve orientação de Teodor Shanin, reconhecido pesquisador de temas relacionados aos camponeses e autor do livro *The awkward class: political sociology of peasantry in a developing society. Russia: 1910-1915*, publicado em 1972 e bastante influente entre pesquisadores brasileiros.

O livro de Bernardo Sorj, *Estado e classes sociais na agricultura brasileira* (1980), inaugurou a coleção. De Otávio Velho foram publicados a segunda edição de *Frentes de*

¹⁴⁰ Para mais detalhes sobre a atuação dos pesquisadores do PPGAS em sindicatos e organizações de trabalhadores rurais e urbanos, ver Lucas Correia Carvalho (CARVALHO, 2015).

expansão e estrutura agrária, em 1981, e *Sociedade e Agricultura* (1982), coletânea de artigos publicados em diferentes momentos entre 1967 e 1980, acrescido de um texto inédito.

Os demais livros foram, em geral, dissertações de mestrado, teses de doutorado ou trabalhos monográficos escritos por jovens pesquisadores. Dois autores foram orientados de mestrado de Otávio Velho no PPGAS: Delma Pessanha Neve, autora de *Lavradores e pequenos produtores de cana* (1981), que havia defendido a dissertação em 1979 com o título original “Crescentes e minguentes: estudo das formas de subordinação dos lavradores de cana ao capital”; e Luiz Eduardo Soares, que publicou em livro pela coleção o texto da dissertação homônima *Campesinato: ideologia e política* (1981). O livro *Agricultura, cooperativas e multinacionais* (1982) foi escrito por Odacir Luiz Coradini e Antoinette Fredericq, ambos orientados de Bernardo Sorj no mestrado em ciência política da UFMG, cujas dissertações tiveram os respectivos títulos: “As cooperativas e a agroindústria”, defendida em 1980, e “A Nestlé e o complexo agroleiteiro”, defendida em 1981.

Foram publicados também trabalhos de outros pesquisadores não vinculados às instituições onde lecionavam os organizadores da coleção. São os casos de *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil* (1982), de José Graziano da Silva, que havia feito o doutorado na UNICAMP com tese intitulada “Progresso técnico e força de trabalho na agricultura brasileira”, publicada com mesmo nome em livro pela Hucitec em 1981, e *Trabalhador infantil e escolarização no meio rural* (1983) de Maria Helena Rocha Antuniassi, cuja tese “O Trabalhador mirim na agricultura paulista” foi defendida na USP em 1981 sob orientação de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Completam a coleção o livro *Camponeses e agroindústria* (1982), de Bernardo Sorj, Malori J. Pompermayer e Odacir Luiz Coradini e *Tradição e mudança: a organização do espaço na área rural e urbana e na área de irrigação do Sub-Médio São Francisco* (1983), de Manuel Correia de Andrade.

Além dos livros publicados na coleção *Agricultura e Sociedade*, outras publicações da editora estiveram diretamente vinculadas ao debate sobre camponeses, fronteiras agrícolas e formas de organização do trabalho rural dos anos 1970 e 1980. São os casos, por exemplo, de *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil* (1978) de Shelton D. Davis, que foi o orientador de mestrado de Gilberto Velho no PPGAS e havia organizado para a coleção *Textos Básicos de Ciências Sociais* o livro *Antropologia do direito* (1973); *A Luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais* (1982) de Joe Foweraker, obra que havia sido publicada um ano antes pela Cambridge University Press; A

reforma agrária no Brasil (1971) de José Gomes da Silva¹⁴¹; *A questão agrária na América Latina* (1976), de Glaucio Ary Dillon Soares; *Agricultura e transformação estrutural* (1977), de Bruce F. Johnston e Peter Kilby; além de *Geopolítica da Amazônia* (1981), de Bertha K. Becker, e *Introdução à sociologia do desenvolvimento rural* (1982), de Norman Long, ambas vinculadas à coleção *A Terra e o Homem*¹⁴².

Além da Zahar, editoras como a Paz e Terra, Hucitec, Ática e Vozes, dentre outras, destacaram-se pela publicação de livros relacionados à temática. Nota-se, dessa forma, seja pela constituição da coleção *Agricultura e Sociedade* e pelas publicações esparsas em outras coleções, seja pelo crescimento das publicações sobre o tema em outras editoras, que a questão rural se tornou tema proeminente no campo editorial de ciências sociais no Brasil, alinhando-se às discussões realizadas nos programas de pós-graduação, cujo vínculo com o PPGAS mostrou-se decisivo, e aos debates públicos. A interação entre intelectuais e editores se revela, dessa forma, primordial para o estabelecimento e consolidação de um campo de pesquisas. A publicação de dissertações, teses e demais formatos de produção de conhecimento vinculados à universidade encontram nas editoras uma forma de alcançar maior amplitude e ressonância, possibilitando a configuração de debates que possivelmente ficariam restritos a um universo muito menor de pessoas já envolvidas no tema e com reduzida capacidade de formulação de uma agenda pública de discussão. Desdobramentos parecidos tiveram os estudos urbanos, que têm em comum com a questão agrária, ao menos em partes, a origem no universo da pós-graduação e nas pesquisas vinculadas ao PPGAS.

¹⁴¹ Esse livro foi uma sugestão de Mario Afonso Carneiro, colega de Moacir Palmeira, que pediu a intermediação com Jorge Zahar para viabilizar a publicação (entrevista com Moacir Palmeira).

¹⁴² A coleção *A Terra e o Homem* foi editada de forma espaçada entre 1965 e 1982, contando ao todo com doze livros voltados para os cursos de geografia. Alguns títulos são: *Geografia e política* (1965), de A. E. Moodie; *Introdução à Geografia Humana* (1966), de J. H. G. Lebon; *Espírito e propósitos da Geografia* (1967), de S. W. Wooldridge e W. Gordon East; *Introdução à Geografia da população* (1969). Para uma lista completa conferir o Apêndice A.

5.3 Os estudos urbanos no Rio de Janeiro

Assim como analisado no caso dos debates sobre a questão agrária e os estudos de camponeses no Brasil a partir dos anos 1970, os estudos urbanos também estiveram intimamente relacionados à institucionalização do PPGAS. Este tópico aborda alguns elementos centrais na institucionalização dos estudos urbanos no Rio de Janeiro de forma a compreender as publicações da Zahar Editores devotadas ao tema, com atenção especial a publicação de alguns livros fundantes da área e a construção da coleção *Debates Urbanos* publicada entre 1982 e 1984, em que foram organizadas compilações de temas como o uso do solo nas grandes cidades, as políticas públicas para as áreas urbanas, violência, habitação, movimentos sociais, a condição de vida das camadas populares, dentre outros.

A publicação de *O Fenômeno urbano* (1967), livro organizado por Otávio Guilherme Velho para a *Coleção Textos Básicos de Ciências Sociais* com textos de Gerog Simmel, Robert Ezra Park, Max Weber, Louis Wirth e P. H. Chombart de Lauwe, foi um dos pontos centrais da configuração dos debates sobre questões urbanas no Brasil. *A utopia urbana* (1973), versão um pouco modificada da dissertação de mestrado de Gilberto Velho defendida em 1970 no PPGAS, entretanto, viria a marcar no catálogo da editora a vinculação com os estudos urbanos empreendidos pelos jovens estudantes de pós-graduação, o que implicava um novo enfoque metodológico e um deslocamento na forma de se pensar e produzir antropologia.

O ponto de partida da pesquisa para a dissertação de mestrado de Gilberto Velho se deu com a disciplina “Antropologia Urbana” ministrada pelo antropólogo Anthony Leeds no PPGAS no segundo semestre de 1969 (O’DONNELL, 2013; VELHO, 2011). Leeds era professor do Departamento de Antropologia da Universidade do Texas e havia sido convidado por Roberto Cardoso de Oliveira para uma temporada no PPGAS, com financiamento da Fundação Ford. O ponto central do curso que ele ofereceu aos alunos do mestrado foi o da questão da habitação, interesse fundamental das pesquisas que vinham desenvolvendo não só em perspectiva compara – tratando do Brasil e de outros países da América Latina -, mas organizando reuniões com jovens voluntários do *Peace Corps*¹⁴³ e outros estudantes de ciências

¹⁴³ O *Peace Corps* foi um programa de assistência a países em desenvolvimento criado por John F. Kennedy em 1961 no âmbito da Aliança para o Progresso. O programa esteve voltado inicialmente para área rurais, mas passou a enviar equipes para atuar em favelas no Rio de Janeiro, num programa experimental sob a coordenação de Joan Marasciullo. Anthony Leeds solicitou a reunião com os voluntários do Peace Corps no Rio de Janeiro –

sociais interessados na realização de etnografias em favelas. Entre os alunos que assistiram as aulas do curso de Antropologia Urbana estavam Gilberto Velho, Yvonne Maggie, Luiz Antônio Machado e Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

Gilberto e Yvonne, casados à época, fizeram juntos o trabalho de conclusão de curso. Escolheram o edifício Richard, o então famoso edifício de número 200 da Rua Barata Ribeiro no bairro de Copacabana, conhecido pela vizinhança e autoridades policiais como ponto de tráfico de drogas, prostituição e barulho excessivo (O'DONNELL, 2013; VELHO; MAGGIE, 2013). Como relata Yvonne, o estranhamento de Gilberto partiu de sua própria experiência. Tendo saído de um amplo apartamento no bairro de Copacabana, em que morava com a família, para um conjugado no mesmo bairro em que passou a morar depois de casado, questionava a si e aos vizinhos o que havia de bom naquele local: “Gilberto vivia perguntando aos vizinhos porque gostavam tanto daquele lugar. Era uma pergunta sociológica, é claro, mas, na minha percepção, revelava também a angústia de Gilberto de ter de viver naquele lugar de ‘má fama’” (VELHO; MAGGIE, 2013, p. 11). O edifício Estrela, nome fictício dado pelo casal para o condomínio, seria um dos objetos de análise da dissertação de mestrado de Gilberto, tendo a incursão no vizinho edifício Richard servido como uma espécie de iniciação ao campo e exercício de distanciamento sugerido por Anthony Leeds. Como relatou Yvonne:

Aquele curso do Tony [como era carinhosamente chamado Anthony Leeds por vários de seus alunos e amigos] foi o estopim para uma antropologia urbana menos sociológica e influenciada pelos modelos de classe social. As poucas referências bibliográficas, além do trabalho do próprio Leeds, eram de sociólogos que estudaram estratificação social e hierarquia social, ou as formas socialmente construídas de pensar a posição social. Não havia naquela altura a influência da Escola de Chicago e de Howard S. Becker na obra de Gilberto e, muito menos, a influência da antropologia social inglesa, de Victor Turner e de Mary Douglas, nas minhas pesquisas (VELHO; MAGGIE, 2013, p. 12).

É de se notar, seguindo a trilha da escassa bibliografia sobre os estudos urbanos sugerida por Yvonne, que os três textos que o casal utilizou como base para a escrita do trabalho final do curso de Anthony Leeds - e que, supõe-se, devem ter sido utilizados como suporte para as aulas

entre eles estava Elizabeth, que viria a ser esposa e parceira de pesquisas de Anthony Leeds - para acompanhar suas incursões e convidou para as reuniões jovens cientistas sociais e assistentes sociais interessados no tema. Fizeram parte dessas reuniões Luiz Antônio Machado, Licia Valladares e Carlos Nelson dos Santos, pesquisadores que viriam a fazer parte da institucionalização dos estudos urbanos no Rio de Janeiro. Para mais informações sobre a trajetória de Anthony Leeds e sua influência na configuração dos estudos urbanos no Brasil, ver Lima e Viana (2018b), Valladares, Lacerda e Girão (2018), Velho (2011).

-, foram publicados pela Zahar na *Coleção Textos Básicos de Ciências Sociais: “Desenvolvimento econômico, urbanização e estratificação social”*, de Gino Germani; “Urbanização e subdesenvolvimento”, de Luiz Pereira; e “Estratificação social e estrutura de classe”, de Rodolfo Stavenhagen.

Partiu de Gilberto Velho a ideia da organização de textos de Anthony e Elizabeth Leeds, que haviam sido originalmente publicados em periódicos norte-americanos ou apresentados em congressos, no livro *A sociologia do Brasil urbano* (1978). Foram publicados ao todo seis artigos, além da introdução inédita escrita por Anthony Leeds e o prefácio assinado por Thales de Azevedo. Publicados originalmente em inglês, os textos foram traduzidos por Maria Laura Viveiros de Castro e tiveram a revisão técnica de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. *A sociologia do Brasil urbano* firmou-se como um clássico no processo de institucionalização dos estudos urbanos no Brasil e vem sendo atualmente resgatado por diversas iniciativas¹⁴⁴.

O trabalho de Gilberto Velho, posteriormente publicado no livro *A utopia urbana*, com algumas modificações desde a defesa da dissertação, foi um dos pioneiros nos estudos antropológicos sobre as cidades, ajudando a estabelecer não só um campo de pesquisas que se mostraria bastante rico, mas a incluir na alçada das pesquisas etnográficas a própria realidade vivida pelo pesquisador, o que Mariza Peirano mais tarde veio a denominar de “alteridade próxima” (PEIRANO, 1999). Na mesma direção está o relato de Garcia Jr.: “Tornar-se antropólogo, nos anos 60, era quase sinônimo de se dedicar ao estudo de um grupo particularmente desconhecido e percebido como “não integrado” à sociedade nacional: os ameríndios” (GARCIA JR., 2009b, p. 416), fato que passou a se modificar nos anos 1970.

Como afirmou Gilberto Velho (2011, p. 169), “o fato de Utopia Urbana e da coletânea Desvio e Divergência terem sido publicados, respectivamente, em 1973 e 1974 divulgou essa vertente de ciências sociais [vinculada aos estudos urbanos] que passava a ser desenvolvida num programa de Antropologia Social”. Se, por um lado, Gilberto desenvolveu seus estudos com foco primordial nas classes médias urbanas, Luiz Antônio Machado da Silva, outro dos discípulos de Anthony Leeds, desenvolveu sua carreira de olho nas camadas populares.

¹⁴⁴ Destaca-se, neste sentido, a publicação de uma segunda edição da obra, lançada em 2015 e organizada por Elizabeth Leeds e Nísia Trindade Lima. Esta última pesquisadora e Rachel de Almeida Viana organizaram o dossiê sobre Anthony Leeds publicado no v. 08, n. 03, de setembro-dezembro de 2018 da revista *Sociologia e Antropologia* do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Machado, junto com Otávio Velho, foi monitor de José Arthur Rios¹⁴⁵ na Faculdade de Sociologia e Política da PUC-RJ, e na sequência passou a realizar trabalhos para o Bemdoc [Brasil-Estados Unidos Movimento de Desenvolvimento e Organização de Comunidade], em que circulava por favelas para selecionar aquelas que receberiam recursos (Machado da Silva apud LIMA; VIANA, 2018a). Foi nessa ocasião que travou contato pela primeira vez com Anthony Leeds. A interação se repetiria na disciplina de Antropologia Urbana no PPGAS e nas já mencionadas reuniões do *Peace Corps*. Outra experiência importante foi na participação do Projeto Emprego. Embora focado nas áreas rurais, como já discutido anteriormente, Moacir Palmeira, diretor do projeto, designou Luiz Antônio Machado e José Sérgio Leite Lopes para realizarem pesquisas sobre relações de emprego nas áreas urbanas (CARVALHO, 2015; SILVA, 2016), tema que havia sido objeto da dissertação de Machado defendida no PPGAS em 1971 sob orientação de Roger Walker, com o título de “Mercados metropolitanos de trabalho manual”.

O artigo “Organização social do meio urbano”, escrito por Gilberto Velho e Luiz Antônio Machado da Silva e publicado em 1976, estabeleceu algumas das bases fundantes do debate sobre os estudos urbanos que vinham se desdobrando naquele momento. Alegando querer escapar de noções aprioristicamente determinadas e da dicotomia que estabelecia uma oposição entre rural e urbano, os autores defendiam que os mesmos procedimentos que a antropologia aplicava nos estudos rurais e de povos indígenas deveriam ser aplicados nas áreas urbanas. Dessa forma, afirmam os autores,

Estaremos fazendo ciência social na cidade e não da cidade. As perguntas que fazemos diante deste objeto não são essencialmente diferentes das que têm sido feitas diante das sociedades tribais camponesas, etc. Como se organizam essas pessoas? Como subsistem? Quais são seus objetivos? Quais são os símbolos que presidem seu comportamento? Como são suas estratégias de vida? Como resolvem seus conflitos? (VELHO; MACHADO, 1976, p. 71).

Licia Valladares também participou dos momentos iniciais de institucionalização dos estudos urbanos no Rio de Janeiro. O interesse pelas questões relacionadas às cidades remonta, em

¹⁴⁵ José Arthur Rios (1921-2017) foi um dos pioneiros das ciências sociais e dos estudos sobre favelas no Rio de Janeiro (Cf.: BRASIL JR, 2017). Ele fez parte da primeira turma do curso de ciências sociais da FNFi, embora não tenha concluído o curso. Depois de ter se formado em Direito, defendeu o mestrado nos EUA em 1947. Coordenou uma pesquisa pioneira sobre favelas encomendada pelo jornal o Estado de S. Paulo em 1960. Dirigiu a Coordenação de Serviço Social do governo de Carlos Lacerda e assumiu diversos outros postos na administração pública voltados para as políticas urbanas. Para um depoimento de Arthur Rios sobre sua atuação em favelas, Cf.: Rios (2002).

termos de formação universitária, também ao curso de Sociologia e Política da PUC, onde fora aluna. O livro *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro* (1978), publicado pela Zahar, baseado na tese defendida pela autora na Universidade de Toulouse, na França, em 1974, foi central neste processo. Soma-se às contribuições mais diretamente relacionadas às pesquisas etnográficas os levantamentos bibliográficos no campo dos estudos urbanos, em que organizou o estado da arte das pesquisas tendo em vista a centralidade de temas como pobreza urbana e mercado de trabalho (COELHO; VALLADARES, 1982), a questão da habitação (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1987), o legado dos estudos sobre favela no pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX (VALLADARES, 2000) e a produção da sociologia urbana no Brasil tendo como base os dados organizados pelo UrbanData-Brasil¹⁴⁶ (VALLADARES; FREIRE-MEDEIROS, 2002), dentre outros.

Um seminário que ocorreu no IUPERJ em 1981 forneceu os textos para a coleção *Debates Urbanos* publicada pela Zahar Editores, que teve a coordenação de Licia Valladares. Foram publicados sete volumes entre 1982 e 1984, em que foram compilados vários artigos provenientes das apresentações no seminário: *Solo urbano* (1982) e *Condições de vida das camadas populares* (1984), ambos com organização de Luiz Antônio Machado da Silva; *Políticas públicas para áreas urbanas* (1982), com organização de Eli Diniz; *Violência e cidade* (1982) e *Movimentos coletivos no Brasil urbano* (1983), organizados por Renato Raul Boschi; *Repensando a habitação no Brasil* (1983), organizado por Licia Valladares; *Qualidade de vida urbana* (1984), organizado por Amaury de Souza.

Além dos organizadores das compilações, que também contribuíram com artigos, contribuíram com a coleção autores como Antônio Octávio Cintra, Ruben George Oliven, Lúcio Kowarick, Clara Ant, Antonio Luiz Paixão, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Raquel Rolnik, Pedro Jacobi, José Sérgio Leite Lopes e Maria Rosilene Barbosa Alvim, dentre outros. A organização temática é outro indicador dos desdobramentos dos estudos urbanos realizados no Brasil naquele momento. A questão da habitação, que está nos primórdios dos estudos urbanos, tem lugar privilegiado, apresentando continuidade nas pautas que vinham se desdobrando há pelo menos uma década, com as questões relacionadas às políticas de remoção e de financiamento para construção de habitação como a do Banco Nacional de Habitação (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1987). O debate sobre a ocupação do solo bem como as

¹⁴⁶ O UrbanData-Brasil é um banco de dados sobre o Brasil urbano criado por Licia Valladares no final dos anos 1980 e atualmente vinculado ao CPDOC da FGV.

vinculações que se estabelecem com o estado e o terceiro setor, encontram-se representados nos recortes feitos para se pensar as políticas públicas voltadas para as áreas urbanas. Alguns temas passam a ganhar destaque neste momento, dentre eles os movimentos sociais urbanos, a pobreza e a violência (VALLADARES; FREIRE-MEDEIROS, 2002). A questão dos movimentos sociais nas grandes cidades passava a ser um tema recorrente no momento de abertura política pelo qual o Brasil passava, estabelecendo-se as diretrizes para o retorno da democracia. Foi nesse sentido que uma parte significativa das esperanças de transformação social e maior participação política foram depositadas nos movimentos sociais urbanos¹⁴⁷. O debate tem a ver com o processo de redemocratização e o interesse na compreensão das formas de interação e organização das classes populares e dos movimentos sociais urbanos. Foi dessa forma que “as favelas tornaram-se referência privilegiada, não mais como territórios habitacional ou economicamente problemáticos, e sim positivadas como fonte potencial de ação autônoma de base” (SILVA, 2016, p. 26). O tema da pobreza urbana se vinculava mais especificamente à crise econômica que se instalara no período de transição democrática, com a demanda por serviços básicos encontrando limites institucionais decorrentes da diminuição de políticas públicas voltadas para o setor. Outro tópico que ganhou maior relevo nos anos 1980 foi o da violência urbana, como fica explicitado no livro organizado por Boschi e que atualmente se impôs como uma das pautas principais do debate públicos brasileiro.

5.4 A institucionalização universitária dos debates sobre gênero e a interação com o mercado editorial

Em meados dos anos 1970 os estudos sobre gênero no Brasil passaram por um processo de crescimento e institucionalização, vindo a contar com seminários, grupos de trabalho, prêmios específicos, verbas para pesquisa, revistas especializadas e coleções editoriais dedicadas ao tema. A coleção *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, publicada pela Zahar Editores entre

¹⁴⁷ É revelador, neste sentido, os movimentos organizados nas periferias de São Paulo no período que precedeu a redemocratização no Brasil (SADER, 1988). Deve-se destacar, entretanto, que os estudos urbanos em São Paulo seguem caminhos distintos aos do Rio de Janeiro, foco deste tópico, embora respondam a configurações similares em diversos pontos.

1981 e 1984, fez parte deste processo, disponibilizando, ao todo, quatro livros que foram balizadores dos debates que se desdobravam naquele momento. A direção da coleção ficou por conta de Bruna Franchetto, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn, todas à época alunas do PPGAS, o que denota também nesta coleção – assim como ocorreu nos estudos sobre camponeses e nos estudos urbanos - a importância da relação estabelecida pela Zahar Editores com intelectuais daquela instituição¹⁴⁸.

Os autores que contribuíram com textos para a coleção, além das três organizadoras, foram: Tania Salem, Myriam Moraes Lins de Barros, Rosane Manhães Prado, Eunice R. Durham, Julie Taylor, Ovidio de Abreu Filho, Luiz Tarlei de Aragão, Ruth Cardoso, Marilena Chauí, Maria Celia Paoli, além de integrantes do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, que contribuíram com depoimentos de atendimentos, e entrevista com funcionárias do SOS-Mulher do Rio de Janeiro, grupo de atuação política e atendimento à mulheres vítima de violência que passou a se espalhar por diversas cidades brasileiras a partir de 1980.

O ano de 1975 foi escolhido pela ONU como Ano Internacional da Mulher, servindo como marco para mobilizações políticas mais intensas de movimentos feministas, o que trouxe reflexos para as discussões realizadas no âmbito da universidade. Neste momento, a intersecção entre as pesquisas sobre mulheres e os movimentos feministas e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) foram fundamentais (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985; FRANÇA; FACCHINI, 2017; HEILBORN; SORJ, 1999). Embora o papel da mulher na sociedade já fosse objeto de investigações esporádicas, foi somente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 que tal preocupação se constituiu como um campo de pesquisas estritamente delimitado e em vias de institucionalização.

Nesse momento pioneiro, no entanto, não havia estudos de gênero, nem de sexualidade, muito menos um campo. Tratava-se, antes, de estudos propiciados por um contexto intelectual de primeira expansão da pós-graduação no Brasil e por um ambiente de grande efervescência política e cultural. Se os estudos desenvolvimentos no período têm uma marca, ela é dada pelo caráter explícito do hibridismo entre produção acadêmica e política: trata-se de sujeitos que, movidos pela insubordinação, pelo fascínio ou pelo prazer de pensar alternativas de intervenção no mundo eram ao mesmo tempo pesquisadores e ativistas (FRANÇA; FACCHINI, 2017, p. 290).

¹⁴⁸ Soma-se a isto o fato de que Gilberto Velho era, no momento de funcionamento da coleção, orientador de mestrado de Maria Luiza Heilborn e viria a ser também seu orientador no doutorado na mesma instituição. Heilborn também foi assistente de pesquisa de Gilberto Velho, como ele relembra em seu memorial para professor titular defendido em 1992 (VELHO, 2012).

Fruto tanto de pressões exercidas pelos movimentos feministas quanto de uma maior especialização das ciências sociais, decorrente, em grande medida, da expansão dos programas de pós-graduação, os estudos sobre o papel social da mulher passaram a contar com diversas frentes de atuação. Como argumentam as organizadoras da coleção na apresentação do primeiro volume:

“Essa questão ganhou na última década [1970] status de questão contemporânea por excelência na medida em que condensa problemas de cunho político e cultural expressivos para as sociedades modernas. Sob o impacto da reivindicação de um ponto de vista feminino, tanto sobre seu próprio como sobre os demais temas de interesse social, criou-se toda uma literatura e, mais do que isso, um estilo, um ângulo de leitura do mundo senão exclusivo, pelo menos particular, às mulheres. É disso que esta coleção propõe-se a falar. Pretende criar um espaço de discussão dedicado a essas questões na sociedade brasileira” (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1981, p. 7).

Duas questões são interessantes no que diz respeito ao título da coleção. O genitivo “da mulher”, ao invés de “gênero”, como atualmente é utilizado, dizia respeito às influências dos debates realizados à época na França e nos Estados Unidos, cuja procedência se deu em áreas como os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, de forte influência marxista (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985)¹⁴⁹. Existia também um forte posicionamento político, que posteriormente seria amenizado no processo de institucionalização universitária do tema. Como argumentam Heilborn e Sorj (1999, p. 188), “o esforço em construir uma problemática sociológica diferenciada do problema político trazido pelo feminismo caracteriza boa parte dos esforços de institucionalização dessa temática”, incluindo nesta seara a adoção do termo “gênero”, mais vinculado aos condicionantes sociais que exercem influência na construção de papéis sociais como os de homem e mulher. Foi somente em meados dos anos 1980 que a noção de gênero chegou ao Brasil, vindo a se consolidar nos anos 1990 (FRANÇA; FACCHINI, 2017; MOSCHKOVICH, 2018). Além dos livros, as revistas acadêmicas dedicadas ao tema tiveram papel fundamental neste processo (GROSSI, 2004; LAGO, 2009; PISCITELLI; BELELI; LOPES, 2003).

Outro ponto importante de se notar é a adoção da perspectiva antropológica como ponto de vista privilegiado, o que, segundo as organizadoras da coleção, estabelecia-se pelo fato de a

¹⁴⁹ Um dos elementos que demarcam o processo de institucionalização dos estudos sobre gênero no Brasil no final dos anos 1970 é a realização em 1978 no Rio de Janeiro do seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, atestando esta relação inicial entre os estudos de gênero no universo de estudos sobre o mundo do trabalho (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985).

disciplina lidar tanto com comparações entre culturas bastante distintas entre si, buscando elementos que pudessem ser comparáveis, quanto com o esforço etnográfico de analisar de forma detalhada culturas específicas. A antropologia mostrava-se, de fato, mais aberta à inserção dos debates sobre gênero (HEILBORN; SORJ, 1999), tendo se ocupado historicamente com os papéis socialmente devotados às mulheres: família, papéis sexuais, divisão do trabalho e organização da vida cotidiana. O artigo inaugural do primeiro volume da coleção, “Antropologia e Feminismo”, escrito pelas três organizadoras, lançam as bases do que se pretendia discutir. Segundo as autoras, “a antropologia (...) por possibilitar o exame de formas de organização social radicalmente distintas entre si, constitui-se num campo fértil para a busca de respostas a essa questão [da identidade feminina]” (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1981, p. 17).

Além dos livros da coleção, outras publicações da Zahar demonstravam a disposição da editora em estabelecer um vínculo com esse debate. Foram os casos de *O feminismo* (1982), de Andrée Michel e *Liberação da mulher, liberação humana* (1982), de Roger Garaudy. Os livros publicados pela Zahar Editores e principalmente o vínculo estabelecido com diversas intelectuais que foram figuras-chave no processo de institucionalização dos estudos sobre gênero no Brasil demonstra a abertura da editora com relação à produção intelectual fomentada nos programas de pós-graduação que se expandiam e se consolidavam nos anos 1970. À diferença do que ocorria nos primórdios da editora, a entrada principal nos debates se deu não com a tradução de obras de autores estrangeiros, mas com a produção nacional, mediada pela rede de contatos intelectuais consolidados por Jorge Zahar ao longo de sua vida como editor.

5.5 O fim da editora e o estabelecimento de um novo tempo no mercado editorial

Embora os últimos dez anos de atuação da Zahar Editores, em sociedade com a Guanabara, tivessem sido férteis em número de novos títulos publicados e na elaboração de novas coleções, a união chegou ao fim em 1984. Em 1979 Jorge Zahar vendeu mais 30% das suas ações e em 1984 os 20% restantes, transferindo de vez o catálogo da Zahar Editores para a Guanabara. “Os meus sócios começaram a ponderar que meu público era de um mercado de muito risco”

explicou Jorge (apud PIRES, 2017, p. 208), referindo-se à pressão que passou a receber para que publicasse apenas livros cuja venda fosse garantida. A versão dada por Pedro Lorch a Jorge Zahar foi, entretanto, diferente: “Você não soube usar meu capital” (ZAHAR, 2001, p. 47). Publicamente, a explicação foi a de que o rompimento da sociedade se devia a distintas concepções da atividade editorial: “Ele é um editor total e não se adaptou à divisão de tarefas”, afirmou Lorch (apud PIRES, 2017, p. 211).

Em documento datilografado datado de junho de 1985, Jorge Zahar anunciou a parceiros comerciais e amigos o novo empreendimento que iniciava com seus filhos Jorge Zahar Filho e Ana Cristina, a Jorge Zahar Editor.

Não tendo mais qualquer participação acionária na editora que fundei há trinta anos, a Zahar Editores S.A., é com prazer que comunico a continuação de meu trabalho editorial, agora em associação com meus filhos Jorge Zahar Junior e Ana Cristina Zahar, no mesmo local, rua México 31, de minha propriedade.

Os objetivos da nova empresa são os mesmos que sempre nortearam minha vida profissional: publicar livros de inquestionável valor cultural, com boa apresentação gráfica e a preços contidos num limite razoável.

Também o mercado visado é o mesmo, ou seja, o que é formado pelo público acadêmico e pelo leitor ativamente interessado no mundo em que vive, ávido por conhecimentos novos.

A atualidade brasileira, nestes novos tempos democráticos que agora começamos a viver, merecerá especial atenção.

Acredito que o programa inaugural da editora para o trimestre Junho/Setembro, que acompanha a presente, reflita com precisão o que está dito acima. Os livros que compõem a primeira parte desse programa são, todos eles, de elevado interesse nos mais diversos campos do conhecimento: filosofia, educação, música, psicologia, antropologia, ciência política, sociologia, etc. Os volumes da coleção Brasil: Os Anos de Autoritarismo, por sua vez, pretendem fazer um balanço sereno e objetivo da realidade nacional, depois desses vinte anos em que o povo brasileiro viveu talvez a mais trágica de todas as experiências anti-democráticas que já perturbaram a sua evolução política, social e cultura.

Sei que o sucesso de um programa editorial, por bem pensado que seja, depende da boa divulgação que obtiver cada um dos livros logo que publicados. Como essa divulgação não me foi negada no passado e me permitiu construir, livro por livro, um catálogo de mais de 1.200 títulos, acredito que também não me faltará agora.

Muito obrigado,

Jorge Zahar

(Jorge Zahar apud PIRES, 2017, p. 250)

A coleção *Brasil: Os Anos de Autoritarismo*, anunciada no documento enviado por Jorge Zahar em junho de 1985, deu o pontapé inicial da nova editora. Foram publicados textos originais de

diversos autores nacionais refletindo sobre as duas décadas nas quais o Brasil viveu sob o regime autoritário. Alguns volumes da coleção foram: *Brasil no mundo: uma análise política do autoritarismo desde as suas origens* (1985), de Paulo Francis; *A Igreja e o autoritarismo* (1985), de Marcos de Castro, com prefácio de Frei Betto; *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário* (1985), de Maria da Conceição Tavares e J. Carlos de Assis; *O golpe na educação* (1985), de Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes; *A reconquista da terra: estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária* (1985), de Carlos Minc; *O desafio do cinema: a política do Estado e a política dos autores* (1985), de Ismail Xavier; *O teatro sob pressão: uma frente de resistência* (1985), de Yan Michalski; *Os despossuídos: crescimento e pobreza no País do Milagre* (1985), de Sérgio Abranches; *Sociedade e política: um estudo sobre a atualidade brasileira* (1985), Hélio Jaguaribe; *A deformação da história ou para não esquecer* (1985), de Luiz Werneck da Silva; *Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar* (1986), de Paul Singer; *Nova república?* (1986), de Florestan Fernandes, dentre outros.

A coleção *Antropologia Social* foi continuada pela Jorge Zahar Editor, também com a coordenação de Gilberto Velho. O livro *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social* (1985), dissertação de mestrado defendida por Maria Gaspar Dulce sob orientação de Gilberto Velho no PPGAS em 1984 inaugurou a coleção. A pesquisa dava seqüência aos estudos urbanos e de desvio que tiveram destaque na Zahar Editores, como analisado anteriormente. A publicação do livro teve boa recepção do público, necessitando, três anos depois, de uma nova edição, além de ter contado com uma resenha escrita por Howard S. Becker para a revista *Contemporary Sociology* em 1986. Outros alunos de Gilberto Velho também viriam a publicar na coleção: *O mundo funk carioca* (1986) e *O mistério do samba* (1995), respectivamente dissertação de mestrado e tese de doutorado de Hermano Vianna; *O espírito militar: um antropólogo na caserna* (1990), tese de Celso Castro; *O cotidiano da política* (2000), tese de Karina Kuschnir, dentre outros.

O livro de introdução voltado para alunos de graduação, *Cultura: um conceito antropológico* (1986), do antropólogo Roque de Barros Laraia, foi um dos grandes sucessos do novo empreendimento, contando atualmente com mais de uma dezena de edições. A ele se somam outros sucessos editoriais como *Ilhas de história* (1990) e *Cultura e razão prática* (2003), ambos de Marshall Shalins; *Antropologia cultural* (2004), de Franz Boas; *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande* (2004), de E. E. Evans-Pritchard; *Sociedade de esquina* (2005), de William Foote Whyte; *Outsiders* (2008), de Howard S. Becker, dentre outros.

O próprio Gilberto Velho republicou alguns de seus livros e lançou novos volumes: a coletânea *Desvio e divergência* teve uma nova edição em 1985, sendo acompanhada por *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração* (1986), *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade* (1986), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (1994), *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal* (1999), *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico* (2003), organizado junto com Karina Kuschnir; *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito* (2007); além da publicação póstuma *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana* (2013). Com o falecimento de Gilberto Velho em 2012, Karina Kuschnir foi quem assumiu a coleção e lançou livros como *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)* (2013), de Julia O'Donnell e *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos* (2015), de Howard S. Becker.

Outras coleções voltadas para o público universitário de ciências sociais e humanas foram surgindo na Jorge Zahar Editores. Celso Castro, que foi orientado por Gilberto Velho na elaboração da sua tese no PPGAS, passou a assumir um lugar importante na editora, vindo a coordenar várias coleções como foram o caso da *Descobrimo o Brasil, Passo-a-Passo Ciências Sociais* e *Nova Biblioteca de Ciências Sociais*, esta última uma homenagem a primeira coleção da Zahar Editores, retomada vinte anos depois da criação da nova empresa.

A coleção *Descobrimo o Brasil* teve como foco os livros introdutórios sobre temas da história do Brasil escritos por pesquisadores reconhecidos nas suas áreas de atuação. Teve início com livros como *A belle époque amazônica* (1999), de Ana Maria Daou; *A proclamação da República* (1999), de Celso Castro; *A independência do Brasil* (1999), de Iara Lis C. Souza; *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro* (1999), de Maria Dulce Gaspar; e continuou com dezenas de outros livros de autores como José Guilherme Magnani, Daniel Aarão Reis, Helena Bomeny, Lucia Lippi Oliveira, Lilia Schwarcz, Boris Fausto, Jairo Nicolau, Angela de Castro Gomes, dentre outros. A *Passo-a-passo Ciências Sociais* também focou em abordagens introdutória de temas fundamentais da disciplina, algo próximo ao que fez a coleção *Primeiros Passos* da editora Brasiliense. Na coleção *Passo-a-Passo Ciências Sociais* da Zahar foram publicados livros como *Literatura e sociedade* (2004), de Adriana Facina; *Sociedade de consumo* (2004) e *Cultura e empresas* (2002), ambos de Livia Barbosa; *Sociologia do trabalho* (2004), de José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio de Santana; *Rituais ontem e hoje* (2003), de Mariza Peirano, dentre outros. Outra coleção voltada para a área de ciências sociais foi a *Nova Biblioteca de Ciências Sociais*, inaugurada em 2005. Nessa coleção foram publicados autores

como C. Wright Mills, Georg Simmel, José Murilo de Carvalho, Jairo Nicolau e Cristina Buarque de Hollanda. A essas coleções se junta a publicação de quase todas as obras de Zygmunt Bauman.

Embora a Jorge Zahar Editor tenha mantido o foco nas ciências sociais, é possível perceber uma mudança importante na política editorial da nova empresa, que deixa de ser uma editora “universitária” para ser uma editora “cultural” (PIRES, 2017, p. 233). Em termos de construção de catálogo, isso significou se abrir para a produção de livros voltados para um público mais amplo, o que exigiu estratégias bastante distintas.

A produção de dicionários e diversos livros de referência, que já haviam sido iniciados de forma mais tímida na Zahar Editores com o *Dicionário de Música da Zahar* (1984), tomou um novo fôlego depois de 1985. São exemplos disso o *Dicionário do pensamento marxista* (1988), organizado por Tom Bottomore; o *Dicionário grove de música, edição concisa* (1994), organizado por Stanley Sadie; *Kobbé, o livro completo da ópera* (1991), organizado pelo Conde de Harewood; *Dicionário de mitologia grega e romana* (1993), de Pierre Grimal; *Dicionário básico de filosofia* (1990), de Hilton Japiassú e Danilo Marcondes, dentre outros.

Mais significativo para as mudanças adotadas pela nova editora foi a publicação de clássicos de literatura e livros infantis, segmentos que nunca fizeram parte da política editorial da Zahar Editores e que passaria a ser um dos elementos essenciais da política editorial da nova empresa desde que Mariana Zahar, filha de Ana Cristina, passou a trabalhar na editora. Para Jorge Zahar, essas mudanças estavam relacionadas às alterações no mercado editorial de livros universitários, que passavam a enfrentar concorrências como as das cópias reprográficas, serviço que se espalhava em todas as faculdades do país: “Eu tive que enfrentar várias revoluções para sobreviver no mercado editorial. E a pior delas foi o xerox” (Jorge Zahar apud PIREs, 2017, p. 233). Mais do que isso, entretanto, é necessário atentar para as modificações mais estruturais pelas quais passava o mercado editorial brasileiro em sua articulação com o universo intelectual e com o processo de globalização em curso.

Editoras como a Zahar Editores, a Civilização Brasileira ou a Brasiliense, dentre outras, que haviam atuado em uma posição de vanguarda cultural no mercado editorial de meados do século XX, passavam a assumir, nos anos 1980, uma posição consagrada e institucionalizada. Os processos de rotinização que se impõem como decorrência da passagem do tempo e dos equilíbrios estabelecidos no mercado editorial (BOURDIEU, 1999a) podem ser traduzidos como formas de envelhecimento, em que atores outrora inovadores perdem o apelo

vanguardista e se impõem como paradigma dominante (SORÁ, 1997), abrindo espaço para que surjam novos agentes com pretensão de inovação¹⁵⁰. Esse papel foi ocupado de forma paradigmática pela editora Companhia das Letras, que se tornou referencial no final dos anos 1980 na definição de “novos esquemas de percepção e apreciação do bom livro, não a partir da imposição de um movimento literário, escola ou corrente de idéias particular, mas inventando concepções editoriais profissionais, que envolvem os novos livros de prestígio” (SORÁ, 1997, p. 169).

A Companhia das Letras foi fundada em 1986 por Luiz Schwarcz e Lilia Mortiz Schwarcz¹⁵¹. Luiz havia sido funcionário da editora Brasiliense, onde ingressou em 1978 como estagiário. Aluno da Escola de Administração de Empresas da FGV, o contato com Caio Graco Prado foi possibilitado por Eduardo Suplicy, então professor de Luiz Schwarcz na faculdade. A ascensão na editora fez com que ele abandonasse as pretensões de seguir carreira universitária, alimentada durante o mestrado em sociologia, que não viria a concluir. Tornou-se diretor editorial da Brasiliense e foi responsável por coleções como a *Encanto Radical* e *Tudo é História*, esta última em parceria com Lilia Schwarcz, passando a ser considerado o braço-direito de Caio Graco Prado no momento em que a editora era uma das maiores do país. Com uma herança familiar que recebeu, encontrou o estímulo necessário para deixar seu cargo na Brasiliense e fundar a sua própria editora.

A publicação de ensaios estrangeiros deu a tônica do início da editora, que viria a agregar na sequência livros de ciências sociais, humanidades e literatura nacionais. A Companhia das Letras passou a se estabelecer como um marco no mercado editorial brasileiro a partir da sua atuação e prestígio, em grande medida referente ao seu estilo literário-ensaístico que viria a influenciar outras editoras ao organizar seus princípios de seleção de títulos. Como afirma Luiz Schwarcz (apud SORÁ, 1997, p. 159), “mesmo nas obras de não-ficção, eu considero que a gente está fazendo não-ficção literária, quer dizer, com preocupações literárias [...], mesmo que as obras sejam históricas, de ciência política, ou trabalho interdisciplinar na área de não-ficção, todos os trabalhos têm um cuidado literário com o texto”.

¹⁵⁰ A discussão sobre o processo de institucionalização das vanguardas é em grande medida decorrente da oposição construída por Max Weber entre sacerdotes e profetas na esfera das disputas religiosas. Os estudos sobre as vanguardas artísticas europeias desenvolveram bastante esta discussão ao abordar as formas de institucionalização e legitimação das propostas iconoclastas de início do século XX de correntes como o cubismo, dadaísmo, De Stijl, dentre outros (ver por exemplo BÜRGER, 2008).

¹⁵¹ Além das fontes citadas, este trecho sobre a Companhia das Letras contou também com entrevista realizada com Lilia Schwarcz.

A Companhia das Letras passou gradativamente a assumir uma posição de instância legitimadora de novos autores, temas e estilos, ocupando parte do espaço deixado vago pela crítica literária que foi sendo eliminada dos jornais de grande circulação (KORACAKIS, 2006). A lógica de posicionamento, que se dava seja pela pretensão de missão atribuída a um editor que emprestava seu nome à própria empresa, como na Jorge Zahar Editor ou na José Olympio, seja na atribuição das questões nacionais como princípio de intervenção e legitimação, consolidados em nomes como a Companhia Editora Nacional, Civilização Brasileira, Brasiliense e Tempo Brasileiro, cedia espaço ao surgimento de novas formas de dotação de valor. Assim, o nome Companhia das Letras passou a funcionar como forma de “superar a dicotomia entre o feijão e o sonho e construir uma experiência onde lucro, qualidade literária e relevância cultural e acadêmica possam caminhar no mesmo sentido” (KORACAKIS, 2006, p. 50–51).

As relações entre distintas gerações ajudam a delimitar as formas de transferência de capital. Os vínculos de amizade e parceria comercial que se estabeleceram entre Jorge Zahar e Luiz Schwarcz são reveladores do processo de apadrinhamento que ajudou a direcionar as mudanças nas formas de legitimação no campo (SORÁ, 1997). A Jorge Zahar Editor iniciou suas atividades apenas um ano antes da Companhia das Letras e as duas empresas estabeleceram uma parceria para que o catálogo da editora carioca fosse distribuído em São Paulo e o catálogo da editora paulista fosse distribuído no Rio. A mesma relação de apadrinhamento foi observada na parceria entre Octalles Marcondes Ferreira e Ênio Silveira, respectivamente sogro e cunhado, em meados do século XX. No caso de Zahar e Schwarcz, não havia vínculo familiar, mas a amizade construída em encontros editoriais no Brasil e no mundo que se traduziu em uma relação de afeto¹⁵², que pode ser traduzida, nos parâmetros do campo editorial, como uma forma atualização de legitimação diante das novas gerações de um editor já consagrado, no caso de

¹⁵² Esta relação de afeto entre Jorge Zahar e Luiz Schwarcz foi bem explorada na biografia escrita por Paulo Roberto Pires (2017, cap. 9). De forma mais direta, entretanto, é interessante notar a forma como Schwarcz se refere a Zahar em ocasiões de homenagem. Ao escrever uma resenha sobre *A Marca do Z*, de Paulo Roberto Pires, afirma que o próprio texto deveria ser colocado sob suspeita, pois “amava o biografado como a um segundo pai, um grande amigo que a vida me deu” (SCHWARCZ, Luiz. Pai, mentor, editor. Revista Quatro Cinco Um <<https://www.quatrocincoum.com.br/br/resenhas/edicao/pai-mentor-editor>>. Acesso no dia 2 de fevereiro de 2019). A mesma vinculação paterna se dá no seu depoimento a uma exposição organizada pela editora Zahar em homenagem ao seu criador: “Devo a ele minha formação intelectual e profissional, uma espécie de pós-graduação. Você não encontra no mundo um profissional como ele, mantendo-se por toda a vida fiel a uma proposta editorial, imune a oportunismos. Ele é o país de todos nós, mas rogo para mim o posto de seu quarto filho” (Depoimentos sobre Jorge Zahar <<https://zahar.com.br/expojorgezahar/>>. Acesso no dia 2 de fevereiro de 2019).

Jorge Zahar, e uma medida de posicionamento para o editor estreante, que já se lança no mercado tendo a “benção” de uma das figuras de maior prestígio nacional.

Mudanças temporais no mercado editorial vão se estabelecendo na medida em que surgem novas empresas cujas práticas e princípios de seleção são capazes de influenciar um amplo conjunto de outras editoras, estabelecendo-se como parâmetro em relação ao qual é necessário se posicionar, seja afirmando ou negando tais práticas. Foi o que aconteceu com o surgimento da Cosac Naify em 1997 no que diz respeito à atualização na concepção gráfica dos livros brasileiros (SILVA, 2014). Mais recentemente a editora Ubu, criada em setembro de 2006 por ex-funcionárias da Cosac Naify, fechada em 2015, deu continuidade a uma série de práticas iniciadas na editora de Charles Cosac, embora seus projetos gráficos já não estabeleçam parâmetros novos para o mercado editorial como ocorrera nos anos 2000. A própria Companhia das Letras também já passou por um processo de institucionalização, sendo a recém-lançada Editora Todavia - fundada em 2017 por ex-funcionários da editora de Luiz e Lilia Schwarcz, além de outros sócios - considerada uma das pretensas herdeiras e continuadoras dos princípios “literários” de seleção de obras que fizeram da Companhia das Letras o parâmetro do prestígio editorial nos anos 1990. Trata-se, portanto, de novos parâmetros que vão sendo estabelecidos no campo editorial, agindo a partir de oposições e complementariedades, disputas e parcerias, que consolidam não só posições no universo do mercado editorial, mas formas distintas de circulação de conhecimento, legitimidade de autores, temas e estilos textuais.

5.6 Considerações finais

Os últimos anos de funcionamento da Zahar Editores estiveram bastante associados à uma maior aproximação com os programas de pós-graduação que se consolidavam no Brasil. Verificou-se neste período um aumento no número de publicações, em comparação com os períodos anteriores – o que se deve à parceria firmada com a editora Guanabara, que impulsionou a capacidade financeira de investimentos na publicação de novos títulos – e uma interação maior com a produção intelectual nacional, ao contrário do que acontecia nos anos iniciais em que prevalecia a tradução de obras estrangeiras. A antropologia se configurava a

partir de novos moldes, abrindo-se à análise das sociedades urbanas, e encontrou espaço privilegiado na Zahar Editores, com a coleção *Antropologia Social*. O vínculo da editora com Gilberto Velho abriu espaço para outras interações que se materializaram em coleções como a *Debates Urbanos, Agricultura e Sociedade* e a *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, não apenas reproduzindo debates estabelecidos em âmbito universitário e para um público de especialistas, mas com a pretensão de se alcançar uma maior audiência interessada nos debates que passavam a ter grande centralidade nacional no início dos anos 1980. O fim da editora em 1984 e o início de um novo empreendimento, a Jorge Zahar Editor, marcou não somente o fim da parceria entre Jorge Zahar e a Guanabara, mas o início de um novo tempo editorial cujos princípios de seleção de obras passariam a responder a outros critérios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa tese foi realizar uma análise da dinâmica de edição de ciências sociais no Brasil tomando como objeto de investigação a trajetória da Zahar Editores entre os anos de 1957 e 1984. Foram avaliadas as estratégias elaboradas pela editora na disputa com suas concorrentes, as redes de interação estabelecidas com intelectuais nacionais e estrangeiros, as linhas editoriais lançadas ao longo dos anos e os principais debates públicos nos quais a editora teve atuação fundamental.

A constituição das ciências sociais como gênero editorial se deu em meados do século XX em meio a um processo de crescimento do mercado editorial, diferenciação e consolidação das ciências sociais como disciplinas universitárias e de intensos debates que convergiram para a formação de uma subjetividade coletiva que reunia intelectuais, estudantes e diversos outros segmentos das classes médias intelectualizadas que passaram a se ver como agentes fundamentais nos processos de mudanças pelas quais o país passava. Foi possível perceber, a partir de uma análise do processo de socialização de Jorge Zahar no mercado de livros, elementos que contribuíram para a construção de valores que foram fundamentais na sua atuação editorial, marcadamente a crença no progresso social, elemento que se via como necessário para a superação da condição de subdesenvolvimento atribuída ao país.

Uma das estratégias fundamentais de inserção da Zahar Editores no campo editorial brasileiro foi a adoção de uma política editorial focada na tradução de autores estrangeiros. Esse direcionamento serviu, em um primeiro momento, para superar as dificuldades em estabelecer vínculos efetivos com a elite intelectual ligada às Faculdades de Filosofia, dentro de um contexto intelectual que se desdobrava desde finais do século XIX, fortemente marcado pelas interpretações nacionais. A adoção de uma política editorial de traduções atuou como elemento diferenciador e serviu para a construção do prestígio e do capital social, elementos que se mostraram fundamentais na atividade da editora ao longo dos anos.

Foi possível perceber, por meio da análise dos fluxos de importação, e em comparação com a atuação de outras editoras mais voltadas à produção nacional, uma predominância nos primeiros anos de atuação da Zahar Editores de autores e debates oriundos dos Estados Unidos e da Inglaterra. Os autores nacionais ganharam espaço apenas a partir dos anos 1970 em um processo bastante vinculado ao estabelecimento dos programas de pós-graduação. Também

nessa época os autores franceses – que eram hegemônicos nas importações brasileiras até os anos 1940 - voltaram a ganhar espaço, devido, em grande medida, aos movimentos estudantis de 1968 e à disseminação internacional do estruturalismo.

Coleções editoriais específicas, como foi o caso da *Biblioteca de Ciências Sociais*, nos anos iniciais da editora, e posteriormente as coleções que deram abertura à contribuição de autores nacionais, embora de forma ainda muito tímida, como a *Textos Básicos de Ciências Sociais*, em meados dos anos 1960, e as coleções *Antropologia Social*, *Debates Urbanos*, *Perspectivas Antropológicas da Mulher* e *Agricultura e Sociedade*, nos anos 1970 e 1980, foram analisadas em detalhe, apontando para a formação de uma rede de interações intelectuais que foi fundamental para o funcionamento da editora. O contato privilegiado com intelectuais é decisivo para a construção de parcerias e isso se mostrou evidente nos processos de seleção de obras, autores e temas publicados pela Zahar, tendo o Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – e, dentro deste, mais especificamente com o antropólogo Gilberto Velho - um espaço privilegiado de diálogo.

Os mecanismos que atuam na transformação de um intelectual em um autor reconhecido nacionalmente e com ampla circulação em diversos meios sociais estão intimamente relacionados aos processos editoriais que fazem parte da construção de um livro. Desde o trabalho com o texto até a divulgação do livro, passando pelas relações estabelecidas com os diversos meios de comunicação, livrarias e eventos literários, tudo contribui para que um autor ganhe visibilidade e se projete além do universo de interação entre especialistas.

Argumenta-se, dessa forma, que a edição de livros e todos os saberes envolvidos nesta prática são fundamentais para se compreender os elementos constitutivos de áreas específicas de conhecimento, como as ciências sociais e humanas, e seu engajamento em debates públicos mais amplos. Trata-se, portanto, mais do que uma análise restrita a um caso histórico específico, de uma proposta analítica que desloca para o centro dos questionamentos sociológicos as formas de materialização, divulgação e circulação de ideias, com vistas a se observar seus efeitos concretos no próprio processo de construção de cânones intelectuais, redes de interação e disciplinas universitárias.

REFERÊNCIAS

- ABDALA-MENDES, M. F. Reflexões históricas sobre a Revista Anhembi: a relação entre política científica, ciência e cultura. *História da ciência e ensino*, v. 12, p. 100–124, 2015.
- ABREU, M. DE P. O processo econômico. In: *Olhando para dentro: 1930-1964*, vol. 4 (História do Brasil Nação: 1808-2012: 4). Rio de Janeiro: Mapfre; Objetiva, 2013.
- ALMEIDA, A. W. B. DE. A “Turma do Brasil Central” e a “Antropologia da Amazônia”. In: VELHO, Otávio. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Trânsamazônica*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- ALONSO, A. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. *BIB - Boletim Bibliográfico Brasileiro*, v. 42, n. 2, p. 109–134, 1996.
- ALONSO, A. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1976.
- ARRUDA, M. A. DO N. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.
- ARRUDA, M. A. DO N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil, vol. 2*. São Paulo: Editora Sumaré; Fapesp, 1995.
- AURÉLIO, D. R. *Bibliografia básica: a coleção “Grandes Cientistas Sociais” no contexto da expansão do ensino superior após a Reforma Universitária de 1968*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- AZEVEDO, F. C. A Zahar Editores e seu Projeto Editorial (1957-1970). *Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, v. 6, 2016.
- AZEVEDO, F. C. Editar livros, sonho de livreiros: os Zahar e o livro no Brasil (1940-1970). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- BAERT, P. The sudden rise of French existentialism: A case-study in the sociology of intellectual life. *Theory and Society*, v. 40, n. 6, p. 619–644, 2011.
- _____. Positioning Theory and Intellectual Interventions. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 42, n. 3, p. 304–324, 2012.

_____. The existentialist moment: the rise of Sartre as a public intellectual. Cambridge, UK: Polity Press, 2015.

BARIANI, E. UMA INTELIGENTSIA NACIONAL : Grupo de Itatiaia , IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo. Caderno NRH, v. 18, n. 44, p. 249–256, 2005.

BASTOS, E. R. Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*, v. 4. São Paulo: ANPOCS, Sumaré, 2002.

BAUTE, C. O debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy. In: Varella, Flávia F. Anhezini, Karina (org.). *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia 2016*. Mariana-MG: SBTHH, 2018.

BEIGEL, F. Vida, muerte y resurrección de las “teorías de la dependencia”. In: *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 287–326.

BEIGEL, F. La Flacso chilena y la regionalización de las ciencias sociales en América Latina (1957-1973). *Revista Mexicana de Sociología*, v. 71, n. 2, p. 319–349, 2009.

BEIGEL, F. Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento. *Nueva Sociedad*, n. 25, 2013.

BERTELLI, A. R. *Editoras e ciências humanas*. São Paulo: Scortecci, 2011.

BIGNOTTO, C. Monteiro Lobato: editor revolucionário? In: BRAGANCA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010.

BLANCO, A. Los proyectos editoriales de Gino Germani y los orígenes intelectuales de la sociología. *Desarrollo Económico*, v. 43, n. 169, p. 45–74, 2003.

_____. *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2006.

_____. Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 89–114, 2007.

BOM JARDIM, F. P. *Sociologia pública: imaginação sociológica brasileira e problemas públicos*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

BOTTOMORE, T. *Críticos da sociedade: o pensamento radical na América do Norte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

BOURDIEU, P. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O poder simbólico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1989.

_____. Une révolution conservatrice dans l'édition. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1999a.

_____. Las condiciones sociales de la circulación internacional de las ideas. In: *Intelectuales, Política y Poder*. Buenos Aires: Eudeba, 1999b. p. 159–170.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008a.

_____. A conservative revolution in publishing. *Translation Studies*, v. 1, n. 2, p. 123–153, 2008b.

_____. *Homo Academicus*. 2. ed. Florianópolis: EDUSC, 2013.

BRAGANÇA, A. *Eros pedagógico: a função editor e a função autor*. [s.l.] USP, 2001.

BRASIL JR, A. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec, 2013.

_____, A. La sociología en Río de Janeiro (1930-1970): un debate sobre Estado, democracia y desarrollo. *Sociológica*, v. 32, n. 90, 2017.

BRICK, H. C. Wright Mills, sociology, and the politics of the public intellectual. *Modern Intellectual History*, v. 8, n. 2, p. 391–409, 2011.

BRINGEL, B. et al. Notas sobre o CLAPCS na “era Costa Pinto” (1957-1961): construção institucional, circulação intelectual e pesquisas sobre a América Latina no Brasil. In:

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. (Coordenadores). Dossiê Temático nº 5 - Sociologia Latino-americana II: Desenvolvimento e Atualidade. Rio de Janeiro: Netsal, 2015. p. 10–18.

BRINGEL, B. Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen no Brasil: circulação internacional e a construção intelectual do conceito de colonialismo interno. *Caxambú-MG Anais do 41o Encontro Anual da ANPOCS*, , 2017.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 59–76, 2015.

BRINGEL, B.; SILVA, L. N. DA; MACÊDO, L. A experiência do Centro Latinoamericano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos sobre a América Latina no Brasil. BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício (Coordenadores). Dossiê Temático nº 4 - Sociologia Latino-americana: Originalidade e Difusão. Rio de Janeiro: Netsal, 2014.

BÜRGER, P. *Teoria da vanguarda*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CANDIDO, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

_____. A sociologia no Brasil. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 271–301, 2006.

CARRIJO, M. V. DA S. Cientistas Sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

CARVALHO, L. C. Projeto , conhecimento e reflexividade : estudos rurais e questão agrária no Brasil dos anos 1970. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2015.

CHAGURI, M. *O romancista e o engenho*: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2009.

CHARTIER, R. *The order os books*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

COELHO, M. P.; VALLADARES, L. DO P. Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho. BIB, v. 14, p. 5–27, 1982.

COLLINS, R. *The sociology of philosophies: a global theory of intellectual change*. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1998.

_____. *Interaction Ritual Chains*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

CORRÊA, M. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, Sergio (organizador). *História das ciências sociais no Brasil, volume 2*. São Paulo: Editora Sumaré; Fapesp, 1995.

COSTA, A. DE O.; BARROSO, C.; SARTI, C. *A pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?* Cadernos de Pesquisa, 1985.

CZAJKA, R. Páginas de Resistência Intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

_____. *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

_____. *O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a Formação das Esquerdas Culturais na Década de 1960*. Temáticas, Campinas, v. 19, n. 37/38, p. 57–80, 2011.

DARNTON, R. “La France, ton café fout le camp !” Actes de la recherche en sciences sociales, v. 100, n. 1, p. 16–26, 1993.

_____. *A Questão dos Livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE DIEGO, J. L. 1938-1955. La “época de oro” de la industria editorial. In: De Diego, José Luis (org.). *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2010)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

DEAECTO, M. M. A batalha do livro. In: *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. DEAECTO, Marina Midori. MOLLIER, Jean-Yves (Org.). São Paulo; Belo Horizonte: Ateliê Editorial; UFMG, 2013.

DOMINGUES, J. M. *Sociological theory and collective subjectivity*. Londres: Macmillan Press, 1995.

_____. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

_____. A América. Intelectuais, interpretações e identidades. In: *Do Ocidente à Modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *A Sociologia de Talcott Parsons*. São Paulo: Annablume, 2008.

DOS SANTOS, T. *A Teoria Da Dependência: Balanço E Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

EISENSTEIN, E. *The printing revolution in early modern Europe*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FAUSTO, B. A vida política. In: *Olhando para dentro: 1930-1964*, vol. 4 (História do Brasil Nação: 1808-2012: 4). Rio de Janeiro: Mapfre; Objetiva, 2013.

FERNANDES, H. Mills, o sociólogo-artesão. In: *Wright Mills: sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.

FERREIRA, J. Resistências à mudança: um debate dos cientistas sociais na década de 50. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, 1999.

_____. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XIX. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, p. 1–10, 2007.

FOUCAULT, M. O Que é um Autor? *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, v. III, n. 3, p. 264–298, 1984.

FRANÇA, I. L.; FACCHINI, R. Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois. In: MICELI, Sérgio. MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Sociologia Brasileira Hoje*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017. p. 283–358.

FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. *Perspectivas antropológicas da mulher*, vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FRANZINI, F. *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)*. [s.l.] USP, 2006.

FREITAG, B. *Teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FREITAS, R. S. DE. Edmundo Campos Coelho (1939-2001). *Dados*, v. 44, p. 0, 2001.

FRESTON, P. Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.

GALUCIO, A. L. X. Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2009.

GARCIA JR., A. A globalização pensada na periferia. *Antropolítica*, v. 26, n. 1, p. 127–160, 2009a.

_____. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana*, v. 15, n. 2, p. 411–447, out. 2009b.

GARCIA JR., A.; GRZYNSZPAN, M. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: ANPOCS/SUMARÉ (Ed.). . Miceli (org.). *O que ler em ciências sociais*. S. São Paulo: [s.n.].

GEARY, D. Becoming C . Wright Mills and the Emergence of a Global New Left , 1956-1962. *The Journal of American History*, v. 95, n. 3, p. 710–736, 2008.

_____. Wordly ambitions: the emergence of a Global New Left. In: C. Wright Mills, the Left, and american social thought. Berkeley: University of California Press, 2009.

GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GILMAN, N. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.

GOMES, A. D. C. População e sociedade. In: *Olhando para dentro: 1930-1964*, vol. 4 (História do Brasil Nação: 1808-2012: 4). Rio de Janeiro: Mapfre; Objetiva, 2013a.

GOMES, A. DE C. As marcas do período. In: *Olhando para dentro: 1930-1964*, vol. 4 (História do Brasil Nação: 1808-2012: 4). Rio de Janeiro: Mapfre; Objetiva, 2013b.

GOMES, Â. DE C.; D'ARAÚJO, M. C. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

GOUVÊA, F. C. F. Tudo de novo no front: o impresso como estratégia de legitimação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1952-1964). Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2008.

GRISENDI, E. Intelectuales, política y la recepción de la “sociología crítica norteamericana” en Argentina (1955-75). Buenos Aires, II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política, , 2017. Disponível em:

<http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/PONENCIAS_2017/Mesa_13/00248_17_IIC LTS_MT13_Grisendi.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2018

GROSSI, M. P. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Estudos Feministas*, v. 12, p. 211–221, 2004.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: UNESP, 2014.

HALLEWELL, L. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 2005.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: Sergio Miceli (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1985)*. Volume II: Sociologia. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1999.

HEILBRON, J. The social sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, v. 62, n. 5, p. 685–703, 2014.

HOLLANDA, C. B. DE. Os Cadernos do Nosso Tempo e o interesse nacional. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 3, p. 607–640, 2012.

JACKSON, L. C. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 263–283, 2004.

JACKSON, L. C.; BLANCO, A. *Sociologia no Espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 24, 2014.

JAY, M. *La Imagination Dialectica*. Buenos Aires: Taurus, 1989.

KAREPOVS, D. A Gráfico-Editora Unitas e seu projeto editorial de difusão do marxismo no Brasil dos anos 1930. In: Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França. DEAECTO, Marina Midori. MOLLIER, Jean-Yves (Org.). São Paulo; Belo Horizonte: Ateliê Editorial; UFMG, 2013.

KONDER, L. Marcuse, revolucionário. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 1998.

KORACAKIS, T. A companhia e as letras: um estudo sobre o perfil do editor na literatura. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, 2006.

KRAFZIK, M. L. DE A. Acordo MEC/ USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971). Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

LAFETÁ, J. L. 1930: A crítica e o modernismo. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

LAGO, M. C. DE S. Revista Estudos Feministas, Brasil, 16 Anos: Uma Narrativa. *ex æquo*, v. 19, p. 51–62, 2009.

LATOURETTE, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador; Bauru, SP: Edufba; Edusc, 2012.

LEMOS, A. Revista Civilização Brasileira: resistência cultural à ditadura. In: REIMÃO, Sandra (org.). *Livros e Subversão: seis estudos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016. p. 91–118.

LEPENIES, W. *As três culturas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

LIMA, N. T.; VIANA, R. DE A. Anthony Leeds: Antropologia das interações ecológicas e estudos urbanos. Entrevista com Elizabeth Leeds e Luiz Antonio Machado da Silva. *Sociologia e Antropologia*, v. 8, n. 3, p. 735–768, 2018a.

_____. Entre latifúndios e favelas: O Brasil urbano no pensamento de Anthony Leeds. *Sociologia e Antropologia*, v. 8, n. 3, p. 771–805, 2018b.

LIMONGI, F. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado jr. e a Revista Brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 5, n. 2, 1987.

_____. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: Sérgio Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.

LOVATTO, A. Um projeto de revolução brasileira no pré-1964: os Cadernos do Povo Brasileiro. In: *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. DEAECTO, Marina Midori. MOLLIER, Jean-Yves (Org.). São Paulo; Belo Horizonte: Ateliê Editorial; UFMG, 2013.

LUHMANN, N. *Ecological Communication*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

_____. *La sociedad de la sociedad*. Ciudad de México: Editorial Herder, 2006.

_____. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MAÇAIRA, J. P. O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, 2017.

MACEDO, F. Uma Sociologia das Ciências Sociais Latino-americanas: o CLAPCS como movimento intelectual periférico. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2017.

MACHADO, U. *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

_____. *História das livrarias cariocas*. São Paulo: Edusp, 2012.

MAGGIE, Y. Yvonne Maggie (depoimento, 2008). Rio de Janeiro CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, , 2010.

MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, p. 141–158, out. 1999.

MALIN, M. Milton Campos. (Nota técnica). FGV Editora, 2001.

MARCHETTI, F. A Primeira República : a ideia de revolução na obra de Edgard Carone. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

MARCUS, J. Remembering Joseph B. Maier: The Last Member of the Frankfurt School. *Logos*, v. 2, n. 1, p. 181–185, 2003.

MARIUTTI, E. B. *A transição do Feudalismo ao Capitalismo*: um balanço do debate. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MARIZ, A. S. Editora Civilização Brasileira: O design gráfico de um projeto editorial (1959-1970). Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Design Gráfico, 2005.

MARTINS, M. A. P. A institucionalização da tradução no Brasil: o caso da Puc-Rio. *Cadernos de Tradução*, v. 1, n. 19, p. 171–192, 2007.

MARTINS, T. G. Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

MASSI, F. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: Sérgio Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.

MATTSON, K. *Intellectuals in Action: The Origins of the New Left and Radical Liberalism, 1945-1970*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.

MAUÉS, F. A Editorial Vitória e a divulgação das ideias comunistas no Brasil (1944-1964). In: *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. DEAECTO, Marina Midori. MOLLIER, Jean-Yves (Org.). São Paulo; Belo Horizonte: Ateliê Editorial; UFMG, 2013.

MCCHESNEY, R. W. The Monthly Review Story : 1949-1984. Disponível em: <<https://mronline.org/2007/05/06/the-monthly-review-story-1949-1984/>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

MEDEIROS, N. O objecto dúctil: a emergência de uma sociologia histórica da edição. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 2, p. 241–261, 2010.

MEUCCI, S. *Institucionalização da Sociologia no Brasil*: primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2011.

MICELI, S. *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.

_____. *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Vértice, 1995a.

_____. A fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil, vol. 2*. São Paulo: Editora Sumaré; Fapesp, 1995b.

_____. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-45). In: *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

_____. Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatólios). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b. p. 13–68.

_____. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MILLS, C. W. The New Left. In: HOROWITZ, Irving Louis (org.). *Power, politics and people: the collected essays on C. Wright Mills*. Nova York: Oxford University Press, 1963. p. 247–259.

MILLS, K.; MILLS, P. C. Wright Mills: *Letters and autobiographical writings*. Berkeley and Los Angeles, California: Colubia University Press, 2000.

MOREIRA, L. F. V. Batista Pereira: um nacionalista liberal da velha república brasileira. *Folia Histórica del Nordeste*, n. 24, 2015.

MOSCHKOVICH, M. Feminist Gender Wars: A recepção do conceito de gênero no Brasil (1980s -1990) e as dinâmicas globais de produção e circulação de conhecimento. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

MOTTA, L. E. A Época de Ouro dos Intelectuais Vermelhos - Uma Análise Comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, 1994.

MOTTA, R. P. S. As universidade e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.

O'DONNELL, J. Caminhos de uma antropologia urbana: Trajetória e projeto nos primeiros escritos de Gilberto Velho. *Anuário Antropológico*, n. II, p. 37–51, 31 dez. 2013.

OLIVEIRA, L. L. DE. *A questão nacional na Primeira república*. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1990.

_____. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias*, v. 7, n. 14, p. 110–129, 2005.

OLIVEIRA, I. De Chicago a São Paulo: Donald Pierson no mapa das Ciências Sociais (1930-1950). Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.

PARSONS, T. *Sociedade: perspectivas evolutivas e comparativas*. In: *Sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1969.

_____. *O Sistema das Sociedades Modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.

PAUL, D. R. História em catálogos: um estudo da política editorial da Zahar de 2001 a 2014. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2015.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: Miceli, Sergio (org.). *O que ler na ciência sociais brasileira (1970-1995)*, vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS, 1999.

PEREIRA, L. L. C. A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia Social, 2010.

PHELPS, C. A Socialist Magazine in the American Century. *Monthly Review*, v. 51, n. 1, 1999.

PIRES, P. R. *A Marca do Z: A vida e os tempos do editor Jorge Zahar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PISCITELLI, A.; BELELI, I.; LOPES, M. M. Cadernos Pagu: Contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 242–246, 2003.

PONTES, H. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989. v. 1.

PULICI, C. *Entre Sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

REIFER, T. Modernization. In: *The Cambridge Dictionary of Sociology*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2006.

REIMÃO, S. *Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978*. 2004.

_____. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. Tese (Livre-docência) - Universidade de São Paulo, Escola de Artes Ciências e Humanidades, 2011.

RICUPERO, B. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1970)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

_____. Da formação à forma: ainda as “idéias fora do lugar”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 73, p. 59–69, 2008.

RIDENTI, M. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 81–110, 2005.

_____. *O fastasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. *Em busca do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2014.

RIOS, J. A. O que fazer com a população pobre? Depoimentos de José Arthur Rios e Sandra Cavalcanti. In: FREIRE, Américo. OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

RIST, G. *The History of Development: From western origins to global faith*. Londres e Nova York: Zed Books, 2008.

ROCHA, M. E. DA M. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 3, p. 1689–1699, 2011.

RODRIGUES, L. S. A Produção social do marxismo universitário em São Paulo : mestres, discípulos e ‘um seminário’ (1958-1978). Tese (Doutado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2011.

_____. Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” no espaço das ciências sociais brasileiras (1978-1990). *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 3, p. 675–708, dez. 2018.

RODRIGUES, L. S.; MUNIZ JR., J. DE S. Entrevista a Sergio Miceli. *Primas - Revista de historia intelectual*, v. 22, p. 157–165, 2018.

ROSA, M. R. Esquerdísticamente afinados: os intelectuais, os livros e as revistas da Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969). Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, 2011.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALGADO, G. B. O Imaginário em Movimento - Crescimento e Expansão da Indústria Editorial no Brasil (1960-1994). Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1995.

SANTORO, M.; SAPIRO, G. On the Social Life of Ideas and the Persistence of the Author in the Social and Human Sciences. *Sociologica*, p. 1–13, 2017.

SAPIRO, G. Translation and the field of publishing. *Translation Studies*, v. 1, n. 2, p. 154–166, 2008.

SCHWARCZ, L. M. O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910). In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil, vol. 1*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.

_____. Biografia como gênero e problema. *História Social*, v. 24, 2013.

SCHWARTZMAN, S. Introdução. In: S. Schwartzman (org.), *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos do Nosso Tempo”*. Brasília: UNB; Câmara dos Deputados, 1979. p. 3–6.

_____. Educação e Ciências Sociais: O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. In: In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. p. 167–195.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000. v. 66

SCHWARZ, R. Cultura e Política, 1964-1969. *O Pai de Família e Outros Estudos*, p. 61–92, 1975.

_____. As ideias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SECCO, L. Leituras comunistas no Brasil (1919-1943). In: DEAECTO, Marina Midori. MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. São Paulo; Belo Horizonte: Ateliê Editorial; UFMG, 2013.

_____. *A batalha dos livros: formação da esquerda no Brasil*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.

SILVA, L. A. M. DA. Meio século de sociologia das classes populares urbanas. In: *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

_____. Projeto gráfico como projeto editorial: um estudo de caso da editora Cosac Naify. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, 2014.

SILVEIRA, Ê. *Editando o editor 3 - Ênio Silveira*. São Paulo: EDUSP; Com-Arte, 1992.

SOARES, L. *Rua do Ouvidor 110: a história da Livraria José Olympio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

SORÁ, G. Tempo e distâncias na produção editorial de literatura. *Mana*, v. 3, n. 2, p. 151–181, 1997.

_____. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

_____. *Editores y Editoriales de Ciencias Sociales: un capital específico*. In: *Intelectuales y Expertos: La cosntitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

_____. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: EDUSP; Com-Arte, 2010.

_____. *Editar desde la izquierda en América Latina: La agitada historia del Fondo de Cultura Económica y de Siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

SORJ, B. Estratégias, crises e desafios das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, S. (Ed.). *História das ciências sociais no Brasil, volume 2*. São Paulo: Sumaré, FAPESP, 1995.

SPRÍCIGO, S. H. Uma apresentação da Revista de Cultura Vozes. *Boletim de pesquisa NELIC*, v. 2, n. 3, p. 46–49, 1998.

THOMPSON, J. B. *Books in the digital age: the transformation of academic and higher education publishing in Britain and the United States*. Cambridge: Polity Press, 2005.

_____. *Mercadores de Cultura: o mercado editorial no século XXI*. São Paulo: UNESP, 2013.

_____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TOLEDO, C. N. *ISEB: Fábrica de ideologias*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

TOLEDO, M. R. DE A. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: BRAGANCA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010.

TRINDADE, H. *Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

_____. *Ciências Sociais no Brasil: Diálogos com mestres e discipuloa*. Brasília: ANPOCS; Liber Livros Editora, 2012.

VALLADARES, L. DO P. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. *RBCS*, v. 15, n. 44, p. 5–34, 2000.

VALLADARES, L. DO P.; FIGUEIREDO, A. Habitação no Brasil: Uma introdução à literatura recente. In: *O Que se Deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez; ANPOCS, 1987.

VALLADARES, L. DO P.; FREIRE-MEDEIROS, B. Olhares Sociológicos sobre o Brasil Urbano: uma visão a partir do Urbandata-Brasil. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

VALLADARES, L. DO P.; LACERDA, A. L. DE; GIRÃO, A. L. Anthony Leeds: O esquecimento e a memória. *Sociologia e Antropologia*, v. 8, n. 3, p. 1027–1058, 2018.

VELHO, G. Entrevista com Gilberto Velho. *Estudos Históricos*, n. 28, p. 183–210, 2001.

_____. Gilberto Velho (depoimento, 2009). Rio de Janeiro CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, , 2010.

_____. Antropologia Urbana: Interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *MANA*, v. 17, n. 1, p. 161–185, 2011.

_____. Homenagem a Gilberto Velho. *Mana*, v. 18, n. 1, p. 173–212, abr. 2012.

VELHO, G.; MACHADO, L. A. Organização social do meio urbano. *Anuário Antropológico*, p. 71–82, 1976.

VELHO, G.; MAGGIE, Y. O Barata Ribeiro 200 com pós-escrito de Yvonne Maggie e comentários de Anthony Leeds. *Anuário Antropológico*, n. II, p. 19–36, 31 dez. 2013.

VELLOSO, M. *Os intelectuais e política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VIANNA, L. W. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIEIRA, L. R. *Consagrados e Malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.

VILLAS BÔAS, G. *Mudança Provocada: Passado e Futuro no Pensamento Sociológico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006a.

_____. *A recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006b.

_____. *A Vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

_____. 80 Anos de Ciências Sociais Na Ufrj: Relembrando O Pioneirismo Dos Projetos Grupos Econômicos (1962) E Trabalhadores Cariocas (1987). *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 1, p. 297–312, 2019.

WACQUANT, L. Habitus. In: CATANI, A. M. et al. (Eds.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

WHEATLAND, T. *Franfurt School in Exile*. Minneapolis; London: University of Minesota Press, 2009.

WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. v. 2

WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Nova York: Oxford University Press, 1977.

ZAHAR, J. *Jorge Zahar - Editando o editor*. v. 5. São Paulo: EDUSP; Com-Arte, 2001.

APÊNDICE A - Lista de entrevistados

| | |
|----------------------------|--|
| Ana Cristina Zahar | Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2017 |
| Aníbal Bragança | Niterói, 6 de novembro de 2015 |
| Carlos Alberto Medeiros | Rio de Janeiro, 28 de março de 2018 |
| Celso Castro | Rio de Janeiro, 2 de março de 2016 |
| César Guimarães | Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2017 |
| José Castilho Marques Neto | São Paulo, 7 de junho de 2016 |
| José Roberto Barreto Lins | São Paulo, 6 de junho de 2016 |
| Karina Kuschnir | E-mail entre 29 de fevereiro de 2016 e 22 de fevereiro de 2017 |
| Lília Schwarcz | São Paulo, 4 de maio de 2017 |
| Mariana Zahar Ribeiro | Rio de Janeiro, 11 de maio de 2017 |
| Marieta Ferreira | Rio de Janeiro, 17 de junho de 2016 |
| Moacir Palmeira | Rio de Janeiro, 6 de abril de 2017 |
| Otávio Guilherme Velho | Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2017 |
| Paulo Roberto Pires | Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2017 |
| Plínio Martins Filho | São Paulo, 6 de junho de 2016 |
| Sério Miceli | Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2016 |

APÊNDICE B - Catálogo

Catálogo da Zahar Editores (1957-1984) segmentado por coleções e apresentado na sequência do ano de publicação da primeira edição.

Biblioteca de Ciências Sociais (1957-1984)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|--------------------------------|----------------------|--------------------------------|
| Manual de Sociologia | Jay Rumney; Joseph Maier | 1957 | 9 |
| Democracia e Direito | Jerome Hall | 1957 | 1 |
| História das doutrinas políticas: desde a antiguidade | Gaetano Mosca; Gaston Bouthoul | 1958 | 6 |
| Teoria econômica | A. W. Stonier; D. C. Hague | 1959 | 7 |
| Hegel e a filosofia soviética | Djacir Menezes | 1959 | 1 |
| A Constituição Norte-americana e seu significado atual | Edward S. Corwin | 1959 | 1 |
| Psicanálise da sociedade contemporânea | Erich Fromm | 1959 | 10 |
| Teoria política | G. C. Field | 1959 | |
| Socialismo | Paul Sweezy | 1959 | 3 |
| Grandes economistas | Robert L. Heilbroner | 1959 | 2 |
| A economia no mundo | A. J. Brown | 1960 | 1 |
| Marxismo | André Piettre | 1960 | 3 |
| Análise do Homem | Erich Fromm | 1960 | 13 |
| O medo à liberdade | Erich Fromm | 1960 | 14 |
| Capitalismo | John Kenneth Galbraith | 1960 | 2 |
| Teoria sociológica | Nicholas S. Timasheff | 1960 | 5 |

| | | | |
|--|---------------------------------|------|----|
| A Economia Política do desenvolvimento | Paul A. Baran | 1960 | 4 |
| Manual da Constituição | Themistocles Brandão Cavalcanti | 1960 | 2 |
| Teoria do desenvolvimento econômico | W. Arthur Lewis | 1960 | 1 |
| História do pensamento econômico | John Fred Bell | 1961 | 3 |
| Imperialismo e classes sociais | Joseph Alois Schumpeter | 1961 | |
| Diagnóstico de nosso tempo | Karl Mannheim | 1961 | 4 |
| A evolução social | V. Gordon Childe | 1961 | 1 |
| Etapas do desenvolvimento econômico | W. W. Rostow | 1961 | 6 |
| Uma teoria científica da cultura | Bronislaw Malinowski | 1962 | 3 |
| A elite do poder | C. Wright Mills | 1962 | 4 |
| Conceito marxista do Homem | Erich Fromm | 1962 | 8 |
| Aspectos políticos da Teoria Econômica | Gunnar Myrdal | 1962 | 1 |
| O estado do futuro | Gunnar Myrdal | 1962 | 1 |
| Socialismo contemporâneo | John Eaton | 1962 | 1 |
| O homem e a sociedade | Karl Mannheim | 1962 | 1 |
| História da riqueza do Homem | Leo Huberman | 1962 | 20 |
| Ciência Política: teoria e método | Maurice Duverger | 1962 | 3 |
| Teoria do desenvolvimento capitalista: princípio de economia política marxista | Paul Sweezy | 1962 | 5 |

| | | | |
|---|---|------|---|
| A economia soviética | Alec Nove | 1963 | 1 |
| Revolução, evolução e ordem econômica | Allen Sievers | 1963 | 1 |
| Macroeconomia | F. S. Brooman | 1963 | 7 |
| Desenvolvimento, inflação e preço | Geoffrey Maynard | 1963 | 1 |
| Renda nacional e contabilidade social | Harold C. Edey; Alan T. Peacock | 1963 | 3 |
| O Estado democrático moderno | A. D. Lindsay | 1964 | 1 |
| História econômica da Europa | Arthur Birnie | 1964 | 1 |
| Tratado de política | G. E. G. Catlin | 1964 | 1 |
| Desenvolvimento econômico e estrutura do mercado financeiro | Luigi Fray | 1964 | 1 |
| Fundamentos políticos do Direito Internacional | Morton A. Kaplan; Nicholas de B. Katzenbach | 1964 | 1 |
| Sistemas de contabilidade social | Richard Stone; Giovanna Stone | 1964 | 2 |
| A luta pelo desenvolvimento | Robert L. Heilbroner | 1964 | 1 |
| A formação da sociedade econômica | Robert L. Heilbroner | 1964 | 5 |
| Estrutura de classes na consciência social | Stanislaw Ossowski | 1964 | 2 |
| Sociologia e Filosofia social de Marx | T. B. Bottomore; M. Rubel | 1964 | 1 |
| Teoria política (2 volumes) | Arnold Brecht | 1965 | 1 |
| Poder e política | C. Wright Mills | 1965 | 1 |
| A imaginação sociológica | C. Wright Mills | 1965 | 6 |
| Perspectiva histórica da Filosofia do Direito | Carl J. Friedrich | 1965 | 1 |

| | | | |
|--|--------------------------------|------|----|
| História das doutrinas econômicas | Eduard Heimann | 1965 | 3 |
| Antropologia social | Godfrey Lienhardt | 1965 | 3 |
| Teoria da época atual | Hans Freyer | 1965 | 1 |
| Manual da Economia Política | John Eaton | 1965 | 1 |
| Planejamento e execução do desenvolvimento econômico | Louis J. Walinsky | 1965 | 2 |
| A evolução do Capitalismo | Maurice Dobb | 1965 | 10 |
| Ensaio sobre o capitalismo e o socialismo | Paul Sweezy | 1965 | 1 |
| Introdução à Filosofia do Direito | Roscoe Pound | 1965 | 1 |
| Introdução à Sociologia | T. B. Bottomore | 1965 | 9 |
| As elites e a sociedade | T. B. Bottomore | 1965 | 2 |
| Marxismo e moral | William Ash | 1965 | 1 |
| Sistemas econômicos contemporâneos (2 volumes) | Carl Landauer | 1966 | 1 |
| Proudhon, Hegel e a dialética | Djacir Menezes | 1966 | 1 |
| Patologia social | Felipe Augusto de Miranda Rosa | 1966 | 5 |
| A idade da ideologia | Frederick M. Watkins | 1966 | 1 |
| Introdução à Teoria econômica | G. B. Richardson | 1966 | 1 |
| A economia do desenvolvimento | H. Myint | 1966 | 1 |
| Aspectos do pensamento político moderno | Henry S. Kariel | 1966 | 1 |
| Introdução à economia monetária | James S. Duesenberry | 1966 | |

| | | | |
|---|--------------------------------------|------|---|
| História das idéias sociais | Kurt Schilling | 1966 | 2 |
| A civilização democrática (2 volumes) | Leslie Lipson | 1966 | 1 |
| Os grandes problemas da Ciência Política | Leslie Lipson | 1966 | 2 |
| Psicologia da sociedade | Morris Ginsberg | 1966 | 1 |
| Capitalismo monopolista | Paul A. Baran; Paul Sweezy | 1966 | 3 |
| Tendências básicas de nossa época | Pitrim A. Sorokin | 1966 | 1 |
| A opinião pública | Robert E. Lane; David O. Sears | 1966 | 1 |
| Escritos econômicos de Marx | Robert Freedman | 1966 | 1 |
| Elementos de Macroeconomia | Robert L. Heilbroner | 1966 | 5 |
| Ciência Social e Teoria Política | W. G. Runciman | 1966 | 1 |
| História das doutrinas econômicas | Academia de Ciências Sociais da URSS | 1967 | 1 |
| Manual de Política | James Hadfield | 1967 | 1 |
| O Capital | Karl Marx | 1967 | 7 |
| Teoria do desenvolvimento | L. A. Costa Pinto; W. Bazzanella | 1967 | 1 |
| Análise crítica da teoria marxista | Louis Althusser | 1967 | 1 |
| Ensaio de Sociologia | Max Weber | 1967 | 5 |
| Breve história do Socialismo | Norman Mackenzie | 1967 | 1 |
| Economia financeira: introdução à política fiscal | Otto Eckstein | 1967 | 3 |
| Iniciação ao estudo da Antropologia | Pertti J. Pelto | 1967 | 7 |
| O homem político | Seymour Martin Lipset | 1967 | 1 |

| | | | |
|---|-------------------------|------|---|
| Cidadania, classe social e status | T. H. Marshall | 1967 | 1 |
| Política social | T. H. Marshall | 1967 | 1 |
| O valor econômico da educação | Theodore W. Schultz | 1967 | 2 |
| Capitalismo moderno | Andrew Shonfield | 1968 | 1 |
| Os marxistas | C. Wright Mills | 1968 | 1 |
| Planificação e crescimento acelerado | Charles Bettelheim | 1968 | 2 |
| O desenvolvimento da Teoria Política | Charles Vereker | 1968 | 1 |
| Uma teoria de análise política | David Easton | 1968 | 1 |
| A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação do Capital | Ernest Mandel | 1968 | 2 |
| Sociedade de classes e subdesenvolvimento | Florestan Fernandes | 1968 | 4 |
| O estado e o cidadão | J. D. Mabbott | 1968 | 1 |
| Fundamentos do pensamento econômico | Joseph Alois Schumpeter | 1968 | 1 |
| Ideologia e utopia | Karl Mannheim | 1968 | 4 |
| Elementos de Sociologia | Samuel Koenig | 1968 | 7 |
| As classes na sociedade moderna | T. B. Bottomore | 1968 | 2 |
| Política econômica: a programação do desenvolvimento | W. Arthur Lewis | 1968 | 1 |
| A nova classe média (white collar) | C. Wright Mills | 1969 | 3 |
| Estado democrático e Estado autoritários | Franz Neumann | 1969 | 1 |
| Textos dialéticos | G. W. F. Hegel | 1969 | 1 |

| | | | |
|---|---|------|---|
| Fundamentos da Teoria Política | H. R. G. Greaves | 1969 | 1 |
| Princípios de Sociologia | Henri Mendras | 1969 | 6 |
| Processos e implicações do desenvolvimento | L. A. Costa Pinto; W. Bazzanella | 1969 | 1 |
| Introdução à Antropologia Social | Lucy Mair | 1969 | 6 |
| Preços e mercados | Robert Dorfman | 1969 | 2 |
| Novas dimensões da economia política | Walter W. Heller | 1969 | 1 |
| A Ciência da economia política | Adolph Lowe | 1969 | 1 |
| Projetos de desenvolvimento | Albert O. Hirschmann | 1969 | 1 |
| A transição para a economia Socialista | Charles Bettelheim | 1969 | 1 |
| Um esquema de teoria econômica | G. L. S. Shackle | 1969 | 1 |
| Curso superior de Economia Política (Vol. 1: a economia estacionária) | J. E. Meade | 1969 | 1 |
| A Revolução Industrial | Phyllis Deane | 1969 | 4 |
| Uma introdução à Teoria Política | Carl J. Friedrich | 1970 | 1 |
| Modalidades de Análise Política | David Easton (organizador) | 1970 | 1 |
| Rebeldes primitivos | E. J. Hobsbawn | 1970 | 2 |
| Sociologia do Direito | Felippe Augusto de Miranda Rosa | 1970 | 8 |
| Dependência e desenvolvimento na América Latina | Fernando Henrique Cardoso; Enzo Faletto | 1970 | 7 |
| Tratamento matemático da Economia | G. C. Archibald; Richard G. Lipsey | 1970 | 3 |

| | | | |
|--|--|------|---|
| Sistemas de contabilidade social | G. Stuvell | 1970 | 1 |
| Teorias Econômicas (de Marx a Keynes) | Joseph Alois Schumpeter | 1970 | 1 |
| Os partidos políticos | Maurice Duverger | 1970 | 2 |
| Introdução à Análise de Sistemas Políticos | Oran R. Young | 1970 | 1 |
| Teoria Social Moderna | Percy S. Cohen | 1970 | 2 |
| Métodos de investigação sociológica | Peter H. Mann | 1970 | 5 |
| Introdução à Microeconomia | Robert L. Heilbroner | 1970 | 4 |
| A acumulação de Capital | Rosa Luxemburg | 1970 | 3 |
| Críticos da sociedade | T. B. Bottomore | 1970 | 1 |
| Siderurgia e desenvolvimento brasileiro | Werner Baer | 1970 | 1 |
| Política e desenvolvimento em sociedades dependentes | Fernando Henrique Cardoso | 1971 | 2 |
| Liberdade e necessidade | Joan Robinson | 1971 | 1 |
| Perspectivas do Capitalismo moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento | Luiz Pereira (organizador) | 1971 | 1 |
| Sociologia Urbana | R. N. Morrill | 1971 | 1 |
| Economia e ideologia | Ronald L. Meek | 1971 | 1 |
| Os precursores das Ciências Sociais | Timothy Raison (organizador) | 1971 | 1 |
| Uma introdução à Sociologia | Wilfred A. Anderson; Frederick B. Parker | 1971 | 4 |
| Uma história do pensamento econômico | William J. Barber | 1971 | 3 |

| | | | |
|---|--|------|----|
| Teorias do desenvolvimento econômico | William O. Thweatt | 1971 | 1 |
| O significado de significado | C. K. Ogden; I. A. Richards | 1972 | 2 |
| Uma estratégia de decisão social | David Braybrooke; Charles E. Lindblom | 1972 | 1 |
| A Economia moderna e o marxismo | David Horowitz (organizador) | 1972 | 1 |
| Carater social de uma aldeia | Erich Fromm; Michael Maccoby | 1972 | 1 |
| Uma teoria de Política comparada | Gabriel A. Almond; G. Bingham Powell Jr. | 1972 | 2 |
| Grupos de interesse | Graham Wootton | 1972 | 1 |
| Idéias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade | Herbert Marcuse | 1972 | 2 |
| Uma Teoria de História Econômica | John Hicks | 1972 | 1 |
| Uma introdução à Economia | John Hicks | 1972 | 2 |
| Introdução crítica à Sociologia | Margaret A. Coulson; David S. Riddell | 1972 | 5 |
| Da substituição de importações ao capitalismo financeiro | Maria da Conceição Tavares | 1972 | 11 |
| O Estado na sociedade capitalista | Ralph Miliband | 1972 | 2 |
| Política e Ciências sociais | Seymour Martin Lipset (organizador) | 1972 | 1 |
| Os fundamentos da Teoria Sociológica | Theodore Abel | 1972 | 1 |
| Sociologia do comediante | Jean Duvignaud | 1972 | 1 |
| Uma reavaliação da Economia marxista | Murray Wolfson | 1972 | 1 |
| Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento | Aníbal Pinto | 1973 | 2 |

| | | | |
|--|--|------|---|
| Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina | Florestan Fernandes | 1973 | 3 |
| História econômica mundial | Frédéric Mauro | 1973 | 2 |
| A utopia urbana | Gilberto Velho | 1973 | 4 |
| Introdução à Pesquisa Social | H. M. Blalock Jr | 1973 | 2 |
| Elementos de Economia regional | Harry W. Richardson | 1973 | 1 |
| Chaves da Etnologia | Jean Guiart | 1973 | 1 |
| Problemas fundamentais da Teoria Sociológica | John Rex | 1973 | 1 |
| Planejamento regional | Jos G. M. Hilhorst | 1973 | 3 |
| O capital humano | Theodore W. Schultz | 1973 | 1 |
| Ecologia: uma estratégia para a sobrevivência | Anne Chisholm | 1974 | 2 |
| Reflexões sobre as causas da miséria humana | Barrington Moore Jr | 1974 | 1 |
| Tradição e autoridade em Ciência Política | Carl J. Friedrich | 1974 | 1 |
| Brasil: crise e alternativas | Helio Jaguaribe | 1974 | 1 |
| A Antieconomia: uma crítica à Teoria Econômica | Jacques Attali; Marc Guillaume | 1974 | 1 |
| O impacto das Ciências Sociais | Kenneth Boulding | 1974 | 1 |
| Ensaio de Teoria da Sociedade | Ralf Dahrendorf | 1974 | 1 |
| A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento | Ricardo Tolipan; Arthur Carlos Tinelli (organizadores) | 1974 | 2 |
| Pobreza e progresso | Richard G. Wilkinson | 1974 | 1 |

| | | | |
|---|---------------------------------|------|---|
| Teoria do crescimento econômico moderno | Simon Kuznets | 1974 | 1 |
| A estrutura de classes das sociedades avançadas | Anthony Giddens | 1975 | 1 |
| O que há de errado com a Economia? | Benjamin Ward | 1975 | 1 |
| Economia para executivos | Donald E. Farrar; John F. Meyer | 1975 | 1 |
| Elementos de análise de custos-benefícios | E. J. Mishan | 1975 | 1 |
| O enigma do Homem | Edgar Morin | 1975 | 2 |
| Anatomia da destrutividade humana | Erich Fromm | 1975 | 2 |
| A Revolução Burguesa no Brasil | Florestan Fernandes | 1975 | 3 |
| História social e econômica da Idade Média | Gerald A. J. Hodgett | 1975 | 2 |
| Economia Regional | Harry W. Richardson | 1975 | 2 |
| A Economia em países subdesenvolvidos | Jagdish Bhagwati | 1975 | 1 |
| O Mercado na Economia moderna | Jan S. Hogendorn | 1975 | 1 |
| O controle da Economia moderna | Jan S. Hogendorn | 1975 | 1 |
| Desenvolvimento planejado | Jan Tinbergen | 1975 | 1 |
| A Economia da Educação | John Sheehan | 1975 | 1 |
| A evolução da sociedade política | Morton H. Fried | 1975 | 1 |
| As classes sociais no Capitalismo de hoje | Nicos Poulantzas | 1975 | 2 |
| A Economia no mundo real | Peter Donaldson | 1975 | 1 |
| O Q.I. da meritocracia | R. J. Herrnstein | 1975 | 1 |

| | | | |
|---|--|------|---|
| A Economia em linguagem matemática | Robert C. Bingham | 1975 | 2 |
| O jogo monetário internacional | Robert Z. Aliber | 1975 | 1 |
| A crise das cidades | Wolf Von Eckardt | 1975 | 1 |
| Autogestão: uma mudança radical | Alain Guillerme; Yvon Bourdet | 1976 | 1 |
| Em defesa da Sociologia | Alain Touraine | 1976 | 1 |
| Introdução à Economia | B. J. McCormick; P. D. Kitchin; G. P. Marshall; A. A. Sampson; R. Sedgwick | 1976 | 1 |
| Modos de produção Pré-Capitalista | Barry Hindess; Paul Q. Hirst | 1976 | 1 |
| Macroeconomia: uma abordagem matemática | D. A. Bowers; R. N. Baird | 1976 | 1 |
| Idéias centrais em Sociologia | David Berry | 1976 | 2 |
| Análise de custos-benefícios | E. J. Mishan | 1976 | 1 |
| O mito do Estado | Ernst Cassirer | 1976 | 1 |
| Sociologia industrial | Eugene V. Schneider | 1976 | 3 |
| A Sociologia numa era de Revolução Social | Florestan Fernandes | 1976 | 1 |
| Crescimento econômico e estabilidade | Gottfried Haberler | 1976 | 1 |
| Forças decisivas na Economia mundial | J. L. Sampedro | 1976 | 1 |
| Levantamento de dados em Sociologia | James A. Davis | 1976 | 1 |
| Estratificação social: uma introdução | James Littlejohn | 1976 | 1 |
| Prática médica: dominação e submissão | Maria da Glória Ribeiro da Silva | 1976 | 1 |

| | | | |
|---|---|------|---|
| A observação sociológica | Matilda White Riley; Edward E. Nelson (organizadores) | 1976 | 1 |
| A evolução da Economia brasileira | O. S. Lorenzo Fernandes | 1976 | 2 |
| Contabilidade social e Economia Regional | Paulo Roberto Haddad | 1976 | 1 |
| Introdução ao estudo do Direito | R. A. Amaral Vieira | 1976 | 1 |
| A Sociologia como crítica social | T. B. Bottomore | 1976 | 1 |
| Pensamento teórico em Sociologia | William Skidmore | 1976 | 1 |
| Acumulação mundial: 1492-1789 | André Gunder Frank | 1977 | 1 |
| Agricultura e transformação estrutural | Bruce F. Johnston; Peter Kilby | 1977 | 1 |
| Levi-Strauss: estruturalismo e Teoria Sociológica | C. R. Badcock | 1977 | 1 |
| História econômica da população mundial | Carlo M. Cipolla | 1977 | 1 |
| O fenômeno da inflação mundial | David I. Meiselman; Arthur B. Laffer | 1977 | 1 |
| Sistemas econômicos e sociedade | George Dalton | 1977 | 1 |
| A fabricação dos machos | Georges Falconnet; Nadine Lefaucheur | 1977 | 1 |
| Trabalho e Capital monopolista | Harry Braverman | 1977 | 3 |
| Capitalismo sem crescimento | Herbert N. Woodward | 1977 | 1 |
| A evolução da sociedade urbana | Howard P. Chudacoff | 1977 | 1 |
| Sociologia do Terceiro Mundo | J. E. Goldthorpe | 1977 | 1 |
| Sociologia e Antropologia Social | J. E. Goldthorpe | 1977 | 1 |

| | | | |
|---|--|------|---|
| Os vivos e a morte | Jean Ziegler | 1977 | 1 |
| Introdução à sociedade | John Scotson | 1977 | 1 |
| A Economia moderna | Kelvin Lancaster | 1977 | 2 |
| Parceria e Capitalismo | Maria Rita Garcia Loureiro | 1977 | 1 |
| O homem econômico racional | Martin Hollis; Edward J. Nell | 1977 | 1 |
| Das obrigações políticas | Michael Walzer | 1977 | 1 |
| Evolução social e categorias sociológicas | Paul Q. Hirst | 1977 | 1 |
| Introdução ao estudo da estrutura social | Peter Blau (organizador) | 1977 | 1 |
| Produção de mercadorias por meio de mercadorias | Piero Sraffa | 1977 | 1 |
| A internacional do Capital | Pierre Dockès | 1977 | 1 |
| A oferta nas economias de mercado | Richard Jones | 1977 | 1 |
| Análise econômica e materialismo histórico | Serge Latouche | 1977 | 1 |
| Por uma Sociologia crítica | Zygmunt Bauman | 1977 | 1 |
| O Homem bidimensional | Abner Cohen | 1978 | 1 |
| Novas regras do método sociológico | Anthony Giddens | 1978 | 1 |
| Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil | Antônio Octávio Cintra; Paulo Roberto Haddad (organizadores) | 1978 | 1 |
| A natureza da agressividade humana | Ashley Montagu | 1978 | 1 |
| Modos de produção e formação social | Barry Hindess; Paul Q. Hirst | 1978 | 1 |

| | | | |
|---|---------------------------------------|------|---|
| Sociologia, Fenomenologia e análise marxista | Barry Smart | 1978 | 1 |
| A democracia liberal: origens e evolução | C. B. Macpherson | 1978 | 1 |
| Cultura e comunicação | Edmund Leach | 1978 | 1 |
| A aventura sociológica | Edson de Oliveira Nunes (organizador) | 1978 | 1 |
| As empresas multinacionais | Gilles Y. Bertin | 1978 | 1 |
| Insumo-produto e a Economia regional | Harry W. Richardson | 1978 | 1 |
| Sociedades camponesas | Henri Mendras | 1978 | 1 |
| A estrutura normativa da Sociologia | Hermann Strasser | 1978 | 1 |
| Introdução à análise estatística para economistas | J. J. Thomas | 1978 | 1 |
| Perspectivas econômicas | John Hicks | 1978 | 1 |
| Introdução às finanças internacionais | L. Sirc | 1978 | 1 |
| Os economistas | Leonard Silk | 1978 | 1 |
| O conceito de sistemas culturais | Leslie A. White | 1978 | 1 |
| Passa-se uma casa | Licia do Prado Valladares | 1978 | 2 |
| A Economia Política do Imperialismo | Michael Barratt Brown | 1978 | 1 |
| O Direito e a ascensão do Capitalismo | Michael E. Tigar; Madeleine R. Levy | 1978 | 1 |
| Lógica da dominação | Michel Maffesoli | 1978 | 1 |
| Origem e significado da Escola de Frankfurt | Phil Slater | 1978 | 1 |
| Ideologia, conflitos e poder | Pierre Ansart | 1978 | 1 |

| | | | |
|--|--|------|---|
| A nova política externa dos Estados Unidos | Robert G. Wesson | 1978 | 1 |
| Sociologia do Poder | Roderick Martin | 1978 | 1 |
| Sociedade de massas e conflito político | Sandor Halebsky | 1978 | 1 |
| A sociologia do lazer | Stanley Parker | 1978 | 1 |
| Desenvolvimento dependente brasileiro | Vilma Figueiredo | 1978 | 1 |
| As empresas estrangeiras no Brasil | Ana Célia Castro | 1979 | 1 |
| A burguesia de Estado | Antonio Mutti; Paolo Segatti | 1979 | 1 |
| Política e mercados | Charles E. Lindblom | 1979 | 1 |
| Destinos pessoais e estrutura de classe | Daniel Bertaux | 1979 | 1 |
| Valor e acumulação | Eginardo Pires | 1979 | 1 |
| A Economia: um anti-texto | Francis Green; Peter Nore (organizadores) | 1979 | 1 |
| Limites sociais do crescimento | Fred Hirsch | 1979 | 1 |
| Imperialismo: da era colonial ao presente | Harry Magdoff | 1979 | 1 |
| Fenomenologia e Relações sociais | Helmut R. Wagner (organizador) | 1979 | 1 |
| Tecnologia e as Multinacionais | Jack Baranson | 1979 | 1 |
| Filosofia econômica | Joan Robinson | 1979 | 1 |
| Contribuições à Economia moderna | Joan Robinson | 1979 | 1 |
| Educação e hegemonia de classe | José Carlos Garcia Durand (organizador) | 1979 | 1 |
| A paz estável | Kenneth Boulding | 1979 | 1 |
| A Economia do futuro | Kurt Dopfer (organizador) | 1979 | 1 |
| Ler O Capital (vol. 1) | Louis Althusser; Jacques Rancière; Pierre Macherey | 1979 | 1 |

| | | | |
|--|---|------|---|
| Crescimento e distribuição de renda | Luigi L. Pasinetti | 1979 | 1 |
| A riqueza de algumas nações | Malcolm Caldwell | 1979 | 1 |
| Espaço e poder | Paul Claval | 1979 | 1 |
| Prática do Serviço Social no Capitalismo | Paul Corrigan; Peter Leonard | 1979 | 2 |
| Estatística para economistas | R. G. D. Allen | 1979 | 1 |
| Marxismo e política | Ralph Miliband | 1979 | 1 |
| A Economia da empresa pública | Ray Rees | 1979 | 1 |
| Efeitos perversos e ordem social | Raymond Boudon | 1979 | 1 |
| A visão dual | Robert A. Gorman | 1979 | 1 |
| A sociedade (Tomo I) | Robert Fossaert | 1979 | 1 |
| A ambivalência sociológica | Robert King Merton | 1979 | 1 |
| O Sistema Monetário Internacional: 1945-1976 | Robert Solomon | 1979 | 1 |
| Revolução e a transformação das sociedades | S. N. Eisenstadt | 1979 | 1 |
| Teoria marxista da História | William H. Shaw | 1979 | 1 |
| Família, propriedade e e transição social | Alan Macfarlane | 1980 | 1 |
| O Capital de Marx e o Capitalismo de hoje (Vol. 1) | Antony Cutler; Barry Hindess; Paul Hirst; Athar Hussain | 1980 | 1 |
| Da Ideologia | Centre for Contemporary Cultural Studies (organizador) | 1980 | 2 |
| Marx e a História | D. Ross Gandy | 1980 | 1 |
| Para uma teoria marxista do nacionalismo | Horace B. Davis | 1980 | 1 |

| | | | |
|--|---|------|---|
| Economia política marxista | James F. Becker | 1980 | 1 |
| Imperialismo e classes sociais no Terceiro Mundo | James Petras | 1980 | 1 |
| Habitação em questão | Licia do Prado Valladares (organizador) | 1980 | 2 |
| Ler O Capital (vol. 2) | Louis Althusser; Étienne Balibar; Roger Establet | 1980 | 1 |
| Marxismo e educação | Madan Sarup | 1980 | 1 |
| Valor, exploração e crescimento | Michio Morishima; George Catephores | 1980 | 1 |
| Participação, justiça social e planejamento | Paulo Roberto Haddad | 1980 | 1 |
| A Tríplice Aliança | Peter Evans | 1980 | 2 |
| História da análise sociológica | T. B. Bottomore; Robert Nisbet (organizadores) | 1980 | 1 |
| O Capital de Marx e o Capitalismo de hoje (Vol. 2) | Antony Cutler; Barry Hindess; Paul Hirst; Athar Hussain | 1981 | 1 |
| Medição de forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais | Dennis Linhares Barsted | 1981 | 1 |
| A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929) | E. H. Carr | 1981 | 1 |
| A miséria da teoria | E. P. Thompson | 1981 | 1 |
| Teoria sintática | Emmon Bach | 1981 | 1 |
| Classe, crise e o Estado | Erik Olin Wright | 1981 | 1 |
| Direito e conflito social | Felippe Augusto de Miranda Rosa (organizador) | 1981 | 1 |
| Poder e contrapoder na América Latina | Florestan Fernandes | 1981 | 1 |
| A evolução do Estado moderno | Gianfranco Poggi | 1981 | 1 |

| | | | |
|---|--------------------------------------|------|---|
| Leitura política de O Capital | Harry Cleaver | 1981 | 1 |
| Teorias do subdesenvolvimento | Ian Roxborough | 1981 | 1 |
| Marx: a teoria da alienação | István Mészáros | 1981 | 1 |
| Teorias modernas da distribuição de renda | M. C. Howard | 1981 | 1 |
| Estado, Capital e industrialização do Nordeste | Manuel Correia de Andrade | 1981 | 1 |
| A violência totalitária | Michel Maffesoli | 1981 | 1 |
| Uma história da Antropologia | Murray Leaf | 1981 | 1 |
| A Sociedade pós-revolucionária | Paul Sweezy | 1981 | 1 |
| A Sociedade (Tomo II, Vol. 1) | Robert Fossaert | 1981 | 1 |
| A Sociedade (Tomo II, Vol. 2) | Robert Fossaert | 1981 | 1 |
| A Sociedade (Tomo II, Vol. 3) | Robert Fossaert | 1981 | 1 |
| Dilemas do desenvolvimento | Sylvia Ann Hewlett | 1981 | 1 |
| Sociologia Política | T. B. Bottomore | 1981 | 1 |
| Karl Marx | T. B. Bottomore (organizador) | 1981 | 1 |
| População e desenvolvimento econômico no Brasil | Thomas W. Merrick; Douglas H. Graham | 1981 | 1 |
| Capitalismo, conflito e inflação | Bob Rowthorn | 1982 | 1 |
| Análise de investimentos: Projetos Industriais e Engenharia econômica | Cesar das Neves | 1982 | 1 |
| A teoria econômica do Estado | David K. Whynes; Roger A. Bowles | 1982 | 1 |

| | | | |
|--|--|------|---|
| Acumulação e crescimento da firma | Eduardo Augusto Guimarães | 1982 | 1 |
| O desafio japonês à indústria norte-americana | Jack Baranson | 1982 | 1 |
| Manual de Sociologia da oposição | Jean Ziegler | 1982 | 1 |
| Análise de dados | Jean-Marie Bouroche; Gilbert Saporta | 1982 | 1 |
| Processo de trabalho e estratégias de classe | Mario Tronti (organizador) | 1982 | 1 |
| Comunismo e Filosofia | Maurice Cornforth | 1982 | 1 |
| Agroindústria nas Américas | Roger Burbach; Patricia Flynn | 1982 | 1 |
| A nova Economia Política | Bruno Frey | 1983 | 1 |
| Marxismo, ideologia e literatura | Cliff Slaughter | 1983 | 1 |
| Marxismo e individualismo | D. F. B. Tucker | 1983 | 1 |
| Marx: um século de pensamento político | David McLellan | 1983 | 1 |
| Poder, Direito e sociedade | Felippe Augusto de Miranda Rosa | 1983 | 1 |
| Serviço de bem-estar socialista | Paul Corrigan; Steve Bolger; Jan Docking; Nick Frost | 1983 | 1 |
| A crise do capitalismo americano | Paul Sweezy; Harry Magdoff | 1983 | 1 |
| Sociologia: uma breve porém crítica introdução | Anthony Giddens | 1984 | 1 |
| A base social das descobertas científicas | Augustine Brannigan | 1984 | 1 |
| Capitalismo, Socialismo e Democracia | Joseph Alois Schumpeter | 1984 | 1 |
| Economia marxista | Meghnad Desai | 1984 | 1 |
| Os mitos da evolução humana | Niles Eldredge; Ian Tattersall | 1984 | 1 |

Biblioteca de Cultura Científica (1960-1979)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|--|----------------------|--------------------------------|
| O ABC da relatividade | Bertrand Russell | 1960 | 5 |
| A origem da Terra | W. M. Smart | 1961 | 1 |
| A evolução da Física | Albert Einstein; Leopold Infeld | 1962 | 4 |
| A natureza do universo | Fred Hoyle | 1962 | 1 |
| Um, dois, três... Infinito | George Gamow | 1962 | 2 |
| O Universo em que vivemos | Sir James Jeans | 1962 | 1 |
| A mecânica do cérebro | W. Grey Walter | 1962 | 1 |
| Introdução à Filosofia matemática | Bertrand Russell | 1963 | 4 |
| Genética moderna | Charlotte Auerbach | 1963 | 1 |
| Biografia da Física | George Gamow | 1963 | 1 |
| Idéias fundamentais da Biologia | John Tyler Bonner | 1964 | 1 |
| O materialismo dialético e as ciências da natureza | K h. Fataliev | 1966 | 1 |
| Matemática e imaginação | Edward Kasner; James Newman | 1968 | 2 |
| Heurística, a ciência do pensamento criador | V. N. Puchkin | 1969 | 2 |
| Número: a linguagem da Ciência | Tobias Dantzig | 1970 | 1 |
| Perspectivas da Matemática | Hans Freudenthal | 1975 | 1 |
| Homens e moléculas | Norman Metzger | 1975 | 1 |
| A lógica do descobrimento matemático | John Worrall; Elie Zahar (organizadores) | 1978 | 1 |
| A imaginação científica | Gerald Holton | 1979 | 1 |

Biblioteca de Cultura Histórica (1960-1982)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|----------------------|----------------------|--------------------------------|
| Helenismo: história de uma civilização | Arnold J. Toynbee | 1960 | 5 |
| Reflexões sobre a história | Jacob Burckhardt | 1961 | 1 |
| História de Roma | M. Rostovtzeff | 1961 | 6 |
| A civilização bizantina | Steven Runciman | 1961 | 2 |
| O que aconteceu na História | V. Gordon Childe | 1961 | 5 |
| A História: pensamento e ação | Benedetto Croce | 1962 | 1 |
| A Pré-História | Grahame Clark | 1962 | 2 |
| O herói na história | Sidney Hook | 1962 | 1 |
| Origens da Idade Média | William Carroll Bark | 1962 | 4 |
| A Segunda Guerra Mundial | A. J. P. Taylor | 1963 | 2 |
| A América e a Revolução Mundial | Arnold J. Toynbee | 1963 | 1 |
| O Renascimento | Edith Sichel | 1963 | 3 |
| O futuro como história | Robert L. Heilbroner | 1963 | 1 |
| História da Revolução Francesa | Albert Soboul | 1964 | 3 |
| A prodigiosa História da Humanidade (2 volumes) | André Ribard | 1964 | 1 |
| Uma História da Inglaterra | E. L. Woodward | 1964 | 1 |
| A decadência do Ocidente | Oswald Spengler | 1964 | 3 |
| Europa, uma revisão histórica | Geoffrey Barraclough | 1965 | 1 |
| O mundo grego | Hugh Lloyd-Jones | 1965 | 2 |
| Introdução à História Contemporânea | Geoffrey Barraclough | 1966 | 5 |
| A evolução cultural do Homem | V. Gordon Childe | 1966 | 5 |
| Pequena História do mundo contemporâneo | David Thomson | 1967 | 5 |
| O manifesto comunista de 1848 | Harold J. Laski | 1967 | 3 |
| A interpretação da História e outros ensaios | James T. Shotwell | 1967 | 1 |

| | | | |
|--|---------------------------------------|------|---|
| História de Israel | M. A. Beek | 1967 | 1 |
| História do Oriente Médio | George E. Kirk | 1967 | 1 |
| O desafio de nosso tempo | Arnold J. Toynbee | 1968 | 3 |
| O mundo romano | J. P. V. D. Balsdon (organizador) | 1968 | 1 |
| História resumida da Revolução Russa | Joel Carmichael | 1968 | 1 |
| América Latina contemporânea | Eulália Maria Lahmeyer Lobo | 1970 | 1 |
| A sociedade do futuro | Arnold J. Toynbee | 1973 | 4 |
| História da Grécia | M. Rostovtzeff | 1973 | 4 |
| República Imperial | Raymond Aron | 1975 | 1 |
| A História como Ciência Social | Pierre Chaunu | 1976 | 1 |
| As Filosofias da História | Hélène Védrine | 1977 | 1 |
| A revolução industrial da Idade Média | Jean Gimpel | 1977 | 1 |
| O Século inacabado (2 volumes) | William E. Leuchtenburg (organizador) | 1977 | 1 |
| A Humanidade e a Mãe-Terra | Arnold J. Toynbee | 1978 | 2 |
| As origens do Estado moderno | Bertrand de Jouvenel | 1978 | 1 |
| Sobre o conhecimento histórico | Henri-Irénée Marrou | 1978 | 1 |
| Teocracia bizantina | Steven Runciman | 1978 | 1 |
| Introdução à Filosofia da História | W. H. Walsh | 1978 | 1 |
| A Economia medieval | Michael Le Mené | 1979 | 1 |
| Os fascismos | Thierry Buron; Pascal Gauchon | 1980 | 1 |
| Ideologia e protesto popular | George Rudé | 1982 | 1 |
| História do pensamento político (Tomo 1) | Jean-Jacques Chevallier | 1982 | 1 |

Manuais de Economia Cambridge (1960-1981)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|----------------------|----------------------|--------------------------------|
| Helenismo: história de uma civilização | Arnold J. Toynbee | 1960 | 5 |
| Reflexões sobre a história | Jacob Burckhardt | 1961 | 1 |
| História de Roma | M. Rostovtzeff | 1961 | 6 |
| A civilização bizantina | Steven Runciman | 1961 | 2 |
| O que aconteceu na História | V. Gordon Childe | 1961 | 5 |
| A História: pensamento e ação | Benedetto Croce | 1962 | 1 |
| A Pré-História | Grahame Clark | 1962 | 2 |
| O herói na história | Sidney Hook | 1962 | 1 |
| Origens da Idade Média | William Carroll Bark | 1962 | 4 |
| A Segunda Guerra Mundial | A. J. P. Taylor | 1963 | 2 |
| A América e a Revolução Mundial | Arnold J. Toynbee | 1963 | 1 |
| O Renascimento | Edith Sichel | 1963 | 3 |
| O futuro como história | Robert L. Heilbroner | 1963 | 1 |
| História da Revolução Francesa | Albert Soboul | 1964 | 3 |
| A prodigiosa História da Humanidade (2 volumes) | André Ribard | 1964 | 1 |
| Uma História da Inglaterra | E. L. Woodward | 1964 | 1 |
| A decadência do Ocidente | Oswald Spengler | 1964 | 3 |
| Europa, uma revisão histórica | Geoffrey Barraclough | 1965 | 1 |
| O mundo grego | Hugh Lloyd-Jones | 1965 | 2 |
| Introdução à História Contemporânea | Geoffrey Barraclough | 1966 | 5 |
| A evolução cultural do Homem | V. Gordon Childe | 1966 | 5 |
| Pequena História do mundo contemporâneo | David Thomson | 1967 | 5 |
| O manifesto comunista de 1848 | Harold J. Laski | 1967 | 3 |
| A interpretação da História e outros ensaios | James T. Shotwell | 1967 | 1 |

| | | | |
|--|---------------------------------------|------|---|
| História de Israel | M. A. Beek | 1967 | 1 |
| História do Oriente Médio | George E. Kirk | 1967 | 1 |
| O desafio de nosso tempo | Arnold J. Toynbee | 1968 | 3 |
| O mundo romano | J. P. V. D. Balsdon (organizador) | 1968 | 1 |
| História resumida da Revolução Russa | Joel Carmichael | 1968 | 1 |
| América Latina contemporânea | Eulália Maria Lahmeyer Lobo | 1970 | 1 |
| A sociedade do futuro | Arnold J. Toynbee | 1973 | 4 |
| História da Grécia | M. Rostovtzeff | 1973 | 4 |
| República Imperial | Raymond Aron | 1975 | 1 |
| A História como Ciência Social | Pierre Chaunu | 1976 | 1 |
| As Filosofias da História | Hélène Védrine | 1977 | 1 |
| A revolução industrial da Idade Média | Jean Gimpel | 1977 | 1 |
| O Século inacabado (2 volumes) | William E. Leuchtenburg (organizador) | 1977 | 1 |
| A Humanidade e a Mãe-Terra | Arnold J. Toynbee | 1978 | 2 |
| As origens do Estado moderno | Bertrand de Jouvenel | 1978 | 1 |
| Sobre o conhecimento histórico | Henri-Irénée Marrou | 1978 | 1 |
| Teocracia bizantina | Steven Runciman | 1978 | 1 |
| Introdução à Filosofia da História | W. H. Walsh | 1978 | 1 |
| A Economia medieval | Michael Le Mené | 1979 | 1 |
| Os fascismos | Thierry Buron; Pascal Gauchon | 1980 | 1 |
| Ideologia e protesto popular | George Rudé | 1982 | 1 |
| História do pensamento político (Tomo 1) | Jean-Jacques Chevallier | 1982 | 1 |

Atualidade (1962-1983)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|---|----------------------|--------------------------------|
| A sobrevivência da humanidade | Erich Fromm | 1962 | 6 |
| As elites revolucionárias | Harold D. Lasswell; Daniel Lerner | 1967 | 1 |
| As origens na forma da Arte | Herbert Read | 1967 | 2 |
| Mudança social na América Latina | Richard N. Adams | 1967 | 1 |
| Troca tradicional e mercado moderno | Cyril S. Belshaw | 1968 | 1 |
| Dialética da libertação | David Cooper (organizador) | 1968 | 1 |
| Revolução na comunicação | Edmundo Carpenter; Marshall Moluhan | 1968 | 4 |
| Socialismo democrático | Giles Radice | 1968 | 1 |
| Eros e civilização | Herbert Marcuse | 1968 | 6 |
| Ideologia da sociedade industrial | Herbert Marcuse | 1968 | 4 |
| Arte e alienação | Herbert Read | 1968 | 2 |
| Problemas do estruturalismo | Jean Pouillon; Marc Barbut; Maurice Godelier; Pierre Macherey; Pierre Bourdieu; A. J. Greimas; Jacques Ehrmann | 1968 | 1 |
| Desenvolvimento e crise no Brasil (1930/1967) | L. C. Bresser Pereira | 1968 | 1 |
| A dimensão injusta | Luiz Alberto Bahia | 1968 | 1 |
| A exploração do Terceiro Mundo | Pierre Jalée | 1968 | 1 |
| Estruturalismo e marxismo | René Ballet; Daniel Charles; Marcel Cohen; Jean Deschamps; Jean Dubois; Roger Garaudy; Michèle Jalley-Crampe; Vicent Labeyrie; Noel Mouloud; Charles Parain; Serge Perottino; Lucien Sève; Jean Suret-Canale; Henri Weber | 1968 | 1 |
| O problema chinês | Roger Garaudy | 1968 | 1 |
| Aonde vai o capitalismo? | Shigeto Tsuru (organizador) | 1968 | 2 |
| O impacto da indústria | Wilbert E. Moore | 1968 | 1 |
| O fantasma da máquina | Arthur Koestler | 1969 | 1 |
| A Revolução da esperança | Erich Fromm | 1969 | 5 |

| | | | |
|---|--|------|---|
| Problemas e perspectivas do socialismo | Isaac Deutscher; Ernest Mandel; Ralph Miliband; Dorothy Wedderburn; Bruce McFarlane; Anouar Abdel-Malek; Jitendra Mohan; Malcolm Caldwell; Hamza Alavi | 1969 | 1 |
| Literatura e Revolução | Leon Trotsky | 1969 | 2 |
| Modernização: protesto e mudança | S. N. Eisenstadt | 1969 | 1 |
| Alternativas para o liberalismo | Daniel Cory (organizador) | 1970 | 1 |
| Cidades: a urbanização da Humanidade | Kingsley Davis; Gideon Sjoberg; Hans Blumenfeld; Nirmal Kumar Bose; Goran Sidenbladh; Lloyd Rodwin; Benjamin Chinitz; Charles Abrams; John W. Dyckman; Abel Wolman; Nathan Glazer; Kevin Lynch | 1970 | 3 |
| Crítica da tolerância pura | Robert Paul Wolff; Barrington Moore Jr; Herbert Marcuse | 1970 | 1 |
| Introdução à Música do Século XX | Eric Salzman | 1971 | 1 |
| A crise da Psicanálise | Erich Fromm | 1971 | 2 |
| A Reforma Agrária no Brasil | José Gomes da Silva | 1971 | 1 |
| Teorias de comunicação de massa | Melvin L. de Fleur | 1971 | 2 |
| Política e comunicação | Richard R. Fagen | 1971 | 1 |
| Como financiar o desenvolvimento econômico | Robert B. Bangs | 1971 | 1 |
| A sociedade multidimensional: Marsahll, Marx e os tempos modernos | Clark Kerr | 1972 | 1 |
| O Homem tecnológico | Victor C. Ferkiss | 1972 | 2 |
| Contra-Revolução e Revolta | Herbert Marcuse | 1973 | 2 |
| A crise urbana: natureza e futuro | Edward C. Banfield | 1974 | 2 |
| Chaves da Franco-maçonaria | Fernand Turret | 1975 | |
| O Sistema Monetário Mundial | Sidney E. Rolfe; James L. Burtle | 1975 | 2 |
| A questão do Imperialismo: a economia política da dominação e dependência | Benjamin J. Cohen | 1976 | 1 |
| A questão agrária na América Latina | Glaucio Ary Dillon Soares | 1976 | 1 |

| | | | |
|---|---|------|---|
| Ideologia e política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva | Vicente Barretto | 1977 | 1 |
| Soberania, guerra e paz | Luiz Alberto Bahia | 1978 | 1 |
| A crise na Previdência Social | Celso Barroso Leite | 1981 | 1 |
| Ciência, Universidade e ideologia | Simon Schwartzman | 1981 | 1 |
| Um atentado à liberdade: lei de segurança nacional | Antonio Evaristo de Moraes Filho | 1982 | 1 |
| Liberação da mulher, liberação humana | Roger Garaudy | 1982 | 1 |
| Habitação e poder | Sergio de Azevedo; Luis Aureliano Gama de Andrade | 1982 | 1 |
| Um século de Previdência Social | Celso Barroso Leite | 1983 | 1 |
| Brasil: pobreza e necessidades básicas | Peter Knight; Ricardo Moran | 1983 | 1 |

Psyque (1962-1984)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--------------------------------------|-------------------------------|----------------------|--------------------------------|
| Manual de Psicologia | C. J. Adcock | 1962 | 3 |
| A linguagem esquecida | Erich Fromm | 1962 | 8 |
| Vida emocional dos civilizados | Melanie Klein; Joan Riviere | 1962 | 2 |
| Meu encontro com Marx e Freud | Erich Fromm | 1963 | 7 |
| Homossexualismo e delinquência | Luiz Angelo Dourado | 1963 | 2 |
| O eu dividido | R. D. Laing | 1963 | 1 |
| O controle da mente | S. M. Farber; R. H. L. Wilson | 1963 | 1 |
| Psicologia, a ciência da vida mental | Georg A. Miller | 1964 | 1 |
| Psicopatologia da vida cotidiana | Sigmund Freud | 1964 | 3 |
| Psicologia e religião | C. G. Jung | 1965 | 1 |
| Evolução da Psicanálise | Clara Thompson | 1965 | 3 |
| A missão de Freud | Erich Fromm | 1965 | 3 |
| Fundamentos da Psicanálise | Franz Alexander | 1965 | 2 |
| Raízes neuróticas do crime | Luiz Angelo Dourado | 1965 | 1 |

| | | | |
|--|---|------|---|
| Édipo: mito e complexo | Patrick Mullahy | 1965 | 4 |
| Psicanálise e marxismo | Reuben Osborn | 1965 | 1 |
| A criança e o seu mundo | D. W. Winnicott | 1966 | 6 |
| Os elementos da Psicanálise | W. R. Bion | 1966 | 1 |
| A Psicologia da infância e da adolescência | C. I. Sandström | 1967 | 7 |
| Desvios sexuais | Anthony Storr | 1967 | 2 |
| Tipos psicológicos | C. G. Jung | 1967 | 4 |
| A cura da mente enferma | Harry Guntrip | 1967 | 1 |
| A Psicologia e os problemas sociais | Michael Argyle | 1967 | 1 |
| Os estados psicóticos | Herbert A. Rosenfeld | 1968 | 1 |
| A ordem oculta da Arte | Anton Ehrenzweig | 1969 | 2 |
| Psicologia experimental | Henri Pieron | 1969 | 1 |
| Ensaio de Psicologia criminal | Luiz Angelo Dourado | 1969 | 1 |
| Temas de Psicanálise aplicada | Melanie Klein; P. Heimann; R. E. Money-Kirle | 1969 | 1 |
| Novas tendências na Psicanálise | Melanie Klein; Paula Heimann; R. E. Money-Kirle (organizadores) | 1969 | 2 |
| Os progressos da Psicanálise | Melanie Klein; Paula Heimann; Suzan Isaacs; Joan Riviere | 1969 | 3 |
| A Revolução sexual | Wilhelm Reich | 1969 | 8 |
| A agressão humana | Anthony Storr | 1970 | 2 |
| Vida e obra de Sigmund Freud (2 volumes) | Ernest Jones | 1970 | 3 |
| Hamlet e o Complexo de Édipo | Ernest Jones | 1970 | 1 |
| O Psicótico (compreensão da loucura) | Andrew Crowcroft | 1971 | 2 |
| Infância normal e patológica | Anna Freud | 1971 | 4 |
| O sonho em Psicanálise | Leon L. Altman | 1971 | 1 |
| A criança, sua "doença" e os outros | Maud Mannoni | 1971 | 3 |
| O psiquiatra, seu "louco" e a Psicanálise | Maud Mannoni | 1971 | 2 |
| Uma breve história da Psicologia | Álvaro Cabral; Eduardo Pinto Oliveira | 1972 | 1 |
| A Psicologia Social como ciência | B. D. Pariguin | 1972 | 1 |
| Psicanálise e pediatria | Françoise Dolto | 1972 | 4 |
| O caso Dominique | Françoise Dolto | 1972 | 2 |

| | | | |
|---|-------------------------------------|------|---|
| Reflexos condicionados e inibições | I. Pavlov | 1972 | 1 |
| Fundamentos de Psicopatologia | John C. Nemiah | 1972 | 3 |
| Homo Psychologicus | John Cohen | 1972 | 1 |
| Chaves da Psicologia | Jacques Cosnier | 1972 | 3 |
| Chaves da Psicanálise | Georges Philippe Brabant | 1973 | 4 |
| Gestalt - Terapia | Joeh Fagan; Irma Lee Shepherd | 1973 | 4 |
| Psicologia e dilema humano | Rollo May | 1973 | 3 |
| O indivíduo excepcional | Charles W. Telford; James M. Sawrey | 1974 | 5 |
| Problemas psicológicos da adolescência | Helene Deutsch | 1974 | 3 |
| Teste dos três personagens | Madeleine Backes-Thomas | 1974 | 1 |
| Psicodrama e vida | Pierre Bour | 1974 | 1 |
| Introdução à antipsiquiatria | Chantal Bosseur | 1975 | 1 |
| A Psicologia como ciência biológica | Daniel P. Kimble | 1975 | 1 |
| Para compreender Jean Piaget | Jean-Marie Dolle | 1975 | 4 |
| Teoria da dissonância cognitiva | Leon Festinger | 1975 | 1 |
| A Psicologia como Filosofia, Ciência e Arte | Logan J. Fox | 1975 | 1 |
| A interação social | Michael Argyle | 1975 | 1 |
| As sete idades do Homem | Robert R. Sears; S. Shirley Feldman | 1975 | 2 |
| Psicologia Existencial-humanista | Thomas C. Greening (organizador) | 1975 | 1 |
| A ética da Psicanálise | Thomas S. Szasz | 1975 | 3 |
| Psicologia humanista | Willard B. Frick | 1975 | 1 |
| Antipsiquiatria: senso ou contra-senso? | Cyrille Koupernik (organizador) | 1976 | 1 |
| Formas de vida | Eduard Spranger | 1976 | 1 |
| Psicoterapia analítica da criança | F. Klein; R. Debray | 1976 | 1 |
| As psicoses da criança | Henry Aubin | 1976 | 1 |
| Contestações atuais da Psicanálise | Jacques Chazaud | 1976 | 1 |
| A Psicologia do Medo e do "stress" | Jeffrey Gray | 1976 | 2 |
| Os medos infantis | Michel Zlotowicz | 1976 | 1 |
| Chaves da Caracterologia | Roger Gaillat | 1976 | 1 |
| A fabricação da loucura | Thomas S. Szasz | 1976 | 3 |

| | | | |
|---|---|------|---|
| Dor e prazer | Thomas S. Szasz | 1976 | 1 |
| Psicanálise da percepção artística | Anton Ehrenzweig | 1977 | 1 |
| Modelos em Psicologia | Eva Nick; Heliana Rodrigues | 1977 | 1 |
| A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia | Fritz Perls | 1977 | 2 |
| As psicoterapias da criança | Jacques Chazaud | 1977 | 1 |
| Métodos da Psicologia social | Jean Grisez | 1977 | 1 |
| Três formas da existência malograda | Ludwig Binswanger | 1977 | 1 |
| O nascimento psicológico da criança | Margaret S. Mahler; Fred Pine; Anni Bergman | 1977 | 1 |
| Neurose e classes sociais | Michael Schneider | 1977 | 1 |
| Temas de Psicopatologia | Miguel Chalub | 1977 | 1 |
| A sexualidade feminina na doutrina Freudiana | Moustapha Safouan | 1977 | 1 |
| Psicologia da orientação vocacional | Paul Kline | 1977 | 1 |
| A busca da solidão | Philip Slater | 1977 | 1 |
| A Etologia | Rémy Chauvin | 1977 | 1 |
| A estrutura da Magia | Richard Bandler; John Grinder | 1977 | 1 |
| Modificação do comportamento e sociedade controlada | Robert L. Geiser | 1977 | 1 |
| A criança deficiente mental | Roger Misès | 1977 | 1 |
| Amnésia social | Russell Jacoby | 1977 | 1 |
| Mata-se uma criança | Serge Leclair | 1977 | 1 |
| Ideologia e doença mental | Thomas S. Szasz | 1977 | 2 |
| Introdução à História da Psicologia contemporânea | Antonio Gomes Penna | 1978 | 3 |
| A dinâmica da comunicação nos grupos | Gilles Amado; André Guittet | 1978 | 2 |
| A psicomotricidade | Jean-Claude Coste | 1978 | 2 |
| A infância inadaptada | Jean-Louis Lang | 1978 | 1 |
| A representação social da Psicanálise | Serge Moscovici | 1978 | 1 |
| Esquizofrenia | Thomas S. Szasz | 1978 | 1 |
| Mudança e Psicoterapia gestaltista | Vera Felicidade de Almeida Campos | 1978 | 1 |

| | | | |
|--|--|------|---|
| Fundamentos antropológicos da Psicoterapia | Viktor E. Frankl | 1978 | 1 |
| Pessoas separadas: um só corpo | A. C. Robin Skynner | 1979 | 1 |
| Psicologia do conhecimento em Piaget | Beryl A. Geber (organizador) | 1979 | 1 |
| Princípios de Psiquiatria preventiva | Gerald Caplan | 1979 | 1 |
| Você e neurose | H. J. Eysenck | 1979 | 1 |
| Comportamento criminoso | M. Philip Feldman | 1979 | 1 |
| Estudo sobre Édipo | Moustapha Safouan | 1979 | 1 |
| Depressão e melancolia | Richard Bucher | 1979 | 1 |
| A conspiração do silêncio | Sandra Butler | 1979 | 1 |
| Aprendizagem e memória humanas | Stephane Ehrlich | 1979 | 1 |
| O mito da doença mental | Thomas S. Szasz | 1979 | 1 |
| Compêndio de Psiquiatria | W. L. Linford Rees | 1979 | 1 |
| Aprendizagem e motivação | Antonio Gomes Penna | 1980 | 1 |
| Psicopatologia da criança e do adolescente | Hervé Beauchesne | 1980 | 1 |
| Psicanálise e Psicoterapia breve na adolescência | Juan Carlos Kusnetzoff | 1980 | 1 |
| O significado de ansiedade | Rollo May | 1980 | 1 |
| Freud: a primeira Psicologia das neuroses | Kenneth Levin | 1980 | 1 |
| O conhecimento da criança pela Psicanálise | Serge Lebovici; Michel Soulé | 1980 | 1 |
| História das idéias psicológicas | Antonio Gomes Penna | 1981 | 1 |
| A hipnose entre a Psicanálise e a Biologia | L. Chertok | 1981 | 1 |
| A criança e seu corpo | L. Kreisler; M. Fain; M. Soulé | 1981 | 1 |
| Poder e inocência | Rollo May | 1981 | 1 |
| Terapia cognitiva da depressão | Aaron T. Beck; A. John Rush; Brian F. Shaw; Gary Emery | 1982 | 1 |
| Estados fronteiriços em Psiquiatria | Daniel Marcelli | 1982 | 1 |
| Vínculos duplos | Jean-Claude Benoit | 1982 | 1 |
| Distúrbios da linguagem em Psiquiatria | Patrice Boyer | 1982 | 1 |

| | | | |
|--|---------------------------------------|------|---|
| A loucura | Roland Jaccard | 1982 | 1 |
| Princípios e prática de terapia sexual | Sandra R. Leiblum; Laurence A. Pervin | 1982 | 1 |
| Família: diagnóstico e terapia | Terezinha Féres Carneiro | 1983 | 1 |
| Self e narcisismo | Heinz Kohut | 1984 | 1 |
| A doença maníaca | Vincent Caillard | 1984 | 1 |

Ciências da Administração (1963-1982)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|---|----------------------|--------------------------------|
| Liderança e dinâmica de grupo | George M. Beal; Joe M. Bohlen; J. Neil Raudabaugh | 1963 | 6 |
| O trabalho de grupo | Josephine Klein | 1965 | 4 |
| Relações humanas na indústria moderna | R. F. Tredgold | 1965 | 1 |
| Fundamentos da gerência | W. S. Barry | 1966 | 2 |
| A arte da liderança | S. W. Roskill | 1967 | 1 |
| Maquiavel e gerência de empresas | Antony Jay | 1968 | 3 |
| Trabalho social de grupo | Gisela Konopka | 1968 | 6 |
| Relações Públicas para gerentes | James Derriman | 1968 | 1 |
| Administração lucrativa | Peter F. Drucker | 1968 | 5 |
| O gerente eficaz | Peter F. Drucker | 1968 | 10 |
| Mercadologia (marketing): estratégia e funções | Eugene J. Kelley | 1969 | 4 |
| Teoria da administração financeira | Ezra Solomon | 1969 | 3 |
| Mercadologia (marketing): comportamento do administrador e do comprador | John A. Howard | 1969 | 2 |
| Marketing: uma ferramenta para o desenvolvimento | José Maria Campos Manzo | 1969 | 10 |
| Cibernética e administração industrial | Stafford Beer | 1969 | 1 |

| | | | |
|--|--|------|---|
| Administração pública: uma perspectiva comparada | Ferrel Heady | 1970 | 1 |
| Introdução à contabilidade superior | Harold C. Edey | 1970 | 2 |
| Uma era de descontinuidade | Peter F. Drucker | 1970 | 3 |
| Análise de custos e orçamentos nas empresas | John Dearden | 1971 | 3 |
| O estudo de grupos | Josephine Klein | 1972 | 2 |
| Fundamentos de organização e métodos | Michael E. Addison | 1973 | 3 |
| Administração eficaz | Raymond O. Loen | 1973 | 6 |
| Sistemas administrativos | Adrian M. Mcdonough; Leonard J. Garrett | 1974 | 2 |
| A ciência da tomada de decisão | Arnold Kaufmann | 1975 | 2 |
| Ombudsman: corregedor administrativo | Celso Barroso Leite | 1975 | 1 |
| Administração da mudança | John S. Morgan | 1975 | 1 |
| Marketing para executivos | José Maria Campos Manzo; Walter Cunto | 1975 | 4 |
| Previsão de vendas | Albert Battersby | 1976 | 1 |
| Marketing básico (2 volumes) | E. Jerome McCarthy | 1976 | 2 |
| Administração para crescimento empresarial | Francisco Gomes de Matos | 1976 | 3 |
| O negócio é ser pequeno | E. F. Schumacher | 1977 | 4 |
| Problemas da comercialização do varejo | John W. Wingate; Elmer O. Schaller; Robert W. Bell | 1977 | 1 |
| Supervisão e gerência | Lewis R. Benton | 1977 | 1 |
| A Empresa multinacional no Brasil | William K. Brandt; James M. Hulbert | 1977 | 1 |
| Como compreender as organizações | Charles B. Handy | 1978 | 1 |
| Gerência de vendas eficaz | Pedro Gärtner | 1978 | 2 |
| Prática da engenharia econômica no Brasil | Ralph C. J. Von Gersdorff | 1978 | 1 |
| Identificação e elaboração de Projetos | Ralph C. J. Von Gersdorff | 1979 | 1 |
| O treinamento na produção | Reinaldo Ferreira Leite | 1979 | 1 |

A estratégia da alta gerência | Benjamin B. Tregoe; John W. Zimmerman | 1982 | 2

Homens que Fizeram Época (1963-1965)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|--------------------|----------------------|--------------------------------|
| Alexandre e o Império Helênico | A. R. Burn | 1963 | 1 |
| Pedro O Grande e o despontar da Rússia | B. H. Sumner | 1963 | 1 |
| Richarlieu e a monarquia francesa | C. V. Wedgwood | 1963 | 1 |
| Lênin e a Revolução Russa | Christopher Hill | 1963 | 3 |
| Washington e a Revolução Americana | Esmond Wright | 1963 | 1 |
| Napoleão e o despertar da Europa | F. M. H. Markham | 1963 | 1 |
| Roosevelt e a América moderna | J. A. Woods | 1963 | 1 |
| Marx, Proudhon e o socialismo europeu | J. Hampden Jackson | 1963 | 1 |
| Maquiavel e a Itália da Renascença | J. R. Hale | 1963 | 1 |
| Lincoln e os Estados Unidos | K. C. Wheare | 1963 | 1 |
| Karl Marx: Filosofia e mito | Robert Tucker | 1963 | 1 |
| Jefferson e a democracia americana | Max Beloff | 1964 | 1 |
| Bolívar e a independência da América Espanhola | J. B. Trend | 1965 | 1 |

Biblioteca de Cultura Religiosa (1964)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|----------------|---------------------|----------------------|--------------------------------|
| Judaísmo | Arthur Hertzberg | 1964 | 1 |
| Catolicismo | George Brantl | 1964 | 1 |
| Protestantismo | J. Leslie Dunstan | 1964 | 1 |
| Islamismo | John Alden Williams | 1964 | 1 |
| Hinduismo | Louis Renou | 1964 | 1 |
| Budismo | Richard A. Gard | 1964 | 1 |

Divulgação Cultural (1964-1967)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|---|----------------------|--------------------------------|
| O dilema da democracia | Carl L. Becker | 1964 | 1 |
| Militarismo e política na América Latina | E. Lieuwen; J. F. Johnson; V. Alba; L. W. Pye | 1964 | 1 |
| Socialismo evolucionário | Eduard Bernstein | 1964 | 1 |
| Evolução e sentido do teatro | Francis Fergusson | 1964 | 1 |
| Introdução à Pré-História | Glyn Daniel | 1964 | 1 |
| Introdução à política | Harold J. Laski | 1964 | 1 |
| Filosofia econômica | Joan Robinson | 1964 | 1 |
| Problemas agrícolas dos países socialistas | Lord Walston | 1964 | 1 |
| As fontes do inconsciente | Melanie Klein | 1964 | 1 |
| Homens contra Babel | Paulo Rónai | 1964 | 1 |
| Problemas da história contemporânea | R. Palme Dutt | 1964 | 1 |
| Os paradoxos da liberdade | Sidney Hook | 1964 | 1 |
| Três táticas marxistas | Stanley Moore | 1964 | 1 |
| Marxismo e existencialismo | Adam Schaff | 1965 | 1 |
| As realizações de uma sociedade justa | Chester Bowles | 1965 | 1 |

| | | | |
|---|---|------|---|
| O desenvolvimento em ação | David Cushman Coyle | 1965 | 1 |
| Problemas do advogado nos Estados Unidos | E. E. Cheatham | 1965 | 1 |
| Meus encontros com a História | Hans Kohn | 1965 | 1 |
| O futuro do Homem no Universo | Harlow Shapley | 1965 | 1 |
| Reflexões sobre a erudição | Howard M. Jones | 1965 | 1 |
| A ciência moderna e o homem moderno | James B. Conant | 1965 | 1 |
| A ideologia alemã | Karl Marx | 1965 | 1 |
| Educação superior e democracia | Louis G. Geiger | 1965 | 1 |
| O crescimento econômico | Maurice Dobb | 1965 | 1 |
| Teóricos e teorias da economia | Paul Sweezy | 1965 | 1 |
| Educação para o homem moderno | Sidney Hook | 1965 | 1 |
| Notas para a definição de cultura | T. S. Eliot | 1965 | 1 |
| A estratégia americana | W. W. Rostow | 1965 | 1 |
| Os Estados Unidos na História | Harold Eugene Davis | 1966 | 1 |
| Da liberdade humana | Jacques Barzun | 1966 | 1 |
| Esboço de uma teoria das emoções | Jean-Paul Sartre | 1966 | 1 |
| Da economia política | V. B. Singh; A. K. Dasgupta; Oskar Lange; D. P. Mukerji | 1966 | 1 |
| Problemas e perspectivas atuais da democracia | William N. Chambers; Robert H. Salisbury | 1966 | 1 |
| O ateísmo de Freud | Gastão Pereira da Silva | 1967 | 1 |

A Terra e o Homem (1965-1982)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|-------------------------------|-----------------|----------------------|--------------------------------|
| Geografia e política | A. E. Moodie | 1965 | 1 |
| Introdução à Geografia Humana | J. H. G. Lebon | 1966 | 3 |
| Geografia do ferro e do aço | N. J. G. Pounds | 1966 | 1 |

| | | | |
|--|-----------------------------------|------|---|
| Geografia econômica do petróleo | Peter R. Odell | 1966 | 1 |
| Geografia da energia | Gerald Manners | 1967 | 2 |
| Espírito e propósitos da Geografia | S. W. Wooldridge; W. Gordon East | 1967 | 2 |
| Introdução à Geografia da população | Wilbur Zelinsky | 1969 | 2 |
| Geografia do solo | Brian T. Bunting | 1971 | 1 |
| Atividade industrial e Geografia econômica | R. C. Estall; R. Ogilvie Buchanan | 1971 | 2 |
| Terra, Trabalho e Recursos | J. H. Paterson | 1975 | 2 |
| Geopolítica da Amazônia | Bertha K. Becker | 1982 | 1 |
| Introdução à Sociologia do desenvolvimento rural | Norman Long | 1982 | 1 |

Ciências da Educação (1966-1983)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|---------------------------------|----------------------|--------------------------------|
| Introdução à Filosofia da educação | George F. Kneller | 1966 | 8 |
| O poder da educação | Theodore Brameld | 1967 | 3 |
| Aprendizado moderno da matemática | Z. P. Dienes | 1970 | 2 |
| A Arte do Magistério | Earl V. Pullias; James D. Young | 1970 | 3 |
| O nascimento da inteligência na criança | Jean Piaget | 1970 | 4 |
| A construção do real na criança | Jean Piaget | 1970 | 3 |
| Aspectos psicossociais da Educação | Carl W. Backman; Paul F. Secord | 1971 | 1 |
| Infância e sociedade | Erik H. Erikson | 1971 | 2 |
| A formação do símbolo na criança | Jean Piaget | 1971 | 3 |
| A gênese do número na criança | Jean Piaget; A. Szeminska | 1971 | 3 |
| Gênese das estruturas lógicas elementares | Jean Piaget; Bärbel Inhelder | 1971 | 4 |
| O desenvolvimento das quantidades físicas na criança | Jean Piaget; Bärbel Inhelder | 1971 | 3 |
| O Ensino Superior: teoria e prática | William H. Morris | 1971 | 1 |

| | | | |
|--|------------------------------|------|---|
| Crianças e adolescentes: ensaios interpretativos sobre Jean Piaget | David Elkind | 1972 | 4 |
| Identidade: juventude e crise | Erik H. Erikson | 1972 | 2 |
| A Lógica da Educação | P. H. Hirst; R. S. Peters | 1972 | 1 |
| O desafio à Educação | Sir George Pickering | 1972 | 1 |
| Sociologia da educação | Ivor Morrish | 1973 | 4 |
| A didática da Reforma | Louis Legrand | 1973 | 2 |
| A crise da educação e seus remédios | Robert Dottrens | 1973 | 2 |
| Doutrinação e educação | I. A. Snook | 1974 | 1 |
| Psicologia aplicada à educação intelectual | Louis Legrand | 1974 | 1 |
| O assistente social nas situações de família | William Jordan | 1974 | 2 |
| História do pensamento educacional | Frederick Mayer | 1975 | 1 |
| Filosofia da Educação: um diálogo | Howard Ozmon | 1975 | 1 |
| Bases humanistas da Educação | John Martin Rich | 1975 | 1 |
| A desigualdade do Homem | H. J. Eysenck | 1976 | 1 |
| A equilíbrio das estruturas cognitivas | Jean Piaget | 1976 | 1 |
| A entrevista com a criança | Jean-Claude Afrouilloux | 1976 | 3 |
| Prática educativa e sociedade | Jether Pereira Ramalho | 1976 | 1 |
| Psicologia da inteligência | Jean Piaget | 1977 | 2 |
| Psicolinguística e pedagogia das línguas | Jean Yvon Lanchec | 1977 | 1 |
| Introdução ao pensamento de Jean Piaget | André Nicolas | 1978 | 1 |
| Desenvolvimento e educação da criança: aplicação de Piaget na sala de aula | David Elkind | 1978 | 1 |
| Conflitos no lar e na escola | Lauro de Oliveira Lima | 1978 | 1 |
| O jogo pelo jogo | Loseph Leif; Lucien Brunelle | 1978 | 1 |
| O desenvolvimento cognitivo na criança | Ruth L. Ault | 1978 | 1 |
| A mistificação pedagógica | Bernard Charlot | 1979 | 2 |

| | | | |
|-----------------------------|-------------|------|---|
| Por uma educação subversiva | Joseph Leif | 1983 | 1 |
|-----------------------------|-------------|------|---|

Curso de Psicologia Moderna (1966-1975)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|--|---------------|-------------------------|
| Psicologia sensorial | Conrad G. Mueller | 1966 | 2 |
| Testes e medidas | Leona E. Tyler | 1966 | 3 |
| O desenvolvimento psicológico da criança | Paul H. Mussen | 1966 | 11 |
| Psicologia Social | William W. Lambert; Wallace E. Lambert | 1966 | 5 |
| Motivação e emoção | Edward J. Murray | 1967 | 5 |
| Psicologia clínica | Julian B. Rotter | 1967 | 1 |
| Percepção | Julian E. Hochberg | 1967 | 3 |
| Natureza da investigação psicológica | Ray Hyman | 1967 | 3 |
| Personalidade e adaptação | Richard S. Lazarus | 1967 | 6 |
| Aprendizagem | Sarnoff A. Mednick | 1967 | 4 |
| Psicologia da educação | Donald Ross Green | 1968 | 2 |
| Psicologia da linguagem | John B. Carroll | 1969 | 3 |
| Psicologia fisiológica | Philip Teitelbaum | 1969 | 2 |
| Psicologia escolar | Jack I. Bardon; Virginia C. Bennett | 1975 | 2 |

Textos Básicos de Ciências Sociais (1966-1975)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|--|---------------|-------------------------|
| Sociologia política | Amaury de Souza (organizador) | 1966 | 1 |
| Sociologia da burocracia | Edmundo Campos (organizador) | 1966 | 4 |
| Sociologia da arte I | Gilberto Velho (organizador) | 1966 | 2 |
| Estrutura de classes e estratificação social | Otávio Guilherme Velho; Moacir G. S. Palmeira; | 1966 | 9 |

| | | | |
|--|---|------|---|
| | Antônio R. Bertelli (organizadores) | | |
| O método estruturalista | Carlos Henrique Escobar | 1967 | 1 |
| Sociologia da arte, II | Gilberto Velho (organizador) | 1967 | 1 |
| Sociologia da arte, III | Gilberto Velho (organizador) | 1967 | 1 |
| Sociologia do desenvolvimento | José Carlos Garcia Durand (organizador) | 1967 | 2 |
| O fenômeno urbano | Otávio Guilherme Velho (organizador) | 1967 | 4 |
| Sociologia do conhecimento | Otávio Guilherme Velho; Moacir G. S. Palmeira; Antônio R. Bertelli (organizadores) | 1967 | 2 |
| Dialética e Ciências sociais | Wanderley Guilherme dos Santos | 1967 | 1 |
| Desenvolvimento, trabalho e educação | Luiz Pereira (organizador) | 1968 | 2 |
| Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje | Sulamita de Britto (organizador) | 1968 | 1 |
| Sociologia da Juventude, II: para uma sociologia diferencial | Sulamita de Britto (organizador) | 1968 | 1 |
| Sociologia da Juventude, III | Sulamita de Britto (organizador) | 1968 | 1 |
| Sociologia da Juventude, IV | Sulamita de Britto (organizador) | 1968 | 1 |
| Economia e Ciências sociais | Fábio Lucas (organizador) | 1969 | 1 |
| Sociologia da Arte, IV | Gilberto Velho (organizador) | 1969 | 1 |
| Urbanização e subdesenvolvimento | Luiz Pereira (organizador) | 1969 | 4 |
| Subdesenvolvimento e desenvolvimento | Luiz Pereira (organizador) | 1969 | 3 |
| Sociologia rural | Maria Isaura Pereira de Queiroz (org.) | 1969 | 1 |
| Organização Social | Roque de Barros Laraia (org.) | 1969 | 1 |
| Sociologia Política, II | Maria Stella de Amorim (org.) | 1970 | 1 |
| Antropologia do Direito | Shelton H. Davis (organizador) | 1973 | 1 |
| A crítica da Ciência: sociologia e ideologia da ciência | Jorge Dias de Deus (organizador) | 1974 | 2 |
| Hierarquia em classes | Neuma Aguiar (organizador) | 1974 | 1 |
| Sociologia do desenvolvimento II | José Carlos Garcia Durand; Lia Pinheiro Machado (organizador) | 1975 | 1 |

Teatro (1967-1979)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|-----------------|----------------------|--------------------------------|
| O teatro de Brecht | John Willett | 1967 | 1 |
| O teatro do protesto | Robert Brustein | 1967 | 1 |
| A experiência viva do teatro | Eric Bentley | 1968 | 2 |
| Metateatro: uma visão nova da forma dramática | Lionel Abel | 1968 | 1 |
| O teatro do absurdo | Martin Esslin | 1968 | 1 |
| Formas de literatura dramática | Ronald Peacock | 1968 | 1 |
| O teatro engajado | Eric Bentley | 1969 | 1 |
| Brecht: dos males o menor | Martin Esslin | 1979 | 1 |

Iniciação aos Estudos Sociais (1967)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|-------------------------------------|----------------------|--------------------------------|
| Iniciação ao estudo da Sociologia | Caroline B. Rose | 1967 | 2 |
| Iniciação ao estudo da Ciência Política | Francis J. Sorauf | 1967 | 1 |
| Iniciação ao estudo da História | Henry Steele Commager | 1967 | 1 |
| Iniciação ao estudo da Geografia | Jan O. M. Broek | 1967 | 4 |
| Iniciação ao estudo da Economia | Richard S. Martin; Reuben G. Miller | 1967 | 1 |

Biblioteca de Etnologia Brasileira (1968)

| Título | Autor | Ano 1ª edição |
|--------------------------|-----------------------------|----------------------|
| Urbanização e tribalismo | Roberto Cardoso de Oliveira | 1968 |

Curso Moderno de Filosofia (1969-1975)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------|
| Filosofia da Ciência Social | Richard S. Rudner | 1969 | 2 |
| Metafísica | Richard Taylor | 1969 | 1 |
| Teoria do conhecimento | Roderick M. Chisholm | 1969 | 2 |
| Filosofia da Matemática | Stephen F. Barker | 1969 | 2 |
| Filosofia da Arte | Virgil C. Aldrich | 1969 | 2 |
| Lógica | Wesley C. Salmon | 1969 | 6 |
| Filosofia da História | William H. Dray | 1969 | 2 |
| Ética | William K. Frankena | 1969 | 3 |
| Filosofia da Ciência Natural | Carl G. Hempel | 1970 | 3 |
| Filosofia do Espírito | Jerome A. Shaffer | 1970 | 1 |
| Filosofia da Religião | John Hick | 1970 | 1 |
| Filosofia da Lógica | W. V. Quine | 1972 | 1 |
| Filosofia da Linguagem | William P. Alston | 1972 | 2 |
| Filosofia social | Joel Feinberg | 1974 | 1 |
| Filosofia da Ciência Biológica | David Hull | 1975 | 1 |

Curso de Antropologia Moderna (1970-1974)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--------------------------------|-----------------------------------|----------------------|--------------------------------|
| Os estágios da evolução humana | C. Loring Brace | 1970 | 3 |
| Sociedades camponesas | Eric R. Wolf | 1970 | 2 |
| A formação do Estado | Lawrence Krader | 1970 | 1 |
| Sociedades tribais | Marshall Sahlins | 1970 | 3 |
| Os caçadores | Elman R. Service | 1971 | 1 |
| Pré-História do Novo Mundo | William T. Sanders; Joseph Marino | 1971 | 1 |
| Teoria da Cultura | David Kaplan; Robert A. Mannners | 1974 | 2 |

Antropologia Social (1974-1983)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|---|----------------------|--------------------------------|
| Desvio e divergência: uma crítica da patologia social | Gilberto Velho (organizador) | 1974 | 4 |
| Elementos de organização social | Raymond Firth | 1974 | 1 |
| Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada | Erving Goffman | 1975 | 4 |
| O palácio do samba | Maria Julia Goldwasser | 1975 | 1 |
| Guerra de Orixá | Yvonne Maggie Alves Velho | 1975 | 2 |
| Arte e sociedade | Gilberto Velho (organizador) | 1977 | 1 |
| Uma Teoria da ação coletiva | Howard S. Becker | 1977 | 1 |
| A Sociologia do Brasil urbano | Anthony Leeds; Elizabeth Leeds | 1978 | 1 |
| A interpretação das culturas | Clifford Geertz | 1978 | 1 |
| Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande | E. E. Evans-Pritchard | 1978 | 1 |
| História social da criança e da família | Philippe Ariès | 1978 | 3 |
| Cultura e razão prática | Marshall Sahlins | 1979 | 1 |
| Carnavais, malandros e heróis | Roberto Da Matta | 1979 | 4 |
| Movimentos urbanos no Rio de Janeiro | Carlos Nelson Ferreira dos Santos | 1981 | 1 |
| Individualismo e cultura | Gilberto Velho | 1981 | 1 |
| Para inglês ver | Peter Fry | 1982 | 1 |
| Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular | Alba Zaluar | 1983 | 1 |
| O mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo | Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti | 1983 | 1 |

Curso de Linguística Moderna (1974-1976)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|------------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------------------|
| Que é Linguística? | Suzette Haden Elgin | 1974 | 2 |
| Teoria formal da Gramática | John P. Kimball | 1975 | 1 |
| Fonologia gerativa | Sanford A. Schane | 1975 | 1 |
| Modelos matemáticos em Linguística | Maurice Gross | 1976 | 1 |

Curso Integrado de Economia (1974-1975)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|-------------------------------------|------------------------------|----------------------|--------------------------------|
| Introdução à Teoria Macroeconômica | D. R. Croome; J. N. Robinson | 1974 | 1 |
| Técnicas de planejamento e previsão | J. N. Robinson | 1974 | 1 |
| Comércio internacional | L. Sirc | 1975 | 1 |
| Teoria econômica do desenvolvimento | Mathew Mcqueen | 1975 | 1 |

Panorama Cultural Brasileiro (1975)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---------------------------------|------------------------|----------------------|--------------------------------|
| O pensamento católico no Brasil | Antonio Carlos Villaça | 1975 | 1 |

Curso Básico de Psicologia (1976-1978)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|----------------------------------|----------------------|--------------------------------|
| Psicologia e estrutura social | Barrie Stacey | 1976 | 1 |
| Valores, atitudes e mudanças de comportamento | Ben Reich; Christine Adcock | 1976 | 1 |
| Introdução à ciência psicológica | David Legge | 1976 | 1 |
| Psicologia social das organizações | Frederick Glen | 1976 | 2 |
| Crescimento e mudança | Harry McGurk | 1976 | 2 |
| Desenvolvimento cognitivo | Johanna Turner | 1976 | 1 |
| Psicologia fisiológica | John Blundell | 1976 | 1 |
| Primeiros experimentos em Psicologia | John M. Gardiner; Zofia Kaminska | 1976 | 1 |
| A Pessoa em Psicologia | John Radford; Richard Kirby | 1976 | 1 |
| Pensamento e linguagem | Judith Greene | 1976 | 2 |
| Comportamento interpessoal e de grupo | Judy Gahagan | 1976 | 2 |
| Comportamento social | Kevin Wheldall | 1976 | 1 |
| Percepção e informação | Paul J. Barber; David Legge | 1976 | 1 |
| Motivação | Phil Evans | 1976 | 2 |
| Psicologia do crescimento em sociedade | Tony Booth | 1976 | 1 |
| Memória humana | Vernon Gregg | 1976 | 1 |
| Psicologia e trabalho | D. R. Davies; V. J. Shackleton | 1977 | 1 |
| Informação e habilidade | David Legge; Paul J. Barber | 1977 | 1 |
| Teorias da personalidade | David Peck; David Whitlow | 1977 | 1 |
| Psicologia clínica | Dougal MacKay | 1977 | 1 |
| É necessário mudar? | Fay Fransella | 1977 | 1 |
| Seleção e avaliação no trabalho | Gilbert Jessup; Helen Jessup | 1977 | 1 |
| Motivação no trabalho | Hywel Murrell | 1977 | 1 |
| Dentro e fora da escola | Joan Freeman | 1977 | 1 |
| Imagens do Homem em pesquisa psicológica | John Shotter | 1977 | 1 |
| Perspectivas radicais em Psicologia | Nick Heather | 1977 | 1 |
| Diferenças individuais | Richard Kirby; John Radford | 1977 | 1 |

| | | | |
|---|-------------------------------|------|---|
| Influência da cultura no comportamento | Robert Serpell | 1977 | 1 |
| Psicologia do deficiente | Rosemary Shakespeare | 1977 | 1 |
| Aprendizagem e reforço | Stephen Walker | 1977 | 1 |
| Planejamento experimental e estatística | Steve Miller | 1977 | 1 |
| Psicologia e Meio Ambiente | Terence Lee | 1977 | 1 |
| Homens e máquinas | Hywel Murrell | 1978 | 1 |
| Como escolhemos: Psicologia do consumidor | Mary Tuck | 1978 | 1 |
| Psicologia da comunidade | Mike P. Bender | 1978 | 1 |
| Psicologia do treinamento | Robert Stammers; John Patrick | 1978 | 1 |

Espírito e Matéria (1976-1984)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|--|---------------------|----------------------|--------------------------------|
| O Yoga | Tara Michaël | 1976 | 1 |
| O Zen-budismo | Christmas Humphreys | 1977 | 1 |
| Viver através do Zen | D. T. Suzuki | 1977 | 1 |
| O caminho do Buda | H. Saddhatissa | 1977 | 1 |
| A vida do Buda | H. Saddhatissa | 1977 | 1 |
| O Homem e a natureza | Seyyed Hossein Nasr | 1977 | 1 |
| O Budismo tibetano e a chave para o caminho do meio | Tenzin Gyatso | 1977 | 1 |
| História das crenças e das idéias religiosas (Tomo I, Vol. 1) | Mircea Eliade | 1978 | 2 |
| História das crenças e das idéias religiosas (Tomo I, Vol. 2) | Mircea Eliade | 1978 | 2 |
| História das crenças e das idéias religiosas (Tomo II, Vol. 1) | Mircea Eliade | 1979 | 2 |
| História das crenças e das idéias religiosas (Tomo II, Vol. 2) | Mircea Eliade | 1979 | 2 |

| | | | |
|---|---------------|------|---|
| História das crenças e das idéias religiosas (Tomo III) | Mircea Eliade | 1984 | 1 |
|---|---------------|------|---|

O Seminário de Jacques Lacan / Campo Lacaniano (1979-1982)

| Título | Autor | Ano edição 1ª | Número total de edições |
|--|---------------|----------------------|--------------------------------|
| Os escritos técnicos de Freud (O Seminário - Livro 1) | Jacques Lacan | 1979 | 2 |
| Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise (O Seminário - Livro 11) | Jacques Lacan | 1979 | 1 |
| O seminário: livro 20 mais, ainda | Jacques Lacan | 1982 | |

Agricultura e Sociedade (1980-1983)

| Título | Autor | Ano edição 1ª | Número total de edições |
|--|--|----------------------|--------------------------------|
| Frentes de expansão e estrutura agrária | Otávio Guilherme Velho | 1972 | 2 |
| Estado e classes sociais na agricultura brasileira | Bernardo Sorj | 1980 | 1 |
| Lavradores e pequenos produtores de cana | Delma Pessanha Neves | 1981 | 1 |
| Campesinato: ideologia e política | Luiz Eduardo Soares | 1981 | 1 |
| Camponeses e Agroindústria | Bernardo Sorj; Malori J. Pompermayer; Odacir Luiz Coradini | 1982 | 1 |
| A modernização dolorosa | José Graziano da Silva | 1982 | 1 |
| Agricultura, cooperativas e Multinacionais | Odacir Luiz Coradini; Antoinette Fredericq | 1982 | 1 |
| Sociedade e agricultura | Otávio Guilherme Velho | 1982 | 1 |
| Tradição e mudança | Manuel Correia de Andrade | 1983 | 1 |
| Trabalhador infantil e escolarização no meio rural | Maria Helena Rocha Antuniassi | 1983 | 1 |

Perspectivas Antropológicas da Mulher (1981-1984)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|---|----------------------|--------------------------------|
| Perspectivas antropológicas da mulher 1 | Bruna Franchetto; Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti; Maria Luiza Heiborn; Tania Salem | 1981 | 1 |
| Perspectivas antropológicas da mulher 2 | Myriam Moraes Lins de Barros; Rosane Manhães Prado | 1981 | 1 |
| Perspectivas antropológicas da mulher 3 | Eunice R. Durham; Julie Taylor; Ovidio de Abreu Filho; Luiz Tarlei de Aragão | 1983 | 1 |
| Perspectivas antropológicas da mulher 4 | Ruth Cardoso; Marilena Chauí; Maria Celia Paoli; SOS-Mulher | 1984 | 1 |

Debates Urbanos (1982-1984)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---|---|----------------------|--------------------------------|
| Políticas públicas para áreas urbanas | Eli Diniz (organizador) | 1982 | 1 |
| Solo urbano | Luiz Antonio Machado da Silva (organizador) | 1982 | 1 |
| Violência e cidade | Renato Raul Boschi (organizador) | 1982 | 1 |
| Repensando a habitação no Brasil | Licia do Prado Valladares (organizador) | 1983 | 1 |
| Movimentos coletivos no Brasil urbano | Renato Raul Boschi (organizador) | 1983 | 1 |
| Qualidade de vida urbana | Amaury de Souza (organizador) | 1984 | 1 |
| Condições de vida das camadas populares | Luiz Antonio Machado da Silva (organizador) | 1984 | 1 |

Palco e Tela (1982)

| Título | Autor | Ano edição 1ª | Número total de edições |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------|
| A linguagem da encenação teatral | Jean-Jacques Roubine | 1982 | 1 |

Política e Sociedade (1982)

| Título | Autor | Ano edição 1ª | Número total de edições |
|--------------------------------|---|----------------------|--------------------------------|
| Estado Novo: ideologia e poder | Lúcia Lippi Oliveira; Mônica Pimenta Velloso; Angela Maria Castro Gomes | 1982 | 1 |
| O segundo governo Vargas | Maria Celina Soares D'Araujo | 1982 | 1 |

Guias Musicais BBC (1983-1984)

| Título | Autor | Ano edição 1ª | Número total de edições |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------|
| Beethoven: quartetos de cordas | Basil Lam | 1983 | 1 |
| Debussy: música para o piano | Frank Dawes | 1983 | 1 |
| Bartók: música orquestral | John McCabe | 1983 | 1 |
| Mahler: sinfonias e canções | Philip Barford | 1983 | 1 |
| Beethoven: concertos e aberturas | Roger Fiske | 1983 | 1 |
| Mozart: música de câmara | A. Hyatt King | 1984 | 1 |
| Haydn: sinfonias | H. C. Robbins Landon | 1984 | 1 |
| Brahms: música orquestral | John Horton | 1984 | 1 |
| Vivaldi | Michael Talbot | 1984 | 1 |

História da Arte da Universidade de Cambridge (1983-1984)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|---------------------------|--|----------------------|--------------------------------|
| A arte de ver a arte | Susan Woodford | 1983 | 1 |
| Grécia e Roma | Susan Woodford | 1983 | 1 |
| A Idade Média | Anne Shaver-Crandell | 1984 | 1 |
| O Barroco e o século XVII | Madeleine Mainstone; Rowland Mainstone | 1984 | 1 |
| O Renascimento | Rosa Maria Letts | 1984 | 1 |
| A arte do século XX | Rosemary Lambert | 1984 | 1 |

Zahar Música (1983)

| Título | Autor | Ano 1ª edição | Número total de edições |
|-------------------|------------------|----------------------|--------------------------------|
| Caderno de música | Luiz Paulo Horta | 1983 | 1 |